



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

JOÃO FIGUEIREDO

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL



BRASÍLIA
1984



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1. Planejamento e Coordenação Geral	3
2.1.1. O Programa de ajustamento econômico	10
2.1.1.1. Evolução do esquema de refinanciamento externo.....	11
2.1.1.2. O Processo de ajustamento no primeiro semestre de 1983.....	13
2.1.1.3. O Processo de ajustamento no segundo semestre de 1983.....	14
2.1.1.4. Metas e desempenho do programa de ajustamento externo.....	14
2.1.1.4.1. Metas e desempenho do programa de ajustamento interno.....	16
2.1.1.4.2. Déficit público, política fiscal e política salarial	16
2.1.1.4.3. Crédito interno líquido e política monetária	18
2.1.1.4.4. Inflação e política de preços ..	19
2.2. Agricultura e Assuntos Fundiários	23
2.2.1. Desempenho setorial	23
2.2.2. Política agrícola	25
2.2.3. Assuntos fundiários.....	28
2.3. Energia e Mineração	31
2.3.1. Produção interna e petróleo.....	31
2.3.2. Programa nacional do álcool.....	33
2.3.3. Energia elétrica.....	34
2.3.4. Energia nuclear	35
2.3.5. Outros programas energéticos	36
2.3.6. Mineração	38
2.3.7. Cooperação internacional.....	41

2.3.8.	Prospecção e pesquisa minerais.....	42
2.3.9.	Desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento de pessoal	43
2.4.	Políticas Fiscal e Monetária	45
2.4.1.	Política fiscal	47
2.4.2.	Política monetária	51
2.4.3.	Política creditícia	54
2.4.4.	Política de mercado de capitais	59
2.4.5.	Política de seguros.....	63
2.5.	Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos.....	65
2.5.1.	Os resultados da balança comercial em 1983	65
2.5.2.	Exportações	66
2.5.3.	Importações	67
2.5.4.	Transações correntes, entrada líquida de capitais e resultado do balanço de pagamentos.....	68
2.5.5.	Política cambial e endividamento externo	70
2.6.	Indústria e Comércio.....	71
2.6.1.	Setor industrial.....	72
2.6.2.	Apoio às exportações	76
2.6.3.	Conservação e substituição de energia	81
2.6.4.	Apoio à política social e à desconcentração econômica.....	83
2.6.5.	Planejamento e modernização administrativa....	85
2.7.	Interior e Coordenação Regional	87
2.7.1.	Desenvolvimento da Amazônia	87
2.7.2.	Desenvolvimento do Nordeste	88
2.7.3.	Desenvolvimento do Centro-Oeste	92
2.7.4.	Ação regional no Sul e no Sudeste	94
2.7.5.	Tópicos especiais de interesse social	96
2.8.	Transportes.....	101
2.8.1.	Política setorial em 1983.....	101
2.8.2.	Principais resultados alcançados.....	103
2.8.2.1.	Setor rodoviário	103
2.8.2.2.	Setor ferroviário	106
2.8.2.3.	Setor portuário	107
2.8.2.4.	Setor da marinha mercante.....	109
2.8.2.5.	Setor de transportes urbanos	110
2.8.3.	Planejamento de Transportes	112
2.9.	Comunicações.....	113
2.9.1.	Política setorial	113
2.9.2.	Atividades e principais resultados alcançados pelo setor em 1983.....	114

3. POLÍTICA SOCIAL

3.1.	Salário, Emprego e Políticas Trabalhistas.....	121
3.1.1.	Salário	122
3.1.2.	Emprego	123
3.1.3.	Políticas trabalhistas	126
3.2.	Previdência e Assistência Social	129
3.2.1.	Instituto Nacional de Previdência Social	130
3.2.2.	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social	131
3.2.3.	Legião Brasileira de Assistência	131
3.2.4.	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor	132
3.2.5.	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social.....	133
3.2.6.	Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social.....	133
3.2.7.	Central de Medicamentos.....	134
3.3.	Saúde	137
3.3.1.	Serviços básicos de saúde	137
3.3.2.	Serviços básicos de saneamento.....	138
3.3.3.	Alimentação e nutrição.....	139
3.3.4.	Controle das doenças transmissíveis.....	140
3.3.5.	Vigilância sanitária	142
3.3.6.	Sangue e hemoderivados.....	143
3.3.7.	Assistência médico-hospitalar	143
3.3.8.	Ciência e tecnologia para a saúde.....	143
3.3.9.	Promoção da saúde da mulher e da criança	144
3.4.	Educação e Cultura	145
3.4.1.	Educação básica.....	146
3.4.2.	Educação superior	148
3.4.3.	Desenvolvimento cultural	148
3.4.4.	Educação física e desportos	149
3.4.5.	Outros programas e atividades	149
3.5.	Desburocratização	153

4. POLÍTICA EXTERNA

4.1.	América do Sul	161
4.2.	América Central, México e Caribe	164
4.3.	Estados Unidos da América e Canadá.....	165
4.4.	África.....	165
4.5.	África Setentrional e Oriente Próximo.....	167
4.6.	Ásia e Oceania	168
4.7.	Europa Ocidental.....	170

IV

4.8.	Europa Oriental	171
4.9.	Organismos internacionais	172
4.10.	Temas econômicos	176
4.11.	Promoção comercial	182
4.12.	Cooperação científica, técnica e tecnológica	184
4.13.	Cooperação cultural	186
4.14.	Instituto Rio-Branco	187
4.15.	Administração e pessoal	188
5. POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA		
5.1.	Justiça e Política Interna	191
5.1.1.	Aspectos políticos	191
5.1.2.	Ordem jurídica e direitos políticos	191
5.1.3.	Segurança interna	193
5.1.4.	Ministério público	198
5.1.5.	Outros campos de atividade	200
5.2.	Forças Armadas	205
5.2.1.	Estado-Maior das Forças Armadas	205
5.2.2.	Ministério do Exército	208
5.2.3.	Ministério da Marinha	214
5.2.4.	Ministério da Aeronáutica	224
6. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO		
7. APÊNDICE ESTATÍSTICO		

LISTA DOS QUADROS

1. CONTAS NACIONAIS		
1.1.	Brasil — Produto interno bruto	247
1.2.	Índices do produto real do Brasil — Segundo ramos de atividade	248
1.3.	Índices do produto real do Brasil — Por classe de indústria	249
1.4.	Produto real segundo ramos de atividade	250
2. ÍNDICES DE PREÇOS		
2.1.	Variação dos principais índices de preços	251
2.2.	Índice Geral de Preços — IGP	252
2.3.	Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC	253
2.4.	Índice de preços por atacado — Oferta global	254
2.5.	Índice de preços por atacado — Disponibilidade interna	255

2.6.	Índice de preços ao consumidor.....	256
2.7.	Índice de custo da construção — Rio de Janeiro	257
3. AGRICULTURA		
3.1.	Evolução da área colhida dos principais produtos agrícolas.....	258
3.2.	Evolução da produção dos principais produtos agrícolas	259
3.3.	Produção dos principais produtos da pecuária — Carne	260
3.4.	Exportações dos principais produtos agropecuários... ..	261
4. ENERGIA E MINERAÇÃO		
4.1.	Produção nacional de petróleo, LGN e gás natural	263
4.2.	Consumo nacional de derivados de petróleo	264
4.3.	Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante	265
4.4.	Carga processada pelas refinarias da Petrobrás	266
4.5.	Investimentos da Petrobrás em exploração e produção	267
4.6.	Produção de veículos à álcool no País	268
4.7.	Evolução da produção nacional de carvão bruto	269
4.8.	Evolução da produção nacional de carvão energético	270
4.9.	Evolução da capacidade instalada de geração de energia elétrica	271
4.10.	Produção bruta de energia elétrica	272
5. POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA		
5.1.	Execução orçamentária do Tesouro Nacional	273
5.2.	Receita do Tesouro Nacional	274
5.3.	Despesa efetiva do Tesouro Nacional	275
5.4.	Principais indicadores monetários	276
5.5.	Empréstimos do sistema financeiro ao setor privado não-financeiro	277
5.6.	Empréstimos do sistema monetário ao setor privado e ao setor rural	278
6. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS		
6.1.	Exportações brasileiras, por grandes grupos	279
6.2.	Participação relativa dos grandes grupos nas exportações	280
6.3.	Importação por principais produtos	281
6.4.	Balança comercial brasileira	282

6.5.	Índices anuais médios de comércio exterior e de relações de troca	283
6.6.	Balanço de pagamentos	284
6.7.	Dívida externa brasileira	285
6.8.	Reservas internacionais	288
6.9.	Taxa cambial — Cotações do cruzeiro em relação ao dólar americano	289
7.	INDÚSTRIA	
7.1.	Indicadores da produção industrial	290
7.2.	Produção brasileira da indústria automotiva	291
7.3.	Produção brasileira da indústria automotiva	292
7.4.	Produção brasileira da indústria automotiva	293
7.5.	Produção siderúrgica brasileira	294
7.6.	Produção mundial de aço bruto — Países selecionados	295
7.7.	Produção brasileira dos principais minérios não-ferrosos comuns	296
7.8.	Produção brasileira de álcool	297
7.9.	Produção e despacho de cimento	298
7.10.	Balanço comercial de não-ferrosos — Por produto ...	299
7.11.	Produção de borracha	300
7.12.	Importação de borracha	301
7.13.	Consumo de borracha	302
8.	TRANSPORTES	
8.1.	Investimentos segundo as modalidades de transportes.	303
8.2.	Rede ferroviária brasileira — Extensão das linhas por empresa	304
8.3.	Rede rodoviária brasileira — Extensão por tipo de pavimento	305
8.4.	Frota mercante nacional	306
8.5.	Carga transportada, segundo os modos de transporte.	307
8.6.	Passageiros-quilômetros transportados, segundo os modos de transporte	308
8.7.	Consumo de energia, segundo os modos de transportes	309
8.8.	Consumo de combustíveis nos transportes	310
9.	COMUNICAÇÕES	
9.1.	Evolução das telecomunicações e dos serviços postais.	311
10.	SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS	
10.1.	Taxa de desemprego	312

10.2.	Brasil: Nível de emprego por atividade econômica — Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior...	313
10.3.	Taxas de reajustes salariais em comparação com as taxas de variação dos índices de custo de vida	314
10.4.	Taxas de reajustes em comparação com as variações semestrais do INPC e relação entre o maior e o menor nível.....	315
II. PREVIDÊNCIA SOCIAL		
11.1.	Número de consultas médicas, odontológicas e internações prestadas pelo INAMPS.....	316
11.2.	Despesas globais do sistema previdenciário, por entidade	317
12. SAÚDE		
12.1.	Evolução das principais doenças transmissíveis — Número de casos notificados.....	318
12.2.	Casos notificados de sarampo	319
12.3.	Ação de controle da poliomielite — Resultados das campanhas a nível nacional	320
12.4.	Municípios atendidos por serviços de saúde públicos e privados	321
12.5.	Evolução da taxa de mortalidade nos municípios das capitais brasileiras	322
13. EDUCAÇÃO E CULTURA		
13.1.	Evolução da taxa de analfabetismo da população brasileira — Faixa etária de 15 anos e mais	323
13.2.	Evolução da taxa de escolarização da população brasileira — Faixa etária de 7 a 14 anos	324
13.3.	Matricula inicial no segundo grau, segundo a dependência administrativa.....	325
13.4.	Matricula inicial no terceiro grau, segundo a dependência administrativa.....	326



1. INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Não andamos em tempos fáceis. Saídos, nos anos setenta, de prolongado período de prosperidade, caímos em crise econômica sem precedentes. Anos a fio, somos castigados por dificuldades que põem à prova nossa capacidade de resistência, nossa energia, nossa aptidão para retomar o ritmo de progresso que almejamos.

As condições da economia internacional nos obrigaram a adaptar-nos às circunstâncias recessivas do quadro geral. É forçoso seguir, nos traços capitais, a política adotada, diante de situação semelhante, pelas demais economias de mercado.

Com objetividade e realismo, procura-se restaurar, à custa de pesados sacrifícios, o equilíbrio econômico e financeiro de que depende a normalidade da vida nacional.

O programa de ajustamento da economia, que nos impusemos, apresentou, em 1983, aspectos positivos. Entre estes, o superávit comercial — maior de nossa história econômica — registrado nas contas externas. O ingresso líquido de capitais, no entanto, apresentou decréscimo, que não permitiu a cobertura do déficit em conta corrente. Esse desequilíbrio obrigou a novas negociações para garantir o financiamento externo no corrente ano.

No âmbito interno, o programa de ajustamento prosseguiu com o maior vigor, a fim de criar condições para a reativação da economia. A contenção do surto inflacionário e a redução das taxas de juros reais constituíram objetivos permanentes da política governamental. Perseguiu-se, particularmente, nos termos dessas diretrizes, a redução do déficit consolidado do setor público. Lançou-se mão do

arsenal de meios disponíveis para diminuir a dependência externa, combater a inflação, barrar o processo recessivo, promover a retomada do crescimento, acudir às necessidades do balanço de pagamentos e deter o desemprego. Já se vislumbra indicadores de que é lícito esperar, em 1984, os primeiros resultados positivos desta política.

Melhor seria não termos de sujeitar nossa economia ao ajustamento que está em curso. Melhor seria a onda de recessão nos haver poupado. Melhor seria, ao menos, fossem mais brandas as medidas de ajustamento, ou austeridade, a que temos sido forçados. Melhor seria existir alternativa mais suave para as providências destinadas a enfrentar a conjuntura atual. Não se alvitram, porém, aqui ou alhures, fórmulas diferentes, em substância, para o ajustamento que a teoria econômica recomenda.

A queda registrada na atividade econômica propagou-se por todos os quadrantes. Ninguém foi poupado pelos seus efeitos, que não se produziram, todavia, na mesma escala, nem na mesma forma. Diferentes foram eles nos países industrializados e nos países em desenvolvimento. Estes, mais vulneráveis, sofrem mais fundamente as consequências dos sucessivos choques financeiros, que sacodem o mundo. Entre os países menos ricos, distinguem os especialistas os que não denotavam crescimento dos que se achavam em pleno processo de desenvolvimento e apresentavam, por isso mesmo, melhores condições para ajustar-se, ainda que penosamente, à situação aflitiva que impera no plano econômico, financeiro e social.

Não se desconhece a gravidade dos problemas que ainda nos atormentam. Problemas dramáticos, cuja solução é urgente.

Programas vigorosos se sucedem para debelar esses males. Amplia-se, em todos os setores, a ação governamental, para acudir às exigências que o sentimento popular multiplica.

Tudo seria mais fácil se as dificuldades se mantivessem estáveis. As próprias ocorrências climáticas, como tem sucedido, agravam os encargos do poder público. O crescimento demográfico, desordenado e caudaloso, engrossa a

multidão dos que requerem da sociedade toda a sorte de prestações que os ajudem a viver. Não se observa, neste ponto, a advertência de que a sociedade não deve criar mais problemas do que aqueles que é capaz de resolver. O mito de que o Estado é onipotente leva a que dele tudo se reclame. A sua tarefa, sob a pressão dessa crença, expande-se continuamente. A impossibilidade em que venha a encontrar-se para satisfazer, plenamente, os encargos que assume, em nome do bem público, gera descontentamento, que o interesse do adversário político explora e alimenta.

Responsável pela solução dos problemas que se formam dentro de suas fronteiras, o Estado é responsabilizado também pelo que sucede além dos seus limites territoriais. Raciocina-se como se não vivêssemos, na ordem internacional, sob o signo da interdependência. Como se a crise, que nos fustiga, fosse crise setorial, brasileira, e não crise da humanidade.

Espera-se do desempenho nacional, além disso, aquilo que não conseguem realizar os países industrializados. Colhidas, ou não, pela recessão, as nações que comandam a economia estão longe de resolver os seus problemas sociais, até no que diz respeito à eliminação da pobreza.

Apontar obstáculos à missão que nos cumpre conduzir em prol da nossa restauração econômica não constitui nenhuma sorte de escapatória. Nem significa desânimo ou enfraquecimento da vontade ou determinação de empenhar o potencial de imaginação e de recursos materiais ou técnicos de que dispomos para vencer a adversidade.

Dentro desse quadro, sem estar entre as nações industrializadas, o Brasil se acha, entre os países feridos pelo desconcerto global, em posição encorajadora. Em rápido crescimento, durante largo período, o Brasil desenvolveu-se em todos os setores. Expandiu-se material e socialmente, procurando suprir, com dinamismo, omissões que lhe ameaçavam o presente e o futuro. Os êxitos alcançados justificam a crença de que o país continuará a utilizar,

com crescente eficiência, os seus enormes recursos naturais, o seu invejável potencial humano, a sua forte estrutura produtiva.

Empreendimentos de grande porte se registraram nos últimos anos, em todos os setores. Não cabe enumerá-los agora. A título exemplificativo, menciono o que se efetuou no campo da energia. Somente no que concerne ao petróleo, conseguiu-se, em cerca de três anos, acelerar o ritmo da pesquisa e produção de tal maneira que mais da metade do óleo que hoje consumimos já é extraído inteiramente de mananciais brasileiros.

Deixaremos de figurar, daqui por diante, no rol dos países sem petróleo. Se o crescimento da produção petrolífera guardar, alguns anos mais, as mesmas proporções, estarão bastante próximos os dias da nossa auto-suficiência em petróleo. Comprova-se, pois, que se os fatos, em verdade, algumas vezes, são obstinados, essa obstinação pode ser vencida pela decisão política, pela tenacidade e pela técnica.

Outros fatores, todos ponderáveis, concorrem para que se confie na continuidade do progresso que é a vocação indesviável do Brasil. Sobre todos eles avulta, porém, a capacidade criativa de sua gente e a estabilidade com que sabe preservar, nos traços fundamentais, o seu sistema político.

Justificado é, pois, o otimismo que se nutre quanto à nossa aptidão para, pelas próprias forças, arrostar, no momento, as graves dificuldades que nos envolvem. Reforçam esse estado de ânimo as operações financeiras, que o Brasil logrou efetuar, no exterior, em fim de janeiro. A tranqüilidade relativa que isso nos assegura, quanto ao atendimento dos compromissos internacionais, oferece ao país perspectivas favoráveis para o seu futuro imediato. Revelam essas operações, de outra parte, a confiança que o mundo financeiro deposita em nossa vitalidade econômica e no acerto da política que, no terreno das finanças, o Brasil se traçou.

O Brasil possui consciência da sua grandeza. Sabe que, na modelação do seu futuro, terá de confiar, antes de

tudo, em si mesmo. Quaisquer que sejam os empecilhos que a conjuntura global lhe depare, é principalmente na sua capacidade de ação que encontrará elementos para retomar o caminho da prosperidade. O país será aquilo que dele fizermos.

Sem embargo do êxito parcial já assinalado, o endividamento externo, pelo seu volume e pelas cláusulas de amortização e juros, constitui tema que exigirá constante atenção do Governo. A nossa vontade política, bem como a compreensão, também política, da comunidade internacional, convergirão, seguramente, para que se encontre fórmula consentânea com o interesse comum e apta a resolver esse grave problema, que afeta, por suas conseqüências, todos os países. Creio haver interpretado aspiração nacional, quando propus às Nações Unidas que se estabelecessem novas bases para disciplinar as relações econômicas e financeiras internacionais.

Contamos com potencial de recursos que nos permitem retomar a trilha da prosperidade. Para isso, é preciso promover, vigorosamente, o declínio da inflação, a vitória sobre a recessão, o estímulo às atividades produtoras, em todos os ramos, a multiplicação de empregos, a redução da pobreza, a recuperação, em suma, da economia. Neste quadro — não é demais lembrar — entra o imperativo de impor o equilíbrio orçamentário e de reduzir drasticamente o endividamento interno. Fatores por excelência da explosão inflacionária, a dívida interna e o déficit orçamentário são por demais perigosos para que se possa temporizar com os seus malefícios.

Todo o cuidado será pouco, no entanto, para que as medidas de contenção não tornem impraticável o crescimento da economia, essencial ao aperfeiçoamento da nossa estrutura social. É mister, para isso, se leve avante, com firmeza e determinação, a obra de engenharia econômica, financeira e política, que visa restaurar a prosperidade e consolidar nossas instituições democráticas.

Demonstramos, no campo interno, coragem e seriedade no adotar, durante período recente, medidas ásperas e penosas para defender-nos dos perigos que rondavam — e

ainda rondam — a nossa situação. Granjeamos crédito e respeito que nos habilitam a pleitear, na esfera internacional, tratamento que nos assegure maior desenvoltura ao desenvolvimento que cumpre impulsionar.

Pode ser que a retomada da prosperidade, já registrada em alguns países industrializados, venha a reanimar, com brevidade, a economia das nações mais atingidas pela estagnação. Ignora-se, porém, o tempo em que isso ocorrerá, bem como as proporções da recuperação, que se anuncia. Não se sabe, também, com certeza, se a recuperação, que desponta, veio para ficar, ou se revestirá caráter transitório.

A certeza, que a observação da realidade social, densamente problemática, nos inculca, é a de que a crise, que acomete o mundo há mais de um quadriênio, está longe de ter-se dissipado. Não fora assim, não se continuaria a assistir, na maior parte das nações, à contenção deliberada da sua atividade econômica. Bem como ao seu esforço no sentido de limitar as importações e expandir as exportações. Bem como à transmissão recíproca dos efeitos perniciosos dessa política.

Menos mal se a crise fosse apenas econômica. Se apenas quanto a esta as teorias do passado fossem impotentes para resolver os impasses do presente. Se o futuro, no tocante às outras dimensões da realidade, não estivesse envolto em sombras. Se a crise fosse somente política, em sentido estrito.

A crise não se restringe, todavia, à área econômica, nem se circunscreve ao político, na sua expressão menos compreensiva. Mais do que simplesmente econômica, mais do que política, na sua acepção corrente, a crise atual é uma crise cuja abrangência abala costumes e hábitos mentais de aparência imutável.

Posto se invoque, em primeiro lugar, a crise econômica, é a crise política o centro de gravidade das inquietações do nosso tempo. Porquanto essencialmente político é o momento que vivemos. Da política, das decisões que em seu nome se tomem, quase tudo depende. Razão assiste aos que afirmam que a política trata do que é mais com-

plexo e mais precioso, como a vida, o destino, a liberdade dos indivíduos, das coletividades e, agora, da própria humanidade.

Nada mais importante do que, no drama político, manter alerta, lúcida e penetrante a inteligência, límpida e pura a vontade. Procede a observação de que é tão vital, em política, não se enganar, como não enganar.

A política — a boa política — supõe uma sociedade aberta, uma sociedade racional, uma sociedade crítica. Uma sociedade que, pelo livre jogo da inteligência, corrija os seus defeitos, expurgue os seus vícios, instaure a ordem, a segurança, a justiça. Uma sociedade que repila o dogmatismo dos donos da verdade. Uma sociedade solidária, cooperativa, em permanente aperfeiçoamento. Uma sociedade em que a liberdade seja instrumento de progresso individual e bem-estar comum. Uma sociedade em que a liberdade de um não constitua licença para violentar a liberdade do outro.

Marcadamente político é o ano em cujo início nos encontramos. Estão desatadas, libertas, as forças que movem os condutores da opinião pública. Estava consciente do que se ia passar, durante o meu mandato, quando me comprometi a fazer deste país uma democracia. Não faltei ao compromisso assumido. Rompi, um a um, os entraves que de qualquer forma pudessem embaraçar o gozo e o exercício dos direitos civis e políticos. Garanti as liberdades públicas. Nunca houve neste país tanta liberdade; ou, pelo menos, nunca houve maior liberdade. Das franquias que tenho garantido se valem, sem distinção, todos os brasileiros.

Admito que a escalada das reivindicações, em que é pródiga a democracia, agrava a responsabilidade governamental. Não acredito, todavia, que a democracia, por essa razão, se torne ingovernável. Acredito — isto sim — que, diante da carga que se lança sobre o Governo, cumpre que este se desdobre para responder às exigências, novas e incessantes, que a sociedade lhe impõe.

Quando falo em Governo, não me refiro só ao Executivo. Reporto-me, igualmente, ao Poder Legislativo, que

compartilha com a administração pública, pela forma que lhe é própria, dos encargos que recaem sobre o Estado. A participação do corpo legislativo na tarefa estatal constitui um direito e um dever. Assim como é um dever a cooperação de todos os segmentos da sociedade na definição de projeto comum e na conjugação de forças para transformar em realidade as aspirações coletivas.

Conhecer o presente é condição, seja para modelar o futuro, seja para operar eficazmente sobre a realidade que nos envolve. Colher o presente, na sua objetividade, nem sempre é fácil. Não falta quem diga que só se pode conhecer o passado, não o presente: este só o conhecerão as gerações futuras.

Concedo que o conhecimento do presente pode ser fragmentário, imperfeito, impreciso. Será, contudo, mesmo assim, imprescindível para fixar as diretrizes da atividade imediata e preparar o futuro.

O conhecimento, quer do presente, quer do passado próximo, mostra a imensidade do que se está fazendo em prol do interesse nacional. Revela, contudo, igualmente, a imensidade do que resta fazer, em todos os campos. Seja para projetar novas iniciativas. Seja para corrigir diretrizes. Seja para aviventar rumos.

O investimento na esfera do social continua como prioridade vital. O interesse humano, o interesse do homem concreto, quer, urgentemente, mais educação, em todos os graus. Quer mais tecnologia, ou gerada aqui mesmo, ou transferida do exterior. Quer a continuidade da redução dos bolsões de pobreza, mormente da pobreza absoluta. Quer melhor repartição dos sacrifícios perante as medidas para debelar a crise. Quer melhor e mais justa distribuição da renda. Quer que se esmague a inflação. Quer que se mantenham os empregos atuais e que outros se criem para absorver rapidamente a totalidade da força de trabalho. Quer o crescimento, em todos os ramos, da produção. Quer que se mova guerra sem trégua à teimosia dos fatos. Quer que o diálogo político constitua processo em que cada parcialidade não procure somente demonstrar que está com a razão, mas processo pelo qual todos se em-

penhem simplesmente na apuração da verdade. Quer o desenvolvimento político, governado pela idéia, sadiamente propagada, de que é, pelo menos, tão importante possuir instituições justas como contar com homens bons — os homens bons da terra —, que nobremente observem o que nelas se prescreve.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Poder Executivo conhece as suas limitações. Sabe que não sabe tudo; sabe que não pode tudo. Sabe que as suas deficiências podem ser supridas, em grande parte, pela cooperação, vital ao interesse público, do órgão legislativo.

Conhece, o Poder Executivo, a inestimável importância do Parlamento nas democracias pluralistas — abertas, por natureza, ao diálogo, ao confronto das idéias, às injunções do racional e do justo. Não acredita no reparo de que os homens somente se tornam racionais quando esgotadas todas as demais alternativas.

Guarda e defensor da Constituição, não estou só nessa indeclinável tarefa. Estão ao meu lado, no desempenho desse encargo, que nos é comum, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Encareço a necessidade de velar pela eficácia das cláusulas da nossa Carta Política. Porquanto importa que a Constituição revele, no seu todo, estrita efetividade. Só assim haverá harmonia entre o que está na sua letra e no seu espírito e os comportamentos sociais ou políticos que pretende reger. Penso, todavia, que cumpre reformar, progressivamente, em determinados pontos, o sistema constitucional.

A democracia social — dogma constitucional, entre nós, a partir dos anos trinta — constitui imperativo ético, que requer, para a sua observância, esforço ilimitado. Poderoso para implantá-lo não é, isoladamente, este ou aquele Poder do Estado. Responsabilidade de todos, requer; a sua execução, em grau superlativo, a cooperação do Congresso Nacional.

As batalhas que o país tem pela frente serão vencidas com a participação corajosa e idealista do Parlamento.

Pensar no Brasil, não em interesses pessoais, é o que nos incumbe fazer. Pensar no Brasil, bem como repensar os seus problemas e as soluções que melhor convenham à Nação. Esperançado e ansioso, o país acredita no seu destino, na capacidade dos seus condutores políticos, na sua criatividade, no seu valor.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Abnegada e corajosa, a sociedade brasileira confia em si mesma e nas suas instituições. Livres e democráticas, em contínuo aperfeiçoamento, as nossas instituições estão preparadas para enfrentar o futuro, que se precipita, pleno de ameaças e promessas, em direção ao presente.

Brasília, 1.º de março de 1984

JOÃO FIGUEIREDO

2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A economia brasileira permaneceu em 1983 ainda sob forte influência dos desdobramentos da crise financeira internacional, que teve seu ápice no segundo semestre de 1982, atingindo notadamente as nações menos desenvolvidas.

Em consequência, o ano de 1983 foi marcado, no que tange às diretrizes globais de política econômica, pela necessidade imperiosa de rápido ajustamento de nossa economia às novas condições estruturais dos mercados internacionais. Essas diretrizes consubstanciaram-se em um programa de ajustamento para o período 1983-85, cujo objetivo é o reequilíbrio externo e interno que restabeleça bases seguras à retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

Ao longo de 1983, de toda forma, registrou-se nitida melhoria do quadro recessivo que caracterizou a economia mundial nos últimos três anos, o que nos dá esperanças de atenuação, já em 1984, de algumas das restrições mais graves com que nos defrontamos no biênio 1982/83.

De acordo com estimativas preliminares, o produto nacional bruto dos países industrializados (OECD) apresentou em 1983 crescimento real de 3%, contra queda de 0,3% em 1982. Mais que isso, as projeções preliminares para 1984 apontam para a consolidação da recuperação econômica norte-americana e mais rápida reativação das economias européia e japonesa. Segundo a OECD, o crescimento do produto interno bruto americano em 1984 deve se situar entre 4 a 5%. Para o Japão, a previsão é de 4% (contra 3% em 1983), enquanto as quatro principais economias européias (República Federal da Alemanha, Reino Unido, França e Itália) deverão crescer a uma taxa anual de 1,5% (contra 1% em 1983). Essas projeções deverão se refletir no comércio internacional, que, após permanecer relativamente estagnado

em 1981 e sofrer queda de 2,5% em 1982, apresentou pequeno crescimento em 1983 (1%), prevendo-se para 1984 expansão próxima a 5%.

Essas indicações, contudo, se oferecem esperanças de melhores dias para o Brasil e os demais países menos desenvolvidos, não foram suficientes para evitar que em 1983 permanecessem desfavoráveis duas das principais variáveis externas que afetam nossa economia: a persistência de taxas de juros reais em níveis elevados nos mercados financeiros internacionais e a valorização do dólar frente às demais moedas conversíveis, o que dificultou a competitividade de nossas exportações e sustou a recuperação mais substancial das cotações de alguns produtos básicos.

Muito embora as taxas de juros tenham declinado sensivelmente em termos nominais, seus níveis reais permaneceram bastante elevados, tendo em vista a queda acentuada das taxas de inflação nos Estados Unidos e na Europa. Descontada a inflação, as taxas de juros reais de curto e longo prazos nos Estados Unidos oscilaram entre 4 e 6% ao longo do ano, enquanto nos demais países da OECD essas taxas variaram entre 3 e 7%, praticamente os mesmos níveis (recordes históricos) registrados em 1980.

Ligado a esse fenômeno, verificou-se em 1983, pelo quarto ano consecutivo, o fortalecimento do dólar frente às principais moedas européias e ao iene japonês. Considerando-se o conjunto dessas moedas, a valorização média do dólar foi de 11,7% em 1983 e de 53% desde o último trimestre de 1979.

A persistência desses fenômenos implicou grandes dificuldades ao reequilíbrio das contas externas dos países da América Latina, dentre eles o Brasil. Conseqüentemente, e em contraste com a recuperação obtida pelas nações industrializadas, aprofundou-se a crise econômica na região. Estimativas preliminares mostram redução do produto interno bruto dos países latino-americanos em 3,3%, após queda de 1% em 1982. Com relação à economia brasileira, estimou a Fundação Getúlio Vargas queda de 3,9%, contra crescimento de 1,4% em 1982.

Agravando ainda mais a situação, reduziu-se substancialmente o financiamento externo aos países da América Latina. Com efeito, a entrada líquida de capitais na região, que havia atingido US\$ 38,0 bilhões em 1981 (descontando-se os pagamentos de juros e lucros), e caído para US\$ 16,6 bilhões em 1982, situou-se em apenas US\$ 4,5 bilhões em 1983. Frente a tudo is-

so não restou alternativa aos países da região senão promover redução significativa de seus déficits em conta corrente do balanço de pagamentos através de significativos saldos comerciais. Para o conjunto da região, o déficit passou de US\$ 36,4 bilhões em 1982 para algo estimado em US\$ 8,5 bilhões em 1983. A obtenção desse resultado excepcional só foi possível pela aplicação de programas de ajustamento econômico, semelhantes ao utilizado pelo Brasil, em quase todas as principais economias latino-americanas.

No Brasil, o programa de ajustamento, conforme se expõe adiante, apresentou resultados altamente satisfatórios. No âmbito das contas externas obteve-se o maior superávit comercial de nossa história econômica: cerca de US\$ 6,5 bilhões, ultrapassando-se a meta acordada com a comunidade financeira internacional e o Fundo Monetário Internacional em quase US\$ 500 milhões.

Esse resultado foi ainda mais significativo se contraposto ao cenário internacional de crescente protecionismo e de contração das importações de nossos principais parceiros comerciais na América Latina e África, por força da crise econômica já referida. Nesse sentido, nossas exportações aos países em desenvolvimento não produtores de petróleo decresceram 6,4% no período janeiro-outubro de 1983, contra igual período de 1982, enquanto, no mesmo período, as exportações aos países industrializados aumentaram em 23,2%, ou seja, cerca de US\$ 1.297 milhões. Em seu conjunto, nossas exportações cresceram, em 1983, 8,5%.

Para a obtenção desse resultado foi decisivo o apoio governamental através não só de incentivos financeiros e creditícios, como também de política cambial realista que, após a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro, manteve a competitividade de nossos produtos no exterior. Não obstante esse resultado excepcional, foi necessário ainda grande esforço de contenção das importações. Situar-se estas em US\$ 15,4 bilhões, inferiores em US\$ 4 bilhões às verificadas em 1982, redução que se constituiu no principal fator explicativo da queda observada na produção industrial (-7,9%, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas).

Em função do resultado obtido na balança comercial, o déficit em conta corrente foi de apenas US\$ 7,6 bilhões em 1983, em comparação com o de US\$ 14,8 bilhões verificado em 1982, o que nos permitiu cumprir as metas do programa de ajusta-

mento referentes ao balanço de pagamentos. Para tanto, contribuiu também um déficit mais reduzido na conta «serviços», inferior em US\$ 1,4 bilhão ao de 1982.

O ingresso líquido de capitais, no entanto, foi menor em 1983, evoluindo de US\$ 6,3 bilhões em 1982 para apenas US\$ 4,1 bilhões, sendo assim insuficiente para cobrir o déficit em conta corrente. Verificou-se, portanto, um déficit final de US\$ 3.435 milhões no balanço de pagamentos.

Essa insuficiência de recursos obrigou a novas negociações entre o governo brasileiro, os bancos privados e o Clube de Paris, visando a recompor os recursos faltantes em 1983 e, simultaneamente, a garantir, com prudente antecedência, o financiamento externo em 1984, de acordo com programação adrede preparada.

Essas negociações, que se iniciaram em setembro de 1983 e prolongaram-se até janeiro do corrente ano, incluíram o montante estimado para equilibrar o balanço de pagamentos de 1983, no total de US\$ 3,8 bilhões e US\$ 5,2 bilhões para 1984, compreendendo aí os recursos do FMI, o refinanciamento feito pelo Clube de Paris e o refinanciamento das amortizações com os bancos.

No âmbito interno, o programa de ajustamento se apoiou em metas rigorosas para as políticas monetária e fiscal, visando à redução da inflação e das taxas de juros reais, condições necessárias à recuperação do nível de atividade econômica do setor privado. O aspecto central desse ajustamento interno reside na redução do déficit consolidado do setor público, cuja meta para 1983 foi fixada em não mais que 2,7% do produto interno bruto, contra 6,8% em 1982. Os resultados preliminares indicam haver-se atingido, com folga, esse objetivo, já que as últimas estimativas o situam em 2,5% do PIB.

Esse objetivo, na verdade, transcende o âmbito do próprio programa de ajustamento, inserindo-se no objetivo maior do governo de diminuição da ingerência do Estado na economia, condição básica ao restabelecimento da liberdade econômica e bem assim da democracia plena em nossa sociedade.

A política monetária, por outro lado, também apresentou resultados satisfatórios, visto que o crescimento da base monetária, ao final de dezembro, foi de 89,1%, para uma inflação anual de 211%. À luz desse resultado é de se prever redução substancial do impulso de alta dos preços ao longo de 1984.

A atenção conferida ao programa de ajustamento econômico, releva frisar, não desviou o governo de sua estratégia de longo prazo estabelecida no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ao contrário, insere-se plenamente em seus objetivos, quais sejam a obtenção de crescimento econômico com maior justiça social, a redução da dependência externa e o combate à inflação.

Assim, em que pese a queda conjuntural da produção industrial já mencionada, lograram-se mais uma vez resultados satisfatórios no desempenho dos setores prioritários, os que de fato mais contribuem para os objetivos do III Plano Nacional de Desenvolvimento. A produção extrativa mineral cresceu 12,6%, notadamente pelos acréscimos obtidos nas produções de petróleo, alumínio e ouro.

Em 1983, em relação a 1982, a produção de petróleo aumentou 28%, atingindo-se a marca de 432 mil barris diários ao final do ano (40% acima do nível do final de 1982). A produção de ouro, por seu turno, mais que duplicou em relação a 1982, o que alçou essa atividade à segunda posição no setor extrativo mineral, deslocando até mesmo, em valor, a produção de minério de ferro.

O setor energético também se beneficiou de maior utilização de eletricidade em substituição à energia importada. Assim, não obstante a redução do nível de atividade industrial, o consumo de energia elétrica cresceu 7,9% em 1983. Finalmente, merece destaque, ainda no setor energético, o aumento da produção de álcool em 42,4%, sendo que o álcool hidratado teve sua produção aumentada em 163,1%.

O crescimento registrado na produção agropecuária, também setor prioritário na estratégia governamental, foi de 2,1%. Conquanto a previsão inicial tenha sido de crescimento bem superior, importantes culturas, como as do milho, do feijão e do arroz sofreram perdas significativas ao longo do ano em decorrência de condições climáticas extremamente adversas. Essas quebras de safra, além de reduzirem os excedentes exportáveis de alguns produtos, contribuíram para a elevação da inflação no segundo semestre do ano.

Com relação à pecuária, o desempenho foi positivo em 1983, registrando-se crescimento de 3,0%.

Há em curso, portanto, um ajuste estrutural, em diversas frentes, que visa a deixar para o próximo governo nossa economia adaptada à nova realidade nacional e internacional.

Apesar das restrições gigantescas com que o governo vem trabalhando, os esforços no setor externo resultaram em transformação total do perfil do balanço de pagamentos brasileiro. A política firme na área energética (seja no programa do álcool e do carvão, na eletrotermia, ou ainda na área de novas perfurações e pesquisas petrolíferas) e no setor agrícola, casada à política agressiva de câmbio, ampliando a competitividade dos nossos produtos industrializados, resultou em 1983 em superávit de 6,5 bilhões de dólares. Metas que foram recebidas no ano passado com ceticismo por parcelas da sociedade ou já são realidade, ou serão asseguradas nos próximos meses. A Petrobrás já está com perspectivas de chegar a 500 mil barris/dia antes do prazo estipulado há três anos. As importações de petróleo vêm declinando persistentemente. O crescimento da produção agrícola (apesar de desastres naturais) nos últimos 4 anos foi acima daquele que muitos esperavam (média de 6% ao ano). No setor de minerais não ferrosos, os investimentos dos últimos anos estão agora rendendo dividendos em termos de divisas estrangeiras.

Para o ano de 1984, o governo está planejando um superávit comercial de 9 bilhões de dólares, compatível com a disponibilidade de capitais externos já assegurada.

É lícito perguntar se esta passagem de 6,5 bilhões de dólares para 9 bilhões de dólares de superávit condena nossa indústria a um quadro de recessão ainda mais profundo do que o de 1983. A resposta é «não». O grande ajuste no balanço comercial já foi feito em 1983, quando o país passou de um superávit de 800 milhões para o de 6,5 bilhões de dólares. Para 1984, ao contrário, espera-se a ampliação das importações do setor privado em quase 20%.

Com as hipóteses já mencionadas de expansão, em 1984, do comércio internacional, de redução da inflação mundial, considerando ainda a melhoria de nossas relações de troca observada nos últimos meses, o fato já assegurado de que as importações de petróleo vão ficar no mínimo 1 bilhão de dólares abaixo de 1983 e de que o governo vai importar 200 milhões de dólares a menos que em 1983, é lícito prever, com alguma segurança, que a meta de 9 bilhões pode ser atingida, mesmo com o setor privado importando cerca de 1,0 bilhão de dólares a mais, em 1984, em comparação a 1983. Em resumo, as metas fixadas para o balanço comercial prevêm condições significativamente mais favoráveis para o setor privado do que as vigentes em 1983.

No âmbito do ajustamento interno, prevê-se para 1984 um pequeno superávit operacional do setor público da ordem de 0,3% do PIB. Como no caso do setor externo, é bom enfatizar que esta meta deve ser comparada com o objetivo bem mais duro alcançado em 1983, quando o déficit foi baixado de 6,8% do PIB para 2,7%. Esta redução em 1983 e a projetada para 1984 estão sendo equacionadas de forma a implicar o menor ônus possível para as classes de baixa renda. Os aumentos dos tributos, que foram, sem dúvida, pesados na sua totalidade, incidiram sobre rendimentos do capital e/ou dos salários altos. As reduções de subsídios ainda em andamento estão sendo dosadas de forma a não criar grandes perturbações no sistema produtivo. Os investimentos públicos estão sendo cortados e redirecionados dentro das prioridades ditadas pela estratégia econômica.

Os ajustes mencionados, conquanto a médio e longo prazos tenham implicações extremamente desejáveis para a economia brasileira, no curto prazo foram fortemente inflacionários. Pelo menos quatro fatores importantes refletiram-se na inflação, como resultado do programa de ajustes no ano de 1983:

- a) a maxidesvalorização de 30% de fevereiro;
- b) o ajuste de preços públicos e administrados, especialmente nos meses de junho e julho;
- c) o alinhamento dos preços internos e dos preços agrícolas aos preços internacionais em ascensão;
- d) a contenção das importações.

Estes fatores, aliados às enchentes no Sul e à terrível seca no Nordeste, criaram quadro altamente inflacionário em 1983. Tal quadro foi mantido até agora pelos mecanismos de indexação do nosso sistema econômico.

Os índices de inflação, quando examinados com algum cuidado, revelam que, realmente, a inflação de 1983 foi bastante peculiar: nos últimos doze meses, o índice geral de preços subiu 209,6%, e o índice de preços no atacado, por outro lado, cresceu 235,3%. Se examinarmos os produtos agrícolas, observaremos uma taxa de 369,4%, comparada com 185,8% para os produtos industriais. Tais divergências, dentre outras mais, dão idéia das brutais mudanças de preços relativos que ocorreram na economia como resultado dos fatores mencionados acima.

Em 1984, contudo, encontraremos razões para esperar melhorias significativas.

— nosso câmbio está em ordem; logo, inexistem razões para esperar novos ajustes bruscos;

— os ajustes nos preços públicos e administrados que restam para 1984 são insignificantes;

— como já mencionado, há espaço para maiores importações em 1984 de parte do setor privado;

— estruturalmente, a economia está sujeita a menores pressões inflacionárias, uma vez que o déficit operacional do setor público continua a ser reduzido;

— os mecanismos de realimentação da inflação foram atenuados; e

— em condições climáticas mais favoráveis, devemos ter uma safra razoavelmente abundante.

Obviamente, este quadro pode ser alterado se houver novos choques inesperados sobre a economia. Tecnicamente, porém, a inflação para 1984 tem um caminho descendente.

O Brasil está vivendo fase delicada de sua história econômica. A variação de perspectivas para o ano de 1984 deve ser vista sob este prisma. 1984 ainda vai ser um ano de transição. Transição para um Brasil melhor e mais saudável.

2.1.1. *O Programa de Ajustamento Econômico*

As alterações nos termos de troca externos a partir de meados dos anos 70, o aumento considerável no serviço da dívida externa em decorrência das significativas flutuações da taxa de juros internacional a partir de 1979 e o agravamento da crise de liquidez no mercado financeiro desde 1981/82 impuseram ao Brasil sérias limitações ao seu fluxo normal de financiamento do balanço de pagamentos. Esta situação acabou por levar ao rápido esgotamento das reservas internacionais do país.

Diante dos compromissos externos crescentes, o governo optou por honrá-los, o que passou a exigir uma política econômica de maior austeridade. Tal política de ajustamento econômico vem sendo perseguida desde 1981, embora gradualmente.

As dificuldades para a administração das contas externas se tornaram agudas a partir de meados do ano de 1982. Resultaram não só da rápida exaustão das reservas de divisas, como também das flutuações indesejáveis nos saldos das linhas de créditos comerciais e interbancários do País no exterior.

Dessa forma, no quarto trimestre de 1982 o governo brasileiro decidiu tomar um conjunto de medidas financeiras que permitisse ao país equilibrar o Balanço de Pagamentos no ano e gerar a liquidez, que no momento se julgava necessária, para o ano seguinte, 1983. O referido conjunto de medidas foi formado por três tipos de empréstimos: I) empréstimos-ponte; II) empréstimos do FMI («Extended Fund Facilities», «Compensatory Fund Facilities» e «Buffer Stocks»); e III) empréstimos dos bancos comerciais (projetos 1, 2, 3 e 4).

Essa decisão do governo levou à celebração de um compromisso formal das autoridades com o Fundo Monetário Internacional, consubstanciado em um programa de ajustamento econômico para o período de 1983/85. Foi assinado um documento, em 6 de janeiro de 1983, denominado posteriormente 1ª carta de intenções.

Nessa carta foi fixado como objetivo de curto prazo a redução dos desequilíbrios externos e internos e, como objetivo de médio prazo, a promoção de mudanças estruturais visando à retomada do crescimento econômico. A estratégia do programa de ajustamento centrou-se em dois pontos básicos: Primeiro, a redução da dependência de recursos externos; Segundo, tornar mais eficiente a economia brasileira. Dessa forma, entendeu-se que desempenhariam papel central do programa de ajustamento tanto o crescimento da poupança interna (especialmente a do setor público), como o saneamento do sistema de preços domésticos, através da eliminação dos subsídios e de outras restrições impostas direta ou indiretamente aos preços pela excessiva intervenção governamental.

Discute-se a seguir o andamento do esquema de financiamento dos desequilíbrios externos a partir do quarto trimestre de 1982, bem como a evolução das políticas de ajustes e seus resultados até o final de 1983.

2.1.1.1. Evolução do Esquema de Refinanciamento Externo

Os empréstimos-ponte acima referidos são empréstimos de curto prazo e funcionaram como um adiantamento por conta dos empréstimos que o país receberia mais tarde através dos projetos de financiamento tanto do FMI como dos bancos comerciais. Do total de US\$ 5,6 bilhões de empréstimos-ponte provenientes do Tesouro Americano (US\$ 1,9 bilhão), do BIS — Bank for International Settlements» (US\$ 1,4 bilhão), e dos

próprios Bancos Comerciais (US\$ 2,3 bilhões), mais de 75% entraram até dezembro de 1982. O restante desses recursos foi desembolsado até o final do primeiro trimestre de 1983. O empréstimo-ponte do Tesouro Americano foi totalmente pago pelo Brasil até o final de março, como programado. As amortizações dos empréstimo-ponte do BIS e dos Bancos Comerciais seriam efetuadas em consonância com as liberações dos empréstimos do FMI e dos Bancos Comerciais (projeto 1), respectivamente.

O total dos empréstimos do FMI foi estimado em torno de US\$ 5,9 bilhões. Desse total apenas US\$ 540 milhões entraram em dezembro de 1982 e US\$ 910 milhões, em março de 1983. De acordo com a programação original, aproximadamente 46% do total dos recursos seriam desembolsados até dezembro de 1983, ficando o restante para 1984 e 1985. Por razões que se exporão mais adiante, as parcelas de maio e agosto, montando a aproximadamente US\$ 812 milhões, e mais os US\$ 70 milhões inicialmente programados para setembro por conta do «Buffer Stock Facilities», não foram liberadas antes de dezembro de 1983. Com isso foram comprometidas as programações de amortizações dos empréstimos-ponte do BIS e dos Bancos Comerciais; estes últimos porque o próprio desembolso do projeto 1 está condicionado às liberações das parcelas do FMI.

Com relação aos Bancos Comerciais havia sido programado um total de empréstimos de US\$ 9 bilhões, sendo US\$ 4,4 bilhões constituído de empréstimos novos (projeto 1) e US\$ 4,6 bilhões de refinanciamento da dívida vencendo em 1983 (projeto 2). O resto do financiamento dos Bancos Comerciais acertado com o Brasil seria representado pela manutenção de um saldo mínimo de US\$ 8,8 bilhões nas linhas de créditos comerciais (projeto 3) e US\$ 10 bilhões nas linhas do crédito interbancário (projeto 4). Como os Bancos Comerciais detêm certo controle na liberação dos recursos desses empréstimos e saldos, os desembolsos do projeto 1 só são efetivados no mês seguinte às liberações das parcelas do FMI. Tanto no caso do projeto 1 como no caso do projeto 2, as empresas tomadoras no Brasil seriam de escolha dos credores, de uma lista de nomes fornecida pelo Banco Central. Enquanto tal escolha não se formalizava as Autoridades Monetárias brasileiras assumiam a responsabilidade direta pela obrigação. Por outro lado, os saldos mantidos dos projetos 3 e 4 são de total controle dos bancos credores e em geral muito sensíveis à conjuntura

econômica doméstica e internacional. O sucesso desses últimos projetos afeta e é seriamente afetado pelo desempenho do programa de ajustamento como um todo.

É clara a interdependência entre as diferentes linhas de empréstimos acima descritas. É muito aparente ainda a consonância de cada uma delas com as liberações efetuadas pelo FMI. É nesse sentido que as metas e tetos acertados com o FMI tanto na «carta de intenções» como no «memorando técnico» tem merecido a máxima consideração por parte do governo brasileiro.

Adicionou-se, ainda em 1983, ao esquema de refinanciamento da dívida externa acima descrito, um refinanciamento efetivado com o Clube de Paris no montante de US\$ 714,2 milhões, sendo 542,8 milhões de principal e o restante em juros.

2.1.1.2. O Processo de Ajustamento no Primeiro Semestre de 1983

Visando ao equilíbrio externo e interno da economia brasileira, foi acertado com o FMI que se acompanhariam trimestralmente, além da evolução das Reservas Internacionais Líquidas e da evolução da Dívida Externa, dois importantes indicadores de desempenho do programa de ajuste econômico interno: as «Necessidades de Financiamento do Setor Público» e o «Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias». O primeiro desses indicadores reflete a evolução da política fiscal e o segundo, a evolução da política monetária.

O programa de ajustamento externo foi e vem sendo satisfatoriamente executado. Para um déficit em transações correntes previsto em US\$ 7 bilhões exigia-se, de acordo com a carta de intenções de 06-01-83, um superávit de US\$ 6 bilhões na Balança Comercial em 1983. É interessante notar que em junho tal superávit já alcançava US\$ 3,2 bilhões, com um desempenho ainda mais favorável no segundo semestre. A mudança da política cambial encetada pelo governo a partir da maxi-desvalorização do cruzeiro (em 30%) em 24 de fevereiro de 1983 certamente desempenhou papel fundamental no desempenho da balança comercial.

Entretanto, o desempenho favorável da balança comercial não foi suficiente para retirar o país da precária situação cambial em que se encontrava. Atuaram desfavoravelmente os seguintes fatores: i) flutuações nas taxas de juros internacionais; ii) desempenho dos financiamentos externos de curto prazo

abaixo do programado; e iii) reduzido acesso do Brasil a financiamentos externos em geral. A persistência dessa situação durante todo o primeiro semestre do ano resultou em contínua elevação de pagamentos atrasados, que em agosto já atingia a casa de US\$ 2,5 bilhões.

No âmbito interno, o programa de ajustamento foi inicialmente menos satisfatório. Tal desempenho, resultou, por um lado, do retardamento na implementação das medidas corretivas de preços e gastos públicos (dos três níveis de governo e das empresas estatais). Por outro lado, a taxa de inflação se acelerou, indicando, já em meados do ano, que a meta da carta de intenções seria ultrapassada. Contribuíram para a aceleração inflacionária a própria maxidesvalorização de fevereiro, as enchentes no Sul e a seca do Nordeste; estas últimas afetando tanto a oferta de produtos agrícolas como os gastos públicos. Dessa forma, foram ultrapassados os tetos fixados na primeira carta de intenções, tanto para o «Crédito Interno Líquido», como para as «Necessidades de Financiamento do Setor Público».

2.1.1.3. O Processo de Ajustamento no Segundo Semestre de 1983

Devido aos problemas acima mencionados, nova fase de negociações com o FMI foi desencadeada a partir de junho de 1983. Das conversações entabuladas, ficou clara a necessidade de reformulações e adaptações dos indicadores e critérios de desempenho, bem como a necessidade de se acelerar a adoção de políticas de ajustamentos.

O resultado dessas negociações foi a segunda carta de intenções firmada pelo Brasil em 15 de setembro, estabelecendo novas metas para o terceiro e quarto trimestres de 1983, bem como algumas perspectivas para o ano de 1984. Discute-se a seguir o desempenho do programa no segundo semestre de 1983 de acordo com essas novas metas, já ajustadas pelo adendo de novembro à referida carta de intenções.

2.1.1.4. Metas e Desempenho do Programa de Ajustamento Externo

Na segunda carta de intenções, o Brasil se comprometeu a obter, até dezembro de 1983, pelo menos o equilíbrio do balanço de pagamentos global. Dado esse objetivo, estimou-se um déficit mínimo do balanço de transações correntes da ordem de

US\$ 7,7 bilhões. Em função das limitações de acesso ao mercado financeiro internacional, o saldo da balança comercial passou a desempenhar papel preponderante no programa de ajuste externo da economia. Assim, o saldo mínimo requerido e comprometido junto ao FMI, para 1983, foi de US\$ 6,3 bilhões.

O desempenho da Balança Comercial no terceiro e quarto trimestres foi altamente satisfatório. Já em setembro esse saldo se acumulava a mais de US\$ 5 bilhões. O ano de 1983 fechou com folga em relação à meta pré-estabelecida. As exportações atingiram US\$ 21,9 bilhões e as importações US\$ 15,4 bilhões, efetivando um superávit de US\$ 6,5 bilhões.

A administração do Balanço de Pagamentos, entretanto, continuou encontrando dificuldades em função do estancamento da entrada de recursos externos, o que vinha ocorrendo desde meados do primeiro semestre do ano. A consequência foi um aumento nos atrasados de pagamentos de serviço da dívida externa. A precariedade da situação cambial prevalecente no segundo semestre de 1983 só poderia ser amainada depois da retomada dos fluxos de recursos acertados com o FMI e com os bancos internacionais, o que não ocorreu até o final do quarto trimestre. Visando a superar a crise, o governo brasileiro desencadeou, ainda no quarto trimestre, a segunda fase das negociações externas com os bancos privados envolvendo o valor US\$ 6,5 bilhões; e se comprometeu junto ao FMI, na medida do possível, a orientar a política de ajuste externo no seguinte sentido: i) manutenção da política cambial, através de minidesvalorizações, em perfeita consonância com a evolução da inflação interna; ii) eliminação de restrições cambiais; iii) eliminação dos atrasos de pagamentos externos; iv) liberalização cambial (i.e. revogação da resolução do CMN nº 851 de 09.07.83); e v) intensificação dos esforços para maiores tomadas de empréstimos externos a médio e longo prazos.

Com relação às perspectivas para 1984, planejou-se um déficit em Transações Correntes de aproximadamente US\$ 6 bilhões. Isto significa um saldo na Balança Comercial em torno de US\$ 9 bilhões, com exportações em torno de US\$ 24,5 bilhões e importações de US\$ 15,5 bilhões. Planejou-se assim para 1984, uma relação Déficit em Transações Correntes/PIB de 1,5%, e para 1985, 1%. Este último correspondendo a, aproximadamente, US\$ 4 bilhões de Déficit em Transações Correntes.

2.1.1.4.1. Metas e Desempenho do Programa de Ajustamento Interno

Coerentemente com o programa de ajustamento externo, uma bateria de instrumentos de política econômica vem sendo acionada internamente visando à geração do excedente exportável e ao controle da inflação. Dessa forma, o programa de ajuste interno focaliza basicamente três variáveis essenciais: i) Déficit do Setor Público; ii) Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias; e iii) Inflação. Discutem-se a seguir as metas pré-estabelecidas e o desempenho dessas variáveis.

2.1.1.4.2. Déficit Público, Política Fiscal e Política Salarial

O controle do déficit público tem sido considerado, tanto pelo governo brasileiro, como pelo FMI, variável central na política antiinflacionária. As metas estabelecidas pelo adendo à segunda carta de intenções são de que o déficit público nominal não deverá ultrapassar 18,6% e 9% do valor do PIB, respectivamente em 1983 e 1984. A meta do déficit público operacional para 1983 foi de 2,7% do valor do PIB.

As metas nominais do déficit público (entendidas como «necessidades de financiamento do Setor Público») para setembro e dezembro estão mostradas no Quadro II. Os saldos dos componentes principais do Déficit Público («Governo Federal», «Governos Estaduais e Municipais» e «Empresas Estatais») são cotejados mês a mês com as respectivas metas e estão também mostrados, para o final do terceiro e quarto trimestres, no Quadro II.

No que tange ao 3º trimestre, o desempenho do indicador global das Necessidades de Financiamento do Setor Público foi bastante satisfatório. A meta do *fluxo* acumulado até 30 de setembro (Cr\$ 14,9 trilhões) não foi ultrapassada, verificando-se, ao invés, uma folga de Cr\$ 1.058,5 bilhões. Esse resultado foi alcançado graças a grande esforço de contenção de dispêndio, principalmente por parte do «Governo Federal» e das «Empresas Estatais».

A partir do terceiro trimestre de 1983, acelerou-se a implementação de controles de gastos, bem como acionaram-se as políticas fiscais e salariais visando a deter a expansão do déficit público e da inflação. O COMOR (Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos) foi

criado em 02.08.83 com a finalidade de, através de controle austero dos dispêndios, ajudar a garantir as metas orçamentárias. No que tange à redução do déficit do «Governo Federal», modificações na política tributária foram encaminhadas no sentido de aumentar as receitas fiscais. Por outro lado, a política de correção de preços dos serviços fornecidos pelo setor público, e a eliminação de subsídios explícitos e implícitos (trigo, açúcar, combustíveis, exportação e agricultura) concedido pelo governo, começaram a mostrar seus efeitos positivos no sentido de reduzir o dispêndio público.

A política salarial encetada pelo governo a partir dos Decretos-leis n.ºs 2.012, 2.024, 2.036, 2.045 e finalmente, no início do quarto trimestre com o Decreto-lei n.º 2.065, resultou em impacto considerável no sentido de reduzir o déficit nas três esferas do setor público.

Com relação aos Governos Estaduais e Municipais, além do controle austero de seus gastos, exercido pelos respectivos governos e acompanhado pelo COMOR, procurou-se, através da Resolução do Senado n.º 364, de 02.12.83, propiciar um aumento de suas receitas fiscais através do aumento de 1% na alíquota do ICM.

O controle dos dispêndios das empresas estatais surtiu efeito positivo durante o terceiro e quarto trimestres do ano. O teto do saldo de seu déficit em 30 de setembro, fixado no acordo Brasil-FMI, não foi ultrapassado e esse mesmo saldo em 31 de dezembro situou-se a mais de Cr\$ 2 trilhões aquém da meta pré-estabelecida (Quadro II). Tal desempenho altamente favorável das empresas estatais no fechamento do quarto trimestre de 1983 mais do que compensou a ultrapassagem dos tetos de financiamentos requeridos nas contas do «Governo Federal» e dos «Governos Estaduais e Municipais». Contribuiu decisivamente para esse desempenho, no terceiro e quarto trimestres, a contenção dos empréstimos das referidas empresas junto aos bancos comerciais e às demais instituições financeiras (Resolução n.º 831 de 09.06.83 do CMN). A taxa de expansão da «dívida flutuante» das estatais para com empreiteiros e fornecedores também caiu no segundo semestre relativamente ao primeiro semestre de 1983.

Ainda no que tange às necessidades de recursos dessas empresas cobertas pelas Autoridades Monetárias, deve-se salientar que, apesar dos ganhos significativos observados em várias direções, a maior taxa de expansão nominal, no terceiro trimestre

do ano, diz respeito às operações de regularização de compromissos cambiais vencidos e de responsabilidade das empresas estatais. Deve-se notar, entretanto, que durante o segundo e o terceiro trimestre de 1983 se processou queda bastante rápida na taxa de expansão trimestral do saldo das referidas operações (+420% no primeiro trimestre, +161% no segundo e +50% no terceiro). A expansão nominal desse saldo voltou a crescer no quarto trimestre do ano (+145%) em decorrência das dificuldades encontradas no mercado financeiro internacional para a continuidade do refinanciamento normal da dívida externa das empresas estatais.

Em termos globais, os indicadores das Necessidades de Financiamento do Setor Público apresentaram em 1983 um comportamento compatível com os tetos estabelecidos no acordo com o FMI. O quadro II mostra que no ano a razão Déficit Público/PIB foi de 17,9%, segundo o conceito de déficit nominal e 2,5%, segundo o conceito de déficit operacional (Quadros II e III).

2.1.1.4.3. Crédito Interno Líquido e Política Monetária

No programa de ajustamento econômico o desempenho global da política monetária tem sido acompanhado através de dois indicadores: O Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias e a Base Monetária.

O Crédito Interno Líquido é o indicador abrangente do desempenho da política monetária. Este indicador capta as oscilações da oferta monetária, descontadas as oscilações das reservas internacionais.

Com relação à meta global do Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias estabelecida para setembro de 1983, o indicador mostrou um desempenho satisfatório da política monetária. O saldo das contas que formam o Crédito Interno Líquido revelou uma folga de Cr\$ 221,3 bilhões em relação ao teto fixado (Quadro I). Do lado das aplicações das Autoridades Monetárias, contribuíram para esse resultado principalmente o esforço de contenção do déficit público federal, a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil a níveis inferiores à inflação, e uma queda nos recursos próprios das Autoridades Monetárias menor do que a inicialmente programada.

No que tange ao quarto trimestre, a meta de Cr\$ 3.540 bilhões havia sido programada em função das expectativas de

uma recuperação das reservas internacionais. Como os recursos resultantes das negociações externas em curso durante aquele trimestre não foram liberados com a intensidade programada até 31 de dezembro de 1983, as reservas não se recuperaram suficientemente e, assim, apesar de as metas de controle interno terem sido cumpridas, o teto do Crédito Interno Líquido foi ultrapassado em decorrência dessa questão externa. De acordo com o Quadro I o valor efetivo do Crédito Interno Líquido atingiu, em dezembro, Cr\$ 5,7 trilhões.

A expansão da Base Monetária, por sua vez, é um componente importante a afetar a expansão dos meios de pagamentos do sistema. No acordo com o FMI o Brasil projetara uma taxa de expansão da Base Monetária de 87% e uma taxa de expansão dos meios de pagamentos (moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) de 90% até o final de 1983. Efetivamente, a taxa de expansão da Base Monetária em 1983 foi de 89% e a taxa de expansão dos meios de pagamentos 92%.

2.1.1.4.4. Inflação e Política de Preços

O conjunto de instrumentos acionados para o ajuste interno visa, em última instância, a reduzir a inflação. O adendo à última carta de intenções não especifica metas para a taxa de inflação. Esta, porém, sofreu uma aceleração bastante acentuada durante 1983, mostrando certa desaceleração apenas no último bimestre do ano.

Contribuiu para a aceleração inflacionária no segundo semestre de 1983 uma série de fatores, preponderando os choques de oferta e a correção de preços. Dentre esses fatores destacam-se as quebras de safras agrícolas e as políticas de realinhamento de preços e a eliminação (ou redução) de subsídios. Nestes últimos contam os efeitos da maxi-desvalorização de fevereiro, a eliminação do subsídio do combustível e a redução do subsídio do trigo em junho, os aumentos dos preços do aço e eletricidade e as freqüentes revisões dos preços dos serviços do setor público.

QUADRO I

Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias
(Conceito do Acordo Brasil — FMI)

Discriminação	Saldos em Cr\$ bilhões									
	1979	1980	1981	1982	1983					
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro		
							Efetivo	Metas	Efetivo	Metas
I — Passivo das A.M. junto ao										
Setor Privado (Não Fin.)	360,7	496,6	920,4	1.734,3	1.695,6	2.134,8	2.504,6			3.297,6
1. Passivo Monetário	255,9	430,7	765,6	1.411,6	1.398,4	1.703,8	1.989,7			2.670,8
Papel Moeda em Poder										
do Público	167,3	290,7	523,1	1.010,0	963,9	1.125,1	1.300,2			1.842,0
Papel Moeda Emitido	187,3	326,3	571,3	1.112,3	1.087,3	1.347,3	1.517,3			2.047,3
Caixa das A.M.	3,6	6,0	2,9	18,0	18,6	43,2	27,1			25,9
Caixa dos Bancos										
Comerciais	16,4	29,6	51,3	84,3	104,8	179,0	190,0			179,4
Depósitos à Vista do										
Setor Privado no B.B.	88,6	140,0	242,5	401,6	434,5	578,7	689,5			828,8
2. Passivo Quase-Mone-										
tário	104,8	65,9	154,8	322,7	297,2	431,0	514,9			626,8
Depósitos a Prazo no										
B.B.	1,3	0,9	92,1	202,5	237,4	308,1	407,7			506,8
Outros Depósitos	103,5	65,0	62,7	120,2	59,8	122,9	107,2			120,0
II — Reservas Internacionais										
Líquidas (ajustada)	390,7	339,0	725,6	-727,0	-1.310,9	-1.787,5	-2.874,1			-2.439,0
Crédito Interno Líquido										
(I-II)	-30,0	157,6	194,8	2.461,3	3.006,5	3.922,3	5.378,7	5.600,0	5.726,6	3.540,0

Fonte: BACEN.

QUADRO II

Necessidades de Financiamento do Setor Público (Nominal)

Em Cr\$ Bilhões

Discriminação	1982 Dezembro	1983						
		Março	Junho	Setembro		Dezembro		
				Efetivo	Metas	Efetivo ¹	Metas	
FINANCIAMENTO INTERNO								
(Saldos)	11.867,8	15.250,1	20.121,3	25.508,4		35.200,8		
Governo Federal	4.837,9	5.431,5	6.686,6	7.684,0	7.909,0	10.353,5	9.400,0	
Governos Estaduais e Municipais	3.494,3	4.501,0	5.982,0	7.902,4	7.927,0	10.726,7	10.415,0	
Previdência Social	-397,0	-429,3	-615,4	-611,2		-727,3		
Agências Descentralizadas	302,0	435,3	617,0	657,1		1.144,0		
Empresas Estatais	3.909,3	5.709,5	8.077,0	10.413,7	11.158,0 ²	15.138,7	17.155,0 ²	
Fundos e Programas	-278,7	-397,9	-625,9	-537,6		-1.434,8		
FINANCIAMENTO EXTERNO								
(Fluxo)	1.278,4	193,0	80,1	200,9		280,0		
Fluxos Acumulados no ano (Total do Financiamento ao Setor Público)					13.841,5	14.900,0	23.613,0	24.600,0
Porcentagem em relação ao PIB de 1983						17,9%	18,6%	

1 Estimativas BACEN

2 Inclui o fluxo acumulado do financiamento externo no ano.

Fonte: BACEN

QUADRO III

Necessidades de Financiamento do Setor Público (Operacional)

Em Cr\$ Bilhões

Discriminação	Fluxos em 1983	
	Efetivo	Metas
FINANCIAMENTO INTERNO (Fluxos)	3.002,0	
Governo Federal	--227,8	
Governos Estaduais e Municipais	1.320,6	
Previdência Social	220,6	
Agências Descentralizadas	308,0	
Empresas Estatais	2.536,7	
Fundos e Programas	--1.156,1	
FINANCIAMENTO EXTERNO (Fluxo)	280,0	
Fluxos Acumulados no ano (Total do Financiamento do Setor Público)	3.282,0	3.600,0
Porcentagem em relação ao PIB de 1983	2,5%	2,7%

Fonte: BACEN.

2.2 AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

2.2.1. *Desempenho Setorial*

Em 1983, a produção agrícola brasileira apresentou um crescimento de 2,1%, resultado bastante positivo se se considerarem as expectativas geradas não só pelo fraco desempenho do mercado, observado em 1982, como pelas condições climáticas adversas que se verificaram durante a fase de colheita na Região Sul e durante todo o ciclo produtivo na Região Nordeste.

Vale assinalar que as adversidades levaram — em relação a 1981/82 — a uma redução de 11,4% na área colhida com as 32 principais culturas, além de resultar em menor produtividade da terra. Em consequência, apresentaram decréscimos as produções de algodão (-16,2%), arroz (-20,1%), batata (-15,3%), cacau (-4,9%), feijão (-45,2%), fumo (-5,2%), mamona (-10,8%), mandioca (-8,0%), milho (-14,2%) e tomate (-8,5%). Tais perdas foram, no entanto, parcialmente equilibradas por importantes acréscimos na produção de café (81,3%), cana-de-açúcar (11,7%), cebola (9,0%), soja (13,6%) e trigo (22,9%).

A produção de origem animal continuou evoluindo favoravelmente. Com relação a igual período de 1982 (janeiro-outubro), verificou-se em 1983 aumento de 2,2% nos abates de bovinos, suínos e aves, em peso. No mesmo período, a produção de leite destinado ao consumo público e industrializado cresceu em 3,5%.

Os preços dos produtos agrícolas expandiram-se acima da média dos preços dos demais produtos, a partir do segundo semestre de 1983. Esta inusitada evolução de preços foi explicada, de um lado, pelos efeitos das adversidades climáticas no suprimento de produtos de amplo consumo interno, como arroz, fei-

ção e milho, e por outro lado, pela elevação dos preços internacionais, motivada pela redução da safra norte-americana, em produtos como soja, milho e algodão.

Os preços recebidos pelos produtores aumentaram em 140% no período janeiro-novembro de 1983/82. Porém se comparados no período julho-novembro, o crescimento foi da ordem de 190%. No atacado, os preços dos produtos agrícolas evoluíram em 231%. Somente no segundo semestre de 1983, em comparação com igual período de 1982, esta expansão foi da ordem de 307%.

O governo se absteve de controlar diretamente esses preços. Foi necessário, contudo, corrigir o efeito desses fatores acidentais nos índices utilizados para as correções monetária e cambial. Por outro lado, esses preços favoreceram o surgimento de expectativas de melhor remuneração aos agricultores, que estimularam o plantio da safra 1983/84.

Atendendo à prioridade conferida ao aumento das exportações, logrou-se em 1983 substancial incremento das exportações agrícolas. Este esforço foi coadjuvado pela reativação do mercado internacional de produtos básicos, no segundo semestre, principalmente com a elevação das cotações de soja, milho e cacau.

Desta forma, as exportações agrícolas puderam contribuir acentuadamente para o superávit alcançado na balança comercial em 1983. Enquanto no período janeiro-novembro, em relação ao mesmo período de 1982, o valor das exportações totais aumentava em 8,4%, as originárias do setor agrícola cresciam em 11,1%. Para tanto, contribuíram acentuadamente as vendas dos dois principais produtos de exportação do País — soja (grãos, óleo e farelo) e café (grão e solúvel) — os quais, juntos, perfizeram 59,0% do valor das exportações do setor e 22,4% das exportações totais. As demais exportações agrícolas foram lideradas por carnes (bovinos, suínos, eqüídeos e aves), laranja (fresca e em suco), cacau (amêndoa, pasta e manteiga), açúcar (demerara, refinado e cristal), e algodão (rama, linter, óleo e farelo).

No setor de energia, o Programa Nacional do Alcool continua obtendo decisivo apoio da agricultura, por meio de crescimento estável da produção de cana-de-açúcar, que atingiu a taxa média anual de 9,8% no período 1977-83. Ao mesmo tempo,

o governo promove estudos visando ao emprego da biomassa vegetal, em busca de novas alternativas para solução do problema energético.

2.2.2. Política Agrícola

A agricultura, confirmando a prioridade que lhe foi atribuída pelo governo, vem-se constituindo em peça fundamental de apoio às metas de combate à inflação, de obtenção de superávit na balança comercial e de superação da crise energética. Em consequência, as limitações aos gastos do governo, que precisaram ser impostas em 1983, não impediram que o setor agrícola fosse mantido em situação de privilégio quanto a dotação de recursos.

Em linha com esta orientação, foram sustentados em nível operacional os programas que servem de base à ação do governo federal no setor agrícola. Além disto, deu-se seqüência à estratégia, traçada em anos anteriores, de minorar o impacto sobre o setor dos ajustamentos nos instrumentos de controle monetário.

No campo do crédito rural, o sistema de taxas de juros fixas, vigente em 1982, foi mantido até junho de 1983, permitindo o plantio das safras de inverno sob condições bastante favoráveis. A partir do segundo semestre, para o plantio de verão, as taxas de juros passaram a variar de acordo com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), sendo mantido o subsídio, embora em menores níveis, e o tratamento preferencial concedido às Regiões Norte e Nordeste e ao pequeno produtor rural.

Os valores básicos de custeio foram reajustados, em julho, para níveis cerca de 130% superiores aos de 1982, mantendo-se estáveis em termos reais. Ademais, o limite da expansão do saldo das aplicações em crédito rural, que havia sido definido, para 1983, em 87%, foi posteriormente ampliado. Este saldo, em novembro de 1983, atingiu valor 93,1% acima do verificado em novembro de 1982. Tal expansão seguiu a norma obedecida em 1982, de crescente participação dos bancos comerciais: enquanto os financiamentos do Banco do Brasil cresceram em 66,5%, os bancos comerciais apresentavam expansão de 148,3%. Desta forma, os bancos comerciais passaram a contribuir, em novembro de 1983, com 41,9% do crédito rural total, contra 32,5% em novembro de 1982.

Quanto à política de garantia de preços mínimos, foram divulgados, em agosto, os preços-base que, segundo rotina adotada em 1982, são reajustados pelos índices oficiais, de forma a que mantenham valor equivalente, no início da fase de colheita. Estes preços foram elevados, em relação aos de 1982, em percentuais que variaram, para os principais produtos, entre 130% e 200%, com posterior reajuste de acordo com a variação das ORTN.

Desta forma, vem-se cumprindo o objetivo de promover a gradual substituição do subsídio ao crédito por preços mínimos que melhor refletem as condições do mercado. Cabe ressaltar que, em relação à anterior, esta política possui a vantagem de beneficiar todo o conjunto de produtores, através de preços mais estáveis, enquanto a política de subsídios favorecia somente os tomadores de crédito rural, ao mesmo tempo em que afetava negativamente os produtores, pelo aumento dos preços — via incremento da demanda — de insumos agrícolas de origem industrial.

O apoio financeiro à agricultura também foi efetivado pela destinação de substanciais recursos em apoio às vítimas da seca, na Região Nordeste, e das enchentes na Região Sul. As medidas adotadas incluíram, além das doações em espécie às populações rurais dessas regiões, a prorrogação dos financiamentos rurais anteriormente concedidos aos produtores das áreas atingidas e a concessão de novos empréstimos, visando à cobertura de perdas ocorridas na Região Sul. Na Região Nordeste foram ainda abertas frentes de trabalho, visando proporcionar emprego e evitar as conseqüências do êxodo indiscriminado de largos contingentes da população rural.

Com relação ao sistema de preços, foi mantida a diretriz de redução das intervenções diretas do governo federal, nos níveis atacadista e varejista. Algum controle, no entanto, continuou a ser levado a efeito, por meio de acordos com o comércio, visando proteger o consumidor contra variações excessivas de preços. Com objetivos semelhantes, foram promovidos leilões dos estoques governamentais e contratadas importações precautórias.

Esta maior liberação dos mercados agrícolas foi, também, apoiada pela maxidesvalorização cambial realizada em fevereiro. O imposto de exportação sobre produtos de origem agrícola, estabelecido naquela oportunidade para evitar especulações baixistas, foi gradualmente retirado, passando a incidir, ao fim de 1983, apenas sobre poucos produtos e em alíquota reduzida.

A aplicação de recursos públicos em programas que visam ao desenvolvimento agrícola, a longo prazo, continuaram a merecer a atenção do governo federal. Neste sentido, a pesquisa agropecuária e a extensão rural assumem posição de relevo, dada a necessidade de pronta adaptação dos sistemas produtivos às mudanças, no sentido de maior eficiência, condicionadas pela presente crise econômica.

Com relação à pesquisa, ao se atingir, em 1983, o décimo ano de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vale ressaltar o acentuado progresso alcançado na geração e adaptação de técnicas que têm permitido ao País substanciais avanços em termos de produção e produtividade agrícola. Este esforço é também complementado por recursos aplicados por outros órgãos do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e do Comércio e do Ministério do Interior, além dos governos estaduais.

No campo da assistência técnica e extensão rural, o governo elegeu como objetivo prioritário o trabalho com pequenos e médios produtores, visando aumentar a renda e elevar o nível de vida da família rural. A coordenação desta importante área cabe à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que atua em todo o País através de órgãos estaduais. Participam complementarmente de atividades dessa natureza, outras entidades do Ministério da Agricultura, do Ministério do Interior e o Sistema Nacional de Crédito Rural.

As atividades de apoio à comercialização representam também importante parcela dos recursos destinados pelo governo federal ao setor agrícola; incluem a formação de estoques reguladores, a construção e conservação de estradas radiais e vicinais, a manutenção de estruturas de armazenamento e distribuição de produtos agrícolas e de um sistema ágil e fidedigno de informação de mercado. Participam destas atividades a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB/CIMAG), todos órgãos do Ministério da Agricultura, e o Ministério dos Transportes, além do apoio financeiro proporcionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Outros importantes programas de apoio ao setor agrícola merecem ser destacados, como os de defesa sanitária animal e vegetal, executado pela Secretaria Nacional de Defesa Agrope-

cuária do Ministério da Agricultura; de cooperativismo, que envolve o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e outros órgãos; o Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), ambos a cargo da EMBRATER; de eletrificação rural, coordenado pelo Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER); de conservação do solo e de produção de sementes e mudas, com a participação da Secretaria Nacional da Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura e da EMBRAPA; de recursos híbridos, executado pelo Ministério do Interior na Região Nordeste; de recursos naturais, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); e de meteorologia, a cargo do Instituto Nacional de Meteorologia (INEMET).

2.2.3. Assuntos Fundiários

A execução do Programa Nacional de Política Fundiária confiada ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) apresentou, no exercício de 1983, resultado bastante expressivo, reduzindo de forma sensível os problemas críticos no setor. Cabe destaque para a definição da situação dominial de 14,4 milhões de ha, a matrícula em nome da União de 16,7 milhões de ha, a demarcação de 5 milhões de ha e a outorga de 177.100 novos títulos de propriedade, abrangendo uma área de 12 milhões de ha.

No contexto destas realizações, inclui-se a neutralização de áreas de tensão, com 24 imóveis desapropriados por interesse social, correspondendo a 500 mil ha e beneficiando aproximadamente 7 mil famílias.

As instituições federais voltadas para os problemas fundiários ampliaram significativamente, através de 23 convênios com 14 Estados da Federação, o apoio e a assistência técnica às congêneres estaduais. Também através de convênios, o MEAF apoiou projetos estaduais de regularização fundiária e assentamento, alocando recursos do FINSOCIAL em montante de Cr\$ 9.596.583.928,00, beneficiando 105.050 famílias e envolvendo área de aproximadamente 17 milhões de hectares.

Ainda com respeito a recursos oriundos do FINSOCIAL, no exercício de 1983, o MEAF destinou ao INCRA Cr\$ 20.678.800.000,00 para aplicação em projetos oficiais de coloni-

zação e Cr\$ 7.700.000.000,00 para regularização fundiária em áreas sob a jurisdição do órgão. Ao GETAT, para emprego na área específica do Araguaia-Tocantins, o MEAF destinou Cr\$ 9.600.000.000,00 para projetos oficiais de colonização e Cr\$ 2.656.287.000,00 para apoio de infra-estrutura social ao programa de regularização fundiária e assentamento de colonos em diversos municípios dos Estados de Goiás, Maranhão e Pará.

Adotando a efetiva implementação do Estatuto da Terra e legislação correlata como ponto de partida do roteiro de trabalho a que se impôs, o MEAF elaborou uma coletânea contendo os principais diplomas legais de aplicação mais geral e comum no mundo do direito agrário, incluindo a jurisprudência básica dos tribunais, destinada a todos aqueles que, em nível de decisão, precisam conhecer a matéria. Merece realce, ainda, a elaboração de um Manual Técnico de Cartografia Fundiária, destinado a todos os órgãos afins, visando à padronização, em âmbito nacional, dos trabalhos cartográficos de natureza fundiária.

Por outra parte, desenvolvem-se estudos com o objetivo de consolidar a legislação agrária e possibilitar sua atualização e aperfeiçoamento, estabelecendo medidas e normas que se fixarão primordialmente no cumprimento integral do princípio constitucional da função social da propriedade, bem assim na contribuição ao aumento geral da produtividade rural.

Com base na premissa de que as leis valem bem pouco se ignoradas por seus destinatários ou tornadas inacessíveis à sua compreensão, desenvolveu-se uma campanha de esclarecimento, a nível nacional, com a distribuição do livreto «ABC da Terra», voltada prioritariamente para o homem do campo, divulgando, de forma ordenada e em linguagem acessível, os aspectos essenciais dos direitos e obrigações sobre a propriedade da terra, dispersos na Constituição Federal, no Estatuto da Terra e em leis complementares.

Finalmente, estudos no sentido de proporcionar ao INCRA uma estrutura mais operacional e adequada à realidade fundiária nacional e ao cumprimento das diretrizes para o setor encontram-se em fase adiantada de elaboração.

2.3. ENERGIA E MINERAÇÃO

O desempenho verificado nas áreas de energia e mineração, em 1983, contribuiu substancialmente para o atingimento das metas estabelecidas para os setores prioritários:

a) no setor mineral, o crescimento do valor da produção foi superior a 12%, destacando-se o aumento verificado na produção de ouro e do alumínio/bauxita;

b) no setor energético, assinalem-se a redução das importações de petróleo, cujo valor caiu para US\$ 6,8 bilhões, contra dispêndios líquidos de US\$ 9,7 bilhões verificados em 1982; e o aumento da produção nacional, que atingiu seu nível máximo de 432 mil barris em dezembro, com produção anual média de 337,2 mil barris/dia, equivalendo a um crescimento de 28% em relação a 1982.

Devem ser mencionados também o desempenho da produção de álcool combustível e o emprego da energia elétrica como fatores decisivos na política de redução do consumo de petróleo importado.

2.3.1. *Produção Interna de Petróleo*

A produção nacional de petróleo, em 1983, subiu a 19,3 bilhões de metros cúbicos, ou 114,2 milhões de barris, com a média de 337,2 mil barris/dia. Em 1982, a produção atingiu 94,9 milhões de barris, com a média diária de 263,5 mil barris.

O ápice da produção ocorreu ao final de dezembro, com 432 mil barris, fato que permite antever que a produção de 500.000 barris/dia, prevista para 1985, seja atingida ainda em 1984.

A importação de petróleo, de 808,8 mil barris/dia em 1982, foi reduzida a 751,7 mil barris/dia em 1983, uma redução equivalente a 7,1%. A diferença nos dispêndios de importação foi superior em face da redução dos preços internacionais do petróleo.

O consumo aparente de derivados de petróleo indica a média diária de 967,9 mil barris, correspondendo a um decréscimo de 4,9% em relação a 1982.

O consumo total de energéticos apresentou uma diminuição média de 3,7%, sendo que a soma gasolina/álcool carburante cresceu 0,5%, o GLP 7,3% e o consumo dos óleos combustíveis diminuiu 18%, enquanto o óleo diesel subiu 0,2%. O consumo de gás natural cresceu 45,9%.

Constituíram fatos marcantes, na operação da PETROBRÁS, as respostas aos investimentos obtidas na bacia de Campos, Costa Norte e no Juruá, com a descoberta de novas áreas produtoras. Em terra, dos 150 poços exploratórios avaliados, 25 revelaram-se produtores de óleo, 10 de gás e 5 de óleo e gás. Extensões perfuradas em Juruá e Jaraqui, no Alto Amazonas, resultaram em substancial aumento das reservas de gás destes campos.

No mar, dos 120 poços avaliados, 30 mostraram-se produtores de óleo, 2 de gás e 4 de óleo e gás. Houve descobertas de óleo e gás na costa do Pará, na Bacia Potiguar e na Bacia de Campos. Nesta última área foram registradas significativas extensões de campos.

A exploração indireta foi executada por seis contratantes operadores, inclusive uma nacional. Efetivaram-se 31 novos contratos e concluíram-se 20, o que elevou para 144 o total de contratos assinados desde 1976 e para 76 o de contratos concluídos. As áreas com os trabalhos concluídos foram devolvidas à PETROBRÁS com o acervo de poços e relatórios técnicos elaborados pelas contratantes. Os investimentos efetuados em 1983 pelas contratantes somaram US\$ 120 milhões, permitindo o levantamento de 11 mil quilômetros de linhas sísmicas em terra e no mar e a perfuração de 13 poços pioneiros, totalizando 22 mil metros perfurados.

A atividade de perfuração alcançou novo recorde em 1983. Foram perfurados 1.222 poços: 335 exploratórios (215 em terra e 120 no mar), 885 de desenvolvimento da produção (820 em terra e 65 no mar) e 2 especiais, perfazendo cerca de 1.600 mil metros, 5% acima do total de 1982, em que pese a redução de 92 para 72 do número de sondas em operação durante o ano.

As reservas de petróleo cresceram para 1.824 milhões de barris em junho de 1983, 5,5% a mais do que o registrado ao final de 1982.

A produção de gás natural elevou-se de 3 para 4 bilhões de m³, enquanto as reservas elevaram-se para 76,8 bilhões de metros cúbicos em junho, evoluindo também para mais 6,2% relativamente a dezembro do ano anterior, em consequência, principalmente, do aumento de gás não-associado ocorrido na área do Alto Amazonas, como resultado da delimitação dos campos de Juruá e Jaraquí e das descobertas verificadas na Bacia de Campos e Alagoas.

Na parte de refinação, obteve-se uma redução na produção de óleo combustível de cerca de 70.000 barris por dia, com conseqüente aumento na produção de GLP, gasolina e diesel, produtos de maior valor no mercado internacional; a correspondente economia de divisas situou-se em US\$ 400 milhões anuais.

A adequação do esquema de produção à demanda de mercado permitiu o avanço dos programas de substituição de derivados de petróleo por álcool, carvão e outras fontes internas de energia.

A capacidade tecnológica na área de otimização do refino permitiu o início de venda de serviços a vários países, desde que a PETROBRÁS detém, hoje, a vanguarda tecnológica em áreas como craqueamento catalítico, destilação a vácuo, desasfaltação a solvente, planejamento integrado de parque de refino, alterações de qualidade de produtos.

Por outro lado, a otimização global do parque de refino permitiu o avanço dos programas de exportação de derivados, em face da alta produtividade das refinarias.

O processamento de petróleo nacional atingiu 32% em 1983 contra 22,6% em 1982, e o total processado somou cerca de 1 milhão de barris por dia.

Os navios próprios da PETROBRÁS e os afretados transportaram 75 milhões de toneladas métricas de petróleo, derivados, álcool e outros produtos, contra 77 milhões em 1982. Com a incorporação de mais três embarcações, a Fronape passou a ter 66 navios, totalizando cerca de 5 milhões de toneladas, os quais transportaram 51% das cargas, superando em 20% o índice obtido em 1982.

2.3.2. Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)

A atuação do MME, através do Conselho Nacional do Petróleo — CNP com relação ao PROÁLCOOL, desenvolveu-se atra-

vés da mistura de álcool anidro à gasolina, que passou a vigorar no limite de 20% em todo o país, a partir de 1.º de julho de 1983.

Crescendo a frota de veículos a álcool, o CNP ampliou a rede de postos de revenda e o número de bombas para abastecimento exclusivo desses veículos. Hoje existem no país 13.844 bombas de álcool em 13.415 postos revendedores de álcool etílico hidratado.

No que se refere à tancagem de álcool, ampliou-se a capacidade instalada, a qual hoje está estimada em 1.877.572m³.

Crescendo paralelamente, o consumo de álcool etílico subiu de 63,6 mil barris/dia em 1982, para 86,1 mil barris/dia em 1983, tendo o álcool anidro para mistura à gasolina subido para 37,8 mil barris/dia em 1983; e o álcool hidratado para 48,3 mil barris/dia.

2.3.3. *Energia Elétrica*

O setor de energia elétrica, ao final de 1983, tinha em construção, complementação ou ampliação, usinas com capacidade de 32,0 mil MW, dos quais 28,4 mil MW pelo sistema hidrelétrico.

No tocante à expansão do sistema elétrico, relativamente à Região Sudeste, entre os projetos executados em 1983, destaca-se a linha de transmissão Cachoeira Paulista — Taubaté em 500 kV e 83km de extensão, que aumentou o limite de transmissão para as áreas do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Também entrou em operação a linha de transmissão Curitiba—Blumenau, em 230 kV, que aumentou a capacidade de atendimento do litoral catarinense e a confiabilidade do atendimento aos estados do Sul.

Na Região Nordeste, deve-se destacar a operação do 2.º circuito da linha de transmissão em 500 kV ligando as subestações de Paulo Afonso, Angelim II e Recife II, a qual aumentou a segurança de suprimento aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A entrada em operação, em setembro de 1983, de 2.º transformador de 500/230/13,8 kV, 600 MVA na subestação de Camaçari permitiu a paralisação de usina térmica naquele local e aumentou a confiabilidade do suprimento à Bahia e Sergipe.

Em dezembro foi convertido de 230 para 500 kV o 2.º circuito Paulo Afonso—Olindina—Camaçari aumentando a confiabilidade do sistema Sul da CHESF; igualmente, a entrada em

operação de novo compensador síncrono em Vila do Conde aumentou a segurança do atendimento a Belém. Com a conversão da linha de transmissão Rio Verde — Rondonópolis para 230 kV, em julho de 1983, foi aumentada a capacidade de transmissão para a área de Mato Grosso e a diminuição da geração térmica local.

A evolução do consumo de energia elétrica foi de 7,8% em 1983. Levando em conta a desaceleração da atividade econômica, deve creditar-se esse aumento ao papel desempenhado pela energia elétrica na substituição de derivados de petróleo e pela expansão do consumo provocado pelo crescimento da distribuição.

De fato, em 1983 ganharam ênfase os efeitos da política estabelecida pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, no ano anterior, adotando tarifas horazonais, com preços diferenciados para horários e estações do ano e para consumidores de médio porte.

Esse programa, destinado basicamente a estimular a eletrotermia no setor industrial, visa à substituição de óleo combustível em total equivalente a 40 mil barris/dia, e a substituição de óleo diesel e outros derivados de petróleo em total de 20 mil barris/dia, até 1985.

Assim, em 1983 foram firmados contratos com grandes consumidores, resultando alívio de carga superior a 700 MW e liberando-a para novo emprego.

O consumo esteve assim distribuído pelas diversas regiões: Norte, 2.768 GWh, com 20,9% de incremento em relação ao ano anterior; Nordeste, 18.346 GWh, com aumento de 12,0%; Sudeste, 89.298 GWh, com aumento de 6,1%; Sul, 17.434 GWh, com aumento de 8,8%, e Centro-Oeste, 4.195 GWh, com aumento de 15,5%.

A capacidade instalada apresentou crescimento de 1,8%, com decréscimo de produção de energia térmica. A maior parcela de crescimento ocorreu no sistema Norte-Nordeste.

2.3.4. *Energia Nuclear*

Apesar da desaceleração dos investimentos no setor nuclear, como reflexo da situação econômico-financeira do país, a NUCLEBRÁS conseguiu desenvolvimento substancial em seus projetos, destacando-se:

1. avanço na construção civil na usina Angra 2, cerca de 15% superior ao previsto;

2. realização do programa de nacionalização de sobressalentes e de insumos no complexo minero-industrial de Poços de Caldas;

3. confirmação, em escala piloto, do processo de lixiviação bacteriana do minério de urânio, que permitirá grande economia de ácido usado no processo convencional atualmente adotado;

4. produção de 229 toneladas de U_3O_8 pela unidade de Poços de Caldas.

Em prospecção e pesquisa mineral, por não terem ocorrido trabalhos sistemáticos nas jazidas, não houve alteração nas reservas de urânio, que permaneceram com 301.490 toneladas de U_3O_8 .

Na área de minerais pesados, a NUCLEMON apresentou a produção de 2.089 t de monazita; 7.589 t de zirconita; 16.867 t de ilmenita; e 492 t de rutilo. Industrializou, na usina de Santo Amaro, 2.220 t de terras raras; 6.406 t de sais de sódio; 23 t de sais de lítio; 13 t de sais de tório; 578 t de rutilo e 396 t de ilmenita. Com essa produção obteve-se uma receita de Cr\$ 5,7 bilhões além de US\$ 1,076 milhão de exportações.

O complexo de Poços de Caldas processou 358.540 t de minério, produzindo 229 t de *yellow-cake*; 38.295 t de ácido sulfúrico; e desenvolveu importante trabalho no sentido de substituir importações de sobressalentes, instrumentos e insumos.

2.3.5. Outros Programas Energéticos

O programa de carvão mineral, linhito e turfa, integrante do Programa de Mobilização Energética, conseguiu quadruplicar, até 1983, as reservas medidas de carvão mineral definidas até 1980.

Com as novas descobertas, foi possível a ampliação de 10 minas estabelecidas e a abertura de 10 novas minerações. Nestes três últimos anos foram feitos cerca de 100.000 m de sondagens, num total de 330 furos, além de vários projetos de mapeamento geológico de detalhe, de controle ambiental, fiscalização e integração de dados.

A CPRM identificou nova jazida de carvão no Arroio do Vimes, no Rio Grande do Sul, aumentando as reservas conhecidas em cerca de 100 milhões de toneladas.

A CAEEB continuou o trabalho de supervisão da execução de 12 projetos de pesquisa, lavra e beneficiamento de carvão e a ampliação do sistema de entrepostos comerciais com a instalação dos entrepostos de Araucária, Sorocaba e Vitória.

A comercialização de carvão foi intensificada, elevando-se o consumo para 5.500 mil toneladas de carvão energético, com um aumento de 22% sobre os números verificados em 1982.

Entre os consumidores, verificou-se menor demanda por parte das termoeletricas, por ter sido um ano hidrico favorável. Em contrapartida, o setor cimenteiro, apesar da conjuntura econômica desfavorável à construção civil, mostrou crescimento substancial, aumentando sua demanda, entre 1982 e 1983, de 1.500 mil t para 2.250 mil t.

No campo das pesquisas geológicas, foram desenvolvidos pelo DNPM e CPRM os seguintes projetos, já com resultados positivos:

— Projeto Caçapava: onde foram identificadas reservas de 23 milhões de toneladas de turfa, equivalentes a 7,5 milhões de toneladas de óleo combustível.

— Projeto Espírito Santo: quatro turfeiras apresentaram reservas de 13,4 milhões de toneladas com poder calorífico entre 4.900 a 5.700 kcal/kg.

Intensos esforços vêm sendo despendidos entre os órgãos vinculados ao MME no sentido de desenvolver fontes alternativas de energia.

Na área da CAEEB, desenvolveram-se os seguintes projetos:

— biodigestores rurais: projeto que objetiva a manutenção de unidades instaladas, assistência técnica e desenvolvimento tecnológico para melhor aproveitamento das matérias-primas disponíveis;

— aditivo para utilização de álcool em motores diesel: desenvolvimento de um produto à base da lignina para viabilizar o uso do álcool em motores diesel;

— continuação do projeto Caucaia, para a produção de álcool da mandioca e modificação do sistema de biodigestão do vinhoto; do projeto Aguapé, para aproveitamento desse vegetal

na produção de energia; do projeto bio-hidrogênio, para definir a viabilidade de produção dessa fonte de energia; e do projeto de reatores automotivos a carvão vegetal.

Na área da Petrobrás, o programa de produção de óleo de xisto foi reduzido para uma produção de 2.500 barris/dia a ser alcançado em 1987. A unidade semi-industrial existente foi convertida em unidade de produção, gerando, este ano, 210.000 barris de óleo e 4.000 toneladas de enxofre.

A unidade de gaseificação de casca de coco de babaçu entrou em operação em Fortaleza e as unidades de Manaus e Paulínea estão em fase de teste.

Ainda na refinaria de Manaus, entrou em operação a primeira unidade de produção de misturas óleo e carvão vegetal, inicialmente produzindo combustíveis para uso próprio, para em seguida oferecer o produto ao mercado. Também em Paulínea encontra-se pronta outra unidade de produção de misturas que deverá entrar em operação no princípio de 1984.

O gás natural, cuja produção vem aumentando substancialmente, deverá também ser usado em veículos de transporte coletivo urbano para substituição de óleo diesel. Este programa está sendo executado sob os auspícios dos Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes e ainda está na fase de testes.

Na área da Eletrobrás, procura-se desenvolver tecnologia do gasogênio para substituir pequenas unidades geradoras de eletricidade, especialmente na região amazônica.

2.3.6. *Mineração*

As primeiras estimativas do DNPM indicam um crescimento da produção mineral brasileira, em 1983, superior a 12%, e valor da produção aproximadamente em US\$ 8,3 bilhões.

O crescimento verificado deve ser atribuído ao bom desempenho da produção do petróleo e gás natural, da produção de ouro e da manutenção dos níveis da produção dos minerais de exportação e dos minerais que participam de processos de transformação para posterior exportação (produtos siderúrgicos, ferro-ligas, etc.).

Outra indicação favorável do setor mineral é o fato de que o déficit da produção em relação ao consumo declinou em 27%, o que se atribuiu fundamentalmente à diminuição das importações de petróleo, em volume físico, e aos preços.

A análise dos 10 mais importantes produtos minerais (excluídos o petróleo e o gás natural) mostra que, em 1983, o ouro teve sua produção aumentada de forma excepcional, o mesmo ocorrendo com alumínio/bauxita, enquanto o manganês e o minério de ferro apresentavam declínio de produção, por conta da redução da demanda mundial.

A Cia. Vale do Rio Doce comercializou 53,1 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, sendo 37,7 milhões exportadas e 15,4 milhões vendidas no mercado interno.

Os preços tiveram comportamento desfavorável — como de resto ocorreu com a maioria dos bens minerais — resultando em queda de 5% nas receitas totais e 4% na receita de exportação.

Não obstante, a CVRD, em suas operações totais, contribuiu para a balança comercial do país com US\$ 1.451 milhões, sendo US\$ 932 de minério de ferro e pelotas; US\$ 262 milhões de frete transoceânico; US\$ 177 milhões de bauxita/alumínio, e US\$ 80 milhões de celulose.

Além das exportações de pelotas de suas próprias usinas, a CVRD exportou, ainda, 7,6 milhões de toneladas produzidas por suas coligadas Nibrasco, Hispanobrás e Itabasco.

Note-se que a produção e exportações brasileiras de minério de ferro e pelotas devem ser acrescidas da contribuição de empresas privadas que participam, grosso modo, com um terço das cifras totais.

Ainda no setor de minério de ferro, deve ser mencionado o progresso do projeto Ferro Carajás, que visa a exportação de 35 milhões de toneladas e produzir divisas da ordem de US\$ 700 milhões anualmente.

No projeto já foram realizados investimentos de US\$ 1.600 milhões, sendo US\$ 368 milhões desembolsados no exercício. O custo total do projeto está estimado em US\$ 4.500 milhões.

No que se refere ao ouro, a produção brasileira atingiu 48 toneladas, com um aumento de 95,9% em relação ao ano anterior.

Destaca-se, nesse resultado, o aumento da produção garimpeira, sobressaindo-se os garimpos do Pará, com 30.750 kg (Serra Pelada, 13.713 kg; Tapajós 9.934 kg; Camaru, 5.870 kg); do Mato Grosso, com 6.250 kg, provenientes dos vários garimpos; de Rondônia, com 2.950 kg registrados até novembro.

Em aditamento aos garimpos da região amazônica, vários garimpos foram ainda anotados na Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Goiás, contribuindo para o aumento da produção aurífera.

O crescimento apreciável da produção garimpeira deve-se, em sua maior parte, à assistência governamental aos núcleos de produção e ao sistema de comercialização do minério adotado pelos órgãos interessados, na ponta do qual se encontram a Caixa Econômica Federal e o Banco Central do Brasil.

Para assegurar a continuidade desse crescimento, novos projetos de apoio foram aprovados, como a criação de reservas garimpeiras (criadas 4, em 1983, com 3.651.000 ha), a construção de estradas de acesso aos garimpos e programas de assistência social aos garimpeiros.

No tocante ao complexo alumínio/bauxita releva destacar o crescimento do Brasil como exportador, enquanto até 1981 permanecia como importador líquido.

A Mineração Rio do Norte, subsidiária da CVRD, exportou 3,4 milhões de toneladas desses minérios em 1983, gerando US\$ 99,5 milhões. Para os próximos dois anos já tem assegurados contratos de exportação no valor de US\$ 250 milhões.

Na produção de alumínio, a VALESUL, também subsidiária da CVRD, vendeu 37,4 mil toneladas para o mercado interno, exportando 49,1 mil toneladas. As receitas somaram US\$ 126,3 milhões, dos quais US\$ 77,9 de exportações.

Ainda na área do alumínio deve-se destacar a avaliação dos depósitos de bauxita na Serra dos Carajás e a continuação dos projetos de alumina e de alumínio em Barcarena e em São Luís, sendo que o projeto de São Luís já deve ter sua capacidade de produção aumentada de 100.000 para 200.000 t/ano e a unidade de Aratu, Bahia, está sendo ampliada para produzir 58.000 t/ano de alumínio metálico.

No que se refere aos demais minerais, merecem registro os seguintes:

— estanho: implantação de projeto de lavra com capacidade de 40 t/mês do rio Iriri, Pará; no Município de Minaçu, Goiás, com capacidade de 20.000m³ de minério por mês;

— cobre: a CVRD realiza pesquisas e elabora o projeto para aproveitamento do cobre de Salôbo, na Serra dos Carajás, objetivando produzir 250 mil toneladas/ano de concentrado de cobre com teor de 40% de metal;

— fertilizantes: a Petrobrás Mineração dimensionou o depósito de silvinita (potássio) em Nova Olinda do Norte, Amazonas, com reservas da ordem de 560 milhões de toneladas; foi concluída a usina de fosfato da Goiásfértil, com capacidade de 620 mil toneladas/ano, correspondente a 15% das necessidades brasileiras;

— rutilo, ilmenita, anatásio: iniciou-se a operação de complexo industrial em Mataraca, Paraíba, para produzir 102.000 t/ano de ilmenita (54% TiO_2) e 15.000 t/ano de zircônia (66% ZrO_2).

A CVRD iniciou a operação de usina-piloto para a produção de 15.000 t/ano de concentração de anatásio, minério de titânio associado ao fosfato, em Tapira, Minas Gerais:

— manganês: continuaram os estudos para avaliação das reservas do minério de manganês na jazida do Azul, em Carajás; a CVRD também deu início à comercialização do minério de manganês, vendendo no mercado interno 4,1 mil toneladas para uso em pilhas elétricas, quantidade equivalente a 30% da demanda nacional, até então atendida através de importações;

— nióbio: foi concluída pela CPRM a avaliação dos depósitos localizados em Seis Lagos, Amazonas, que revelaram uma reserva de 2,9 bilhões de toneladas de minério, com teor médio de 2,85% de Nb_2O_5 ;

— fluorita: foi acionada a primeira etapa do projeto de beneficiamento de minério de fluorita em Adrianópolis, Paraná, com capacidade de 30 mil toneladas/ano de fluorita em grau metalúrgico.

2.3.7. *Cooperação Internacional*

Com o propósito de exportar tecnologia brasileira, a CPRM, a CAEEB e a PETROBRÁS desenvolveram intensa atividade no exterior, ampliando sensivelmente a performance do ano anterior.

A CPRM vem cumprindo contratos com a Líbia, Moçambique, Iraque, Nicarágua, Paraguai e OLADE, além de acordo com empresa privada mexicana para pesquisa e exploração de carvão na Colômbia.

Esta instituição mantém, ainda, negociações para prestação de serviços, algumas das quais já concluídas favoravelmente, com os governos de Guiné-Conakry, Marrocos, Tunísia, Argélia, Congo, Costa Rica, Equador, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Guiné-Bissau e Camarões.

No campo internacional, a Eletrobrás participou dos trabalhos referentes ao projeto básico de aproveitamento hidroelétrico de Garobi, no rio Uruguai.

A Petrobrás, através da Braspetro, continua a desenvolver intensas atividades internacionais nos campos da prospecção e exploração de petróleo, mantendo contratos com a Guatemala, Equador, Líbia, Trinidad-Tobago, Argélia, Congo, Angola, Iêmem do Sul, Índia, China e Iraque.

2.3.8. *Prospecção e Pesquisa Minerais*

Destacam-se os seguintes projetos:

Projetos de Mapeamento Básico: o DNPM vem executando, através da CPRM, seis projetos que envolvem áreas amazônicas, Nordeste, Goiás e Santa Catarina.

Em 1983, foi completado um total de serviços de campo de 20.900 km², em escala 1:250.000 (Rondônia, nordeste do Amazonas e noroeste do Pará), 11.325 km² em 1:100.000 (Goiás, Pernambuco e Paraíba) e 205 km² em 1:25.000 (Santa Catarina).

Projeto Anta Gorda: executado em convênio com o Japão, teve concluída a sua 3ª fase em 1983, conseguindo, através de mapeamento geológico, trabalhos de geofísica e furos de sondagem, duplicar as reservas de chumbo do Vale do Rio Ribeira, nos Estados de São Paulo e Paraná.

Projeto Prospecção para Água Subterrânea: contribuindo para a solução dos problemas da seca do Nordeste, o DNPM executou, através da CPRM, um total de 27 furos de sonda, visando abastecer de água as pequenas comunidades mais atingidas. Foram mais beneficiados o Ceará, com 1.366 m e 15 furos, e Pernambuco, em 480 m e 6 furos.

Projeto Mapas Geológicos dos Estados e Territórios: em 1983, foram publicados mapas do Ceará, em convênio com a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado e a SUDENE, e de Sergipe, em convênio com a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.

Projeto Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais: visa à integração de todos os dados obtidos até hoje por métodos diretos e indiretos de mapeamento e prospecção mineral.

Integrado ao programa antártico brasileiro, o DNPM tem um representante na subcomissão do programa, e teve participa-

ção efetiva na 1ª Expedição Brasileira realizada ao continente antártico (dezembro/82 — março/83), com o envio de pesquisadores.

RADAMBRASIL — Devem ser destacados os trabalhos do RADAMBRASIL que diagnosticou vocação amazônica altamente favorável a depósitos auríferos e estaníferos numa área de cerca de 1.800.000 km².

No campo dos recursos hídricos, o RADAMBRASIL verificou a existência de disponibilidade de água em torno de 200 bilhões de m³ por ano em uma área de 634.860 km², no Nordeste.

2.3.9. *Desenvolvimento Tecnológico e Aperfeiçoamento de Pessoal*

Nos setores de minas e energia, em 1983, foram intensas as atividades ligadas a pesquisas técnicas e programas de aperfeiçoamento de pessoal.

O Centro de Tecnologia Mineral — CETEM, órgão do DNPM e operado pela CPRM, desenvolveu 65 projetos, destacando-se os estudos sobre beneficiamento de carvões, utilização de turfas e aproveitamento de fontes alternativas de energia e os projetos de hidrometalurgia do cobre.

A CVRD, em 1983, através de seu Departamento de Pesquisa Geológica e Tecnológica e da Rio Doce Geologia e Mineral S/A, realizou seu programa de pesquisa e concentrou seus esforços no desenvolvimento tecnológico relacionado com o aproveitamento do minério de ferro, cobre, ouro, alumínio, titânio, manganês e calcário.

A Nuclebrás, de sua parte, através do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear — CTDN, vem conduzindo pesquisas importantes no desenvolvimento de equipamentos, processos de trabalho e dos efeitos da radiação sobre pessoas e meio ambiente.

Nesta área de desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento de pessoal deve ser ainda destacado o trabalho da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, a qual, em 1983, executou valiosos programas, entre os quais:

- produção de radiofarmacos, em substituição a importações, decorrente de convênio com o Ministério da Saúde;
- produção de isótopos para trabalhos em agropecuária;
- produção de isótopos para utilização em técnicas cardiovasculares;

— desenvolvimento de técnicas de traçadores radioativos para melhoria do processo de dissociação (*cracking*) catalítica do petróleo;

— desenvolvimento de método de micropulverização da madeira para uso como combustível;

— desenvolvimento de processos para obtenção de novas variedades vegetais mais resistentes a doenças; de aumento de rendimento das plantas com diminuição do emprego de fertilizantes; de fabricação de vacinas contra o *Dictiocaulys Viviparus*.

2.4. POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA

As políticas fiscal e monetária desenvolvidas ao longo de 1983 caracterizaram-se pela intensificação da utilização dos instrumentos e pela conjugação de esforços visando corrigir os desequilíbrios internos e externos da economia.

A estratégia de ajustamento interno teve como pressuposto básico a redução substancial do déficit do setor público; a de ajustamento externo visou à geração de superávit consideravelmente elevado na balança comercial. A ação do governo nesse sentido se fez simultaneamente através dos orçamentos da União, das empresas estatais e monetário.

Na área do orçamento da União, foram adotadas medidas no sentido de se reduzirem os gastos e aumentar a receita tributária. Essa política viabilizou a obtenção de superávits orçamentários que foram mensalmente transferidos às autoridades monetárias, reduzindo, desse modo, a participação dos recursos monetários no financiamento de gastos do Tesouro Nacional. Com isso, aperfeiçoou-se o mecanismo de integração entre os orçamentos da União e monetário, além de se haver contribuído para a contenção da base monetária e, conseqüentemente, para maior eficácia da política monetária.

No tocante às empresas estatais, responsáveis por parcela significativa do déficit do setor público, o controle processou-se através de cortes em seus gastos de capital, de rigorosa contenção em suas despesas correntes e da limitação do seu acesso ao crédito interno. Contudo, os setores prioritários, como petróleo e energia elétrica, apresentaram expansão real em seus gastos totais decorrente da aquisição de petróleo e insumos básicos, embora seus investimentos tenham caído em termos reais.

No âmbito do orçamento monetário, foram fixadas metas específicas de redução, tanto dos subsídios diretos ao abastecimento, como dos subsídios indiretos implícitos nas taxas de ju-

ros cobradas nos empréstimos concedidos pelas autoridades monetárias. A gradual redução dos subsídios via taxas de juros, além de reduzir o impacto dessas operações sobre o déficit do setor público e sobre a expansão monetária, viabilizou a maior participação da rede privada na concessão desses créditos e objetivou induzir a redução das taxas de juros nos segmentos livres do mercado de crédito.

Dada a relevância das medidas tomadas na área fiscal e monetária para o alcance das metas propostas para 1983, o governo achou oportuno criar, pela Portaria Interministerial MF/SEPLAN nº 200, de 29.07.83, o Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos — COMOR — com a finalidade de coordenar as funções de assessoramento aos Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República em assuntos relacionados com a elaboração e execução dos orçamentos governamentais, tendo em vista o controle monetário e a redução do déficit do setor público.

Como resultado dessas medidas, bem como de outras tomadas na área cambial, foi possível alcançar as metas básicas propostas no programa de ajustamento econômico (ver seção 2.1.1, desta Mensagem), isto é, a redução do déficit do setor público e a obtenção de considerável superávit na balança comercial.

Todavia, as medidas corretivas levadas a efeito no decorrer de 1983, tais como a maxidesvalorização do cruzeiro e a redução dos subsídios, produziram inevitáveis pressões sobre os preços. A estes ajustes de política econômica, juntou-se a superposição dos choques de oferta de produtos agropecuários, provocando excepcional aceleração dos índices inflacionários.

A superposição desses eventos ampliou a defasagem normalmente existente entre as medidas restritivas de política monetária e seus efeitos sobre a redução da inflação. Com efeito, enquanto a inflação alcançou um patamar acima de 200%, as taxas de expansão dos principais agregados monetários foram mantidas em níveis próximos a 90%.

É importante ressaltar que a manutenção da oferta de moeda em níveis mais restritivos é condição indispensável à reversão do processo inflacionário, numa fase imediatamente posterior, quando os efeitos defasados dos impactos monetários alcança-

rem sua plenitude. Assim é que a política monetária restritiva mantida ao longo de 1983 deverá constituir-se no principal fator de contenção da inflação em 1984.

2.4.1. *Política Fiscal*

A política fiscal em 1983 foi conduzida no sentido de se reduzir o déficit do setor público sem, contudo, prejudicar os setores prioritários, como o exportador e o energético.

As medidas de redução do déficit se concentraram tanto na contenção dos gastos da administração direta e indireta, como na elevação da receita tributária.

No âmbito do Tesouro Nacional, os gastos foram controlados a nível do orçamento da União e do orçamento monetário. A despesa orçamentária foi contida através de política salarial restritiva, proibindo-se novas contratações e fixando-se tetos para a expansão dos gastos com pessoal, bem como através de cortes nos investimentos e demais gastos. A instituição de uma contenção de 12% da despesa fixada na Lei de Orçamento à conta de recursos do Tesouro, associada a uma programação mais criteriosa dos desembolsos, proporcionou maior flexibilidade na alocação dos recursos.

A nível do orçamento monetário, adotou-se política no sentido de se reduzir significativamente a participação das autoridades monetárias no financiamento de gastos de responsabilidade do Tesouro Nacional. Assim, ao mesmo tempo em que foram adotadas medidas de redução dos subsídios diretos ao abastecimento e dos subsídios implícitos no crédito, aumentou-se consideravelmente o montante das transferências de recursos tributários ao orçamento monetário, contribuindo-se, desse modo, para o aperfeiçoamento do mecanismo de integração entre estes dois orçamentos, além de se propiciar maior eficácia à política monetária.

Com o intuito de aumentar a receita do Tesouro Nacional, procedeu-se à elevação de alíquotas dos principais tributos, bem como a modificações na administração tributária. Assim, majoraram-se as alíquotas do imposto de renda sobre lucros e dividendos, sobre ganhos obtidos em operações de mercado aberto, sobre juros auferidos por pessoas físicas e jurídicas e sobre os lucros das empresas de grande porte; tornou-se mais abrangente a incidência do adicional do imposto de renda sobre lucros extraordinários das empresas e elevaram-se as alíquotas do IPI incidentes sobre refrigerantes e cervejas.

No tocante à administração tributária, duas modificações contribuíram para o aumento da arrecadação no exercício financeiro de 1983. A primeira foi a redução dos prazos de recolhimento de tributos, tanto pelo contribuinte à rede arrecadadora, como por esta ao Banco do Brasil, onde a receita do Tesouro Nacional é centralizada. A segunda medida determinou que o imposto de renda relativo às instituições financeiras fosse pago sob a forma de antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos do exercício subsequente.

No âmbito das empresas estatais, responsável por parcela significativa do déficit do setor público, processou-se efetivo controle em seus gastos correntes e de capital e no acesso dessas entidades ao crédito interno.

Como resultado dessas medidas, bem como de outras tomadas nos últimos meses de 1982, o Tesouro Nacional encerrou o exercício financeiro de 1983 com receita de Cr\$ 11.335 bilhões e despesa efetiva de Cr\$ 11.321 bilhões, resultando superávit de Cr\$ 14 bilhões. O bom desempenho da receita e o eficiente controle dos gastos orçamentários permitiram que se transferissem Cr\$ 2.696 bilhões ao orçamento monetário para a cobertura de subsídios e encargos da dívida pública interna federal e Cr\$ 3.091 bilhões às empresas estatais.

O desempenho da receita se deveu basicamente ao comportamento dos quatro principais tributos — imposto de renda, IPI, IOF, imposto de importação — e de «outras receitas», que em conjunto representaram 90% da receita total em 1983.

O imposto de renda, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 3.494 bilhões e uma participação de 31% na receita total, continuou sendo a principal fonte de recursos tributários da União. Relativamente a 1982, acusou expansão de 158%. O IPI, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 1.897 bilhões e uma participação de 17%, registrou incremento de 92%. A arrecadação do IOF alcançou Cr\$ 787 bilhões, com uma participação de 7% e um incremento de 41%. O imposto de importação proporcionou receita de Cr\$ 478 bilhões, sendo sua participação de 4% e seu incremento de 108%. A rubrica «outras receitas», onde estão incluídas as diversas cotas de contribuição e o FINSOCIAL, apresentou uma arrecadação de Cr\$ 3.547 bilhões, com participação de 31% e incremento de 250%.

No caso da despesa, verificou-se que, do total de Cr\$ 11.321 bilhões, 70% se destinaram às cotas de despesa que representam os recursos livres ou ordinários; 18% aos estados,

municípios e fundos; e os restantes 12% se distribuíram entre restos a pagar e diversos. Em relação a 1982, houve um aumento de 145% na despesa total, o que representa, conseqüentemente, um decréscimo em termos reais.

O controle sobre as empresas estatais foi efetuado de maneira rigorosa, embora preservando os setores prioritários. Assim, os dispêndios globais das empresas constantes do orçamento SEST, exclusive SINPAS e Bancos, ao atingirem o montante de Cr\$ 26.285 bilhões em 1983, aumentaram apenas 130% relativamente aos gastos de 1982, conseqüentemente inferior à taxa de inflação.

As despesas mais contidas foram aquelas referentes a investimentos e a pessoal e encargos sociais, com incrementos de 98% e 93%, respectivamente. Os encargos financeiros aumentaram 170%, como decorrência da elevação dos custos financeiros e do volume do endividamento efetuado em períodos anteriores. As demais despesas, onde estão incluídos os insumos básicos, as amortizações e demais despesas de capital, aumentaram 148%.

Aproximadamente 60% dos dispêndios globais e 54% dos investimentos realizados em 1983 pelas empresas estatais se concentraram em três grupos principais, isto é o grupo PETROBRÁS, o grupo ELETROBRÁS e o grupo SIDERBRÁS, que se vêm constituindo nas prioridades básicas do governo nos últimos anos. Os dispêndios da PETROBRÁS aumentaram quase 160%, devido em grande parte às aquisições de petróleo, que representaram aproximadamente dois terços de seus gastos totais. No caso da ELETROBRÁS e SIDERBRÁS, a expansão de, respectivamente, 152% e 165% nos gastos totais decorreu principalmente da elevação nos encargos financeiros e amortizações.

Outro setor prioritário foi o exportador, que continuou recebendo incentivos fiscais, através da continuidade do crédito-prêmio do IPI nas exportações de manufaturados. Em 1983, Cr\$ 648 bilhões foram restituídos aos contribuintes do IPI, sendo que a maior parte desses recursos se destinou aos exportadores de manufaturados.

Os instrumentos da política fiscal foram também utilizados para estimular outros setores e áreas específicas, tais como o desenvolvimento regional e urbano, as atividades rurais, o setor de telecomunicações e a captação de poupança e, bem assim, para aperfeiçoar a administração tributária.

Para estimular a irrigação no Nordeste, o Tesouro Nacional foi autorizado, pelo Decreto-lei nº 2.032, de 09.06.83, a res-

sarcir em limites variáveis até o teto de 500 MVR o valor dos investimentos privados em projetos de irrigação, localizados nas regiões semi-áridas do Nordeste. Os projetos aprovados pela SUDENE e SUDAM foram beneficiados pelo Decreto-lei nº 2.033, de 15.06.83, que dispensou do exame de similaridade bens já importados para a execução desses projetos.

O desenvolvimento urbano contou com o estímulo instituído pelo Decreto-lei nº 2.044, de 07.07.83, que concedeu isenção do IPI sobre equipamentos, partes e peças importadas e destinados ao atendimento dos projetos de trens metropolitanos elétricos de Belo Horizonte e Recife.

Tendo em vista a aflitiva situação econômica das propriedades rurais situadas em municípios atingidos por secas ou enchentes, foi baixado o Decreto-lei nº 2.066, de 27.10.83, autorizando a remissão de créditos relativos ao imposto territorial rural e demais obrigações daqueles que exercem atividades rurais.

Ao setor de telecomunicações foi concedido, pelo Decreto-lei nº 2.011, de 18.01.83, isenção do imposto de importação e do IPI às máquinas, equipamentos e peças, sem similar nacional, importados pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A para a execução do programa nacional de comunicações domésticas por satélite. Em se tratando de produção nacional destinada ao mesmo programa, foi concedido isenção do IPI em todas as fases do processo produtivo.

Visando estimular a captação de poupança pelo sistema financeiro de habitação, foi editado o Decreto-lei nº 2.058, de 23.08.83, isentando de imposto de renda a correção monetária e juros dos depósitos em caderneta de poupança, mesmo quando pagos ou creditados em intervalo inferior a três meses.

A administração tributária foi aperfeiçoada através das seguintes medidas:

- visando corrigir as distorções existentes e aperfeiçoar as normas aplicadas à política de saneamento do sistema financeiro nacional, foi dado, pelo Decreto-lei nº 2.075, de 20.12.83, novo tratamento tributário à fusão e incorporação de empresas financeiras;
- com o objetivo de aperfeiçoar a legislação do FINSOCIAL, o Decreto-lei nº 2.049, de 01.08.83, estabeleceu condições sobre a cobrança, a fiscalização e o processo administrativo relativos às contribuições desse fundo;

- a legislação sobre a taxa rodoviária única foi alterada pelo Decreto-lei nº 2.068, de 09.11.83, que estabeleceu novas condições para o seu pagamento e isentou do tributo os proprietários de veículos movidos a energia elétrica, bem como os ônibus utilizados exclusivamente em linhas de transporte urbano;
- com o intuito de facilitar as operações de arrendamento mercantil, a Lei nº 7.132, de 26.10.83, introduziu alterações no tratamento tributário referente a essas operações, concedendo-lhes maior flexibilidade. Ademais, o Decreto-lei nº 2.018, de 23.03.83, dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais às operações de arrendamento mercantil que tenham por objetivo bens vinculados a implementação de programas e projetos incentivados.

No final de 1983, outras medidas foram tomadas na área tributária, visando ao aumento da arrecadação no exercício financeiro de 1984, à melhoria da equidade fiscal e ao estímulo aos investimentos estrangeiros no país. Para tanto, foi revogado o incentivo fiscal criado pelo Decreto-lei nº 157/67, que estabelecia ainda a tributação na fonte de quaisquer rendimentos pagos a esse fundo, bem como aos fundos de condomínio. Criou-se uma classe adicional na tabela progressiva do imposto de renda pessoa física com alíquota de 60%. Os lucros e dividendos recebidos por não residentes passaram a ser tributados por ocasião da contabilização ou distribuição, excluindo-se da base de cálculo a parcela dos lucros reinvestidos internamente.

2.4.2. Política Monetária

A política monetária em 1983 foi definida em consonância com a estratégia de ajustamento interno e externo da economia. As medidas de ajustamento interno visaram precipuamente à redução do déficit do setor público e as de ajustamento externo: à geração de um superávit elevado na balança comercial.

Com o intuito de se reduzirem o déficit público e suas conseqüentes pressões na expansão monetária, foram fixadas metas específicas de redução tanto dos subsídios, principalmente aqueles referentes ao trigo e açúcar, como dos indiretos, embutidos nas taxas de juros favorecidos, cobradas nos empréstimos concedidos pelas autoridades monetárias.

Contudo, a evolução do déficit de janeiro a março já evidenciava comportamento incompatível com a meta de redução

prevista para o ano. A perspectiva de agravamento dessa situação tornou imperativo que se fizessem urgentes correções nas origens do déficit público. Nesse sentido, no início de junho, foram adotadas algumas novas medidas visando, direta ou indiretamente, à contenção dos gastos públicos e ao ajustamento das políticas monetária e creditícia, tais como:

- elevação de 5% para 10% da taxa de depósito compulsório incidente sobre os depósitos a prazo;
- aumento das taxas de recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais, passando para 36%, 45% e 50%, respectivamente, para os bancos pequenos, médios e grandes;
- eliminação da parcela de títulos públicos federais na composição dos recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais;
- fixação de tetos para a expansão dos empréstimos das instituições financeiras ao setor público;
- extinção do controle quantitativo do crédito a que estavam sujeitas as instituições financeiras;
- elevação das taxas de juros referentes aos créditos rurais e agroindustriais para, respectivamente, 3% e 5% ao ano, acrescidas de correção monetária correspondente a 70% da variação das ORTN em 1983, a 80% em 1984 e a 85% a partir de 1985, inclusive, em se tratando das áreas da SUDAM, SUDENE, Vale do Jequitinhonha e Estado do Espírito Santo. No caso das demais regiões, a correção monetária passou para 85% da variação das ORTN, em 1983, e 100% a partir de 1984, inclusive;

Dada sua grande relevância para a obtenção do superávit comercial programado, foram mantidos em 1983 os tradicionais estímulos creditícios às atividades ligadas às exportações, bem como àquelas relacionadas a programas de substituição de petróleo importado por fontes alternativas de energia produzida internamente, como por exemplo, o Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL.

Em consequência dessas medidas, bem como daquelas tomadas na área fiscal e cambial, foi possível alcançar as metas básicas propostas pelo governo, conforme já mencionado na seção 2.1.1. desta Mensagem.

Contudo, as medidas corretivas levadas a efeito no decorrer de 1983, tais como a maxidesvalorização do cruzeiro e a redu-

ção dos subsídios diretos e indiretos, produziram inevitáveis pressões sobre os preços, seja através de produtos importados como petróleo e insumos básicos, seja pelo alinhamento dos preços domésticos com os preços dos produtos importados.

A estes ajustes de política econômica juntou-se a superposição dos choques de oferta de produtos agropecuários, causados por frustrações de safras, prejuízos das enchentes do Sul do País e persistente seca na Região Nordeste, provocando excepcional aceleração dos índices inflacionários.

A superposição desses eventos ampliou a defasagem naturalmente existente entre as medidas restritivas de política monetária e a resposta do lado dos preços. Com efeito, enquanto a inflação alcançou patamar superior a 200%, as taxas de expansão dos meios de pagamento e da base monetária foram mantidas em níveis inferiores a 100%, ou seja, 92% e 89%, respectivamente.

A expansão da base monetária a uma taxa significativamente inferior à taxa de inflação só foi possível devido ao controle sistemático das aplicações das autoridades monetárias, associado ao elevado volume de transferências orçamentárias ao Banco Central e Banco do Brasil para a cobertura de grande parte dos gastos com subsídios e com os encargos da dívida pública interna federal.

Do lado das aplicações, os empréstimos do Banco do Brasil, os repasses e refinanciamentos do Banco Central, as operações de comercialização do trigo, os dispêndios relacionados com o açúcar (aquisições e subsídios de equalização), os pagamentos da dívida externa das empresas estatais e os adiantamentos à conta petróleo, e os resgates de títulos da dívida pública interna federal constituíram-se nas principais fontes de pressão expansionista sobre a base monetária.

Em 1983, o saldo dos empréstimos do Banco do Brasil cresceu Cr\$ 3.398 bilhões (96%), dos quais Cr\$ 2.149 bilhões se destinaram aos setores exportador, rural e energético.

Os créditos totais concedidos pelo Banco Central cresceram Cr\$ 1.605 bilhões, dos quais Cr\$ 387 bilhões destinados a refinanciamentos à produção e comercialização de manufaturados exportáveis; Cr\$ 458 bilhões a repasses e outras operações com recursos de fundos e programas; Cr\$ 456 bilhões à equalização de custos e aquisição de açúcar para exportação; e Cr\$ 118 bilhões a empréstimos de liquidez a bancos comerciais, dentre as aplicações mais relevantes.

2.4.3. Política Creditícia

As diretrizes da política de crédito em 1983, a exemplo de anos anteriores, foram voltadas para atender às necessidades básicas de recursos dos setores prioritários: exportador, agrícola e energético, sem prejuízo do controle da política monetária.

Os critérios que balizaram a política de crédito no ano de 1982 foram mantidos, ressaltando-se a importância da distribuição do crédito segundo as prioridades governamentais; além da manutenção da política de redução dos subsídios, tendo sido, entretanto, eliminado o controle da oferta global de crédito.

A política de crédito rural voltou-se para o aumento da produção de alimentos essenciais e para a geração de excedentes exportáveis. Nesse sentido foram adotadas, em 1983, as seguintes providências:

— manutenção da política de taxas de juros subsidiadas utilizadas em todas as modalidades de crédito agrícola, diminuindo, no entanto, a taxa do subsídio e o limite de financiamento para os grandes e médios produtores nas operações de custeio, investimento e pré-comercialização. Procurou-se, assim, exigir maior aplicação de recursos próprios nos projetos, liberando maior parcela das disponibilidades de recursos oficiais para os produtores de pequeno porte;

— manutenção da política de preços mínimos compensadores, com correção de seus valores na proporção do índice nacional de preços ao consumidor entre o período de fixação e o mês inicial de colheita dos produtos considerados;

— ampliação da disponibilidade de crédito ao setor agrícola, correspondente a 45% e 10%, respectivamente, dos empréstimos (exclusive operações amparadas por repasses e refinanciamentos de instituições oficiais e de recursos externos) dos bancos comerciais e de investimento. Através desta diretriz os bancos comerciais passaram a destinar parcela considerável de recursos ao setor agrícola;

— eliminação dos limites para expansão de crédito dos bancos comerciais e de investimento. Através desta medida, visou-se compatibilizar a oferta de crédito à política econômica;

— fixação de tetos para o crescimento dos empréstimos das instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil destinados ao setor público. Esta medida visou favorecer a redução das taxas de juros;

— redução das alíquotas do imposto sobre operações financeiras incidentes sobre várias linhas de empréstimos e financiamentos;

— limitação das taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais, de investimentos e de desenvolvimento, em suas operações de empréstimos e financiamentos.

Para 1984, novo e importante passo foi dado no sentido da redução dos subsídios diretos (principalmente trigo e açúcar) e indiretos. De maneira geral, o custo dos créditos do Banco do Brasil e Banco Central terá como referência as variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (100% da correção monetária, mais juros de 3% a.a.). Nas áreas da SUDENE, Vale do Jequitinhonha (MG) e Espírito Santo, além dos juros citados no item anterior, a correção monetária será de 70% da variação das ORTN. Nas áreas em que persistir o problema da seca, excetuando-se as lavouras de café, cacau, cana-de-açúcar e seringa, foi mantida a taxa de juros de 35% a.a. Apesar dos ajustes promovidos, as taxas de juros incidentes sobre as atividades consideradas prioritárias continuarão a merecer tratamento bastante favorecido, se confrontados com os níveis de mercado. A par disso, uma participação cada vez maior da rede privada no financiamento dos setores prioritários será naturalmente estimulada.

As operações realizadas pelas autoridades monetárias junto ao setor rural alcançaram o fluxo líquido de Cr\$ 1.627 bilhões, o que representou incremento de 78% em relação ao saldo registrado em 1982.

As operações de custeio agrícola do Banco do Brasil indicaram em dezembro saldo de Cr\$ 1.547 bilhões, com incremento de Cr\$ 610 bilhões (65%) durante 1983.

Com vistas a assegurar regularidade no abastecimento de produtos básicos de consumo — carne, leite em pó, arroz, feijão, etc. — foram aplicados pelas autoridades monetárias, até o final de 1983, recursos da ordem de Cr\$ 56 bilhões.

Dentro do programa governamental de fortalecimento das atividades rurais e de solução racional dos problemas ligados à estrutura e ao funcionamento do sistema de comercialização de produtos agrícolas, insere-se a política de garantia de preços mínimos, que funciona como mecanismo regulador de preços e estimulador da produção.

Para atender às necessidades desses programas, as autoridades monetárias aplicaram até o final de 1983 recursos da ordem de Cr\$ 334 bilhões. Ao mesmo tempo, a rede bancária privada preencheu as necessidades complementares do programa através de maior participação dos empréstimos EGF no conjunto das suas aplicações obrigatórias em crédito rural.

Os financiamentos para «warrantagem» de açúcar e álcool e compras para exportação de açúcar demandaram recursos adicionais em 1983, estimados em Cr\$ 395 bilhões, exclusive os financiamentos à produção industrial, que são atendidos com recursos normais do Banco do Brasil.

O balanço das mudanças introduzidas na política de crédito rural apresentou resultados satisfatórios, de acordo com os seguintes indicadores de desempenho:

- a oferta de financiamento acompanhou as necessidades setoriais de custeio agrícola;
- o perfil da origem dos recursos alterou-se, com participação maior de fontes não oficiais;
- face à redução dos subsídios creditícios, principalmente para as médias e grandes propriedades rurais, o emprego de recursos passou a efetuar-se com maior racionalidade.

A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para o estímulo aos manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) registrou, ao final de 1983, saldo de Cr\$ 836 bilhões, contra Cr\$ 327 bilhões no exercício anterior, ou seja, um incremento da ordem de 157%. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis atingiram saldo de Cr\$ 940 bilhões, com crescimento de 76% no ano. Outras operações ligadas ao setor exportador (CACEX, CAMIO, PROEX e Decreto-lei n.º 1.416/75) registraram fluxo líquido de Cr\$ 165 bilhões.

Para 1984, as atividades voltadas à exportação receberão fluxo projetado de recursos da ordem de Cr\$ 1.665 bilhões, ou seja, 32% do total do fluxo de crédito concedido pelas autoridades monetárias no período. A principal alteração nessa área consiste em reajustar o custo financeiro do crédito destinado à produção e comercialização de manufaturados exportáveis prefixado de 60% a.a. para 100% da correção monetária, mais 3% a.a. de juros. Esses financiamentos terão também caráter seleti-

vo de sorte a, sem prejuízo das exportações, permitir sua conciliação com os objetivos da política monetária.

O fluxo de financiamento ao setor exportador deverá funcionar como instrumento importante para viabilização da meta de US\$ 25 bilhões na receita global das exportações e, em especial, para obtenção da cifra estimada em US\$ 13,5 bilhões para as exportações de produtos manufaturados.

No financiamento ao setor energético destacam-se as aplicações de Cr\$ 164 bilhões realizadas pelo Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). Estas aplicações propiciaram investimentos em projetos industriais no valor de Cr\$ 148 bilhões e em projetos rurais de Cr\$ 16 bilhões. O ritmo de execução do programa traduziu-se em adequada compatibilização entre a produção de álcool e a expansão do mercado consumidor.

Com o objetivo de assegurar o suprimento de recursos às micro, pequenas e médias empresas, assim como minimizar os impactos inflacionários, foram tomadas as seguintes resoluções:

— determinou-se que as eventuais deficiências nas aplicações compulsórias em financiamentos de capital de giro àquelas empresas fossem consideradas como redutoras, em igual valor, dos limites de expansão das operações de crédito dos bancos comerciais;

— estabeleceu-se tratamento fiscal especial das despesas das empresas decorrentes da desvalorização cambial, no tocante ao excedente sobre a variação das ORTN. Mais especificamente, foi permitida a diluição no tempo, para as empresas que assim optarem, do custo adicional ocasionado pela maxidesvalorização cambial de fevereiro de 1983;

— determinou-se que os empréstimos em dólares ao amparo da Resolução nº 63 (com intermediação de bancos brasileiros) poderão ser pagos de acordo com a correção monetária, em lugar da correção cambial em até um ano de prazo. Com esta medida, que afastou as empresas do risco da desvalorização cambial, pretendeu-se que as operações da Resolução 63 voltassem a ser utilizadas normalmente, expandindo a oferta de crédito como um todo e conduzindo à redução de taxa de juros;

— limitaram-se as taxas cobradas pelos bancos comerciais em suas operações ativas com recursos internos e de prazo inferior a 180 dias em, no máximo, 5% e 6% ao mês, dependendo do porte do banco. As taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento,

em suas operações superiores a 180 dias, ficaram sujeitas à correção monetária idêntica aos índices da variação das ORTN, e com adicional, no máximo, de 20% ao ano, para os bancos de grande porte e, 24% ao ano, para os pequenos e médios bancos;

— determinou-se que as instituições financeiras informem, semanalmente, com ampla divulgação através de suas associações de classe, as taxas anuais praticadas em suas operações de crédito e de captação de recursos.

Consolidando sua posição de banco social, a Caixa Econômica Federal atuou em programas que objetivaram o atendimento às faixas populacionais de baixa renda, através de financiamento às cooperativas habitacionais e como agente de programas especiais, tais como o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS e ao Programa de Crédito Educativo — PCE. Assim, as aplicações de cunho social alcançaram um fluxo previsto para 1983 de Cr\$ 644 bilhões.

Os financiamentos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento (FAS), administrado pela Caixa Econômica Federal, desde o seu início em 1975, até novembro de 1983, atingiram Cr\$ 989 bilhões. Nesse período, o FAS propiciou a construção de 23.776 salas de aula, 39.454 leitos hospitalares e 4.490 enfermarias. Além disso, beneficiou entidades sindicais na aquisição e construção de 272.153 m².

Visando à integração da comunidade, o FAS aprovou projetos de centros sociais urbanos que demandarão recursos no montante de Cr\$ 4,3 bilhões, com capacidade para atender a cerca de 6,7 milhões de pessoas. No ano passado, de janeiro a novembro, foram inauguradas mais 4 unidades, totalizando 379 centros em funcionamento no país.

Na área de infra-estrutura habitacional, o FAS aprovou 1.167 projetos, obtendo-se: 256.202 m² de calçamento, 35.300 m² de asfaltamento, 813.997 m de guias e meios-fios, 985.538 m de redes de abastecimento de água, 276.467 m de redes de esgoto, 3.990.006 metros de drenagem, 304 equipamentos para coleta e tratamento de lixo e 6.931 m² de área construída para lavanderias públicas.

O programa de crédito educativo com recursos do FAS, desde seu início em 1976 até novembro de 1983, permitiu o atendimento de 543.484 estudantes carentes, com aplicações da ordem de Cr\$ 58,8 bilhões. Estima-se que, até dezembro de 1983, o programa terá atingido saldo de aplicações de Cr\$ 59 bilhões.

A construção de módulos esportivos, até novembro de 1983, contou com 315 projetos aprovados, no montante de Cr\$ 0,74 bilhão, beneficiando cerca de 2,5 milhões de pessoas. De janeiro a novembro de 1983 foram aprovadas 15 unidades.

A Caixa Econômica Federal financiou, no período de agosto de 1982 a novembro de 1983, 43.222 táxis, no montante de Cr\$ 36 bilhões, de acordo com o Decreto-lei nº 1.944/82, que estabeleceu condições especiais para aquisição de veículos novos, movidos a álcool, para motoristas de praça. De acordo com este decreto, estas operações estão isentas do IPI e ICM, além da concessão de abatimento de 5% pelos fabricantes, o que reduziu o preço de venda do veículo em 45%. O financiamento da CEF atingia até 80% do preço do veículo, com prazo para pagamento em 24 meses.

A Caixa Econômica Federal, por seu turno, vem destinando apoio crescente às micro e pequenas empresas, através do PAMICRO e do programa de financiamento ao capital de giro, com aplicações da ordem de Cr\$ 228 bilhões, beneficiando cerca de 156.365 micros, pequenas e médias empresas no período de 1974 até novembro de 1983.

Tendo por escopo a formação do patrimônio individual do trabalhador brasileiro, o programa de integração social (PIS) cadastrou, até outubro de 1983, 31.145.719 trabalhadores. O montante de benefícios pagos entre janeiro e novembro a título de abonos, saques de quotas e rendimentos, atingiu Cr\$ 318,9 bilhões, prevendo-se que até o final do exercício o montante pago atingirá Cr\$ 336,1 bilhões.

2.4.4. *Política de Mercado de Capitais*

No ano de 1983, foram tomadas diversas medidas visando ao aperfeiçoamento e à ampliação do mercado de ativos financeiros, com vistas a remover distorções derivadas da conjuntura inflacionária e da situação desfavorável das contas externas. Dentre elas destacam-se:

- alteração dos critérios de cálculo e crédito dos rendimentos das contas de poupança livre, que passam a ser creditados a cada mês corrido, assim como a instituição do cadastro de poupança a prazo fixo;

- ampliação dos estímulos às aplicações de poupança. Através do Decreto-lei nº 2.021, de 18.05.83, foi alterado o sistema de tributação dos rendimentos das cadernetas de poupança.

ca. De acordo com esse instrumento legal, os juros e dividendos creditados em cadernetas com saldo médio até 2 mil UPC ficarão totalmente isentos de imposto de renda. Os rendimentos obtidos pela parcela que exceder esse saldo médio serão tributados na fonte pela alíquota de 18%, ficando à opção do contribuinte considerar este imposto como tributação exclusivamente na fonte ou como antecipação do imposto devido na declaração. Essas mudanças beneficiaram tanto os depositantes, quanto o sistema financeiro da habitação, e respondem a antiga reivindicação do setor, além de se enquadrarem no conjunto de medidas de fortalecimento do sistema habitacional;

— concessão de anistia fiscal para os recursos que foram aplicados, até 31.10.83, em cadernetas de poupança, com a opção de, após seis meses, serem dirigidos para ações, que permaneceriam indisponíveis. Trata-se de recursos não declarados anteriormente para efeito de tributação;

— criação, a partir de 01.07.83, para as pessoas físicas e jurídicas não financeiras que tiveram ganhos em operações de compra e subsequente venda a curto prazo (menos de 90 dias), de títulos ou valores mobiliários, do imposto de renda na fonte à alíquota de 4%;

— criação de imposto suplementar de renda na fonte de 10% sobre rendimentos de capital, aluguéis e lucro mobiliário, não afetando os juros de cadernetas de poupança;

— ampliação da incidência do imposto de renda sobre a parcela de rendimentos das ORTN com cláusula cambial obtida com a maxidesvalorização do cruzeiro. Pelo decreto, o lucro decorrente da diferença entre a correção monetária e cambial entre o dia 17 de fevereiro e a data de resgate dos títulos será taxada na fonte pagadora, em 45%, no caso das ORTN vencíveis em 1983 e 30%, no caso das vencíveis a partir de 1984. O imposto de renda retido na fonte poderá ser abatido na declaração de renda, sendo que seu valor não poderá ser corrigido monetariamente. Ficaram excluídas da obrigatoriedade desse recolhimento as operações de *hedge* cambial amparado pela Resolução n.º 766 do Banco Central;

— disciplinamento das negociações no mercado futuro, de opções e a termo, realizadas em bolsa de valores, dispondo especificamente sobre modalidade operacional, garantia, aplicações das margens de operações, limite operacional, corretagem e infração;

— antecipação pelas instituições financeiras do imposto de renda, as quais passaram a efetuar o recolhimento mensalmente, a título de antecipação do imposto de renda devido na declaração de 1984;

— alteração dos prazos de recolhimento de arrecadação de tributos federais pelos estabelecimentos bancários integrantes do sistema de arrecadação de receitas federais e pelas fontes pagadoras de rendimentos sujeitas à retenção na fonte. As empresas passaram a ter prazo máximo de 15 dias para repassar aos bancos o imposto de renda recolhido, na fonte, de seus empregados (o prazo anterior era de um mês). Os bancos, por sua vez, tiveram prazos variáveis, de acordo com seu porte, mas não poderão superar o período de um mês. A alteração introduzida visou permitir ao Tesouro Nacional dispor com maior rapidez dos valores arrecadados.

Em 1983, as aplicações em ações destacaram-se como a melhor opção para os investidores.

Esse desempenho resultou, em boa parte, de longo trabalho de consolidação do mercado secundário de ações levado a efeito pelo governo — através da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil — pelas instituições que compõem o mercado e pelas próprias empresas abertas que têm seus papéis ali negociados.

Nesse contexto, vale mencionar a Resolução nº 794, de 11.01.83, do Conselho Monetário Nacional, que alterou a política de aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas das entidades fechadas de previdência privada, reduzindo a carga obrigatória de títulos federais e estaduais na composição de suas carteiras e eliminando o limite máximo para investimentos em ações e debêntures conversíveis.

As cadernetas de poupança — que, até julho, vinham experimentando grandes perdas líquidas na captação — passaram, em agosto, a creditar rendimentos mensalmente e tiveram ampliado o teto de saldo médio a partir do qual seus rendimentos gozam de isenção do imposto de renda, que passou para 3.500 UPC.

Tais medidas determinaram grande recuperação dos saldos de captação, tanto assim que, ao final de novembro, Cr\$ 16.584 bilhões estavam depositados em cadernetas, correspondendo a uma captação de recursos novos da ordem de Cr\$ 1.500 bilhão.

Os depósitos a prazo fixo e as letras de câmbio — modalidade de captação mais amplamente utilizada pelas instituições privadas do mercado financeiro — registraram, ao final de novembro, saldos de, respectivamente, Cr\$ 8.264 bilhões e Cr\$ 4.073 bilhões, com crescimento de 146% e 128% em relação a igual período do ano anterior.

Convém ressaltar, além do aperfeiçoamento introduzido no mercado de capitais pela Lei nº 7.132, de 26.10.83, que reformulou a legislação sobre o arrendamento mercantil, a criação do Fundo Nacional de Participações (FUNPAR) do BNDES, com a finalidade de suprir recursos às empresas privadas nacionais que apresentem inadequada estrutura financeira, mas que dispõem de perspectivas de recuperação.

Apesar do excelente desempenho das bolsas de valores, o mercado primário de ações não se revelou tão eficiente na primeira metade de 1983, ganhando, entretanto, impulso no segundo semestre.

O fluxo acumulado de lançamento de ações registrado na Comissão de Valores Mobiliários de janeiro a novembro de 1983 alcançou Cr\$ 98,0 bilhões, apresentando crescimento de 39,7% sobre o valor observado de Cr\$ 70,1 bilhões no mesmo período de 1982.

No fluxo acumulado de janeiro a novembro de 1983 (88,2 milhões de ORTN), verificou-se queda de 42,2% na captação direta de recursos via debêntures, em relação ao mesmo período do exercício anterior (152,7 milhões de ORTN).

Esse fraco resultado deveu-se, em grande parte, às medidas disciplinadoras do mercado adotadas no segundo semestre de 1982 pelo Conselho Monetário Nacional, que restringiram o volume de debêntures nas carteiras dos bancos comerciais e sujeitaram à prévia audiência da Comissão de Valores Mobiliários todas as emissões desses papéis, inclusive daqueles em que a companhia emitente não faça apelo ao público investidor.

Inspirado na diretriz de estender a tributação do imposto de renda a todos os rendimentos de capital, baixou o governo, em 20.12.83, o Decreto-lei nº 2.072, taxando os deságios auferidos nas negociações de obrigações ou títulos de crédito, por pessoas jurídicas, gravando, na fonte, quaisquer rendimentos pagos aos fundos em condomínio e aos fundos do Decreto-lei nº 157, de 10.01.67.

2.4.5. Política de Seguros

O fortalecimento do setor de seguros constituiu preocupação constante do governo, mormente em uma conjuntura em que a crise gerada no exterior se reflete de forma aguda na economia nacional.

Embora fortemente afetada pelos efeitos adversos provocados pelo agravamento do processo inflacionário, a atividade seguradora alcançou, em 1983, expansão nominal pouco inferior à variação média anual do Índice Geral de Preços.

Tal desempenho pode ser considerado satisfatório, uma vez que o decréscimo observado deveu-se, ao menos em boa parte, às dificuldades de atualização monetária dos valores básicos relativos aos seguros de bens materiais que, não raro, são contratos de vigência anual.

O comportamento de certas modalidades de seguro, cuja evolução está estreitamente vinculada a fatores específicos, parece confirmar tal inferência. É o caso, por exemplo, do seguro-saúde que, apesar de ter a renda pessoal disponível e os custos de assistência média como condicionantes básicas de sua evolução, registrou, no exercício de 1983, crescimento excepcional, da ordem de 60% em termos reais.

Conforme indica a experiência acumulada por países de maior tradição na área do seguro, em geral essa atividade é extremamente vulnerável às conseqüências típicas de conjunturas inflacionárias. No caso brasileiro, apesar da corrosão provocada nos resultados operacionais, pela instabilidade e crescente agravamento de custos da gestão de riscos, as rendas auferidas pelas sociedades de seguros, na condição de investidores institucionais, vêm preservando seu fortalecimento patrimonial, concorrendo, assim, para manter em nível adequado o potencial econômico-financeiro do mercado segurador.

Assim é que os recursos constitutivos do patrimônio líquido e das provisões técnicas totalizaram, em 1983, cifra superior à da própria arrecadação proveniente das operações de seguros. Na condição de investidores institucionais, as aplicações das sociedades seguradoras estavam distribuídas nas seguintes proporções: títulos do Governo Federal, 29,9%; ações e debêntures, 28,6%; imóveis, 30,8%.

Entre as medidas de cunho normativo adotadas em 1983 cabe destacar:

a) o aumento do capital mínimo das sociedades de seguros, de Cr\$ 85 milhões para Cr\$ 367 milhões, tanto no ramo vida quanto no conjunto dos demais ramos;

b) a aprovação de plano que conjuga os seguros de vida e de acidentes pessoais com a caderneta de poupança, vinculação que não só fortalece as instituições seguradoras, quanto as de poupança e empréstimos, como também amplia a função social de ambas, pelas facilidades de acesso daí resultantes para as classes de menor renda.

Em 1983, o capital do IRB foi aumentado de Cr\$ 25 bilhões para Cr\$ 52 bilhões, com aproveitamento de reservas livres. Assinale-se que o lucro tem sido a única fonte de evolução do patrimônio do IRB, sempre mantido em ascensão compatível com sua participação no processo de fortalecimento da capacidade nacional de reter negócios internos dentro das fronteiras econômicas nacionais.

2.5. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

2.5.1. *Os Resultados da Balança Comercial em 1983*

O comércio exterior do Brasil registrou, em 1983, o maior superávit na balança comercial de sua história, atingindo o valor de US\$ 6,5 bilhões, superior em US\$ 5,7 bilhões ao saldo obtido no ano anterior.

Este resultado, ultrapassando a meta proposta ao Fundo Monetário Internacional em cerca de US\$ 500 milhões, evidencia o acerto do programa de ajustamento externo adotado pelo Governo para enfrentar a crise de liquidez internacional que afetou, a partir de setembro de 1981, o fluxo de recursos externos aos países em desenvolvimento e prejudicou o crescimento do comércio entre as Nações.

O desempenho da balança comercial brasileira é ainda mais significativo quando contraposto ao cenário internacional de crescente protecionismo, de modesta recuperação econômica dos países industrializados, de contração das importações de nossos principais parceiros comerciais na América Latina e África, de patamares ainda elevados das taxas de juros internacionais e da constante valorização do dólar em relação às demais moedas conversíveis.

Assim, dentre os fatores determinantes desse superávit comercial destaca-se o decidido apoio governamental ao esforço exportador brasileiro em termos de substancial amparo financeiro e creditício, bem como de uma política cambial realista que, após a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro, manteve a competitividade de nossos produtos no exterior, ao tempo em que desestimulava as importações brasileiras. Com efeito, as exportações globais cresceram 8,5% comparativamente a 1982, totalizando US\$ 21,9 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 15,4 bilhões, 20,6% a menos do que no ano anterior.

O fluxo do comércio exterior brasileiro alterou-se, no decorrer de 1983, em função principalmente das profundas modificações que a implementação de processos severos de ajustes econômicos trouxe a vários dos nossos principais parceiros comerciais. Desta forma, as vendas brasileiras aos países em desenvolvimento não-produtores de petróleo decresceram 6,4%, no período janeiro-outubro, representando uma perda de receita de cerca de US\$ 200 milhões, enquanto as nossas importações desses países, totalizando US\$ 838 milhões, foram inferiores em US\$ 747 milhões às verificadas no mesmo período de 1982. Por outro lado, as exportações brasileiras aos países industrializados aumentaram, neste período, US\$ 1.297 milhões, sendo que as vendas para os Estados Unidos, somando US\$ 4.057,8 milhões, cresceram 23,2% em relação a idêntico período do ano anterior. O Brasil, paralelamente, diminuiu suas compras destes países em US\$ 1.507 milhões, sendo as maiores reduções com os Estados Unidos (US\$ 610,7 milhões), Japão (US\$ 273,6 milhões) e Itália (US\$ 263,9 milhões).

As exportações brasileiras aos principais países fornecedores de petróleo expandiram-se 2,6%, totalizando US\$ 1.928,4 milhões, enquanto as nossas importações, somando US\$ 6.693,4 milhões, decresceram 17,4% comparativamente às realizadas em igual período de 1982.

2.5.2. Exportações

A composição das exportações, no período de janeiro a novembro de 1983, alterou-se ligeiramente em relação ao ano anterior, tendo a participação dos produtos básicos no total exportado diminuído de 41% para 39%, enquanto a posição relativa dos produtos industrializados aumentou.

As vendas de produtos básicos, neste período, cresceram 4,0%, destacando-se as exportações do complexo soja (US\$ 2,4 bilhões e taxa de crescimento de 18,7%), café (US\$ 2,1 bilhões e 9,8%), suco de laranja (US\$ 573,3 milhões e 13,1%), cacau (US\$ 499,9 milhões e 24,2%) e carne bovina refrigerada (US\$ 205,3 milhões e 14,6%). Por outro lado, as vendas externas de minérios metalúrgicos e açúcar caíram 9,3% e 15,9%, respectivamente, refletindo a crise no mercado mundial desses produtos provocada pelas práticas protecionistas da CEE e, em menor grau, dos Estados Unidos e pela fraca recuperação das economias européias e do Japão.

Os produtos industrializados expandiram-se em 10,1% em relação ao período janeiro-novembro de 1982, com especial destaque para produtos siderúrgicos manufaturados (US\$ 1,1 bilhão e crescimento de 58%), calçados (US\$ 642,8 milhões e 32,5%), produtos químicos (US\$ 529,9 milhões e 39,1%) e têxteis (US\$ 521,4 milhões e 20,8%). Itens expressivos nesta categoria, entretanto, como material de transporte e máquinas e instrumentos mecânicos diminuíram significativamente sua taxa de crescimento, não obstante terem contribuído com receita superior a US\$ 2 bilhões.

As principais medidas específicas para incentivar as exportações, adotadas em anos anteriores, foram ampliadas e reforçadas. Destacam-se:

- aumento substancial dos créditos destinados à exportação;
- manutenção de crédito prêmio de IPI às exportações (Portaria MF nº 252, de 29.11.82) e extensão deste benefício às empresas exportadoras de serviços (Portaria MF nº 195, de 10.09.82);
- agilização da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e ampliação do sistema de *draw-back* para exportação;
- aumento da promoção comercial brasileira, através de acordos comerciais com vários países;
- redução e eliminação do imposto de exportação em diversos produtos, em decorrência da maxidesvalorização;
- criação do Programa Especial de Exportação — PROEX, junto ao BNDES, destinado a prover recursos para investimento na ampliação e criação de capacidade exportável das empresas.

2.5.3. Importações

A retração das importações brasileiras, inferiores em US\$ 4,0 bilhões às verificadas em 1982, refletiu a queda do nível de atividade econômica doméstica e as medidas de contenção, através da política cambial e das compras externas das empresas estatais, em função do acirramento da crise econômica mundial. Simultaneamente, os resultados dos programas de substituição de importações, além do crescimento da produção nacional de petróleo e dos programas de substituição e racionalização de

energia, contribuíram para diminuir a demanda brasileira por importados.

Os gastos com petróleo, representando 50,6% do total importado, diminuíram 18,7% relativamente a 1982, atingindo um montante de US\$ 7,8 bilhões, enquanto as aquisições de trigo ficaram em torno de US\$ 600 milhões.

As importações realizadas pelo setor privado, em 1983, somaram US\$ 3,9 bilhões, ao passo que as empresas estatais dispenderam US\$ 3,2 bilhões.

No período janeiro-outubro de 1983, as compras de matérias-primas, totalizando US\$ 2,8 bilhões, contraíram-se 30,5%, sendo as maiores reduções observadas nas importações de ferro fundido e aço (-66,8%), metais não-ferrosos (-58,5%) e fertilizantes (-51,5%). As importações de bens de capital, por sua vez, diminuíram 12%, com um total de US\$ 1,9 bilhão, enquanto os bens de consumo, somando US\$ 645 milhões, decresceram 21,4%.

As principais medidas acionadas pelo governo para conter as importações foram:

- fixação dos gastos externos do setor público (exclusive importações de trigo e derivados de petróleo) em US\$ 1.989 milhões, nível inferior em 35% àquele estabelecido em 1982;
- fixação em US\$ 400 milhões, para 1983, do limite global de importações através da Zona Franca de Manaus, representando um corte de US\$ 100 milhões, em relação ao limite do ano anterior;
- manutenção do imposto sobre operações financeiras nas importações de bens e serviços;
- manutenção dos prazos mínimos para pagamento de importações de máquinas, equipamentos, veículos, navios, embarcações e aviões;
- limitação das importações de petróleo em 730.000 barris/dia;
- criação do Programa de Financiamento de Substituição de Importações — PROSIM, junto ao BNDES.

2.5.4. *Transações Correntes, Entrada Líquida de Capitais e Resultado do Balanço de Pagamentos*

O balanço de pagamentos em conta corrente registrou, em 1983, uma substancial melhoria em relação ao ano anterior,

apresentando déficit de US\$ 7,6 bilhões, em contraste com o resultado negativo verificado em 1982 da ordem de US\$ 14,8 bilhões.

Esta redução do déficit em transações correntes representou importante aspecto do ajustamento econômico brasileiro à crise mundial, diminuindo significativamente nossa dependência externa e amortecendo o crescimento da dívida externa.

O déficit da conta «serviços» atingiu US\$ 14,1 bilhões, inferior em US\$ 1,4 bilhão ao de 1982, sendo que as despesas de juros totalizaram US\$ 9,7 bilhões contra US\$ 11,3 bilhões ocorridas no ano anterior.

O ingresso líquido de capitais foi menor em 1983, evoluindo de um valor de US\$ 6,3 bilhões em 1982 para US\$ 4,1 bilhões, não sendo, portanto, suficiente para cobrir o déficit em conta corrente.

O fluxo líquido de investimentos totalizou US\$ 438 milhões, com redução significativa em relação aos US\$ 991 milhões de 1982, bem inferior à média dos últimos anos.

Os empréstimos em moeda, obtidos junto a bancos estrangeiros, atingiram US\$ 9.818 milhões, dos quais US\$ 4.422 milhões, basicamente ao amparo do Projeto I, US\$ 3.984 milhões relativos ao refinanciamento das amortizações (Projeto II) e US\$ 1.412 milhões referentes a desembolsos de empréstimos contratados em 1982.

Os financiamentos de importação, incluindo organismos internacionais e agências governamentais, totalizaram US\$ 3.280 milhões, dos quais cerca de US\$ 1.280 milhões oriundos do Banco Mundial.

O total das amortizações em 1983, incluindo o pagamento de operações-ponte de bancos estrangeiros em 1982 (US\$ 2.339 milhões), atingiu US\$ 9.963 milhões, dos quais US\$ 5.363 milhões referem-se a refinanciamentos relativos ao Projeto II (US\$ 4.820 milhões) e a valores negociados junto ao Clube de Paris (principal mais juros).

O balanço de pagamentos de 1983 apresentou déficit de US\$ 3.435 milhões, que foi financiado com a redução de US\$ 25 milhões nos haveres internacionais, com aumento líquido nas obrigações de US\$ 865 milhões e com acumulação de pagamentos atrasados, dentro da sistemática da Resolução nº 851, no valor de US\$ 2.545 milhões.

2.5.5. Política Cambial e Endividamento Externo

A política cambial praticada no decorrer do ano exerceu papel decisivo na obtenção do maior saldo comercial da nossa história, levando o Brasil a apresentar um dos melhores resultados em termos de ajuste externo entre os países devedores.

Em fevereiro de 1983, o governo desvalorizou o cruzeiro em 30% em relação à moeda norte-americana face à crescente sobrevalorização da nossa moeda em relação à taxa efetiva, fruto do extraordinário fortalecimento do dólar nos mercados financeiros internacionais. As exportações brasileiras, antes desta correção cambial, estavam nitidamente perdendo competitividade frente aos nossos principais parceiros na Europa e na Ásia. Esta situação era ainda agravada pelas desvalorizações cambiais acentuadas, ocorridas em vários países em desenvolvimento, nossos concorrentes no comércio internacional.

Após a maxidesvalorização do cruzeiro foram efetuados 45 reajustes cambiais, a intervalos de 6 dias, o que manteve a taxa oficial de câmbio desvalorizando-se acima da taxa de paridade. A desvalorização acumulada do cruzeiro foi de 158,0%, neste período, contra um crescimento de 150,4% do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (isento de acidentalidade). No ano como um todo, o cruzeiro acumulou uma desvalorização média de 286% contra uma variação no IGP-DI (isento de acidentalidade) de 190,9%.

A dívida externa total atingiu, de acordo com os dados preliminares do balanço de pagamentos, US\$ 90,7 bilhões ao final do ano, com acréscimo de 8,9% sobre 1982, sendo US\$ 79,7 bilhões relativos à dívida de médio e longo prazos e US\$ 11,0 bilhões correspondentes principalmente à dívida comercial de curto prazo.

2.6. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A ação governamental nos setores de indústria e comércio visou emprestar a maior contribuição possível à obtenção do saldo comercial de US\$ 6,5 bilhões, seja através do apoio às exportações, seja da redução de importações.

O esforço no sentido de substituir importações resultou em investimentos da ordem de Cr\$ 273 bilhões, na forma de 78 projetos aprovados em 1983, distribuídos por vários segmentos industriais, bem como na aprovação de 9 planos de nacionalização, referentes a 73 produtos.

A política de apoio às exportações, realizadas principalmente através da Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação — BEFIEX e da Comissão de Incentivos à Exportação — CIEX, possibilitou, no âmbito da BEFIEX, o atingimento de exportações da ordem de US\$ 3,0 bilhões, representando 27,3% do total de manufaturados, ou 13,8% do conjunto das exportações brasileiras. No âmbito da CIEX foram aprovados 13 novos projetos em 1983, totalizando 179 programas em andamento, com compromissos de exportação no valor global de US\$ 2 bilhões.

Ressaltem-se os resultados obtidos na área de siderurgia e não-ferrosos (metais primários): a balança comercial em relação a estes produtos continuou em 1983 a apresentar saldos positivos crescentes.

Quanto à política de conservação e substituição de energia, desenvolvida através dos programas PROÁLCOOL e CONSERVE, os resultados têm sido satisfatórios. No caso do PROÁLCOOL, a elevação da produção dos 10,5 bilhões de litros/safra, já enquadrados no presente exercício, para 14,3 bilhões permitirá a substituição de cerca de 220 mil barris/dia equivalentes de gasolina. No caso do CONSERVE, o programa totaliza 69 projetos aprovados, que deverão propiciar uma economia de 8,5 milhões

de barris equivalentes de petróleo por ano até 1985, sobretudo nos setores de cimento, siderurgia e papel/celulose.

2.6.1. *Setor Industrial*

A política industrial desenvolvida pelo Ministério da Indústria e do Comércio orientou-se no sentido de proporcionar substituição de importações e gerar excedentes exportáveis, constituindo-se, portanto, em fator de fundamental importância para o programa de ajustamento da economia brasileira.

Assim, o Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI aprovou 78 projetos em 1983, com investimentos da ordem de Cr\$ 272,9 bilhões, distribuídos nos segmentos da indústria metalúrgica básica (54,9%), indústrias químicas, petroquímicas e farmacêuticas (22,8%), indústria de bens de consumo (8,7%), indústrias de produtos intermediários não-metálicos (6,4%), indústria de bens de capital (1,0%) e indústria automotiva (6,2%).

Ainda dentro do esforço de substituir importações, o CDI aprovou 9 planos de nacionalização referentes a 73 produtos, bem como foram desenvolvidos pelo CDI/CONSIDER ações conjuntas objetivando elevar o índice de nacionalização de matérias-primas, materiais de consumo e sobressalentes para a siderurgia.

O sistema de tecnologia industrial, por sua vez, vem atuando em vários setores que contribuem para a substituição de importações, seja mediante a promoção das atividades de geração e adaptação de tecnologia, seja através do desenvolvimento e difusão de tecnologias substitutivas de importação.

Siderurgia e Não-Ferrosos

A produção brasileira de aço bruto atingiu 14,7 milhões de toneladas, apresentando acréscimo de 12,9% em relação a 1982. As empresas do Grupo SIDERBRÁS produziram 9,1 milhões de toneladas, 18% a mais em relação a 1982.

No setor de ferro-ligas, a produção atingiu 572,1 mil toneladas, o que representou um acréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior.

Os investimentos no setor siderúrgico foram de US\$ 1.163,0 milhões, sendo que os realizados pelas empresas do grupo SIDERBRÁS na expansão e implantação de suas usinas atingiram cerca de US\$ 701,5 milhões.

No âmbito da SIDERBRÁS, o ritmo dos trabalhos de expansão das usinas de aços planos, referentes ao Estágio III de expansão da CSN, COSIPA e USIMINAS, foi ajustado à disponibilidade de recursos. Os trabalhos de construção e montagem de novos equipamentos setoriais tiveram prosseguimento, cabendo destacar a entrada em operação da CST — Companhia Siderúrgica de Tubarão, a conclusão do molhe principal, pier de carvão e cerca de 90% do çais de produtos siderúrgicos do Porto de Praia Mole e a continuidade dos trabalhos, embora em ritmo lento, dos projetos AÇOMINAS e Siderúrgica Mendes Júnior.

A produção primária de metais não-ferrosos teve bom desempenho em 1983, contribuindo, dessa forma, para a redução das importações. O maior acréscimo deveu-se ao níquel, cuja produção ampliou-se em 123,2%. Foram também significativos os incrementos ocorridos na produção de estanho (36,1%) e alumínio (34,1%). A produção de chumbo sofreu decréscimo de 6,2%, e a de zinco incremento de apenas 4,0%.

Nos diversos projetos em execução no setor de alumínio, cobre, zinco, níquel e magnésio foram aplicados cerca de US\$ 900 milhões em 1983.

Ainda em 1983, foi concluída a implantação da VALESUL e as expansões da CBA — Cia. Brasileira de Alumínio e da ALCAN, que, em conjunto, propiciaram aumento na produção de alumínio primário, em relação ao ano anterior, da ordem de 34%.

Indústria Químico-Farmacêutica

O grupo interministerial para a indústria farmacêutica concluiu o programa nacional da indústria químico-farmacêutica a ser implementado a partir de 1984. Pretende-se com a sua execução ampliar a produção nacional de matérias-primas farmacêuticas, capacitar tecnológica e economicamente o empresário nacional, reduzir o elevado grau de dependência do setor de fontes externas de tecnologia e de produtos, aprimorar o controle e a fiscalização do uso de produtos farmacêuticos e reduzir os custos de aquisição de medicamentos pelo sistema federal de saúde e pela população em geral.

No âmbito do programa, foi elaborada pelo CDI/MIC uma lista de fármacos, cuja importação individual foi superior a US\$ 400 mil em 1982, para se examinar a possibilidade de produção interna. Paralelamente, realizou-se estudo, envolvendo quase

2.000 fármacos, destinado ao estabelecimento de nomenclatura padronizada e posterior codificação de fármacos químicos.

Barrilha

A produção interna de barrilha, através da Companhia Nacional de Álcalis, atingiu 210 mil toneladas em 1983, representando acréscimo de 5,6% sobre o total produzido no ano anterior. Este resultado corresponde ao atingimento da meta de utilização plena da capacidade nominal de produção da unidade industrial de Cabo Frio (200.000 t/a).

Em decorrência da performance alcançada na produção nacional e do decréscimo de 9,6% do consumo interno de barrilha, registrou-se sensível queda nas importações deste produto, que ascenderam a apenas US\$ 6,1 milhões.

A execução do projeto ALCANORTE mantém-se em ritmo lento face à limitação de recursos, estando o início das operações previsto para 1987. Os recursos acumulados investidos no projeto totalizaram Cr\$ 123 bilhões, a preços médios de 1983, alcançando-se cerca de 50% do investimento previsto.

Álcool

Em 1983, a produção de álcool carburante correspondeu a uma oferta de cerca de 110 mil barris diários de gasolina equivalente, representando uma economia de divisas da ordem de US\$ 1,65 bilhão.

No que se refere à indústria de base, o Brasil dispõe hoje de parque industrial altamente capacitado e competitivo, a níveis internacionais, no setor de equipamentos para a produção de álcool, acervo esse que já está sendo também mobilizado para a exportação, face ao interesse demonstrado por diversos países na experiência brasileira de produção e uso de álcool.

Defensivos Agrícolas

Na área de produtos químicos para o setor agrícola foi feita, pelo CDI, uma listagem de intermediários para defensivos agrícolas com vistas à redução de 5% na alíquota do Imposto de Importação destes produtos. Dentro de um trabalho amplo sobre a indústria brasileira de fertilizantes, realizou-se levantamento junto a empresas do setor sobre importações, legislação e medidas de apoio.

Maquinaria Agrícola

O desenvolvimento do programa de apoio à indústria brasileira de maquinaria agrícola ocorreu de forma a capacitar as empresas a colocar à disposição do mercado produtos com níveis satisfatórios de qualidade, manter a regularidade de oferta e desenvolver e adaptar inovações tecnológicas para atender às exigências de modernização dos processos de produção agrícola. Destacaram-se, no período, os estudos destinados à avaliação de campo das características dos equipamentos em uso no país e sua adequação às condições brasileiras.

Esse programa, coordenado pelo CDI, tem como mecanismo de integração das ações um grupo de trabalho composto por representantes do Centro Nacional de Engenharia Agrícola — CNEA, Secretaria Geral do MIC, Secretaria de Tecnologia Industrial — STI, Banco do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA, Instituto Brasileiro do Café — IBC, Superintendência da Borracha — SUDHEVEA e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO.

Construção Civil

As atividades da Comissão Nacional da Indústria de Construção Civil (CNICC) estiveram voltadas, em 1983, para a realização de estudos e análises do desenvolvimento da construção civil e suas tendências, objetivando a adoção de medidas para o fortalecimento do setor.

O projeto de maior amplitude no âmbito da CNICC consistiu na realização de amplo diagnóstico da indústria da construção, considerando-se os seus três segmentos mais destacados — construção pesada, construção predial e montagem industrial.

Esforço significativo foi também despendido no desenvolvimento tecnológico, onde sobressairam as atividades de normalização de materiais, racionalização dos processos construtivos e melhoria de qualidade e produtividade do setor. Através do estudo «Economia de Materiais e Ganho de Qualidade nas Edificações com Melhoria de Produtividade, Adotando Tecnologia mais Racional» foram analisados e avaliados os desperdícios de materiais na construção de edifícios, em consequência dos processos construtivos tradicionais existentes e de sua produtividade.

2.6.2. Apoio às Exportações

A atuação do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, através da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação — BEFIEX, possibilitou, em 1983, a contratação de 17 novos programas de exportação de manufaturados, elevando para 244 o número de programas enquadrados desde a sua criação. Os programas em andamento representam compromissos de exportação da ordem de US\$ 70,6 bilhões, devendo gerar durante esta década cerca de US\$ 40 bilhões de saldo líquido de divisas.

As exportações efetivamente realizadas via BEFIEX, em 1983, foram cerca de US\$ 3,0 bilhões, representando 27,3% do total de manufaturados, ou 13,8% do conjunto das exportações brasileiras. A geração líquida de divisas decorrentes destas exportações atingiu US\$ 1,6 bilhão, superando as estimativas que serviram de base para os valores contratuais.

No que se refere à Comissão de Incentivos à Exportação — CIEX, que concentra sua atuação no estímulo à exportação de empresas de médio porte, foram aprovados 13 projetos novos em 1983, totalizando 179 o número de programas em andamento, com compromissos de exportação no valor global de US\$ 2 bilhões.

Siderurgia e Não-Ferrosos

O esforço conjunto realizado pelo CONSIDER, SIDERBRÁS e iniciativa privada levou as exportações brasileiras de produtos siderúrgicos, inclusive semi-acabados e transformados, a atingir 5,1 milhões de toneladas de laminados, correspondendo a um valor da ordem de US\$ 1,3 bilhão. Estes números traduzem um crescimento de 108% em peso e 79,3% em valor, em relação a 1982, colocando o Brasil na 5ª posição entre os maiores exportadores mundiais de aço.

Ressalte-se que a balança comercial de produtos siderúrgicos continuou a apresentar saldos positivos crescentes, passando de US\$ 475,4 milhões em 1982 para cerca de US\$ 1.231,0 milhões em 1983, o que representa expressivo aumento de 158,9%.

Na área de não-ferrosos, o fato relevante em 1983 foi a reversão da balança comercial que, de um déficit, em 1982, de US\$ 247 milhões, apresentou superávit de US\$ 261 milhões, decorrente da expansão da produção de alumínio, cobre, zinco, estanho e níquel, aliada à redução das importações destes metais.

Açúcar

A permanência das condições desfavoráveis do mercado internacional, tornando gravosas as exportações brasileiras em todo o ano de 1983, levou o Ministério e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) a intensificar suas ações, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, visando à recuperação dos preços externos, particularmente através de negociações para a assinatura de novo Acordo Internacional do Açúcar, além de gestões junto à Organização Internacional do Açúcar, ao Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA) e ao GATT. Há indicações positivas de que em inícios de 1984 será possível conseguir o novo acordo.

Dentro desse contexto, as exportações brasileiras alcançaram 2,8 milhões de toneladas métricas, que corresponderam a uma receita de US\$ 578 milhões, significando acréscimo de 33% no valor exportado em 1982.

Vale ressaltar como parte importante da estratégia exportadora desenvolvida pelo IAA, a realização de contratos de exportação de açúcar, país a país, destacando-se as vendas para o mercado soviético, de cerca de 750 mil toneladas.

No âmbito interno, o IAA intensificou suas ações de pesquisa e desenvolvimento, tendo sido liberadas novas variedades e intensificada a multiplicação de mudas sadias, contribuindo para a melhoria crescente da qualidade da cana-de-açúcar produzida no país, assim como de seus derivados. Ressalte-se, também, a assistência financeira à produção prestada pelo IAA, com o objetivo de garantir o suprimento de capital de giro para desenvolvimento da safra.

Café

Os resultados positivos da política de comercialização externa adotada pelo Ministério e o Instituto Brasileiro do Café, em estreita articulação com o empresariado nacional, fundamentaram-se na reconquista de mercados e na melhor utilização dos mecanismos de sustentação de preços, o que permitiu que o Brasil exportasse, apesar da conjuntura mundial ainda desfavorável, cerca de 17,5 milhões de sacas de café, gerando US\$ 2,27 bilhões, superando-se em cerca de 8% a receita de 1982.

No âmbito da Organização Internacional do Café, o Brasil obteve melhor posicionamento nas exportações para os merca-

dos sob o regime de quotas, ao participar no ano-convênio 1983/84 com uma quota de 30,83%, equivalente a um direito de exportação de 16 milhões de sacas.

Em relação à recuperação dos mercados tradicionais, a participação brasileira nos EUA, principal mercado consumidor, passou de 15% em 1979 para 24% em 1983, e de 4% para 16,5% na República Federal da Alemanha, segundo mercado consumidor.

No transcorrer do período, foi instituído, com resultados bastante animadores, o regime de aplicações de quotas individuais de exportação para as empresas exportadoras e cooperativas, sendo que estas últimas têm aumentado sua participação no mercado externo, fato até poucos anos atrás praticamente inexistente.

No que se refere ao café solúvel, o IBC adotou a estratégia de reduzir em 10% as cotas de exportação do produto. Tal medida deverá trazer reflexos favoráveis nos preços no mercado internacional, fruto da diminuição da oferta brasileira. Em 1983, exportaram-se cerca de 40 mil toneladas, equivalentes a 1,7 milhão de sacas de café verde beneficiado, para nossos tradicionais importadores.

Dentre os instrumentos de política de produção postos em prática pelo governo, mereceram destaque a política de preços de garantia e de registro, o crédito orientado, a pesquisa e a assistência técnica aos cafeicultores e suas cooperativas.

Para o desenvolvimento dos diversos programas governamentais voltados para o setor de produção, foram aportados recursos da ordem de Cr\$ 152,7 bilhões. Dentre estes, destacam-se o de custeio de cafezais (Cr\$ 120 bilhões), infra-estrutura e preparo de café a nível de propriedade (Cr\$ 4 bilhões), infra-estrutura regional (Cr\$ 1,1 bilhão), infra-estrutura a nível de cooperativas (Cr\$ 600 milhões) e aumento da produção de café no nordeste brasileiro (Cr\$ 63 milhões).

Álcool/Alcoolquímica

As exportações de álcool em 1983 tiveram acréscimo de 52% em volume e 26,5% em valor, gerando receita de cerca de US\$ 104 milhões. Cabe ressaltar, nesse particular, as barreiras opostas às exportações para os Estados Unidos, um dos principais mercados mundiais para o produto, face à sobretaxa cres-

cente instituída pelo governo daquele país em 1980, cujo valor atinge hoje US\$ 0,50 por galão.

Por outro lado, no que se refere aos produtos alcoolquímicos, existem boas perspectivas de exportações, graças às recentes medidas governamentais de apoio ao setor sugeridas pelo grupo de trabalho coordenado pelo MIC. Estima-se que foram exportados cerca de US\$ 55 milhões de produtos alcoolquímicos em 1983.

Sal

A Comissão Executiva do Sal tem promovido ações objetivando aumentar a participação do sal na pauta de exportações brasileiras, principalmente através da conquista de novos mercados.

Assim, em 1983, o volume exportado apresentou crescimento de 13,8% em relação ao período anterior, gerando divisas da ordem de US\$ 3,5 milhões.

Borracha Sintética

A exportação de borracha sintética para países sul-americanos e europeus, em 1983, atingiu a cerca de 40 toneladas, gerando divisas da ordem de US\$ 26,8 milhões.

Construção Civil

A CNICC, com a participação do CONESE — Conselho Nacional de Exportadores de Serviços de Engenharia, vem promovendo ações que visam à definição de política e à implementação de estratégias referentes à prospecção de mercados e ao apoio às empresas de engenharia, no sentido de estimular a expansão de suas atividades no exterior. Dentre estas, figura a instalação de um banco de dados, que deverá armazenar informações sobre a capacidade de produção e a evolução dos mercados atuais e potenciais da engenharia brasileira, que possam ser recuperadas e processadas com agilidade e a baixo custo.

Com o objetivo de aumentar a competitividade da empresa nacional no mercado externo, alguns instrumentos legais foram implantados e outros estão sendo regulamentados, especificamente nas áreas fiscal e trabalhista. Pretende-se, também, no setor de seguros, ampliar as áreas cobertas, dando maiores garantias às empresas atuantes no exterior na consecução das obras e serviços de engenharia contratadas.

Promoção Comercial

O Conselho de Desenvolvimento Comercial — CDC promoveu, através do programa de apoio a exportações de produtos manufaturados (PAEXPO), a vinda de cerca de 115 importadores selecionados para participarem de 13 feiras setoriais, que resultaram em negócios previstos da ordem de US\$ 200 milhões.

Visando criar condições para induzir o empresário nacional a voltar-se competitivamente para o mercado externo, o PAEXPO realizou encontros preparatórios às feiras e exposições selecionadas, prestando assistência técnica aos expositores para melhor participação nos eventos, reunindo, neste ano, cerca de 300 empresários. O programa conta ainda com a participação de vários órgãos e entidades diretamente vinculados ao comércio exterior, tanto do governo como da iniciativa privada, compondo o centro de apoio técnico à exportação, que tem por finalidade prestar assistência técnica aos exportadores e aos compradores, especialmente na concretização de vendas ao exterior no próprio recinto das feiras.

Turismo

A atração de fluxos de turistas estrangeiros tem-se mostrado bastante satisfatória, mesmo levando-se em consideração as tendências conjunturais adversas da economia internacional.

Assim, em 1983, entraram no País cerca de 1,1 milhão de turistas, gerando receita aproximada de US\$ 1.316 milhões, tendo o aumento das taxas de permanência média e dos gastos internos compensado, em grande parte, a queda no ingresso global de turistas, possibilitando ao Brasil obter crescimento no saldo de sua «conta turismo», no período.

Apoio Tecnológico

Como forma de conferir ao produto industrial brasileiro maior competitividade no mercado internacional, o sistema de tecnologia industrial, notadamente através do INMETRO, criou a base necessária para proporcionar ao exportador brasileiro informações sobre normas e exigências internacionais, bem como para prestar ao empresário apoio laboratorial e de treinamento de recursos humanos no controle e na certificação de qualidade de seus produtos.

Por outro lado, a STI e o INMETRO vêm coordenando vários projetos de cooperação com países em desenvolvimento, en-

tre os quais cabe ressaltar os relativos à metrologia, normalização e controle de qualidade em ferro e aço, à hidrólise enzimática, conservação de energia e à produção e utilização de álcool carburante, além de promover cursos nas áreas de metrologia, normalização e qualidade industrial.

No que se refere ao fomento tecnológico, a STI, no período, aplicou Cr\$ 579 milhões para a execução de 22 projetos, ligados principalmente às atividades de adequação tecnológica de produtos industrializados ao mercado, nas áreas de assistência tecnológica direta, adaptação e inovação em engenharia de projeto e difusão de informações técnicas, sendo que 54% dos recursos foram alocados a centros de tecnologia qualificados para efetuar assistência tecnológica a indústrias.

2.6.3. *Conservação e Substituição de Energia*

O Ministério da Indústria e do Comércio, no decorrer de 1983, além da realização de ações específicas de seus órgãos e entidades, intensificou suas ações visando reduzir a dependência energética do país ao exterior, particularmente através dos programas PROÁLCOOL e CONSERVE.

PROÁLCOOL — Programa Nacional do Álcool

O ano de 1983 consolidou, de forma definitiva, a evolução vitoriosa do programa, face aos resultados alcançados nas diversas áreas, assim como à institucionalização de sua terceira fase, que objetiva elevar a produção dos 10,5 bilhões de litros/safra (já enquadrados até este exercício) para 14,3 bilhões, o que permitirá a substituição de cerca de 220 mil barris/dia equivalentes de gasolina.

A fixação de tal meta teve como base a crescente utilização do carro a álcool — responsável por 591.805 veículos, mais de 80% de todas as unidades comercializadas internamente em 1983, tendo-se atingido o valor acumulado de 1,2 milhão de veículos movidos exclusivamente a álcool, além de outros 8 milhões que utilizam 20% desse combustível em mistura com a gasolina.

O consumo de álcool hidratado carburante apresentou incremento de 73% em relação a 1982, atingindo cerca de 2,9 bilhões de litros, contra 1,7 bilhão no ano anterior. Quanto ao consumo de álcool anidro e hidratado para fins carburantes, houve aumento de 38,0% em relação a 1982, passando de 3,7

bilhões de litros para cerca de 5,1 bilhões em 1983, o que representa mais de 35,6% de todo o consumo de combustível do ciclo Otto.

A previsão da produção total de álcool para a safra 1983/84 é de 8,1 bilhões de litros, contra 5,8 bilhões produzidos na safra anterior, representando um incremento de 40%.

O consumo de álcool como matéria-prima para a indústria alcoholquímica, em 1983, situou-se em 370 milhões de litros, absorvidos por 12 empresas voltadas para a fabricação de uma linha diversificada de produtos químicos. Em relação ao ano anterior, esse segmento do mercado consumidor apresentou crescimento de 61%.

A aplicação de recursos do programa nacional do álcool atingiu Cr\$ 103,1 bilhões, sendo Cr\$ 95,4 bilhões no setor industrial e Cr\$ 7,7 bilhões em financiamentos agrícolas vinculados aos projetos de destilarias, no período janeiro-outubro de 1983.

O enquadramento no programa, em 1983, de 77 projetos de implantação e ampliação de destilarias de álcool representou capacidade adicional de produção de 1,44 bilhão de litros/safra. Desses projetos, 36 serão implantados com recursos dos próprios empreendimentos e 41 serão financiados com recursos do Banco Mundial.

Destaca-se, ainda, o elevado nível tecnológico e a competitividade alcançada pela indústria nacional na fabricação de equipamentos para a produção de álcool. Das 29 concorrências internacionais homologadas pela CENAL, em 1983, dando continuidade à aplicação do financiamento de US\$ 213,5 milhões do Banco Mundial, 27 foram vencidas por empresas nacionais, sendo que as duas restantes apresentaram índice de nacionalização superior a 87%.

Como resultado global, o total de projetos enquadrados no PROÁLCOOL monta a 473 unidades, consubstanciando um potencial de produção de 10,6 bilhões de litros por safra que, acrescida àquela existente anteriormente à instituição do programa, resulta em um potencial produtivo de álcool superior a 11,0 bilhões de litros/safra.

No que se refere ao apoio tecnológico ao PROÁLCOOL, foram implementados 41 projetos, nos quais o MIC/STI aplicou recursos no valor de Cr\$ 4,5 bilhões, cobrindo as áreas de produção de matérias-primas, transformação e uso, visando à adapta-

ção e/ou desenvolvimento de produtos e processos, bem como à prestação de serviços de extensão tecnológica às empresas para o aumento de sua eficiência e ampliação dos usos do álcool como fonte energética alternativa.

CONSERVE — Programa de Conservação de Energia no Setor Industrial

Em 1983, foram aprovados 14 novos projetos de modificações industriais, objetivando a racionalização do uso e a substituição de fontes energéticas importadas, com aplicações previstas de Cr\$ 24,4 bilhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como diversos projetos de apoio tecnológico, através da STI, nas áreas de diagnósticos energéticos em empresas industriais, desenvolvimento experimental e difusão tecnológica, onde foram aplicados recursos no valor de Cr\$ 900 milhões.

Considerando os projetos anteriores, o programa totaliza 69 projetos aprovados, que deverão propiciar economia de 8,5 milhões de barris equivalentes de petróleo por ano até 1985, dos quais destacam-se aqueles decorrentes dos protocolos de redução e substituição de óleo combustível, firmados pelos setores de cimento, siderurgia e papel/celulose com o Governo Federal.

Nesses setores, em relação a 1979, foram alcançados expressivos êxitos, demonstrados pela redução do consumo específico, independentemente do nível da atividade industrial. Assim, os setores siderúrgico, cimenteiro e de papel e celulose, obtiveram reduções de 53%, 72% e 51%, respectivamente, no período.

No setor siderúrgico, cumpre destacar a participação do Grupo SIDERBRÁS, que registrou, neste ano, um decréscimo de 5,5% no consumo de energia primária em relação a 1982. No que se refere ao óleo combustível, houve, neste exercício, redução de 109 mil barris de petróleo equivalentes, significando economia de divisas da ordem de US\$ 300 milhões.

Também a Companhia Nacional de Álcalis, face às medidas de racionalização adotadas, reduziu em 6,1% o seu consumo específico de óleo combustível por tonelada de barrilha produzida.

2.6.4. Apoio à Política Social e à Desconcentração Econômica

Com o objetivo de aprimorar os instrumentos de ação do governo, na busca da redução das desigualdades sociais e regio-

nais, o MIC iniciou importante pesquisa visando montar, em conjunto com as secretarias estaduais de indústria e comércio, uma «matriz de vocações regionais e oportunidades industriais».

Esse estudo definirá linhas de ação e indicadores que permitirão melhor distribuição espacial do setor industrial, atendendo às vantagens locacionais existentes regionalmente e aos parâmetros sociais da política de desenvolvimento: geração de emprego, redistribuição de renda e melhoria dos padrões sociais regionais.

No âmbito das medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas MPMEs, o Conselho de Desenvolvimento comercial fortaleceu o seu «programa integrado de desenvolvimento comercial», realizando, em conjunto com entidades de classe, Banco do Brasil e SENAC, treinamentos diretos e à distância, assistência técnica, encontros, seminários e convenções que atenderam, em 1983, a aproximadamente 1.330 empresas.

A fim de proporcionar às populações de menor poder aquisitivo instalações adequadas ao lazer, em condições de conforto, segurança, higiene e preços de serviços, a EMBRATUR deu prosseguimento à implantação de infra-estrutura básica de terminais turísticos, promovendo a construção de oito unidades junto aos grandes centros urbanos do país.

Por outro lado, buscando intensificar os fluxos da região sudeste para o resto do país, desconcentrando a atividade turística, foi desenvolvido, pelo quarto ano consecutivo, o «programa Brasil turístico», através de campanhas publicitárias, permitindo expandir as localidades beneficiadas, de 103 em 1982, para 161 no período, com forte aumento de viagens para essas destinações.

No setor canavieiro e alcooleiro, através de projetos aprovados pelo IAA, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 35 bilhões destinados à prestação de assistência médico-hospitalar, odontológica, educacional e habitacional, assim como para as áreas de saneamento básico e higiene.

Quanto à geração de empregos e medidas de fixação do homem ao campo, a participação do PROÁLCOOL, durante a safra 1983/84, em andamento, mobilizará cerca de 360 mil trabalhadores, dos quais 60 mil no setor industrial e 300 mil no agrícola.

No setor heveícola, a SUDHEVEA, em convênio com as secretarias estaduais de saúde e educação do Acre, Amazonas e

Rondônia, em 1983, prestou assistência médico-odonto-sanitária e educacional ao seringueiro e sua família, através da manutenção de 148 minipostos de saúde, 8 unidades volantes nos principais rios da região, bem como de 285 escolas que atenderam 15 mil alunos.

Por outro lado, através do convênio SUDHEVEA/COBAL, foi possível aumentar a oferta de bens de consumo, utensílios e insumos agrícolas na própria região produtora, que possibilitaram o atendimento, a preços acessíveis, a 1.000 seringalistas e 9.000 seringueiros e pequenos agricultores.

2.6.5 Planejamento e Modernização Administrativa

O MIC tem realizado intenso esforço de fortalecimento de sua base institucional, particularmente no que diz respeito ao exercício das funções de planejamento, orçamento e modernização administrativa, pelos seus órgãos e entidades, através da implementação do sistema de planejamento do Ministério da Indústria e do Comércio — SIPLAMIC.

Em 1983, foi realizada mais uma etapa significativa na consolidação desse sistema, com a conclusão dos trabalhos de revisão e detalhamento do plano diretor do MIC, que desdobra as grandes diretrizes do governo e explicita as principais linhas de ação e as estratégias eleitas pelos órgãos do Ministério.

Paralelamente, foram implantadas as etapas de formulação, execução, reprogramação e acompanhamento orçamentário-financeiro, mediante o uso do processamento eletrônico de dados do sistema de informações para o planejamento — SIPLAN, que permitirá maior agilidade ao exercício da supervisão ministerial e aos processos de decisão e ação dos órgãos, entidades e alta administração do MIC.

Para o cumprimento dessa programação, foram desenvolvidas diversas ações de modernização administrativa, destacando-se a institucionalização do sistema de tecnologia industrial, tendo sido implantadas novas estruturas organizacionais e de pessoal nos organismos que o integram: STI, INT, INPI e INMETRO, bem como a formalização do Grupo SIDERBRÁS. Foram também agilizados os processos de privatização da Companhia Usinas Nacionais, da Companhia Ferro e Aço de Vitória e da Companhia Siderbrás Mogi das Cruzes, essas duas últimas, com a conclusão da fase de pré-qualificação dos concorrentes, e de-

partamentalizada a Mineração Ferro e Manganês, subsidiária da COSIPA, estando em prosseguimento a desativação gradativa da Imobiliária Santa Cecília S.A.

Por outro lado, tendo como princípio básico a descentralização administrativa, vem sendo intensificada a articulação entre o MIC e as secretarias estaduais de indústria e comércio e destas entre si, através do sistema nacional dos órgãos governamentais de indústria e comércio, mediante o desenvolvimento de ações conjuntas na execução de projetos e atividades de interesse mútuo.

2.7. INTERIOR E COORDENAÇÃO REGIONAL

2.7.1. *Desenvolvimento da Amazônia*

A ação federal na Amazônia prossegue concentrada na gradativa ocupação e integração da área, visando permitir a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral, florestal e, ao mesmo tempo, a execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural.

Em 1983, prosseguiram os esforços de fomento ao desenvolvimento regional. Um dos grandes instrumentos de apoio ao desenvolvimento da região é representado pelos programas especiais de desenvolvimento regional, nos quais foram aplicados, no exercício, 13,2 bilhões de cruzeiros, exclusive operações de crédito.

O mais importante desses programas é o Programa de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em cujos segmentos, na área de jurisdição da SUDAM, foram aplicados, em 1983, Cr\$ 12,6 bilhões.

Esses recursos foram distribuídos aos 11 pólos sob sua jurisdição (dos 16 que compõem o Programa), permitindo a realização de múltiplas obras e ações nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, educação, energia, indústria, serviços, saúde, saneamento, recursos humanos, transportes e ciência e tecnologia.

Os recursos totais concedidos ao segmento de crédito do POLAMAZÔNIA (Norte e Centro-Oeste), atingiram a 4 bilhões de cruzeiros.

O outro programa especial sob responsabilidade da SUDAM é o Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONORPAR), no qual foram aplicados Cr\$ 550,0 milhões.

A SUDAM aprovou, no exercício de 1983, 220 novos projetos, correspondendo a um comprometimento total de 109 bilhões de cruzeiros. O Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) obteve, em 1983, uma receita de mais de 55,8 bilhões de cruzeiros, contra 25,7 bilhões em 1982.

O Banco da Amazônia S/A, (BASA) prosseguiu, no exercício de 1983, seu trabalho de apoio ao desenvolvimento da região, atingindo o saldo de suas aplicações globais, no final do ano, a 501,6 bilhões de cruzeiros.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), apesar das limitações impostas às suas importações, prosseguiu no esforço de consolidação industrial de Manaus, e no apoio ao desenvolvimento de outras áreas da Amazônia Ocidental. Foram aprovados, em 1983, 53 projetos industriais, os quais, quando em operação plena, irão oferecer cerca de 10.900 novos empregos diretos. Foram igualmente aprovados 101 programas especiais de exportação, que deverão traduzir-se em exportações de 17,0 milhões de dólares, contra 3,0 milhões de importações, contribuindo para gerar superávit na balança de comércio exterior na área de influência da Zona Franca.

Paralelamente, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) realizou obras de saneamento ambiental em áreas urbanas, envolvendo 15 cidades da Região, e em áreas rurais do Acre, do Amazonas e do Território Federal de Roraima.

2.7.2. Desenvolvimento do Nordeste

As preocupações do governo federal, sempre voltadas para a criação de condições econômicas, sociais e políticas que permitam reduzir significativamente as disparidades entre os níveis de desenvolvimento do Nordeste e das demais regiões do país, permaneceram, em 1983, concentradas num problema típico da região: o da captação e uso da água.

A estiagem que atinge a região há cinco anos tornou a intensificar-se durante 1983, determinando a adoção de nova estratégia centrada na antecipação e aceleração de obras já programadas para essas áreas, visando a oferta de emprego, na distribuição de água para consumo humano e animal, bem como na reativação das frentes de trabalho.

Nos últimos anos, a assistência às vítimas das secas e enchentes busca assegurar melhores efeitos no atendimento das necessidades mais efetivas da população, como água, crédito, assistência técnica, e outras.

Atualmente, 1.286 municípios estão envolvidos na área da seca, compreendendo 1.470.340 km², com 2.502.300 trabalhadores alistados no Programa. As liberações efetuadas em 1983 atingiram Cr\$ 206,7 bilhões em todo o Programa de Emergência, que inclui a ação de defesa civil, bem como os programas de recursos hídricos, POLONORDESTE, assistência aos municípios e desenvolvimento local.

A frota de carros-pipa, utilizada na distribuição de água, chegou a 4.715 unidades, com capacidade para 7.000 litros por unidade, e 72 jamantas, com capacidade individual de 10.000 e 30.000 litros, propiciando o fornecimento de 13.321.000 m³ de água de boa qualidade. Fez-se também abastecimento por trens, no Estado do Rio Grande do Norte, numa média de 400 m³/dia.

Entre as obras em realização, no âmbito do Programa de Emergência, destaca-se o prosseguimento da construção e ampliação de 17.031 pequenos açudes, 1.480 pequenas barragens e 16 pequenas adutoras e subadutoras; construção e melhoramento de 9.646 barreiros, aguadas e tanques de solo e 2.250 cisternas e tanques; construção de 308 cacimbas e 182 chafarizes; construção e limpeza de 13.252 cacimbões e poços amazonas; e 1.602 aprofundamentos de lagoas, drenagens e escavações de canais.

Um dos instrumentos com que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) conta para a promoção do desenvolvimento da Região é o conjunto de programas especiais que engloba: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste e o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.

Em 1983, foram destinados 83,5 bilhões de cruzeiros para esses Programas Especiais, exclusive operações de crédito. Os segmentos de crédito foram contemplados com 27,1 bilhões de cruzeiros.

No que se refere ao POLONORDESTE, programa criado com o objetivo de elevar o padrão de vida da população rural nordestina situada em áreas prioritárias, deve-se destacar o atingimento, até 1983, dos seguintes resultados:

- a) em atividades diretamente produtivas: prestação de assistência técnico-agronômica a cerca de 250 mil produtores;
- b) em infra-estrutura social: construção, reforma ou equipamento de 258 unidades escolares e de 175 unidades de saúde;
- c) em infra-estrutura econômica: construção de 1.523 km de estradas vicinais, visando melhorar o sistema de escoamento da produção.

Quanto ao Projeto Sertanejo, cujo objetivo é o fortalecimento econômico da região semi-árida através da promoção de maior resistência das atividades agropecuárias aos efeitos da seca, foram aplicados, no exercício de 1983, 10,2 bilhões de cruzeiros de recursos de crédito rural na contratação de financiamento para projetos de investimento.

O Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, que visa à diversificação e interiorização do processo de industrialização e à intensificação da utilização dos produtos agrícolas, aprovou 4 novos projetos.

No que se refere ao Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste, foram perfurados 650 novos poços públicos profundos, 156 rasos e foram construídos 15 açudes comunitários. Destaca-se também a manutenção de 2.166 poços públicos.

O Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, por sua vez, concentrou-se basicamente no atendimento das necessidades mais urgentes da população de baixa renda, através do reforço à promoção do desenvolvimento social nas áreas de educação, saúde e habitação.

O esforço de promoção de desenvolvimento das atividades produtivas do Nordeste continuou centrado na realização de investimentos privados, através do sistema de incentivos fiscais e financeiros que se consubstancia no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrado pela SUDENE. A receita arrecadada desse fundo, no exercício de 1983, foi superior a 142,6 bilhões de cruzeiros.

Da análise de viabilidade técnica, econômica e financeira dos pleitos apresentados à SUDENE, concluiu-se pela aprovação, no exercício de 1983, de 101 projetos, com previsão de investimentos totais da ordem de Cr\$ 234,5 bilhões. Após sua implantação, esses projetos deverão propiciar a criação de 15 mil novos empregos diretos.

Atuando como principal agente financeiro da política de desenvolvimento da região, o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) prosseguiu, em 1983, na sua triplice função de Banco industrial e rural (crédito especializado a médio e longo prazos), banco comercial (crédito geral a curto prazo) e instituto de fomento (atividades supletivas de pesquisa e promoção). O saldo de suas aplicações globais atingiu, ao final do exercício, o montante de Cr\$ 1,5 trilhão, o que significou um acréscimo de 166% sobre o ano anterior.

O BNB financiou projetos industriais na região, contribuindo para a formação de capital fixo ou capital de trabalho permanente e para projetos de implantação e expansão de indústrias. Suas linhas de ação cobriram: concessão de empréstimos internos e externos; execução de um programa especial de financiamento à pequena e média indústrias, através de bancos estatais de desenvolvimento; e realização de investimentos diretos (participação acionária) e de operações de *underwriting*.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) prosseguiu com os trabalhos voltados principalmente para o estudo, implantação e operação de projetos de irrigação. Foram concentrados esforços nos projetos de Mirorós (BA), Jaíba-Mocambinho (MG), Massangano (PE) e Baixo São Francisco (AL/SE).

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desenvolveu diversos projetos nas áreas de irrigação, açudagem, recursos hídricos, engenharia rural e piscicultura, além do atendimento de emergência, decorrente da seca. Durante o exercício, foram concluídos 3 açudes, com capacidade total de 2.421 milhões de m³, destacando-se o Armando Ribeiro Gonçalves, no rio Açu, Rio Grande do Norte. Foram perfurados 1.415 poços, distribuídos 3,1 milhões de alevinos e obtida uma produção pesqueira de 14,5 mil toneladas.

Durante o exercício, e em articulação com os órgãos de desenvolvimento regional e sub-regional, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) realizou nas áreas rurais obras de saneamento ambiental em diversas bacias fluviais em 6 estados, além de obras de controle de enchentes e recuperação de vales, destacando-se as do Mearim (MA) e do Beberibe (PE), bem como as realizadas em Aracati (CE) e Ceará Mirim (RN), e a conclusão da barragem do Pericumã (MA). Em áreas urbanas, as realizações se limitaram a 15 cidades.

2.7.3. *Desenvolvimento do Centro-Oeste*

A política de desenvolvimento do Centro-Oeste orientou-se no sentido da exploração de suas potencialidades agrícolas e pecuárias. Estimulando e disciplinando sua ocupação e colonização, procurou-se simultaneamente ampliar o conhecimento da região e impedir que a ocupação acelerada do território venha a prejudicar suas condições ecológicas variadas e específicas.

Dentro dessa linha, o governo federal perseverou no fomento ao desenvolvimento regional, visando principalmente reforçar a infra-estrutura de transporte, energia e armazenagem, ao aproveitamento do Pantanal Mato-grossense e ao estímulo da agroindústria. Foi mantida ênfase especial às medidas de apoio aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, objetos de Programas Especiais. Da mesma forma, enfatizaram-se ações de desenvolvimento da área de cerrados e as relativas ao fortalecimento das áreas periféricas ao Distrito Federal.

O esforço de aproveitamento das grandes potencialidades regionais lastreia-se, em grande parte, na execução de programas especiais de desenvolvimento regional: O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o POLAMAZÔNIA, o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT), o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul (PROSUL) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, através dos quais foram executados importantes projetos nos diversos setores econômicos da Região. Em 1983, foram destinados a esses programas recursos da ordem de 24,3 bilhões de cruzeiros, exclusive crédito. A este último segmento, destinou-se 1,2 bilhão de cruzeiros (excluído o POLAMAZÔNIA).

O POLAMAZÔNIA, cuja área de atuação no Centro-Oeste abrange 5 pólos, realizou, durante o exercício de 1983, obras no setor de infra-estrutura básica, principalmente no tocante a projetos de transportes, e obras nas áreas de desenvolvimento urbano e social, concentrando-se na consolidação dos projetos já implantados.

O POLOCENTRO, programa criado em 1975, constitui esforço de expansão da fronteira agrícola, objetivando a ampliação da produção de alimentos para o mercado interno e a geração de excedentes exportáveis. No exercício de 1983, contou com recursos da ordem de 3,7 bilhões de cruzeiros para aplicação nos

setores de transportes, energia, pesquisa agrícola, assistência técnica e armazenamento, tanto no Centro-Oeste, quanto na região de cerrados do Oeste de Minas Gerais.

Foi dada continuidade, em 1983, aos trabalhos de execução do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), destinado a promover o desenvolvimento e a ocupação ordenada da região que compreende a área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, ou seja, o oeste e o noroeste de Mato Grosso e Rondônia. Possuindo uma superfície de 410 mil km², dos quais mais da metade são de aptidão agrícola boa ou regular, oferecendo excelentes possibilidades para a expressiva expansão da produção agrícola, da produção extrativa vegetal e da pecuária bovina, a região beneficiada reúne condições para a fixação no meio rural de elevados contingentes populacionais.

Até 1985, o POLONOROESTE empreenderá a reconstrução e pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho; a construção e consolidação da rede de estradas vicinais da região; a implantação e consolidação de projetos integrados de colonização e assentamento dirigido; a execução de serviços de regularização fundiária; o apoio às atividades produtivas, através da pesquisa e experimentação agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, armazenamento e comercialização; a preservação do sistema ecológico; e o apoio às comunidades indígenas. Para 1983, o POLONOROESTE contou com recursos da ordem de Cr\$ 134,3 bilhões, destinados principalmente às obras de reconstrução e pavimentação da BR-364, eixo vital para o desenvolvimento da região.

Em 1983, deu-se prosseguimento aos estudos de elaboração do plano de desenvolvimento integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), trabalho realizado em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA), iniciando-se os trabalhos de elaboração dos planos e projetos pertinentes.

Paralelamente, o DNOS realizou trabalhos de saneamento ambiental em 6 cidades, bem como diversos trabalhos de saneamento em rios e córregos da região, destacando-se o sistema de proteção contra as enchentes do rio Paraguai, em Porto Murtinho, onde foram construídos 6 km de diques, dos 11 necessários à proteção completa.

2.7.4. Ação Regional no Sul e no Sudeste

A política de desenvolvimento conduzida na Região Sul permaneceu voltada para as situações especiais enfrentadas por algumas sub-regiões específicas, quer para superar condições de atraso relativo, quer para facilitar sua adequação à expansão ou surgimento de setores dinâmicos.

Durante 1983, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) prosseguiu ainda nos trabalhos de administração de seus programas especiais de desenvolvimento regional, para os quais foram destinados recursos da ordem de 3,8 bilhões de cruzeiros. Entre esses programas, destaca-se o da Lagoa Mirim, através do qual a SUDESUL vem implementando vários projetos, inclusive o controle e operação, juntamente com o DNOS, da Barragem do Canal de São Gonçalo, que impede a intrusão de águas oceânicas na Lagoa Mirim, assegura a irrigação de 120 mil ha e abastece de água a cidade e o porto do Rio Grande. Neste programa, destaca-se também a construção da barragem do Chasqueiro, já praticamente concluída. Outro programa especial é o de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná, no âmbito do qual foram realizadas obras de controle da erosão urbana em 21 cidades, bem como trabalhos de controle da erosão rural, que abrangeram 204 mil hectares. O Programa Especial do Oeste do Paraná (PRODOPAR), destinado a propiciar as condições à implantação da hidroelétrica de Itaipu e a minorar os efeitos dela decorrentes sobre as atividades econômicas da área, aplicou seus recursos na melhoria das condições de infra-estrutura de diversos municípios e na regularização fundiária.

Paralelamente a esses trabalhos, a SUDESUL prosseguiu, no exercício de 1983, no programa Litoral Sul de Santa Catarina, que objetiva desenvolver essa região através de um complexo industrial com base nos seus recursos minerais, principalmente carvão, fluorita e bauxita. Além das gestões para a implantação de unidades industriais do complexo carboquímico e siderúrgico de Imbituba, concentraram-se esforços no subprojeto Sombrio, destinado a proteger 15,2 mil hectares contra as enchentes e a recuperar 2,2 mil hectares de terras, hoje inaproveitadas.

A ação do DNOS na Região Sul, em 1983, incluiu o prosseguimento do projeto Camaquã, que visa ampliar as áreas irrigadas para a produção de arroz no Rio Grande do Sul. Em termos de saneamento ambiental em áreas urbanas, o DNOS atendeu a 39 cidades. Em vários rios e córregos da região deu-se

prosseguimento a obras de saneamento ambiental rural. Mas a maior presença do órgão nacional de saneamento na região deu-se na área do controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente com obras emergenciais após as enchentes de maio e julho, e com a continuação das obras de dragagem e endicamento do rio Tubarão, em Santa Catarina, e de implantação dos pôlderes no vale do rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

A Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE), criada em agosto de 1979, desempenha algumas funções semelhantes às das Superintendências de Desenvolvimento Regional das demais regiões.

Entre as principais atribuições da SERSE destaca-se o fomento ao desenvolvimento de áreas que não acompanham o processo de desenvolvimento da região como um todo, tais como o Norte Fluminense, o vale do Jequitinhonha, o norte do Espírito Santo, o vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema, bem como a de participar do encaminhamento de soluções para os problemas urbanos surgidos em decorrência desse mesmo processo de desenvolvimento. Além disso, a SERSE administra a execução do Programa Especial do Norte Fluminense (PRODENOR), para o qual, em 1983, foram alocados recursos da ordem de 960 milhões de cruzeiros, destinados principalmente a obras de saneamento e aproveitamento hidroagrícola. A SERSE administra também a execução do POLOCENTRO em Minas Gerais, para o qual foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 1,5 bilhão, e apóia ainda o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais (PRODEVALE), que abrange a região mais pobre do Estado, incluindo os vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus. Para o PRODEVALE, foram carreados 400 milhões de cruzeiros de recursos federais, principalmente para obras viárias e para ações de caráter social.

A ação do DNOS na Região Sudeste, em 1983, abrangeu obras de saneamento ambiental em áreas urbanas de 58 cidades, obras de saneamento ambiental em áreas rurais de diversas bacias de todos os Estados da Região e obras de controle de enchentes e recuperação de vales. Incluiu ainda o prosseguimento da barragem do Juturnaíba (RJ), cuja conclusão permitirá resolver os problemas de abastecimento de água da chamada Região dos Lagos, que abrange Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia e outras cidades turísticas. Mas a principal obra do DNOS

na Região Sudeste é o projeto Rio, que faz parte do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), com trabalhos de drenagem e aterro hidráulico e mecânico.

2.7.5. *Tópicos Especiais de Interesse Social*

Habitação e Saneamento Básico

Durante o ano de 1983, o número total de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) atingiu a 22 mil, aí incluídas as operações com recursos próprios das entidades do sistema de poupança e empréstimos.

Através dos diversos programas habitacionais desenvolvidos pelo BNH e pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos foram concluídas, no período de 1979/1983, cerca de 1,6 milhão de unidades habitacionais, sendo que desse total, 23% o foram no ano de 1983 (365 mil unidades). Vale destacar a participação das regiões Norte e Nordeste com 30% do total das unidades concluídas.

O desempenho é bastante significativo na área de interesse social, que representa 58% do total das unidades concluídas no período.

De acordo com a política conduzida nos últimos anos, os novos conjuntos habitacionais financiados dispõem de infraestrutura completa (água, luz, esgoto, vias de acesso), além de equipamentos comunitários como escolas, áreas de lazer, centros sociais e postos de saúde.

A maior parte dos financiamentos concedidos pelo BNH está na faixa do PLANHAP (Plano Nacional da Habitação Popular), que é executado através das COHABs estaduais, beneficiando as famílias com renda até cinco salários mínimos. Os conjuntos habitacionais estão sendo construídos mediante articulação entre o BNH, os governos dos Estados e as prefeituras.

As operações contratadas pelo BNH dentro do Programa de Erradicação de Favelas — PROMORAR, já atingiram, desde sua criação, o valor total de Cr\$ 481,9 bilhões, sendo que Cr\$ 246,7 bilhões foram destinados à contratação de 192 mil financiamentos habitacionais.

Dos financiamentos contratados através do PROMORAR, 41% destinaram-se ao atendimento das populações localizadas no Norte e no Nordeste do País.

A atuação do PROMORAR, representada pelas aplicações realizadas até o final do exercício, atingiram, em 1983, o valor total de Cr\$ 83,6 bilhões. As aplicações nas regiões Norte e Nordeste representam cerca de 40% do valor total aplicado.

Finalmente, cabe ressaltar a atuação do PROMORAR nas cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro, onde já foram atendidas mais de 5,6 mil e 11,2 mil famílias, respectivamente, correspondendo a cerca de 84 mil pessoas.

Intenso ritmo de construção verificou-se também nas áreas de outros programas do BNH, como o PROSINDI (trabalhadores sindicalizados) PROHEMP (habitações para empresas) PROHASP (servidores públicos), Programa Institutos (entidades assistenciais), além dos programas de Lotes Urbanizados, de Complemento da Habitação e outros.

O dispêndio global do Banco Nacional da Habitação (setor habitacional e desenvolvimento urbano) evoluiu para 1,1 trilhão de cruzeiros, em 1983.

As contratações realizadas no âmbito do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA mostram a grande ênfase que o BNH vem conferindo a este programa. Nesse sentido, deve ser realçado o atendimento propiciado por esse Plano a 3.245 núcleos urbanos, sendo que 1.227 na Região Nordeste, beneficiados com obras de abastecimento de água.

Nesse campo, as aplicações efetuadas pelo BNH, durante o exercício de 1983, atingiram o montante de 307,2 bilhões de cruzeiros.

Assistência e Proteção do Índio

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o ano de 1983, deu continuidade a seus programas de assistência à população indígena, iniciando também a implantação de sua nova estrutura operativa, visando melhorar seu desempenho. No âmbito da demarcação e regularização de terras, foram demarcadas 9 áreas indígenas, com um total de 2,5 milhões de hectares, e regularizadas áreas com um total de 1,2 milhão de hectares. Deu-se prosseguimento ao uso de sensoriamento remoto, através de satélites, para acompanhar a exploração e ocupação de áreas indígenas, a fim de evitar invasões e usos indevidos.

Outras atividades de destaque são as referentes à saúde, com a aplicação de 121 mil vacinas e a realização de 93 mil atendimentos médicos e odontológicos.

Integração do Universitário ao Processo de Desenvolvimento Regional e Urbano

As atividades desenvolvidas pela Fundação Projeto Rondon nos diversos programas que administra foram levadas a efeito com a participação de 133 mil universitários. Assinalem-se as ações em áreas e projetos indicados pelo Ministério do Interior, em articulação com o Ministério da Educação e Cultura, destacando-se o trabalho feito em sintonia com o POLAMAZÔNIA, objetivando o desenvolvimento social em áreas de pobreza acentuada, urbana e rural, projetos educacionais, desenvolvimento comunitário e o funcionamento e a consolidação dos 22 Campi Avançados. Foram mantidos 94 Núcleos de Ação Comunitária e 4 Centros de Atuação Permanente.

Proteção do Meio Ambiente

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) prosseguiu, em 1983, seus trabalhos de controle da poluição, educação ambiental e preservação de ecossistemas.

O controle da poluição hídrica foi desenvolvido principalmente através dos comitês executivos de bacias hidrográficas, estando em operação os do Paraíba do Sul, Paranapanema, Guaíba, São Francisco, Iguaçú, Jaguari-Piracicaba e Parnaíba. A SEMA vem igualmente trabalhando para o controle da poluição hídrica decorrente de águas residuárias das usinas de açúcar, destilarias de álcool e destilarias de bebidas alcoólicas, bem como a causada por derramamentos de óleo, por composto bifenil policlorados e por metais pesados.

A preservação de ecossistemas vem sendo realizada através da implantação de uma rede de Estações Ecológicas, correspondendo a uma área de 2,14 milhões de hectares, além de Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, de acordo com o que dispõe a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. A operacionalização das Estações Ecológicas está sendo realizada através das universidades, mediante convênios celebrados, com a inter-veniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No exercício de 1983, a SEMA contou com recursos totais de Cr\$ 1,8 bilhão, dos quais Cr\$ 1,3 bilhão de recursos orçamentários ordinários da União.

Desenvolvimento Urbano

Através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Ministério do Interior deu prosseguimento, em 1983, ao trabalho de coordenação de ações setoriais nas nove Regiões Metropolitanas. Paralelamente, foram iniciados os programas de apoio às Regiões Metropolitanas do Nordeste (Recife, Salvador e Fortaleza), com a colaboração do Banco Mundial. Com a mesma colaboração, prosseguiram as ações do Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio em 11 cidades ou aglomerados urbanos (Teresina—Timon, Petrolina—Juazeiro, Natal, Campina Grande, Montes Claros, Vitória, Juiz de Fora, São José do Rio Preto, Florianópolis, Pelotas e Campo Grande). Cabe destacar ainda o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 775/83, relativo ao estabelecimento de uma legislação urbana federal que atualizará nosso país nesse aspecto, e dará aos municípios a base legal necessária ao ordenamento urbano.

Migrações Internas

Através das Superintendências de Desenvolvimento Regional e da SERSE, o Ministério prosseguiu, em 1983, na execução do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, quer na coleta de informações (230 mil migrantes cadastrados em 184 unidades de coleta), quer na assistência aos migrantes carentes (650 mil pessoas atendidas em 133 unidades e atendimento).

Defesa Civil

No âmbito das ações de defesa civil, de responsabilidade da Secretaria Especial de Defesa Civil — SEDEC, o Ministério do Interior comandou intensa e imediata ação emergencial decorrente das enchentes que assolaram os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul nos meses de maio e julho de 1983.

As ações iniciais centraram-se no auxílio imediato às vítimas das enchentes. Foram coordenadas pela SEDEC, em íntima articulação com os organismos estaduais correspondentes, e contaram com o apoio fundamental dos organismos especializados das Forças Armadas, principalmente no que se refere a salvamentos e a transporte, bem como de diversos outros órgãos federais com capacidade de ação assistencial. Convém realçar o amplo apoio prestado pela sociedade brasileira como um todo, que, através de suas entidades representativas e de ações indivi-

duais, principalmente com doações de roupas, alimentos e medicamentos, forneceu muitos dos bens necessários à manutenção e ao atendimento das populações diretamente afetadas.

Nessa fase foram aplicados, nos três estados sulinos, recursos da ordem de Cr\$ 3,4 bilhões, principalmente em agasalhos, medicamentos e alimentos.

Num segundo momento iniciou-se o trabalho de reconstrução, voltado principalmente para as moradias e para a infraestrutura urbana e de transportes nos municípios afetados. Nesse campo, já foram aplicados Cr\$ 10,5 bilhões, dos quais Cr\$ 4,7 bilhões na reconstrução de obras de saneamento, a cargo do DNOS.

2.8. TRANSPORTES

2.8.1. Política Setorial em 1983

A política seguida pelo Ministério dos Transportes, em 1983, pautou-se pela estratégia de reequilíbrio financeiro perseguida pelo governo. Mantiveram-se as ênfases na melhoria de níveis de produtividade operacional, na manutenção e restauração da infra-estrutura existente — mormente quando em grande parte danificada pelas chuvas excepcionais ocorridas no Sul e Sudeste do país — nas medidas voltadas para a economia de combustíveis, na busca de alternativas de menor investimento inicial, no desenvolvimento de recursos humanos e na combinação de serviços modais ou multimodais de cargas e passageiros, visando ofertar transporte compatível com a demanda exigida e com os níveis de serviços requeridos, com o mínimo possível de investimento global e de custos.

Como consequência dessa estratégia econômica, coube ao Ministério dos Transportes dar seqüência a ações e programas visando a:

- a) atender às exportações, garantindo, tempestivamente, transporte de mercadorias a custos competitivos;
- b) dar suporte aos projetos agrícolas, assegurando o provimento oportuno dos insumos e o escoamento da produção, e, ainda, permitir a ocupação de novas áreas de expansão da fronteira agrícola;
- c) assegurar o transporte para o programa de álcool e carvão, e, adicionalmente, reduzir o consumo de derivados do petróleo nos transportes, seja pela utilização de fontes energéticas alternativas já largamente difundidas e utilizadas — álcool e eletricidade — ou, ainda, com realização de estudos visando introduzir o uso de gás natural e gás metano como combustível;

- d) dar especial atenção aos aspectos sociais dos transportes, particularmente em apoio às populações de baixa renda;
- e
- e) orientar os programas de investimentos e a execução orçamentária de forma ajustada à estratégia de combate à inflação.

De acordo com essas diretrizes do governo, o Ministério implementou elenco de medidas que resultaram em saldo positivo em 1983.

Os portos brasileiros possibilitaram eficientemente a movimentação de cargas, que totalizaram 255 milhões de toneladas, sendo ainda responsáveis pelo escoamento de 96% de nossas exportações.

A continuidade dada ao programa de corredores de exportação e abastecimento, à execução de amplo programa de desburocratização dos portos e a ações intensivas de coordenação operacional nos transportes terrestres e embarques marítimos, com que se buscou otimizar as condições do fluxo de escoamento, foi responsável pelo incremento verificado na movimentação dos portos, apesar dos percalços ocasionados pelas chuvas nas regiões Sul e Sudeste, e dos acidentes verificados no porto de Itajaí e no terminal de trigo e soja, Rio Grande.

Bastante significativa também foi a atenção dispensada, no ano de 1983, à movimentação de containeres, tendo em vista o crescimento que vem tendo esse tipo de unitização de cargas nos principais portos do país, com destaque para o de Santos, Rio Grande, Rio de Janeiro e Paranaguá, onde, em relação ao ano de 1982, o número de containeres movimentados cresceu 27% e a correspondente carga containerizada 33%.

Com respeito ao consumo global de energia de transportes, verificou-se, em 1983, redução de 2,8% do consumo em relação a 1982, mantendo-se gradativa a substituição da gasolina pelo álcool hidratado, em consonância com a política energética preconizada pelo programa de transportes alternativos para economia de combustíveis.

Assim, em cotejo com 1982, os consumos de gasolina automotiva (incluindo o álcool anidro) e óleo combustível decresceram em 18,3% e 6,3%, respectivamente, enquanto o consumo de álcool hidratado cresceu de 33,3%, mantendo-se estáveis os consumos de óleo diesel (-0,6%) e querosene (+0,8%).

No que tange aos aspectos sociais dos transportes, deu-se prosseguimento às ações e programas de racionalização do sistema, visando à viabilização dos transportes coletivos urbanos, destinando-se Cr\$ 214 bilhões essencialmente para os trens metropolitanos no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, e para os sistemas de transporte coletivo urbano por ônibus, principalmente nas regiões metropolitanas, capitais dos Estados e aglomerados urbanos com população igual ou superior a 400.000 habitantes.

Da mesma forma, continuou-se a programação relativa à pavimentação de áreas urbanas periféricas, visando prover acesso aos núcleos habitacionais populares, bem como a implementação de corredores estruturais para os ônibus urbanos.

2.8.2. Principais Resultados Alcançados

2.8.2.1. Setor Rodoviário

A ação do Ministério dos Transportes orientou-se para o aperfeiçoamento da operação de transportes, adequação das instalações existentes e, prioritariamente, para a restauração e conservação de rodovias, restringindo os investimentos em obras novas àquelas essenciais à integração territorial e de apoio a programas de desenvolvimento agrícola do país.

Os recursos aplicados em conservação e restauração de rodovias ascenderam a Cr\$ 36,7 bilhões e Cr\$ 41,1 bilhões, respectivamente. A recuperação se situou em cerca de 1.763 km, o que representa um acréscimo de 40% sobre o realizado em 1982. Paralelamente, foram contratados novos projetos de restauração num total de 1.078 km que, somados aos existentes, deverão dar novo impulso a esses serviços.

No que se refere a obras, as realizações em 1983 não destoam das médias do último quinquênio — 775 km de implantação e 999 km de pavimentação — tendo-se concluído, no exercício, 913 km de implantação e 806 km de pavimentação. No programa, destaca-se a construção da rodovia BR-070/174/364 entre Cuiabá e Porto Velho, com 1.443 km, que, praticamente iniciada em abril de 1982, tem seu término previsto para setembro de 1984. O aumento da participação financeira do Banco Mundial, de 35% para 65%, permitirá manter, em 1984, o mesmo ritmo de trabalho desenvolvido nessa rodovia no ano findo.

Foi dado prosseguimento aos trabalhos de construção da ponte internacional Brasil/Argentina, cujos serviços, no lado brasileiro, estão relativamente adiantados. Assim, o edifício do Centro da Fronteira e seus acessos estão em fase de conclusão, enquanto a ponte, propriamente, está com seu encontro concluído e, do lado argentino, em fase de conclusão. Também já foi iniciada a fundação de um dos pilares centrais.

Entre as obras concluídas em 1983, cabe destacar: na BR-153, no Rio Grande do Sul, o trecho Cachoeira — Rincão dos Cabrais; na BR-101, entre Pernambuco e Paraíba, o trecho Sertânia — Monteiro; na BR-277/376, no Paraná, a importante duplicação Campo Largo — São Luis do Purunã, integrante do Corredor de Exportação de Paranaguá; e, na BR-230, no Pará, o trecho entre Itupiranga — Tucuruí.

O Ministério dos Transportes prosseguiu com o programa nacional de rodovias alimentadoras — Agrovias, implantado em 1982, aplicando, em 1983, Cr\$ 6,9 bilhões de recursos federais, a fundo perdido, e Cr\$ 5,9 bilhões de contrapartida dos Estados, com a realização física correspondendo a 1.988 km de implantação e/ou pavimentação, bem como a construção de 765m lineares de pontes.

Do mesmo modo, foi dado prosseguimento ao programa de rodovias vicinais, oriundo de convênio firmado pelo Ministério dos Transportes com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, o Banco Mundial e órgãos rodoviários estaduais, mediante a implementação dos Programas I e II e início do Programa III, os quais, com vigência até 1988, objetivam atingir 15.000 km de rodovias. No Programa III, a participação do Governo Federal será equivalente a US\$ 46,0 milhões, a fundo perdido.

A excepcionalidade das chuvas que se abateram em 1983 nas regiões Sul e Sudeste veio agravar a já difícil situação da malha rodoviária federal, causando interrupções de tráfego em cerca de 180 pontos, acarretando, igualmente, graves prejuízos aos sistemas sob jurisdição dos Estados e Municípios nessa região. Na recuperação das rodovias federais, foram aplicados mais de Cr\$ 10,0 bilhões em obras de emergência, além da ajuda da União, de cerca de Cr\$ 23,5 bilhões a fundo perdido, para recuperação das rodovias estaduais e municipais da região Sul.

Os esforços desenvolvidos para acelerar o programa de recuperação da malha rodoviária federal foram ampliados pelo

aumento da participação, de 35% para 65%, do Banco Mundial nos custos do VI Projeto DNER/BIRD.

Para 1984, abrem-se novas perspectivas face aos bons resultados obtidos na preparação do VII Projeto DNER/BIRD, cujos objetivos prevêem a restauração de 4.000 km em 3 anos, e execução de sinalização horizontal, além de medidas para a segurança do tráfego, pela eliminação de «pontos negros», treinamento para equipes de conservação, inclusive dos DER's, e gerenciamento de equipamentos e pesquisas. Os investimentos previstos atingem US\$ 409,0 milhões, cabendo ao Banco Mundial 50% do total.

A preocupação de aumentar a eficiência operacional no transporte rodoviário e de reduzir o número de acidentes, levou o Ministério a acelerar a elaboração de regulamentos próprios que, em seus diferentes aspectos, já vinham sendo objeto de estudos.

No que se refere ao transporte de cargas, a edição da Lei nº 7.092, de 19 de abril de 1983, permitiu fosse levado ao conhecimento público a minuta de Regulamento de Transporte Rodoviário de Bens. As observações e sugestões recebidas de diferentes classes de usuários e operadores foram detidamente analisadas, achando-se em fase final de elaboração a versão definitiva do regulamento.

A crescente produção e movimentação de produtos perigosos induziu à edição do Decreto nº 88.821, de 06 de novembro de 1983, que aprovou o Regulamento para Transporte Rodoviário de Cargas e Produtos Perigosos, complementado pelo Decreto-lei nº 2.063, da mesma data, que estabelece multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação em referência. Seu objetivo principal é reduzir riscos para as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente, através do controle acurado da operação, definindo as responsabilidades próprias do embarcador, do expedidor e do transportador.

O Ministério dos Transportes está ainda procedendo à revisão do Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais do Transporte Coletivo de Passageiros, visando à atualização das normas nele contidas, com o intuito de aperfeiçoar a operação, sobretudo nos seus aspectos de segurança e economia.

Visando ampliar a atuação do DNER no campo da operação do transporte, foi editado o Decreto nº 89.055, de 24 de

novembro de 1983, desmembrando a então Diretoria de Transporte Rodoviário em duas, a saber:

- Diretoria de Transporte de Passageiros; e
- Diretoria de Transporte de Cargas.

Paralelamente ao treinamento específico de seus quadros, a nova estrutura possibilitará ao DNER melhores condições para exercer a supervisão do transporte rodoviário.

2.8.2.2. Setor Ferroviário

No ano de 1983, o setor ferroviário federal se caracterizou por nítida expansão do transporte metropolitano de passageiros de subúrbios que, ao movimentar cerca de 414 milhões de pessoas, apresentou acréscimo de 8% em relação a 1982 (383 milhões de passageiros), não obstante o volume de obras em execução nos subúrbios de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre ter afetado negativamente o movimento nessas três capitais.

Nos subúrbios do Rio de Janeiro e São Paulo, responsáveis pela movimentação, no ano, de 94% daquele total, ocorreram acréscimos de 10,5% e 7,8%, respectivamente.

O transporte de passageiros de longa distância continuou sendo desestimulado em face da desfavorável eficiência energética que oferece em relação ao ônibus, tendo apresentado decréscimo de 11,9% no volume de passageiros transportados (12,6 milhões) em relação ao ano de 1982 (14,3 milhões). Em decorrência do profundo desequilíbrio entre as arrecadações e as despesas operacionais desse transporte nos trechos de baixa densidade de tráfego, ajustamentos parciais foram executados no exercício findo.

Na movimentação de cargas, a RFFSA experimentou redução de 0,3% na quantidade de toneladas transportadas no ano (69,6 milhões), em relação a 1982 (69,8 milhões). A produção de transporte de cargas, em 1983, foi muito prejudicada por longas paralisações de tráfego motivadas pelos danos causados à malha ferroviária devido às fortes e prolongadas chuvas e enchentes ocorridas em extensas áreas servidas por linhas férreas de maior solicitação, associadas à insuficiência de recursos para a restauração e renovação das mesmas.

Também afetou negativamente o desempenho dos transportes de cargas, particularmente na malha de bitola larga, a redução do nível de atividade em alguns setores da economia, como a exportação de minério de ferro e a construção civil. Todavia,

os esforços desenvolvidos na captação de novas cargas para a ferrovia, aliados ao incremento dado à exportação de produtos siderúrgicos, no ano de 1983, contribuíram para que se pudesse minimizar essa redução.

No que tange à receita operacional, a RFFSA obteve aumento de receita superior em 119,5% à do ano de 1982.

O efetivo de pessoal foi reduzido em 4,9%, enquanto a sua produtividade aumentou em 1,5%.

Relativamente às obras concluídas em 1983, destacam-se:

- variante Celso Bueno/Araguari — complementação da via e sistemas operacionais, numa extensão de 110 km;
- ramal de acesso ao Paiol de Paracambi, com 3 km de extensão;
- ramal de acesso ao Porto de Itaquí, com 12 km de extensão.

Com relação à Ferrovia do Aço, as obras entraram em ritmo de desaquecimento, atingindo, no fim do período, os seguintes percentuais:

— terraplenagem	98%
— túneis	99%
— pontes e viadutos	97%
— plataforma	95%
— lançamento da via	10%

O lançamento da via, iniciado em março de 1983, utilizando-se dos serviços do 2.º Batalhão Ferroviário, atingiu, no ano, 33 km, no trecho de 319 km entre Jeceaba/Itutinga e Volta Redonda.

2.8.2.3. Setor Portuário

Em 1983, a atuação da PORTOBRÁS orientou-se em função do objetivo de atingir o absolutamente prioritário: atender à demanda, especialmente a resultante do esforço exportador, ao menor custo possível. Em complemento, perseguiu-se a expansão da capacidade operacional dos portos brasileiros, através da racionalização administrativa e operativa, de maneira a elevar a produtividade da infra-estrutura existente.

A implementação dessa política ensejou que, em 1983, os portos brasileiros atendessem, de forma eficiente e econômica, a movimentação de cargas, especialmente o escoamento de 96% das nossas exportações.

Foi implementado programa de desburocratização interna das administrações dos portos, reduzindo-se em até 50% o número de documentos utilizados, sendo aplicado inicialmente no Rio de Janeiro, Vitória, Salvador e Fortaleza, estendendo-se, posteriormente, a Santos, Maceió, Recife, Belém, Manaus e Rio Grande.

Através da implantação de conselhos especiais de usuários nos portos nacionais de expressão, garantiu-se a participação de representantes de todo o universo de interessados nas atividades portuárias, ensejando canal direto de diálogo entre as administrações dos portos e os usuários do sistema, sendo assegurado, ao presidente do conselho em referência, assento no conselho de administração do porto respectivo.

Prosseguindo a política de uniformização do regime jurídico de exploração dos portos por meio de sociedades de economia mista, o Porto de Natal foi incorporado à Cia. Docas do Rio Grande do Norte — CODERN, e a empresa PORTOCEL — Porto Especializado de Barra do Riacho, controlada da PORTOBRÁS, foi transformada na Cia. Docas do Espírito Santo — CODESA.

Registrou-se forte empenho em sanear as finanças das administrações portuárias através de rígido controle de despesas e do estabelecimento de níveis tarifários fundamentados nos custos e na eficiência operacional, o qual aproximou-se bastante do paradigma dos rendimentos médios internacionais, o que foi conseguido na maioria dos portos.

No que se refere à especialização de cargas, o container foi, sem dúvida, o que apresentou maior crescimento, atingindo cerca de 2,6 milhões de toneladas em 1983, com 323 mil contêineres (TEU), contra 254 mil, em 1982.

Para atender ao crescimento esperado em 1983, devido a entrada de operação, neste ano, de navios especializados porta-contêineres, foi firmado protocolo com a quase totalidade das empresas de navegação de longo curso, que se comprometeram a colocar equipamentos especializados para container nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Rio Grande, sob a forma de arrendamento, ou outra modalidade operacional a ser ajustada.

TEU — Twenty Feet Equivalent Unit = Unidade equivalente a container de 20 pés.

Para atender à demanda futura a médio prazo, foi solicitada a cooperação financeira do Banco Mundial, visando à aquisição de equipamentos e execução de obras civis, nos portos de Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e Rio Grande, com dispêndio de recursos da ordem de US\$ 73,0 milhões.

Na área de investimentos, cabe destacar o início da adequação do Corredor de Paranaguá para elevar a sua capacidade de embarque de 300 t/h para 4.500 t/h e a recuperação do terminal para trigo e soja, em Rio Grande. Merecem destaque as obras de melhoramentos do porto de Porto Velho, com acessos rodoviários e rampa «ro-ro»; a continuação do terminal de Vila do Conde (PA), para a importação de bauxita e exportação de alumínio produzido pela ALBRÁS/ALUNORTE; a recuperação e alargamento de 1.000 m de cais e construção de armazém para carga geral em Recife; a construção do molhe de abrigo, acesso rodoviário e dragagem em Praia Mole (ES); a recuperação do cais de Itajaí (SC); o prosseguimento da montagem de mais 2 descarregadores para carvão em Sepetiba (RJ); a melhoria das instalações destinadas ao ingresso e descarregamento das composições ferroviárias em Imbituba; e a conclusão das instalações para recebimento rodoviário e embarque fluvial de carvão em Charqueadas (RS).

2.8.2.4. Setor da Marinha Mercante

Como reflexo da persistente redução da atividade econômica nos países industrializados e a conseqüente retração do comércio mundial, durante o ano de 1983, o intercâmbio do Brasil com os demais países, realizado pela navegação de longo curso, apresentou declínio de 5,8%, totalizando 154,0 milhões de toneladas, das quais 103,4 milhões de cargas exportadas e 50,6 milhões de importações. Igualmente, houve decréscimo nos fretes gerados, que passaram de US\$ 3,8 bilhões, em 1982, para US\$ 3,5 bilhões, ou seja, menos 7,9%, em 1983.

A bandeira brasileira, representada por navios próprios e afretados, teve o seu nível de participação no transporte marítimo situado em 45,7% do total (47,4% em 1982). Na exportação, porém, apesar de haver caído a participação em termos de tonelagem, foram mantidos os níveis de fretes auferidos no mesmo patamar de 1982, caracterizando com isso um transporte de cargas mais nobres, particularmente manufaturados.

Na navegação de cabotagem houve incremento de 13,5% na tonelagem transportada (31,9 milhões em 1983 e 28,1 em 1982), e 132,1% no frete auferido, que alcançou Cr\$ 142,3 bilhões em 1983, contrapondo-se aos Cr\$ 61,3 bilhões obtidos em 1982.

Também na navegação interior ocorreram aumentos, tanto na carga transportada, que passou de 5,9 milhões de toneladas, em 1982, para 6,1 milhões em 1983 (+ 3,4%), como no frete gerado, que elevou-se de 107,2% em 1983, passando de Cr\$ 16,7 bilhões para Cr\$ 34,6 bilhões.

Fato marcante no setor foi a reestruturação da SUNAMAM através do Decreto-lei nº 2.035 e do Decreto nº 88.420, ambos de 21 de junho de 1983, dado que sua organização anterior não satisfazia às necessidades para as quais fora criada.

Com a nova organização, a SUNAMAM foi reconduzida a sua função precípua de normatização e administração das atividades da Marinha Mercante do País, enquanto as atividades financeiras referentes ao Fundo da Marinha Mercante passaram a ser exercidas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Deste modo, essa atividade foi colocada em seu contexto próprio, o que permitirá um equilíbrio adequado entre as necessidades da armação e as dos estaleiros nacionais.

No que concerne à construção naval, em 1983, foram entregues 70 embarcações, no total de 506.572 TPB e 13.947 BHP¹. Destas, 9 embarcações, perfazendo o total de 331.230 TPB, foram exportadas.

Durante o ano foram contratadas, para construção nos estaleiros nacionais, 5 embarcações com um total de 1.012.000 TPB, com recursos na CACEX.

Com as entregas realizadas e as vendas para o exterior de algumas embarcações, a frota mercante brasileira atingiu, em 1983, o total de 1.440 embarcações (com 100 TPB e mais), com 9.229.800 TPB, acusando um crescimento de 4,7% sobre o número de embarcações, e decréscimo de 1,7% na tonelagem bruta.

2.8.2.5. Setor de Transportes Urbanos

Em 1983, o Ministério dos Transportes, através da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU e da Rede Ferro-

1 A unidade BHP (Brake Horse Power) é utilizada para rebocadores e embarcações do gênero, que não são avaliados em TPB.

viária Federal S.A. — RFFSA, deu continuidade à ação desenvolvida nos transportes coletivos urbanos, aplicando as maiores parcelas de investimentos nos trens metropolitanos e ônibus.

Os investimentos do Ministério, na área urbana, em 1983, totalizaram Cr\$ 214,0 bilhões. Foram dirigidos à melhoria e expansão do transporte coletivo, visando, especialmente, à implantação dos sistemas de trens metropolitanos de Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte e à melhoria e ampliação de capacidade dos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo; à melhoria, organização e expansão da capacidade dos serviços de ônibus urbanos nas mais importantes cidades do país; e à complementação dos investimentos nos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nos trens metropolitanos de Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte foram investidos recursos totais de Cr\$ 105,0 bilhões, possibilitando o cumprimento da meta de operar esses sistemas ainda no primeiro trimestre de 1985. As melhorias e ampliações de serviços executados em 1983, nos sistemas de trens de subúrbio do Rio de Janeiro e São Paulo, exigiram investimentos de Cr\$ 6,4 bilhões e Cr\$ 15,0 bilhões, respectivamente, permitindo elevar suas capacidades para 900 mil e 700 mil passageiros/dia, correspondendo a acréscimos percentuais de 50% e 55% em relação aos níveis de 1982. Os investimentos nos sistemas de trens metropolitanos totalizam, portanto, Cr\$ 183 bilhões, no exercício de 1983.

Para 1984, prevê-se a efetivação de novas melhorias nesses sistemas suburbanos, visando permitir a elevação das respectivas capacidades para 1.200.000 e 900.000 passageiros/dia.

Os sistemas de ônibus urbanos, aos quais cabe a tarefa de atender a 60% da demanda total por viagens urbanas, foram, no período, beneficiados por investimentos de Cr\$ 18,0 bilhões, a que se somam os recursos de contrapartida dos governos locais, no montante aproximado de Cr\$ 9,0 bilhões. O objetivo desses investimentos foram a melhoria da infra-estrutura física e operacional, o aperfeiçoamento gerencial e as relações com o usuário, havendo, ainda, uma preocupação básica em conter, no limite do possível, a elevação do preço das passagens para o usuário, beneficiando-se principalmente as populações de baixa renda.

Finalmente, quanto aos metrô, foram investidos, no exercício, Cr\$ 12,0 bilhões que permitiram, de forma comple-

mentar, viabilizar suas metas para 1983, traduzidas em uma oferta de capacidade de 550 mil passageiros/dia no Rio de Janeiro e de 1.300 mil passageiros/dia em São Paulo.

2.8.3. *Planejamento de Transportes*

À empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, cabe dar assessoramento e apoio ao Ministério dos Transportes em assuntos referentes ao planejamento básico do setor como um todo, em particular no que se relaciona com a integração operacional e assistência técnica às diferentes modalidades.

Neste sentido, em 1983, foram desenvolvidas diversas atividades de assessoramento, destacando-se: o programa de modernização global da RFFSA; o estudo do transporte de álcool e acompanhamento do PROÁLCOOL; o estudo relativo a transporte de açúcar para exportação pelos portos de Santos, Recife e Maceió; os estudos sobre transporte intermodal; e os estudos referentes às empresas de navegação de cabotagem.

No planejamento de transportes urbanos, a ação do GEIPOT concretizou-se nos estudos dos transportes urbanos — ETURB; nos projetos de assistência técnica — PROTEC, com atuação em três regiões metropolitanas, quatro capitais e mais 58 cidades de porte médio, em todo o Brasil; e no Programa de Aglomerados Urbanos — AGLURB, dizendo respeito a seis capitais.

Ainda no contexto de planejamento de transportes, cabe destacar a participação do GEIPOT em projetos de cooperação técnica do governo brasileiro a outros países, tais como assessoria ao governo da Argélia na área ferroviária; o estudo de transporte de carvão, em Moçambique; e os estudos para a ligação ferroviária Motucacito — Puerto Busch, na Bolívia.

2.9. COMUNICAÇÕES

2.9.1. Política Setorial

Em consonância com as diretrizes do governo, o setor de comunicações, em 1983, intensificou ações no sentido de atender maiores parcelas da população, mediante orientação voltada para o aspecto social das telecomunicações, dos correios e da radiodifusão.

As diretrizes para o Setor foram as seguintes:

Na área de telecomunicações públicas:

— dar prioridade à política de popularização do telefone, visando atingir às populações residentes em áreas periféricas dos grandes centros urbanos, bem como em áreas rurais;

— interiorizar os serviços, mediante a utilização de sistemas mais acessíveis e compatíveis com o poder aquisitivo da população a que se destinam;

— dar prioridade ao programa de comunicações por satélite;

— promover maior integração com outros setores de atividades para a consecução de objetivos econômicos e sociais prioritários.

Na área dos Correios:

— dar continuidade ao programa que visa atender com serviços postais e de telegramas às localidades interioranas, estendendo até estas as atividades bancárias e comerciais;

— modernizar e ampliar a infra-estrutura já implantada, visando à melhoria do atendimento ao público em geral.

Na área de radiodifusão:

— dar continuidade ao programa de interiorização da televisão;

— prosseguir com a política de implantação de emissoras em localidades consideradas sem interesse por parte da iniciativa privada e em pontos estratégicos de interesse nacional.

Na área do desenvolvimento tecnológico e industrial da telecomunicação:

— apoiar a consolidação do parque industrial existente e fortalecer a participação do sócio brasileiro na gestão das empresas com contribuição de capitais estrangeiros;

— incentivar a indústria do setor, com vistas ao desenvolvimento de novas tecnologias visando reduzir a dependência de materiais importados;

— apoiar a execução de projetos de desenvolvimento de tecnologias avançadas, que possam constituir base para a modernização dos sistemas de comunicações.

2.9.2. Atividades e Principais Resultados Alcançados pelo Setor em 1983

Coerentes com os objetivos do governo e diretrizes estabelecidas, as principais atividades e resultados alcançados foram os seguintes:

Na área de telecomunicações públicas:

— o projeto brasileiro de satélite doméstico obteve o apoio necessário ao cumprimento do cronograma estabelecido visando ao lançamento do primeiro satélite ainda no início de 1985;

— foi desencadeado o programa de aquisição de Centrais de Comutação por Programa Armazenado, tipo Temporal — CPA-T's, iniciando-se assim o processo de modernização do sistema nacional de telecomunicações rumo à rede integrada digital, a qual ensejará universalização dos serviços de informática com menores custos;

— foi reduzida de 30% para 5% a sobretarifa (FNT) para ligações interurbanas originadas em localidades com até 500 terminais telefônicos instalados, beneficiando, assim, mais de 3.800 localidades ou cerca de 20 milhões de habitantes;

— apoiou-se a política de exportações brasileiras, com a redução em 25% das tarifas internacionais de telefonia e telex nas ligações destinadas a diversos países do Oriente Médio, Ásia, África e ilhas do Pacífico e Oceania;

— foi ampliada a oferta de serviços de comunicações de dados com a entrada em operação do INTERDATA (serviço de acesso a bases e terminais de dados localizados no exterior) e do FINDATA (serviço de acesso a informações financeiras do mercado internacional);

— começou a ser introduzida no país a comunicação de dados comutada, a nível nacional, através do projeto RENPAC — Rede Nacional de Comunicações de Dados por Comutação de Pacotes, cuja primeira fase, destinada às localidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Campinas, tem a entrada em operação comercial prevista para início de 1984;

— foi assinado ato conjunto pelos Ministérios das Comunicações e Agricultura, prevendo a implantação de sistemas de telecomunicações rurais por cooperativas ou pela ação conjunta destas com as prestadoras de serviços de telecomunicações;

— em apoio à área da saúde, passou a operar em caráter definitivo o sistema de transmissão de eletrocardiograma por telefone, e iniciou sua fase de operação o serviço de teleemergência, modalidade de assistência médica por telefone;

— foram instalados 847 mil novos telefones, alcançado-se o total de 10 milhões de aparelhos em operação, ou seja, 9,1% a mais que em 1982;

— foram implantados cerca de 2.800 novos telefones públicos comunitários;

— o tráfego telefônico cresceu 13,1% quanto às chamadas interurbanas e 7,4% em chamadas internacionais. O crescimento do tráfego local, medido em impulsos, chegou a 10,9%;

— o total de terminais de telex instalados elevou-se para 66 mil, representando crescimento da ordem de 1,6% em relação a 1982.

Na área dos Correios:

— foi expandida a rede postal noturna, passando a interligar por via direta diversas cidades das regiões metropolitanas às capitais dos estados e às outras cidades de grande porte;

— foi ampliado o serviço regular aéreo diurno, garantindo, assim, a entrega da carga postal no dia seguinte ao da postagem a diversas localidades interioranas;

— foram criadas 28 novas agências, 57 agências postais satélites, 64 postos de correio, 1.414 postos de vendas de selo e instaladas 1.303 caixas de coletas;

— o serviço de telegrama fonado foi estendido a 208 novas agências. Este serviço foi implantado em 84 localidades atendidas por 77 centros de telegramas fonados;

— o serviço de reembolso postal foi agilizado através do processamento de dados pelo intercâmbio de fitas magnéticas entre empresas interessadas;

— o serviço de documentos achados e perdidos permitiu a recuperação de quase 100.000 documentos extraviados;

— mais de 200 milhões de documentos foram entregues via Serviço Especial de Entrega de Documentos — SEED;

— foi implantado o serviço de correio eletrônico em 17 localidades brasileiras, que utiliza equipamentos de fac-símile garantindo ao usuário a recepção de documentos (fotos, desenhos, páginas escritas, etc.) num prazo máximo de 90 minutos após a transmissão;

— foram construídos 4 centros operacionais e 20 agências postais e telegráficas;

— foi instituído o aerograma internacional, que pode ser expedido para qualquer localidade do exterior;

— a quantidade de objetos postados, principal indicador da evolução dos correios, cresceu em 5% no ano de 1983.

Na área de Radiodifusão:

— foram instaladas pela Radiobrás 6 novas emissoras de radiodifusão sonora: duas operando em ondas tropicais com elevada potência nas cidades de Manaus e Porto Velho; 3 outras, operando em frequência modulada nas cidades de Manaus, Porto Velho e Boa Vista e uma em ondas médias na cidade de Tefé;

— foi instalada nova emissora de televisão em Porto Velho;

— foi ampliada a programação radiofônica destinada ao exterior, com transmissões diárias em língua francesa para regiões específicas da África (Senegal, Togo, Costa do Marfim). Atualmente, emissoras do Governo Federal realizam transmissões em inglês para a América do Norte, América Central, Caribe e Europa; em espanhol, para as Américas do Norte, do Sul, Central e Caribe; em português, para a África; em Alemão, para a Europa; e em Francês, para o Continente Africano e Europeu.

Na área de desenvolvimento tecnológico e industrial de telecomunicações:

— 23 contratos de transferência de tecnologia foram firmados com empresas privadas nacionais, na área de comunicação via satélite;

— foram inauguradas as linhas-piloto de fabricação de «lasers» (componentes destinados à conversão de sinais elétricos em sinais ópticos) e de circuitos híbridos de filme espesso utilizados em equipamentos de telecomunicações de tecnologia avançada. As tecnologias desenvolvidas serão posteriormente transferidas às indústrias nacionais, que deverão suprir as necessidades do mercado;

— foi transferida a tecnologia de fabricação de cabos de fibras ópticas para a indústria nacional. Esta fibra, cuja tecnologia de fabricação, mesmo nos países industrializados, é dominada há pouco tempo, permite a produção de cabos telefônicos de pequenos diâmetros, capazes de transmitir milhares de circuitos de voz.

Na área de cooperação internacional:

— promoveu-se intercâmbio técnico com outros países, tanto da América Latina como da África, através de consultoria procedida por peritos brasileiros e de intenso programa de cooperação técnica. Foram celebrados ajustes de cooperação com o Equador e Peru e realizaram-se seminários especializados para técnicos e dirigentes de empresas de serviços postais e de telecomunicações de países da América e África, com a participação de mais de uma centena deles. Essas atividades visam beneficiar, particularmente, a exportação de bens e serviços brasileiros, em apoio à indústria nacional.

3. POLÍTICA SOCIAL

3.1. SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS

Um dos mais complexos desafios que se colocam ao Governo nos dias atuais é o de atender adequadamente às necessidades sociais dos trabalhadores em meio a dificuldades e restrições no campo econômico. O imperativo imediato de honrar os compromissos externos e de combater a inflação está exigindo rigorosa contenção dos gastos públicos e realinhamento dos investimentos governamentais o que, por sua vez, provoca constrangimentos na consecução dos objetivos sociais do programa de Governo.

Nessas condições, seria fácil encontrar justificativas para a postergação da ação governamental voltada ao atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores. Entretanto, nada seria mais injusto do que isso. A orientação do Governo tem-se pautado pela conciliação dos sacrifícios, de modo a garantir um balanço entre as dimensões do social e do econômico. Dentro dessa perspectiva, o Ministério do Trabalho tem procurado cumprir suas responsabilidades visando sempre à adequação das expectativas do lado social com as possibilidades reais do lado econômico, tendo desempenhado um importante papel no que concerne à questão do emprego, da formação da mão-de-obra e da promoção da saúde e do horizonte social dos trabalhadores. Isso tem orientado sua ação de intermediação no mercado de trabalho, treinamento e retreinamento de trabalhadores, assim como de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e promoção social dos trabalhadores.

O trabalho do Ministério em todas essas áreas tem sido orientado por políticas específicas. No ano de 1983, foi dada prioridade às políticas de relações do trabalho, de salário, de emprego, de formação de mão-de-obra e proteção ao trabalhador, cujos resultados principais e propostas futuras são apresentados a seguir.

3.1.1. Salário

No decorrer de 1983, o Governo alterou várias vezes a sistemática dos reajustes salariais. A partir de fevereiro, extinguiu-se o adicional de 10% sobre a variação semestral do INPC para os assalariados que recebem até 3 SM e diminuiu o fator de reajuste para quem ganha acima desse valor. Com a última alteração, feita através do Decreto-lei nº 2.065, de 26.10.83, a política salarial que começou a vigorar a partir de então é a seguinte:

a) na primeira fase, que vigorará até 31.07.85, são previstas taxas de reajustes diferenciadas de acordo com os níveis de salários, com recomposição plena (100% da variação do INPC) dos salários situados até o equivalente a 3 salários mínimos;

b) na segunda fase, de vigência para o período compreendido entre 01.08.85 a 31.07.88, são previstas taxas de reajustes compulsórios idênticos para todos os assalariados (70%, 60% e 50% da variação do INPC para o primeiro, segundo e terceiro subperíodos do período mencionado). Além desse reajuste compulsório, uma parcela suplementar poderá ser negociada entre patrões e empregados por ocasião da data-base;

c) na terceira fase (a partir de 01.08.88) está prevista que a correção dos salários passará a ser objeto de livre negociação coletiva entre empregados e empregadores, ficando a cargo do Poder Executivo apenas a fixação do valor do salário mínimo.

As principais razões das alterações efetuadas na política salarial em 1983 foram basicamente as seguintes:

a) assegurar ao setor exportador condições de competitividade externa, mediante a atenuação das pressões sobre seus custos advindos dos aumentos salariais;

b) preservar a capacidade de investimento e de geração de empregos do sistema produtivo, através da manutenção de margem adequada de remuneração aos empreendimentos;

c) conter a pressão exercida pelas empresas do Governo sobre os recursos do Tesouro Nacional;

d) diminuir as pressões sobre o orçamento da Previdência Social, dada a diferença de composição, por faixa de salário mínimo, da massa de contribuintes e de beneficiários.

Com relação ao salário mínimo, ocorreram em 1983 reajustes nos meses de maio e novembro. De acordo com a política de atingir a médio prazo a unificação do salário mínimo do país, o Governo, em maio de 1983, diminuiu de três para duas as fai-

xas desse salário. Isso se deu com a elevação do valor vigente nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe ao nível vigente nos estados da Região Norte e de Pernambuco e Bahia. Nos estados beneficiados pela medida, a taxa de reajuste do salário mínimo no referido mês foi de 50,5%, enquanto que, para os demais estados, tal aumento foi de 47,6%, praticamente igual à variação semestral do INPC utilizada nos reajustes salariais do mês. Já em novembro de 1983, a taxa de reajuste aplicada foi de 64,2% para os dois níveis de salário mínimo (percentual idêntico à variação semestral do INPC).

Com a adoção de taxas de aumento mais elevadas para o menor nível de salário mínimo, a relação entre o maior e o menor nível desse salário vem se reduzindo paulatinamente. Essa relação, que era de 1,585 em 1969 e de 1,301 em maio de 1980, diminuiu para 1,137 por ocasião do último reajuste.

3.1.2. *Emprego*

A prioridade conferida ao programa de ajustamento econômico impõe a necessidade de cuidados especiais com relação à política de emprego. O entendimento básico do Governo é o de que uma política de emprego tem particular oportunidade exatamente quando os recursos disponíveis se tornam escassos e passam a exigir alocação com maior parcimônia e eficiência. Por esse motivo, o Ministério do Trabalho orientou o Conselho Nacional de Política de Emprego (CNPE) para a formulação de procedimentos que visam a garantir o emprego da força de trabalho. As ações do CNPE dividem-se em dois grandes grupos. De um lado, estão aquelas que visam a conter — sem cerceamento de liberdades individuais — o prosseguimento do desemprego. De outro lado, estão aquelas que visam ao reemprego e à geração de novas oportunidades de trabalho.

No âmbito da contenção do desemprego, o CNPE tem mobilizado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) junto às empresas que se vêem obrigadas a desempregar trabalhadores no sentido de evitar ou retardar essa decisão pela sugestão de vários mecanismos (antecipação de férias, diminuição de jornada de trabalho, redução de horas extras e outros) ou estabelecer um cronograma de dispensa, com datas e critérios, a fim de facilitar o encaminhamento dos trabalhadores para outras oportunidades e, com isso, conter o desemprego.

Nos dois casos, o SINE tem alcançado bons resultados. Em 1983, cerca de 50 mil trabalhadores deixaram de ser demitidos e mais de 30 mil foram automaticamente reabsorvidos graças à atuação e à cooperação estabelecida entre o SINE, as empresas e os próprios sindicatos de trabalhadores. O sucesso de tais procedimentos e a necessidade de se conter o desemprego motivaram o Ministério a propor ao CNPE um anteprojeto de lei para regulamentar as dispensas coletivas, em um primeiro estágio, pela simples notificação com a devida antecedência ao Ministério do Trabalho, para que este mobilize o SINE na linha acima descrita.

No âmbito do reemprego e da geração de novas oportunidades, o Ministério do Trabalho tem desenvolvido dois tipos de atividades. Dentre as que se destinam ao reemprego, destacam-se a intermediação do SINE e os programas de retreinamento. No primeiro caso o SINE encaminhou, em 1983, cerca de 800 mil trabalhadores para outros empregos e teve sucesso em ver cerca de 430 mil admitidos. No segundo caso, com a colaboração do SENAI, SENAC e SENAR, cerca de 15 mil trabalhadores foram retreinados em cursos rápidos, o que lhes facilitou o reemprego. Neste ponto, a política do emprego conjuga-se intimamente à política de formação de mão-de-obra.

No que tange à geração de empregos, o Ministério do Trabalho, através do CNPE e de outros órgãos, vem analisando a capacidade geradora de emprego de investimentos públicos e privados e, com base nisso, dando ciência aos vários órgãos do Governo de necessidades e possibilidades de se prover trabalho em setores ou regiões específicos.

Além dessas atividades, o Ministério do Trabalho desenvolve projetos específicos, com vistas à geração ou manutenção de emprego. Dentre esses, destaca-se o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA). Essa atividade gera empregos a baixo custo; contempla as camadas de mais baixa renda da população; aproveita mão-de-obra independente de idade e qualificação; e utiliza insumos de produção predominantemente doméstica. Ademais, o artesanato já começa a gerar preciosas divisas tendo em vista a boa aceitação do produto brasileiro no mercado internacional. Em 1983, o PNDA beneficiou diretamente 80 mil artesãos e cerca de 1.300 mil pela via indireta, sendo que as exportações contratadas atingiram mais de US\$ 700 mil. Foram realizadas 13 feiras de artesanatos em 1983, nas quais foi comercializado montante superior a 900 milhões de cruzeiros.

O acompanhamento contínuo do comportamento do mercado de trabalho continuará a ser objeto de rígida observância por parte do Ministério do Trabalho ao longo de 1984, pois a garantia de emprego aos trabalhadores nos dias de hoje é a meta mais prioritária para o bem-estar da família brasileira e para a indispensável estabilidade social. O governo, na sua função de observar e corrigir distorções que comprometam o bom funcionamento do mercado de trabalho, tem a superior responsabilidade de nele intervir toda vez que isso signifique assegurar a tranquilidade individual e a paz social. Os ajustes entre o social e o econômico seguirão em regime de flexibilidade, colocando-se o Governo sempre atento ao atendimento de surtos mais sérios de desemprego.

Política de Formação de Mão-de-Obra

A necessidade de preparação adequada dos trabalhadores brasileiros se coloca tanto no âmbito do emprego como no da produtividade. A experiência tem mostrado que trabalhadores qualificados são os menos atingidos pelo desemprego e pela rotatividade, além de desfrutarem de melhores salários e de encontrarem maior facilidade de reemprego. A qualificação de mão-de-obra inquestionavelmente facilita o emprego e o reemprego — sem se considerar os benefícios que proporciona no alargamento do horizonte cultural dos trabalhadores. Ademais, a qualificação de mão-de-obra reveste-se de extrema importância quando se considera a implementação de novos projetos no interior do Brasil, especialmente nos setores de energia, mineração e agroindústria. Tais setores vêm-se ressentindo da falta de mão-de-obra qualificada de nível médio nos locais dos novos projetos. Isto mobilizou e continuará mobilizando o Ministério do Trabalho em 1984, na articulação com órgãos de treinamento do setor privado, como SENAI e SENAC, objetivando o mais pronto atendimento das novas demandas dos empresários e a necessidade de emprego dos trabalhadores. Em 1983, as atividades de formação e treinamento do SENAI e do SENAC, apoiadas pelo Ministério do Trabalho, beneficiaram quase 3,8 milhões de trabalhadores, estando previsto, para 1984, a superação dos 4 milhões de treinandos.

Por outro lado, a qualificação da mão-de-obra é elemento fundamental para a produtividade dos próprios trabalhadores, das empresas e dos setores. Por exemplo, o treinamento de operadores de colheitadeiras de soja tem proporcionado uma redu-

ção do desperdício da colheita por ajustes inadequados das máquinas. Resultados como esse tem justificado o impulso que o Ministério do Trabalho vem dando ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o qual treinou 165 mil trabalhadores rurais e pequenos produtores em 1983; mediante a utilização de 110 unidades operacionais e 31 unidades móveis de treinamento intensivo com sensíveis retornos sociais para os trabalhadores, as empresas rurais e o próprio setor agrícola. Ao longo de 1983, o SENAR instalou 62 unidades operacionais, sendo que para 1984 espera instalar mais 72 e treinar cerca de 300 mil trabalhadores.

Na área de qualificação de mão-de-obra, o Ministério do Trabalho vem dando treinamento específico para os trabalhadores terem mais facilidade na recolocação no mercado de trabalho. Tendo em vista que cerca de 40% da população economicamente ativa urbana do país desempenha atividades vinculadas ao chamado mercado informal, com baixo nível de qualificação e remuneração, o Ministério do Trabalho vem realizando cursos de treinamento rápido com unidades volantes nas periferias dos grandes centros urbanos visando à preparação de costureiras, bordadeiras, cabeleireiros, barbeiros, pedreiros, eletricitistas, encanadores e outros. Dado o interesse despertado entre pessoas de baixa renda e o seu modesto custo de realização, tais treinamentos, ministrados pelo SENAI e SENAC, ganharam amplitude em 1983 e beneficiaram cerca de 90 mil trabalhadores.

A iniciativa privada tem sido estimulada também a treinar por conta das próprias empresas a mão-de-obra que lhes pareça mais escassa. Para tanto, o Governo Federal lhes oferece os incentivos fiscais concedidos pela Lei n.º 6.297/75. O Ministério do Trabalho desburocratizou o processo de apresentação de propostas e realização de treinamento. Isso fez com que, em 1983, mais de 2.800 empresas realizassem treinamentos, beneficiando cerca de 2,5 milhões de trabalhadores.

3.1.3. *Políticas Trabalhistas*

As ações desenvolvidas nesta área pelo Ministério do Trabalho enfatizaram o aperfeiçoamento das relações trabalhistas e a obtenção de melhores níveis de bem-estar do trabalhador, nos diversos aspectos que implicam na elevação dos padrões de segurança ocupacional, acesso a bens e serviços, recursos e equipamentos sociais.

a) Fiscalização

A ação do Ministério do Trabalho, na área da inspeção do trabalho, desenvolveu-se através da reformulação de normas regulamentares e da otimização dos serviços. À prevenção do acidente do trabalho e da doença ocupacional foi dedicada ênfase especial, refletida na intensa ação educativa desencadeada. Objetivando tornar efetiva a aplicação uniforme da legislação laboral em todo o País, prosseguiu-se na implantação do Sistema Nacional de Proteção do Trabalho que, adotando nova sistemática de ação, apoiada em complexo sistema de informações computarizadas sobre a situação da proteção do trabalho, dirige a fiscalização para os locais onde é mais provável a existência de infrações, beneficiando, assim, número considerável de trabalhadores. A fiscalização atingiu cerca de 450 mil empresas que empregavam, em 1983, mais de 15 milhões de trabalhadores.

b) A Ação Educativa da FUNDACENTRO

Tão ou mais importante do que a fiscalização é a ação educativa e de pesquisa que a FUNDACENTRO — órgão do Ministério do Trabalho — vem realizando na área da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Em 1972, antes da ação efetiva da FUNDACENTRO, os acidentes de trabalho atingiram 18,4% da nossa força de trabalho, tendo-se reduzido para cerca de 4% atualmente. Tal resultado é consequência da preparação de mais de 80 mil técnicos em prevenção de acidentes, treinamento de mais de 90 mil trabalhadores e disseminação de resultados de pesquisas e amplas campanhas levadas a cabo pela FUNDACENTRO ao longo de sua existência.

Dada a substancial redução das taxas de acidentes e doenças ocupacionais e os benefícios produzidos para o trabalhador, para a empresa e para a previdência social, o Ministério do Trabalho entende que as aplicações dos recursos na FUNDACENTRO constituem investimento do mais alto retorno social e que, por isso, devem continuar merecendo destaque dentre as prioridades governamentais.

c) O Programa de Alimentação do Trabalhador

O uso do incentivo fiscal concedido pela Lei n.º 6.321/76 possibilitou ao Ministério do Trabalho estimular maior número de empresas para o fornecimento de alimentação sadia e balanceada aos seus trabalhadores, quer através de cozinhas industriais próprias, quer através da utilização de serviços de empre-

sas fornecedoras credenciadas. Em 1983, o número de empresas participantes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) chegou à cerca de 7 mil, beneficiando cerca de 2,8 milhões de trabalhadores.

d) O Serviço Especial de Bolsas de Estudo (PEBE)

Somando-se às demais ações de promoção do trabalhador, o PEBE manteve este ano o serviço de bolsas de estudos ao trabalhador sindicalizado e aos seus dependentes, concedendo cerca de 121 mil bolsas para estudantes do 1º grau, 10,5 mil para estudantes do 2º grau e 771 bolsas para o ensino superior.

3.2. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O esforço de racionalização administrativa perseguido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social durante o ano de 1983 visou diminuir o desequilíbrio financeiro da Previdência Social, através da obtenção de níveis de eficácia prefixados e da intensificação dos sistemas de controle da arrecadação e das despesas.

Os reflexos da crise econômica por que passam diversos setores produtivos resultaram em menores níveis de emprego e, conseqüentemente, reduziram o montante das folhas de salário sobre as quais incidem as contribuições previdenciárias. A redução da receita não correspondeu igual redução das despesas, agravadas estas pelos efeitos diretos da necessidade de maior assistência dos órgãos de execução da previdência social aos seus beneficiários.

Somente a liberação de recursos adicionais, ao final do ano de 1983, além daqueles anteriormente liberados ao longo do exercício, permitiu que a previdência social atendesse as suas necessidades mais imediatas, garantindo o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

O incremento dos benefícios e dos serviços atingiu níveis inéditos de desembolso. Para atenuar o impacto destes acréscimos no orçamento do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) foram adotadas medidas de ordem não apenas administrativa, mas também de ordem econômica.

Modificou-se o sistema de pagamento das contas hospitalares, mediante substituição da remuneração por serviços prestados pelo sistema de pagamento por atividade ou procedimento. Desta forma, tomando por base o custo médio de um procedimento, a previdência social pode agora trabalhar com dados

que lhe permitem uma previsão aproximada dos dispêndios na área médica, o que anteriormente não era possível em razão da imprevisibilidade de custo dos serviços efetivamente prestados.

Implantaram-se, através da Lei nº 7.175, de 14 de dezembro de 1983, medidas saneadoras objetivando a que a averbação de tempo de serviço, no âmbito da previdência social, somente seja feita mediante a indenização das contribuições não pagas no período próprio.

Antecipou-se, de acordo com o Decreto-lei nº 2.087, de 22 de dezembro de 1983, o prazo de recolhimento das contribuições descontadas da remuneração dos empregados, dos trabalhadores avulsos e dos trabalhadores temporários, bem como das contribuições destinadas ao custeio das prestações por acidente do trabalho. A partir da vigência deste Decreto-lei, as contribuições passaram a ser recolhidas até o décimo dia útil do mês seguinte àquele a que se referirem.

As medidas introduzidas pelos Decretos-lei nº 2.088, de 22 de dezembro de 1983, dispondo sobre o pagamento de débitos de contribuições previdenciárias, e nº 2.102 de 28 de dezembro de 1983, que estabelece repasse ao fundo de liquidez da previdência social, deverão contribuir para reduzir o desequilíbrio econômico-financeiro do sistema previdenciário, garantindo a manutenção dos serviços e benefícios ora oferecidos aos seus 110 milhões de beneficiários. A retomada do crescimento econômico, como meta estabelecida para o segundo semestre de 1984, deverá contribuir para a estabilidade da política salarial e redução dos níveis de desemprego, com reflexos positivos nas folhas de salário e no montante da arrecadação. Com a estabilidade econômica tendem a decrescer os custos e a procura dos serviços médico-assistenciais, em razão direta da melhoria das condições de higiene, alimentação, habitação e transporte da massa de segurados previdenciários.

A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES VINCULADAS

3.2.1. Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Órgão executor dos programas da previdência social urbana, rural e do funcionalismo público federal, o INPS concedeu 3,9 milhões de benefícios, sendo 2,1 milhões de prestação continuada e 1,7 milhão de pagamento único. Efetou mais de 4,1 milhões de atendimentos de reabilitação profissional, recuperando para o trabalho cerca de 11 mil segurados, ao custo global de Cr\$ 5,0 trilhões.

3.2.2. Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)

O INAMPS dedicou-se, prioritariamente, no decorrer de 1983, à implantação do plano proposto pelo Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP) de reorientação da assistência à saúde no âmbito da previdência social.

A ênfase dada ao atendimento ambulatorial e o melhor controle das modalidades mais onerosas levaram a uma eficaz racionalização dos serviços de assistência médica, com significativa redução dos custos operacionais.

A integração das ações de saúde, a nível dos estados, como base para as articulações com o setor privado e com o setor de formação de recursos humanos, coloca-se hoje como a estratégia central do CONASP, verdadeiro embrião dos futuros sistemas estaduais de saúde. Foram assinados convênios de ações integradas com os estados de Santa Catarina, Ceará, Rondônia, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais estados, trabalha-se na elaboração de projetos, prevendo-se que, no início de 1984, outros convênios sejam assinados.

Foram efetivadas 216 milhões de consultas médicas, bem como 38 milhões de consultas odontológicas, além de 12 milhões de internações, número este inferior ao registrado em 1982 face às medidas de controle que vêm sendo implementadas neste campo.

No exercício de 1983, o INAMPS efetuou dispêndios no valor de Cr\$ 1,5 trilhão, aproximadamente, com assistência médica aos beneficiários.

3.2.3. Legião Brasileira de Assistência (LBA)

A Fundação Legião Brasileira de Assistência desenvolve programas de assistência e promoção social destinados às pessoas carentes, independentemente da vinculação destas às demais entidades do SINPAS.

O elenco de programas e serviços da LBA cobre hoje toda a linha da existência humana, desenvolvendo-se praticamente em todos os municípios brasileiros, através de 1.604 centros e equipamentos sociais próprios ou mediante convênios de execução com entidades assistenciais públicas e particulares.

Em 1983, a LBA efetuou 16,2 milhões de atendimentos sociais, aplicando recursos da ordem de Cr\$ 72 bilhões, dos quais Cr\$ 8 bilhões originários do FINSOCIAL.

Entre os programas e serviços prestados pela LBA merecem registro aqueles destinados à clientela materno-infantil, prioridade da instituição, como os de creche-casulo, complementação alimentar, distribuição de leite em pó, ações de saúde, assistência ao escolar e colônias de férias.

Acentue-se também a importância e o valor de promoção social de programas como educação para o trabalho, legalização do homem brasileiro (Registro Civil), assistência aos excepcionais e aos idosos.

O Programa Nacional do Voluntariado — PRONAV, atua hoje em todo o País reunindo cerca de 50.000 voluntários em 2.247 núcleos e grupos, realizando, em 1983, perto de 2 milhões de atendimentos a custo zero.

Na campanha «SOS-Sul», coordenada pela LBA, cerca de 5.000 toneladas de roupas, remédios e alimentos foram arrecadados e distribuídos a 500.000 famílias de 250 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, vitimadas pelas inundações de julho de 1983.

Na campanha «Nordeste Urgente», o intenso trabalho de mobilização de servidores e voluntários, conseguiu arrecadar e distribuir, de outubro até dezembro, 15.000 toneladas de alimentos a 10 milhões de pessoas de 1.100 municípios nordestinos da área da seca.

A ação da LBA solidificou-se ainda mais no Nordeste com a implantação do programa de complementação alimentar e de creches nas frentes de trabalho da seca, em todos os estados da região, beneficiando 600.000 mães e crianças.

3.2.4. *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)*

Compete à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor promover a execução da política nacional do bem-estar do menor, bem como orientar, coordenar e supervisionar as entidades que executam essa política. Entidade normativa, a FUNABEM executa sua ação de maneira indireta, através da assistência técnica e cooperação financeira, por meio de convênios com instituições oficiais e entidades particulares.

Em 1983, a FUNABEM repassou Cr\$ 11,9 bilhões a 669 unidades oficiais e 994 entidades sociais particulares, possibilitando

o atendimento de 608 mil menores em situação irregular (carentes, abandonados, infratores), na faixa etária de 0 a 18 anos. Além do atendimento do menor, os recursos financeiros repassados pela FUNABEM permitiram atender a 247.748 famílias. Foram também assinados 290 convênios em 734 municípios brasileiros, além do importante trabalho de educação e integração do menor feito por uma rede de 12 unidades de atendimento e um Hospital.

Para viabilizar sua atuação, a FUNABEM contou com recursos da ordem de Cr\$ 23 bilhões.

3.2.5. *Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV)*

A Empresa de Processamento de dados da Previdência Social — DATAPREV, perseguindo o objetivo de aperfeiçoar o controle da arrecadação e a concessão de benefícios, manteve os sistemas anteriores e implantou novos sistemas e subsistemas, dando ênfase ao procedimento adotado para a impressão de carnês. Com a impressão por caracteres magnetizados, foi possível reduzir a zero a ocorrência de carnês falsos.

A implantação do sistema de perícia médica permitiu o controle da cessação dos auxílios-doença, com a exclusão automática do benefício através da emissão do carnê até seu limite, eliminando-se a emissão manual de ordens de pagamento.

A implantação de novos sistemas foi possível a partir da instalação de um computador na administração central e dez minicomputadores nos polos regionais da empresa, o que permitiu fosse completado o processo de descentralização operacional, visando a obter maior agilidade a menores custos no atendimento aos usuários.

3.2.6. *Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS)*

O Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS teve redobrada a sua preocupação com o equilíbrio financeiro do SINPAS, tendo o Instituto administrativo uma receita da ordem de Cr\$ 6,7 trilhões. A necessidade de suprir as entidades previdenciárias com recursos, dado o comprometimento com as despesas de benefícios e assistência médica, forçou o IAPAS a buscar novas formas de agilizar a arrecadação da receita e de reduzir custos de administração mediante a racionalização e o controle de suas atividades.

Intensificando sua atuação na área do patrimônio imobiliário, o IAPAS tomou diversas medidas visando disciplinar a doação de imóveis em pagamento de dívidas de contribuições previdenciárias, bem como a locação de imóveis do SINPAS com vistas a reforçar a receita com a rentabilidade do patrimônio imobiliário.

3.2.7. *Central de Medicamentos (CEME)*

Para um dispêndio de Cr\$ 68,0 bilhões, a Central de Medicamentos aplicou Cr\$ 62,6 bilhões em medicamentos e vacinas que atenderam à quase totalidade dos municípios brasileiros, por intermédio do INAMPS, das Secretarias de Saúde e de hospitais especializados dos Ministérios da Saúde e da Educação, com uma rede de mais de quinze mil unidades distribuidoras. Foram destinados Cr\$ 5,9 bilhões para a aquisição de matéria-prima necessária à continuidade da produção e distribuição dos medicamentos no primeiro bimestre de 1984.

Os laboratórios da rede oficial de produção participaram com Cr\$ 42,9 bilhões; à indústria farmacêutica privada foram adquiridos medicamentos no valor de Cr\$ 23,0 bilhões; e foram importados medicamentos e vacinas ainda não suficientemente fabricados no Brasil, com uma despesa de Cr\$ 2,5 bilhões.

O controle de qualidade dos produtos distribuídos pelo Programa de Assistência Farmacêutica Governamental analisou 4.663 lotes de medicamentos, com a realização de 53 mil testes físicos, químicos, biológicos e microbiológicos. Foram estudadas, também, todas as embalagens dos medicamentos CEME, tendo sido criadas e implantadas novas formas visuais para os 472 produtos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME.

O Programa de pesquisa teve considerável expansão e bom rendimento. Atuando com a Secretaria de Tecnologia Industrial — STI, do Ministério da Indústria e do Comércio, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a FINEP e com o BNDES, a CEME aplicou Cr\$ 1,0 bilhão.

No programa de pesquisa da CEME, ressalta a implantação da primeira planta-piloto voltada especificamente para as necessidades do setor químico-farmacêutico, em projeto apoiado também pela STI, CNPq e BNDES.

Foram concluídos os trabalhos de atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME, sendo im-

pressa e posta em circulação a versão que vigorará para o biênio 1983/1984. O Memento Terapêutico da RENAME, instrumento informativo de grande valia no meio operacional de saúde, teve sua edição também finalizada em 1983, sendo largamente distribuído à classe médica e a profissionais da área de saúde em geral.

3.3. SAÚDE

Durante o ano de 1983, a política federal de saúde atuou, de forma articulada com o Ministério da Previdência e Assistência Social e os estados, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela rede de atendimento existente e adequá-la para universalizar o acesso da população dos serviços básicos de saúde, sem contudo ampliar a malha física dos serviços.

A ação setorial desenvolveu-se nos seguintes campos: serviços básicos de saúde, serviços básicos de saneamento, alimentação e nutrição, controle das doenças transmissíveis, vigilância sanitária, sangue e hemoderivados, assistência médico-hospitalar, ciência e tecnologia para a saúde e promoção de saúde da mulher e da criança.

3.3.1. *Serviços Básicos de Saúde*

Com o objetivo de estender seus benefícios a toda a população, as atividades deste campo concentraram-se, particularmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, racionalizando a oferta de serviços e a utilização dos recursos disponíveis. Para tanto, desenvolveu-se ação direta do ministério, através da Fundação Serviços de Saúde Pública e indireta, em articulação com as secretarias estaduais de saúde.

A ação direta, voltada para as áreas de projetos de colonização e assentamento de populações, de grandes investimentos federais, de prevalência de endemias e áreas rurais, relaciona-se ao funcionamento e à ampliação da rede própria de postos e centros de saúde e unidades mistas. Construíram-se e equiparam-se 26 unidades, ampliaram-se e reformaram-se 69, estando outras 93 em fase de conclusão. As atuais 674 unidades em funcionamento, que cobrem áreas que concentram 2,3 milhões de habitantes, realizaram 3,7 milhões de imunizações no grupo de menores de um ano.

A ação indireta fortaleceu o programa de serviços básicos de saúde, ampliando a rede de serviços básicos para 11.717 unidades, possibilitando atendimento a 94,4% dos municípios brasileiros. Atualmente, menos de 900 mil habitantes, ou seja, 0,7% da população, vivem em municípios desprovidos de serviços de saúde.

A rede de serviços dos Estados foi viabilizada com recursos próprios das secretarias de saúde, dos provenientes do Ministério da Previdência e Assistência Social e do FINSOCIAL, além do apoio supletivo do Ministério da Saúde — recursos financeiros, alimentos e medicamentos. Na capacitação de recursos humanos para atuar nessa rede foram treinadas mais de 11 mil pessoas, entre os níveis elementar, médio e superior.

As aplicações em 1983 totalizaram Cr\$ 47,7 bilhões, sendo Cr\$ 28,4 bilhões na ação direta e Cr\$ 19,3 bilhões na ação indireta. Os recursos do FINSOCIAL representaram cerca de 1/3 daquele total.

3.3.2. *Serviços Básicos de Saneamento*

Integrado aos serviços básicos de saúde, visa a melhoria das condições sanitárias nas áreas de maior prevalência de endemias e de densidade de pobreza, orientando-se, principalmente, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A ação se desdobrou em dois segmentos: a) ação direta, através da Fundação Serviços de Saúde Pública, ampliou a cobertura para 750 localidades em mais de 350 municípios. Construíram-se 85.171 melhorias domiciliares para o destino de dejetos e de abastecimento de água (banheiros, tanques de lavar roupa, filtros, etc.), e concluíram-se 6 sistemas de esgotos e 40 de abastecimento de água, estando outros 218 em construção. São, ainda, administrados 726 serviços de água e esgoto em 19 Estados, realizando-se o controle da água em 361 sistemas de abastecimento de água. b) ação indireta, através dos Estados, sob coordenação ministerial, concluiu 49 sistemas de abastecimento de água, estando outros 107 em finalização, e realizou 20 mil melhorias sanitárias, beneficiando cerca de 200 mil habitantes.

Em 1983, foram aplicados Cr\$ 11,8 bilhões, dos quais Cr\$ 5,4 bilhões na ação direta e Cr\$ 6,4 bilhões na ação indireta. Acrescentem-se ao total Cr\$ 5 bilhões provenientes do FINSOCIAL destinados a Minas Gerais e à região Nordeste.

3.3.3. Alimentação e Nutrição

Objetiva atender os grupos populacionais de baixa renda e biologicamente mais vulneráveis à desnutrição e às deficiências nutricionais, através da suplementação alimentar, quer pela distribuição gratuita do alimento, quer pela oferta de alimentos básicos a preços reduzidos. Visa, também, a apoiar o pequeno produtor de alimentos básicos, mediante garantia de compra do excedente comercializável, fortalecendo o sistema cooperativista e a infra-estrutura oficial de comercialização. Desenvolveu, ainda, programa de combate a carências nutricionais específicas.

Principais iniciativas:

a) Distribuição Gratuita de Alimentos

Desenvolvida através do Programa de Nutrição em Saúde (PNS), visa à suplementação alimentar do grupo composto por nutrízes e crianças de 6 meses a 7 anos de idade, com prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Até outubro de 1983, atendeu 3.691.602 habitantes. A partir de novembro, em decorrência da seca no Nordeste, foram incorporados ao Programa 500 mil beneficiários. Utilizando recursos da ordem de Cr\$ 46,8 bilhões, distribuiu 156.411 toneladas de alimentos.

b) Oferta de Alimentos a Preços Reduzidos

Objetiva suplementar a dieta das populações de baixa renda das zonas periféricas, áreas metropolitanas e de zonas rurais do Nordeste, mediante a oferta de alimentos básicos a preços reduzidos, utilizando a rede de pequeno comércio varejista e setores de consumo de cooperativas de pequenos produtores. Com recursos da ordem de Cr\$ 8,9 bilhões, beneficiou 1.420 mil habitantes em 7 Estados nordestinos.

c) Estímulo ao Pequeno Produtor

Implantado na região Nordeste, este projeto utiliza o poder de compra gerado pelo programa de suplementação alimentar, garantindo mercado para os produtores de alimentos básicos através de sistema integrado de aquisição e suprimento constituído, entre outros, pela COBAL, e por cooperativas de produtores e companhias estaduais de desenvolvimento agropecuário. Foram aplicados Cr\$ 598 milhões e comercializados 4,1 mil toneladas de gêneros alimentícios.

d) Combate a Carências Nutricionais Específicas

Nesse campo, desenvolveram-se ações voltadas para o combate da anemia ferropriva, que beneficiou 500 mil pessoas ao custo de Cr\$ 39,5 milhões; a prevenção da cárie dentária, distribuindo 80 toneladas de fluossilicato de sódio em 4 estados nordestinos; com relação ao bócio endêmico, o projeto de iodação do sal expandiu-se para os 15 estados que beneficiam o produto, abrangendo todas 172 empresas industrializadoras de sal no país, e instalados 22 laboratórios especializados.

3.3.4. Controle das Doenças Transmissíveis

Esta área apresenta duas linhas de atuação: ações executadas diretamente pelo Ministério, através da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), e ações indiretas, através de apoio técnico-operacional às secretarias de saúde estaduais. Em 1983, foram aplicados Cr\$ 80 bilhões, dos quais Cr\$ 15,5 bilhões provenientes do FINSOCIAL.

Essas ações estão agrupadas em cinco subáreas, em função das características de cada conjunto de atividades, como se segue:

a) Controle das Doenças Evitáveis por Imunizantes

Com atividades desenvolvidas pelo Programa Nacional de Imunizantes (PNI), objetiva conferir proteção específica aos suscetíveis à poliomielite, ao sarampo, ao tétano, à difteria e à coqueluche.

Foram vacinados 18 e 18,7 milhões de menores de 5 anos em dois dias de vacinação antipólio, superando a taxa de 90% de cobertura da população alvo. Até novembro foram confirmados somente 20 casos de ocorrência de pólio no país, contra a média anual de 2.400 casos antes das campanhas, o que coloca o Brasil entre os países que atingiram os níveis de controle internacionalmente estabelecidos para a poliomielite. Com relação às outras doenças transmissíveis, foram distribuídas 11,3 milhões de doses de BCG, 6 milhões de doses de Toxóide Tetânico, 11,7 milhões de doses de DPT e 7,5 milhões de doses de vacina anti-sarampo. Os níveis de incidência dessas doenças mostraram-se estabilizados.

b) Vigilância Epidemiológica

Essencial às atividades de controle das doenças transmissíveis, opera através da implantação e efetivo funcionamento

da rede de laboratórios de saúde pública. As ações desenvolvidas tiveram por objetivo o fortalecimento das redes estaduais de laboratórios e ampliação das respectivas áreas de abrangência.

c) Controle das Grandes Endemias

Nesta subárea incluem-se os programas de combate à malária, doença de chagas, febre amarela e esquistossomose. As ações são executadas diretamente pela SUCAM, com apoio suplementar da FSESP, e secretarias de saúde estaduais.

Malária

Os objetivos do programa são a erradicação da malária a curto prazo na região situada fora da Amazônia legal, e redução da incidência, a longo prazo, na Amazônia legal. Na área de erradicação a curto prazo, foi significativa a redução da incidência de casos. Na região de erradicação a longo prazo, obtiveram-se resultados favoráveis em Roraima, no Maranhão, em Mato Grosso e no Amazonas. Nas demais unidades, principalmente no Pará, observou-se incremento da incidência da doença, que pode ser explicada pelo aumento populacional nas áreas de garimpo. Em 1983, as ações cobriram uma área de 6,9 milhões de km², ou seja, 81% do território nacional, que concentra 55 milhões de habitantes.

Doenças de Chagas

Com aporte de recursos do FINSOCIAL, ampliaram-se as atividades da campanha para cerca de 1.500 municípios, isto é, 70% da área endêmica brasileira, beneficiando 34 milhões de habitantes. Até junho de 1983, foram realizados 2 milhões de capturas/pesquisas domiciliares em 990 municípios e borrifados 292.780 prédios.

Febre Amarela

O objetivo é reduzir a incidência da doença na sua forma silvestre, endêmica na região Amazônica e no Centro-Oeste, erradicar o transmissor da forma urbana e manter nula a incidência de febre amarela urbana. Constatou-se a eliminação da infestação por *Aedes Aegypti* no Rio Grande do Norte, Foz do Iguaçu e Ponta Porã e trabalha-se na eliminação também em Salvador e Roraima. Até setembro de 1983, foram aplicadas 1,9 milhões de doses de vacina, estimando-se a imunização de 2,5 milhões de pessoas em 1983.

Esquistossomose

Visa ao controle do aparecimento de formas graves e reduzir a transmissão da doença. Foram realizados 2 milhões de exames laboratoriais para a descoberta de portadores da moléstia e tratadas 690 mil pessoas. Detectaram-se ainda 47 mil focos de caramujos transmissores, dos quais 40 mil receberam tratamento com moluscidas.

d) Controle de Outras Endemias

Neste caso, encontram-se a filariose, a leishmaniose, a peste e o tracoma, que, por apresentarem menor abrangência geográfica, receberam atenção proporcional à significação médico-social.

3.3.5. *Vigilância Sanitária*

No intuito de assegurar a qualidade e eficácia dos produtos de interesse para a saúde e impedir a entrada, no país, de doenças transmissíveis e seus vetores, as atividades neste campo basearam-se na seguinte estratégia:

- desenvolvimento de normas e padrões apropriados à qualidade de drogas, insumos quimiofarmacêuticos, medicamentos e alimentos;

- funcionamento do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) como laboratório central do sistema de controle;

- apoio técnico à ampliação da rede de laboratórios de referência e a articulação de laboratórios de saúde pública e outros laboratórios especializados;

- controle do emprego abusivo de drogas e medicamentos e colaboração com outros órgãos públicos na luta antitóxica;

- implementação do Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas, com a implantação dos centros do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Distrito Federal e a anexação de mais dois centros regionais à coordenação de São Paulo; e

- desenvolvimento do Sistema de Informações para Vigilância Sanitária.

Em 1983, foi aplicado Cr\$ 1,14 bilhão.

3.3.6. *Sangue e Hemoderivados*

As diretrizes do Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (PRÓ-SANGUE), procuram disciplinar a coleta e utilização do sangue, bem como a produção e comercialização de seus componentes e derivados. Para tanto, implanta-se rede nacional de hematologia e hemoterapia (HEMOCENTROS), que se destinam a prestar assistência às populações, coordenando e/ou centralizando em cada Estado a coleta e distribuição do sangue, seus componentes e derivados.

Em 1983, encontravam-se em funcionamento HEMOCENTROS em 8 estados, estando em fase de implantação os de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Foram aplicados nesse programa Cr\$ 610 milhões.

3.3.7. *Assistência Médico-Hospitalar*

Atividade desenvolvida através das unidades hospitalares e ambulatoriais do Ministério da Saúde, compreende cinco campos específicos de assistência: materno-infantil, saúde mental, pneumologia sanitária, doenças crônico-degenerativas e reabilitação de incapacitados físicos.

Nessa área, merecem destaque os convênios de co-gestão entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, visando à plena utilização da capacidade instalada das unidades hospitalares do Ministério da Saúde, fortalecendo a ação integrada entre as duas pastas, e contribuindo para o desenvolvimento de esquemas de tratamento compatíveis com a tecnologia disponível. Foram atendidos 881.274 pacientes, realizando-se 920 mil exames laboratoriais e 40 mil internações.

3.3.8. *Ciência e Tecnologia para a Saúde*

Na área da pesquisa, a ação está vinculada ao diagnóstico e controle das doenças, à saúde ambiental e ocupacional, e relacionada à produção de equipamentos médico-hospitalares.

Na área do desenvolvimento tecnológico, as atividades compreenderam: programa de desenvolvimento de imunobiológicos, orientado para a produção e o aperfeiçoamento das vacinas contra o sarampo, a poliomielite, a febre amarela e vacinas bacterianas; programa de desenvolvimento de tecnologias de fármacos, que investiga processos de produção de matérias-

primas farmacêuticas e de produtos defensivos, e o programa de desenvolvimento de tecnologias em reagentes, que visa ao aperfeiçoamento de processos de produção, padronização, conservação e controle da qualidade de reagentes para o diagnóstico laboratorial, e ainda para a obtenção de anticorpos monoclonais por hibridomas.

Em 1983, foram produzidas 24,8 milhões de doses de vacinas, 6.668 unidades de reagentes e cerca de 131 milhões de unidades de medicamentos diversos.

3.3.9. *Promoção da Saúde da Mulher e da Criança*

Concebido em 1983, objetiva melhorar a assistência prestada à população materno-infantil e reduzir a morbimortalidade de menores de 5 anos.

Principais atividades:

a) atendimento ao pré-escolar

Desenvolvida nos estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas, beneficiou cerca de 20 mil crianças, distribuindo 3,6 milhões de refeições.

b) controle de doenças diarréicas

Objetiva reduzir a morbimortalidade em menores de 5 anos. Distribuiu 12 milhões de doses de hidratante oral.

c) aleitamento materno

Objetiva o estímulo ao aleitamento materno. Foram aplicados nesse programa Cr\$ 35 milhões.

Além dessas atividades, proporcionou ainda, através da Fundação Serviços de Saúde Pública, atendimento odontológico a cerca de 320 mil crianças e 81 mil gestantes, e assistência médica a aproximadamente 850 mil gestantes e crianças.

3.4. EDUCAÇÃO E CULTURA

De acordo com a política atual de austeridade com os gastos públicos, o Ministério da Educação e Cultura, em 1983, tendo em vista a determinação do Governo de implementar a política social estabelecida no III PND, direcionou sua atuação para o cumprimento das diretrizes do III Plano Social de Educação, Cultura e Desporto.

Com este propósito, o Ministério optou pelo progressivo desenvolvimento qualitativo de ações que procuraram minimizar problemas considerados prioritários, os quais merecem tratamento integrado, no que diz respeito ao aproveitamento de recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis.

Prosseguiu, em 1983, o desenvolvimento de uma estratégia articulada com as Unidades da Federação, na busca da consecução do objetivo maior de proporcionar acesso à educação básica e permanência no sistema escolar dos segmentos ainda não atendidos, com prioridade para os estratos de baixa renda.

Em decorrência do trabalho de articulação empreendido, começa-se a delinear a criação de bases administrativas, em nível municipal, como efeito do processo de descentralização empreendido pelo Governo Federal.

Foram alocados recursos financeiros para o desenvolvimento de programas prioritários visando a aprofundar as ligações entre a organização formal do ensino de 1º grau e as raízes culturais das comunidades regionais.

Dando continuidade à implementação do FINSOCIAL, na melhoria do ensino fundamental, foram liberados Cr\$ 3.451 bilhões para apoio às unidades escolares da rede pública do ensino de 1º grau, situadas em áreas rurais e periféricas urbanas.

As ações referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, compreendendo o atendimento a escolares dos 4.061 municípios brasileiros, vêm sendo desenvolvidas também com recursos provenientes do FINSOCIAL e do Salário-Educação.

A prioridade conferida à educação elementar tem levado à adoção de medidas que garantam a efetividade do dispositivo constitucional aprovado pelo Congresso Nacional em 01.12.83 (Emenda João Calmon) que obriga a União a aplicar, no mínimo, 13% e os estados, o Distrito Federal e os municípios, nunca menos de 25% de suas receitas tributárias na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na área internacional, cumpre destacar a inclusão, pela UNESCO, da cidade de São Miguel das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, na lista do Patrimônio Mundial, passando a integrar, juntamente com Ouro Preto e Olinda, os monumentos brasileiros reconhecidos como patrimônios culturais da humanidade.

No campo administrativo, o ano de 1983 foi dedicado prioritariamente à aplicação de testes de funcionalidade, ajustamento e implementação das modificações decorrentes do processo de reorganização administrativa do MEC.

3.4.1. Educação Básica

A atuação do Ministério na educação básica voltou-se para todos os níveis e modalidades desta área, respeitando as características de cada sistema na determinação das prioridades.

O programa de educação pré-escolar criou, em 1983, 6 mil novas vagas e atendeu 1 milhão 585 mil crianças, mediante processo não-formal, com o concurso da cultura regional e da ação comunitária. A Fundação Mobral atendeu aproximadamente 580 mil crianças na faixa etária de 4 a 6 anos provenientes de famílias de baixa renda das periferias urbanas, numa ação inter-setorial, abrangendo as áreas da educação, saúde e nutrição, representando investimento da ordem de Cr\$ 5.825 bilhões. Para esta área, foram produzidos e distribuídos 22 mil conjuntos didáticos.

Ainda neste grau de ensino, no campo da educação especial, foram construídas, adaptadas e recuperadas 212 salas de aula, equipadas 153 com material especializado e providas 223 classes com material didático e escolar.

No ensino de 1º grau as ações se concentraram no processo de alfabetização e no atendimento à clientela das quatro primeiras séries, com destaque para as áreas de carência sócio-econômico-cultural. Procurou-se racionalizar o uso das vagas existentes, seja mediante novos direcionamentos na distribuição e localização da rede física, seja por seu uso técnico-pedagógico.

Na área de assistência ao educando, distribuiu-se material de ensino-aprendizagem a 1 milhão 460 mil alunos e 16 mil 818 escolas. Procedeu-se à co-edição e distribuição gratuita de 3 milhões 29 mil 985 livros didáticos a alunos de 1ª à 4ª séries do 1º grau, bem como de 8 milhões 499 mil 985 alunos carentes de zonas rurais; prestou-se assistência alimentar a 21 milhões de escolares; foram concedidas 182 mil 622 bolsas de estudo; foram construídas e equipadas 800 salas de aula em aglomerados rurais de 240 municípios da Região Nordeste.

A Fundação Mobral, na área do programa de educação supletiva, aplicou o montante de Cr\$ 5.774 bilhões, sendo envolvidos 660 mil participantes no projeto de alfabetização funcional e 456 mil na área de equivalência às quatro primeiras séries do 1º grau (educação integrada). O projeto de autodidatismo prestou atendimento a 18 mil pessoas, tendo sido distribuídos cerca de 238 mil fascículos. Ao nível da iniciação profissional, o MOBREAL, por meio do projeto de educação comunitária para o trabalho, destinado a reforçar o desempenho dos participantes da educação supletiva, realizou cursos para cerca de 330 mil pessoas.

Em termos de capacitação de recursos humanos, o MOBREAL aplicou Cr\$ 943 milhões no treinamento de agentes dos seus diversos programas. Investiu em projetos de cunho comunitário o montante de Cr\$ 193 milhões, por meio de ações educativas nas áreas de higiene, saúde, desenvolvimento cultural, alimentação (hortas comunitárias).

No ensino de 2º grau, foi enfatizada a habilitação e o aperfeiçoamento do magistério para as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau e para a educação pré-escolar, financiando-se projetos para a revitalização das Escolas Normais, executados pelas Unidades da Federação.

Foram realizados 154 cursos de habilitação de professores e/ou treinamento de pessoal técnico, para 3 mil 809 participantes, e ministrados cursos de capacitação a 40 mil professores.

Foram concedidas 43 mil 896 bolsas de trabalho e 165 mil 270 bolsas de estudo.

No âmbito do ensino supletivo de 2º grau, foram atendidos 50 mil alunos; através da expansão dos centros de ensino supletivo.

3.4.2. *Educação Superior*

Nesta área, a conjuntura indicou a necessidade de dar seqüência operativa a três pressupostos da política educacional: (1) o não-expansionismo, ou seja, a idéia de não favorecer o crescimento do sistema, orientando-se o desenvolvimento da rede privada à luz da conveniência de induzir qualidade e racionalidade no processo de expansão e recomendando-se à rede federal a consolidação e manutenção das estruturas existentes; (2) o estímulo à adoção de medidas e mecanismos que confirmem objetividade e consistência à dimensão qualitativa do desempenho das instituições de ensino superior, em termos de eficiência interna e externa; e (3) o propósito de adequar o trabalho das instituições de ensino superior ao imperativo de fortalecer a educação básica, promovendo-se a integração dos três níveis de ensino.

3.4.3. *Desenvolvimento Cultural*

A área cultural teve, em sua programação, três itens principais: integração entre educação básica e os referentes contextos culturais; produção e divulgação de bens culturais; preservação e manutenção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Na execução de programas de estímulo à participação da comunidade no processo educacional foram aplicados recursos no valor de Cr\$ 2 bilhões, realizando-se levantamento e inventários das manifestações culturais locais e a criação do hábito de uso dos teatros, museus, cinemas e casas históricas. Além disso, Cr\$ 496 milhões 57 mil cruzeiros destinaram-se a projetos que objetivam a integração entre a educação básica e os diferentes contextos culturais do País.

Na área da música são dignas de registro as iniciativas de expansão do mercado de trabalho do músico brasileiro e divulgação do repertório nacional, por meio do Projeto Pixinguinha, atingindo-se principalmente o público carente de lazer, aproveitando-se horários ociosos em teatros e proporcionando-se a formação de novo público.

No que respeita à meta da preservação do patrimônio cultural brasileiro, cabe mencionar: a participação em programas como o da microfilmagem de periódicos brasileiros, a assistência técnica aos arquivos e museus regionais e o próprio estímulo à compreensão e difusão do bem cultural, mediante atividades que abrangem as áreas de acervo documental e bibliográfico, textos, edições, registros de espetáculos, concursos e outras atividades afins. Com relação especialmente à preservação de bens de valor histórico-cultural, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 49.620,00. Na realização de 128 obras de restauração de monumentos e núcleos históricos foram aplicados Cr\$ 4.140.360,00. Sob responsabilidade direta da Fundação Pró-Memória, procedeu-se à preservação e difusão dos acervos museológicos e bibliográficos, notadamente os Museus Imperial, Histórico Nacional, da República, Nacional de Belas-Artes, Villa-Lobos, a Biblioteca Nacional e os grupos de museus e casas históricas pertencentes ao patrimônio nacional.

3.4.4. *Educação Física e Desportos*

As ações nesta área convergiram prioritariamente para o aumento quantitativo da Educação Física obrigatória nos três graus de ensino, com ênfase no pré-escolar e no 1º grau; para a sensibilização e motivação da população brasileira quanto à prática regular do «esporte para todos», totalizando a participação de 7 milhões de pessoas; e para a continuidade da organização e implementação do desporto escolar, em nível de 1º grau, mediante o desenvolvimento do programa de implementação de clubes escolares e capacitação de 4 mil técnicos. Finalmente, foram estimulados projetos de apoio a 32 confederações desportivas para promoção de competições, das quais participaram 45 mil atletas.

As aplicações nesta área totalizaram Cr\$ 7 bilhões 401 milhões 632 mil.

3.4.5. *Outros Programas e Atividades*

· Informática

Nesta área cumpre destacar as atividades que constituíram a essência das realizações de 1983, a partir da aprovação e disseminação das diretrizes para o estabelecimento da política de informática no setor educação, cultura e desporto, culminando com a atualização e publicação em tempo hábil, pela primeira

vez na última década, das estatísticas de educação, cultura e desporto. Este processo veio acompanhado, em âmbito externo, da implementação do planejamento participativo para coleta e processamento de dados estatísticos com as secretarias de educação e cultura de todas as unidades da federação e, em âmbito interno, da implantação de quatro sistemas de computadores com 280 terminais, localizados descentralizadamente nas áreas-fim e meio do Ministério.

Estudos e Pesquisas

O MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), solicitou a diferentes instituições produtoras de pesquisas a realização de 13 estudos e pesquisas educacionais; promoveu 6 seminários e apoiou a realização de outros 13, organizados por instituições educacionais de diferentes regiões brasileiras; inaugurou o sistema brasileiro de informações bibliográficas em educação, cultura e desporto e consolidou o centro de informações bibliográficas do MEC; deu início à nova fase da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; e fomentou a realização de 77 projetos de pesquisa, objetivando apoiar, entre outros, núcleos emergentes de pesquisadores.

Em 1983, visando a estimular o estudo e a difusão da obra de grandes educadores nacionais falecidos, que se destacaram por sua contribuição no plano das idéias e pelo trabalho realizado em busca de soluções para os problemas sócio-educacionais e pedagógicos, o Ministério instituiu o «Prêmio Grandes Educadores Brasileiros».

Cooperação Internacional

Levando em consideração as prioridades da política educativo-cultural e a política externa brasileira, deu-se continuidade, na área de educação e cultura, à revisão dos encargos financeiros derivados de contribuições de organismos internacionais e de entidades brasileiras que atuam no exterior. Em consequência, no exercício de 1983 foi obtida economia de US\$ 682 mil 489.

Foi contratado empréstimo com o Banco Mundial, no valor de US\$ 20 milhões, para educação técnico-agrícola e industrial. No que se refere à cooperação financeira bilateral, foram assinados termos aditivos no valor global de US\$ 16,5 milhões, com a República Popular da Hungria e com a República Federal da Alemanha, para importação de equipamentos destinados a instituições de ensino superior. Foi feita negociação com a Re-

pública Federal da Alemanha para a aquisição de tecnologia para produção de vidros e instrumentos ópticos, contribuindo para a redução das importações de lentes e aparelhos ópticos, que montam atualmente a cerca de US\$ 500 milhões anuais.

Em termos de cooperação técnica internacional, o MEC vem executando 73 projetos com a colaboração da França, República Federal da Alemanha, Canadá, Japão, Itália e Grã-Bretanha, e 10 com organismos internacionais (OEA, UNESCO/PNUD). Outros 2 projetos de cooperação técnica entre o Brasil e países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe e da África também foram desenvolvidos.

Teleducação

Na área de produção e utilização de programas educativo-culturais foram desenvolvidos 195 projetos, representando cerca de 13 mil programas, sendo 7.480 de rádio e 5.520 de TV. Essas produções, de que se incumbiram 10 unidades federadas que possuem entidades operando no setor das tecnologias educacionais, voltaram-se basicamente para o apoio básico à educação (64 projetos), ao treinamento e aperfeiçoamento de professores (10 projetos) e ao desenvolvimento cultural (121 projetos).

Empreenderam-se, ainda, ações de aplicações de recursos tecnológicos em atendimento às necessidades de desenvolvimento de recursos humanos, capacitando-se cerca de 1 mil 200 técnicos em teleducação; de pesquisa e estudos, apoiando-se um total de 10 iniciativas no setor, e de cooperação técnica, através de 16 projetos voltados, basicamente, para a concessão de canais e manutenção de equipamentos e instalações regionais.

Cinematografia Brasileira

As ações relevantes no campo da produção cinematográfica brasileira efetivaram-se com a conclusão de 14 filmes de longa-metragem e desenvolvimento de 11 filmes, além de ser revitalizada a veiculação de filmes de curta-metragem, através de realização de 54 projetos.

Como estímulo à maior participação comunitária, foi veiculado o acervo de 100 filmes junto aos centros sociais urbanos, através do projeto «Cinema Volante», somando-se a esta iniciativa o apoio à realização de festivais, mostras e semanas sobre o cinema brasileiro.

Na área de distribuição comercial foram lançados 27 filmes novos e relançados 4.

Houve participação do Brasil em 43 festivais e mercados no exterior, com a obtenção de 16 prêmios internacionais e realização de 59 contratos de comercialização de filmes brasileiros.

3.5. DESBUROCRATIZAÇÃO

O Programa Nacional de Desburocratização continuou a desenvolver ações com o objetivo de racionalizar exigências e de revogar formalidades desnecessárias, de forma a reduzir a interferência do Governo na vida do cidadão e na atividade empresarial privada.

Dos atos baixados em 1983, merecem referência os seguintes:

- simplificação do licenciamento anual de veículos;
- uso pela Administração Pública Federal de chancela mecânica;
- simplificação de normas para a expedição de documentos escolares (Lei nº 7.088, de 23.03.83);
- proibição de cobrança de juros de mora sobre título cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo (Lei nº 7.089, de 23.03.83);
- validade, perante os órgãos e entidades da Administração Federal, de documentos manuscritos;
- instituição da sistemática da numeração única de processo nos órgãos civis da Administração Federal Direta e Autarquias;
- concessão e pagamento, pelas empresas, do auxílio natalidade da previdência social;
- possibilidade de ser feita, a qualquer servidor público, delegação ou subdelegação de competência;
- dispensa da exigência de formulário-padrão, na expedição de certidões de tempo de serviço federal, estadual ou municipal, para fins de concessão de aposentadoria nos casos de contagem recíproca;

- fixação de teto para cobrança de taxas ou de outras importâncias, a qualquer título, para inscrição em concurso público ou prova de seleção para ingresso nos órgãos e entidades da Administração Federal;
- prestação de informações por telefone aos usuários de serviços públicos de natureza geral, pelos órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, bem como pelas Fundações instituídas ou mantidas pela União, sediados nas Capitais dos Estados e dos Territórios, no Distrito Federal e Municípios com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes;
- alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 1.958, de 09.09.82, com a finalidade de simplificar a comprovação da inexistência de débito para com a Previdência Social (Decreto-lei nº 2.038, de 29.06.83);
- prorrogação até 15.07.84 do prazo para transferência e desativação de empresas sob o controle do Governo;
- substituição de atestados por declarações firmadas pelos próprios interessados, nos casos de comprovação de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes (Lei nº 7.155, de 29.08.83);
- regulamentação da Lei nº 7.116, de 29.08.83, que institui o novo modelo padronizado da Carteira de Identidade, assegura validade nacional ao documento de identificação e regula a sua expedição;
- cooperação com os Estados e Municípios para a implantação de mais de 150 Programas Estaduais e Municipais de Desburocratização.

Justifica-se, finalmente, menção ao encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado de Pequenas Causas e à assinatura, com vários Estados e Municípios, de Convênios para a prestação de assistência técnica na implantação de programas estaduais e municipais de desburocratização.

4. POLÍTICA EXTERNA

O panorama internacional em 1983 voltou a apresentar, a exemplo do ocorrido no ano anterior, quadro global caracterizado pelo agravamento de tensões políticas preexistentes em diversas áreas, ao que se sobrepôs, com vigor e nitidez ainda maiores, uma crise econômica aguda e profunda, de magnitude inédita em todo o período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

Do ponto de vista político, o ano de 1983 transcorreu sem que se observassem sinais de progresso significativo em quase nenhuma das principais questões que atraíram as tensões da comunidade internacional. As tensões que afetam regiões tão diversas quanto a América Central e o Caribe, a África Meridional, o Oriente Médio e a Ásia tiveram como característica comum a atuação continuada, quando não mais intensa, das engrenagens da violência, da discórdia e da intransigência.

Paralelamente a esse processo, que afeta sobretudo as regiões mais pobres do mundo, o ano findo testemunhou também o agravamento progressivo da confrontação entre o Leste e Oeste. Esse fenômeno, com implicações globais e ramificadas, ameaça a própria sobrevivência da humanidade com uma absurda corrida de armamentos nucleares e o subsequente aumento de insegurança de todos. Afeta ademais o desenvolvimento harmonioso das relações internacionais, ao desviar atenção e recursos do trato dos problemas que realmente angustiam a sociedade das nações, gera antagonismos e rivalidades que dificultam entendimentos e radicalizam posições; tornando, dessa forma, cada vez mais difícil a obtenção de soluções realistas e duradouras para as tensões regionais.

Do ponto de vista econômico, a crise internacional alcançou em 1983 níveis de profundidade e de complexidade inéditos. O panorama do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, em si mesmo grave, está associado a fatores correlatos como os níveis persistentemente altos nas taxas de juros interna-

cionais, a recessão econômica e a contínua adoção de práticas protecionistas, sobretudo nos mercados dos países desenvolvidos. Tais fatores dificultam sobremaneira esforços no sentido de reequilibrar os balanços de pagamentos e retomar o ritmo do desenvolvimento econômico, absolutamente essenciais para os países em desenvolvimento.

Em meio a esse quadro, política e economicamente adverso que caracterizou o ano de 1983, o Brasil manteve relacionamento internacional baseado invariavelmente na busca da cooperação igualitária, no respeito mútuo, na procura de afinidades e coincidências com vistas à exploração permanente de oportunidade de entendimentos e projetos de interesse recíproco.

Essa atitude de país livre e independente granjeou em 1983, assim como nos anos anteriores, o respeito e o apreço da comunidade das nações. Essa conduta construtiva e coerente criou clima de sólida confiança no país como parceiro leal e amigo seguro das nações que conosco partilham do desejo de estreitar relações e promover o bem comum.

A adesão do Brasil aos princípios básicos do Direito Internacional e da boa convivência é irrefutável e sistemática. Em todas as situações manteve o governo brasileiro estrito respeito aos princípios da não-intervenção nos assuntos dos demais países, da autodeterminação dos povos, da solução pacífica de controvérsias, do não uso da força ou de sua ameaça nas relações internacionais, da busca do diálogo e da negociação.

Assim procedeu o Brasil com relação à América Central, região atormentada por situações de conflito, que tem como pano de fundo a crise estrutural do subdesenvolvimento e sua seqüela de desequilíbrios e privações. O Governo brasileiro apoiou, nesse contexto, as iniciativas diplomáticas e os esforços do Grupo de Contadora, composto por nações amigas latino-americanas, que, por sua familiaridade com as características da região, dispõem das melhores possibilidades reais de encaminhar favoravelmente a situação.

Com relação à África Meridional, o Brasil continuou a expressar sua preocupação com o prolongamento da ocupação ilegal do território da Namíbia pela África do Sul, com as agressões reiteradas por parte desse país a seus vizinhos, Angola, Lesoto e Moçambique, e com a persistência do *apartheid*, que tem merecido o mais vivo repúdio da comunidade internacional e da sociedade brasileira.

Com relação ao Oriente Médio, o Brasil manifestou-se pela defesa da independência e integridade territorial do Líbano, pelo fim das hostilidades entre o Iraque e Irã, pela autodeterminação do povo palestino e pelo direito de todas as nações da área a viver em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Também neste caso defendemos o diálogo e a negociação como meio de se chegar à implementação efetiva destes pontos, considerados essenciais para a construção de uma paz justa e duradoura.

Nessas situações de crise manifestou-se com nitidez a adesão do Brasil às normas do Direito e da boa convivência e à geração de confiança. Igualmente se fez essa adesão sentir no relacionamento com os países situados nas áreas onde felizmente prevalece clima de paz.

Sedimentam-se ainda mais nossas relações de amizade e solidariedade com nossos vizinhos latino-americanos, com os quais mantemos entendimento perfeito. Poucos serão os países que, como o Brasil, podem desenvolver relações de estreita cooperação com todos os seus vizinhos simultaneamente — e em nosso caso eles são dez, por contigüidade geográfica, e doze em toda a América do Sul — sem qualquer rivalidade, sempre buscando bases concretas e igualitárias de aproximação e de iniciativas construtivas, sempre defendendo os interesses comuns da América Latina, em sua crescente afirmação internacional.

O relacionamento do Brasil com seus vizinhos constitui exemplo concreto e significativo da prática do pluralismo, do respeito mútuo, da convivência democrática. Fiel a esses princípios, tanto no plano interno quanto no internacional, o Brasil considera positivos a consolidação e o progresso da democracia em nossa região, ao mesmo tempo em que reitera seu respeito invariável pela identidade própria de cada país.

Também com relação a seus vizinhos da África, o Brasil tratou de afirmar, durante o ano de 1983, sua política de aproximação positiva e amistosa e o fez da forma mais expressiva, com minha viagem a cinco países daquele continente.

Durante essa visita, aprofundaram-se contatos com as lideranças da Argélia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal, países que, em sua diversidade, são representativos do continente africano. Em bases igualitárias, o Brasil desenvolve com a África relações de crescente cooperação e fraternidade.

O calor humano com que fui recebido pelos governantes e povos dos países visitados, assim como a fluidez e o êxito das importantes conversações realizadas são demonstrações concretas do rumo construtivo e dinâmico de nossas relações. Os resultados definitivos da visita, a primeira de um Presidente do Brasil àquele continente, deverão ser medidos em suas proporções históricas.

Em todos os países visitados, o Brasil deixou claro seu propósito permanente de manter o Atlântico Sul a salvo de tensões internacionais, reafirmando ser esta uma área afetada primordialmente aos interesses dos próprios países em desenvolvimento ribeirinhos e destinada exclusivamente ao intercâmbio pacífico entre as nações.

Minha participação pessoal estendeu-se também a outras áreas. Em abril, visitei o México, país com o qual mantemos as melhores relações de amizade, cooperação e confiança mútua.

Em janeiro, mantive encontro na fronteira comum com o então Presidente da República Argentina, à qual nos unem vínculos permanentes de amizade, interesses comuns e solidariedade. Em Brasília, recebi as visitas do Rei da Espanha, o Primeiro-Ministro do Suriname e do Primeiro-Ministro dos Países Baixos; nossas conversações foram cordiais e significativas. Tive igualmente oportunidade de receber as visitas de numerosos outros líderes governamentais estrangeiros que vieram a Brasília durante o ano findo.

As relações do Brasil com os países das demais áreas geográficas que não nos são vizinhas processaram-se de maneira cordial e efetiva, dentro de nossa política de nos relacionarmos em pé de igualdade com todos os membros da comunidade internacional. Em especial no que diz respeito aos países desenvolvidos, prosseguiu com intensidade a série de contatos e entendimentos que com eles mantemos regularmente.

Em decorrência dos entendimentos havidos por ocasião da visita do Presidente dos Estados Unidos da América ao Brasil no ano anterior, realizaram-se em 1983 diversas reuniões bilaterais com o objetivo, plenamente atingido, de modernizar as relações entre os dois países em diversas áreas selecionadas. Tais encontros contribuíram significativamente para consolidar nosso relacionamento em nível operacional e de compreensão mútua.

No que diz respeito às atividades multilaterais de caráter econômico, prosseguiram os esforços nacionais junto a diversas

organizações como o GATT e as Nações Unidas, em especial a UNCTAD, que realizou sua VI conferência em Belgrado. Em todas essas ocasiões, o Brasil desenvolveu política de aproximação com todos os seus parceiros e de defesa dos interesses nacionais permanentes, que envolvem a transformação da ordem econômica internacional, de modo a torná-la mais propícia à realização do desenvolvimento econômico em bases justas e equitativas.

Durante 1983, apesar dos fatores negativos que voltaram a caracterizar as relações internacionais como um todo em seus aspectos políticos e econômicos, o Brasil mostrou-se um país empenhado em ações positivas e construtivas, respeitoso das normas e dos princípios do Direito Internacional e da boa convivência e merecedor do mais amplo respeito da comunidade internacional. Soubemos manter e preservar nossa dignidade. Fiel às aspirações da sociedade brasileira, o Governo, na execução de sua política externa, ao defender os interesses nacionais, logrou abrir novos espaços diplomáticos, que expandiram o horizonte de nossa atuação internacional. A coerência da diplomacia brasileira foi decisiva para a preservação da confiança que o Brasil inspira entre as nações e para o reconhecimento de nossos esforços em favor da paz e do desenvolvimento.

4.1. *América do Sul*

Em sua política para a América do Sul, o Brasil prosseguiu esforços no sentido de consolidar e intensificar suas já densas relações com os países da região, procurando adaptar a cooperação bilateral e multilateral às dificuldades do momento. Empenhou-se particularmente o Governo brasileiro em evitar que dificuldades conjunturais pudessem constituir óbice ao prosseguimento e à intensificação das relações com nossos parceiros latino-americanos, as quais se mostram a cada ano mais expressivas e benéficas.

No âmbito das relações com os países da Bacia do Prata, cabe destacar a XIV Reunião de Chanceleres, realizada em dezembro, em Assunção, que, além de ter permitido significativos contatos diretos entre os Ministros das Relações Exteriores da região, ofereceu oportunidade para que fossem examinados os resultados dos trabalhos desenvolvidos durante o ano pelo Comitê Intergovernamental Coordenador, dos quais emergiu concordância quanto ao aperfeiçoamento dos mecanismos previstos no Tratado da Bacia do Prata.

No tocante aos países da Bacia Amazônica, foram realizados dois importantes encontros ao amparo do Tratado de Cooperação Amazônica: em Lima, Peru, de 5 a 8 de julho, realizou-se a I Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, e em Cali, Colômbia, de 7 a 9 de dezembro, teve lugar a II Reunião de Chanceleres. Em ambas, discutiram-se temas ligados à cooperação técnica e científica e à interconexão das redes de transportes, tendo o Brasil apresentado diversas propostas concretas de cooperação.

O relacionamento brasileiro-argentino em 1983 continuou a produzir auspiciosos resultados. Em janeiro, realizou-se encontro presidencial na cidade fronteiriça de Porto Meira. Nos meses de junho a outubro, realizaram-se no Itamaraty cerimônias de trocas de instrumentos de ratificação do Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, o Rio Pepiri-Guaçu, bem como do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Em dezembro, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República chefiou missão especial brasileira às cerimônias de posse do Presidente Raúl Alfonsín. O Brasil continuou, ainda, a ocupar-se da proteção dos interesses argentinos junto ao Governo britânico, em decorrência da ruptura de relações diplomáticas entre aqueles dois países.

Nas relações do Brasil com o Chile, de particular relevância foi a celebração, em Santiago, em dezembro de 1983, da VII Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, que se traduziu em significativa oportunidade para exame de diversos aspectos das relações bilaterais, com destaque para entendimentos na área comercial.

No relacionamento brasileiro-paraguaio, cabe assinalar a visita que o Chanceler daquele país realizou ao Brasil em abril, por ocasião do décimo aniversário do Tratado de Itaipu, bem como a visita de trabalho que seu sucessor na Pasta efetuou a Brasília em outubro. Do lado brasileiro, o Ministro das Comunicações realizou visita ao Paraguai em agosto.

Nas relações com o Uruguai, cobrou relevo a reunião da Comissão Mista para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim e do Grupo de Trabalho sobre Interconexão Elétrica, além da assinatura de um Protocolo Adicional ao Protocolo de Expansão Comercial de 1975.

Foram profícuas as relações entre o Brasil e a Bolívia, marcadas pelas visitas ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto, do Ministro do Planejamento e do Comandante-em-Chefe da Armada boliviana. Dentre as autoridades brasileiras, assinala-se a visita do Ministro da Saúde à Bolívia como convidado especial a uma reunião ministerial sub-regional. Em outubro, por ocasião da visita do Chanceler boliviano, foi assinado Comunicado Conjunto que definiu áreas de possível cooperação e firmado Memorando de Entendimento de reestruturação da dívida boliviana com o Brasil.

O Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil visitou a Colômbia para participar, em junho, da Reunião Comemorativa dos 450 anos de fundação da cidade de Cartagena de Índias. Cumpre também destacar o envio de missão técnica do Ministério da Fazenda a Bogotá, e o contrato assinado pela SIDERBRÁS, para adquirir carvão siderúrgico daquele país.

Nas relações entre o Brasil e o Equador, destacou-se a visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Quito, em maio, ocasião em que foi assinado acordo para evitar evasão fiscal. Em abril, o Ministro das Comunicações do Brasil visitou o Equador, tendo sido debatidas as possibilidades de cooperação técnica brasileira nesse setor.

Com a Guiana, teve início em 1983 a implementação dos acordos bilaterais assinados por ocasião das visitas do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Georgetown e do Presidente Forbes Burnham ao Brasil, respectivamente, em janeiro e outubro de 1982. A cooperação bilateral vem dando prioridade à agricultura, agroindústria, transportes, telecomunicações e saúde.

As relações entre o Brasil e o Peru evoluíram em 1983 com a realização, em Brasília, da reunião da Comissão Mista de Cooperação Amazônica. O Presidente Fernando Belaúnde Terry, acompanhado de expressiva comitiva, visitou as obras da central elétrica de Itaipu. Registraram-se, ainda, as visitas do Ministro da Marinha do Brasil a Lima e do Ministro da Aeronáutica do Peru ao Brasil.

As relações de cooperação entre o Brasil e o Suriname intensificaram-se de maneira significativa em 1983. Em março, esteve em Paramaribo, como enviado especial do Presidente da República, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e, em maio, visitou o Brasil o Senhor Errol Alibux, Primeiro-Ministro

e Ministro das Relações Exteriores do Suriname. As bases de entendimento político alcançadas nessas visitas abriram perspectivas de amplo programa de cooperação em várias áreas, cuja execução já se iniciou, com o oferecimento de bolsas de estudo a estudantes surinamenses em nível de graduação e pós-graduação, e a realização de projetos específicos na agricultura, energia hidrelétrica e telecomunicações.

As relações do Brasil com a Venezuela transcorreram harmoniosamente. No contexto do importante intercâmbio brasileiro-venezuelano de produtos essenciais foram encaminhadas negociações com vistas a normalizar e sistematizar os esquemas de pagamentos vigentes.

4.2. *América Central, México e Caribe*

As relações com o México estreitaram-se nesse período, realçadas pela visita oficial do Presidente da República àquele país em abril, ocasião em que foram firmados importantes instrumentos destinados a dinamizar a cooperação bilateral. Em agosto, o Brasil recebeu a visita do Chanceler mexicano que, juntamente com seu colega brasileiro, presidiu a I Reunião de Consultas Brasil-México sobre Matérias de Interesse Mútuo, colocando em funcionamento mecanismo criado durante a visita presidencial.

O Governo brasileiro acompanhou com preocupação o desenrolar da crise centro-americana, manifestando seu apoio às propostas de negociação do Grupo de Contadora. A posição brasileira foi expressa com clareza em várias oportunidades, sobressaindo, neste particular, o discurso do Presidente da República em Cancún e a Declaração Conjunta dos Chefes de Estado brasileiro e mexicano, na mesma ocasião.

Realizou-se, em São José, de 15 a 17 de junho, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, ocasião em que foram examinados diversos temas referentes ao intercâmbio econômico e comercial e à cooperação técnica.

O Brasil enviou missão especial à cerimônia de independência de Saint Kitts e Nevis e, em março, criou Embaixada em Belize, cumulativa com a Missão diplomática brasileira em Kingston, na Jamaica.

No plano das relações hemisféricas, foi o Caribe, em 1983, palco de grave crise político-institucional ocorrida em Granada.

Em nota divulgada sobre o assunto, o Brasil indicou não poder deixar de «deplorar o recurso à força armada, em violação do princípio de não-intervenção, consagrado na Carta das Nações Unidas e na Carta da OEA, especificamente em seu artigo 18».

4.3. *Estados Unidos da América e Canadá*

As relações com os EUA continuaram a apresentar elevado grau de intensidade, evidenciado pelo número de contatos de alto nível, em múltiplos setores. Dando cumprimento às decisões tomadas pelos Presidentes dos dois países, reuniram-se, no decorrer de 1983, em Brasília e em Washington, os cinco grupos de trabalho sobre cooperação econômica, cooperação espacial, cooperação científica e tecnológica, cooperação nuclear e cooperação industrial-militar, respectivamente. As atividades de tais grupos, já concluídas, constarão dos relatórios a serem submetidos à aprovação dos Chanceleres dos dois países e à de seus respectivos presidentes.

Visitou o Brasil, em novembro, o Ministro de Estado para as Relações Exteriores do Canadá que, além de ter mantido contatos nas áreas econômica, comercial e financeira, participou com seu colega brasileiro dos trabalhos da I Reunião da Comissão de Consultas sobre Assuntos Políticos Brasil-Canadá.

4.4. *África*

A visita presidencial à África, em novembro, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro àquele Continente, constituiu marco histórico nas relações afro-brasileiras. Nas conversações que manteve com Chefes de Estado e de Governo da Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde, o Presidente da República teve oportunidade de identificar a convergência de pontos de vista sobre vários problemas da atualidade política e econômica internacional e estabelecer mecanismos para a ampliação dos canais de cooperação econômica com aqueles países.

Na visita do Presidente à Nigéria, verificou-se o empenho de ambos os Governos em estudar fórmulas, inclusive mecanismos especiais de pagamento, que permitam restabelecer os elevados níveis de intercâmbio comercial registrados até recentemente.

Com o Senegal, foi possível reabrir os canais de comércio, transferindo-se à Comissão Mista a tarefa de promover maior equilíbrio nos fluxos bilaterais.

Estreitaram-se significativamente os laços com a Guiné-Bissau. Em março, o Ministro das Relações Exteriores realizou visita àquele país, chefiando Delegação brasileira à III Reunião da Comissão Mista e, em novembro, em sua visita a Bissau, o Presidente da República reiterou a firme disposição do Brasil de dar seguimento aos programas de cooperação técnica, particularmente na área de formação de recursos humanos: O Brasil prestou assistência ao Governo de Bissau na organização da IV Conferência de Cúpula dos Países Africanos de Língua Portuguesa realizada em dezembro.

A mesma ênfase nos programas de cooperação técnica prevaleceu nas relações com Cabo Verde, onde, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Ministério das Relações Exteriores organizou, no primeiro trimestre, curso de aperfeiçoamento para diplomatas cabo-verdianos. Em outubro, visitou o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, ocasião em que se realizou a IV Reunião da Comissão Mista, e, em novembro, com a visita presidencial, foi reiterado, no mais alto nível político, o desejo do Brasil de ampliar seus canais de cooperação. Cabe registrar também que, em outubro e novembro, respectivamente, o veleiro de instrução «Cisne Branco» e o Navio-Escola «Custódio de Mello» visitaram portos cabo-verdianos.

Em relação a Angola, cabe assinalar a visita ao Brasil, em abril, do Ministro do Planejamento e do Comércio Exterior, ocasião em que foi esquematizado mecanismo destinado a expandir o intercâmbio comercial. Em dezembro, realizou-se em Luanda a segunda reunião da Comissão Mista, em que a Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro das Minas e Energia. Foram, então, assinados um acordo sobre transporte aéreo, um convênio de cooperação na área das telecomunicações e contrato de fornecimento de petróleo, vinculado à construção da hidrelétrica de Kapanda por firma brasileira, além de contratos de fornecimento de equipamentos telefônicos para modernizar a rede angolana.

Com a Costa do Marfim e Gabão também se intensificaram as relações, tendo o Chanceler brasileiro visitado ambos os países para as reuniões das respectivas Comissões Mistas. Por sua vez, o Ministro das Relações Exteriores do Gabão visitou o Brasil.

Além dessas visitas de alto nível, foram várias as missões técnicas e comerciais trocadas com os países africanos no correr do ano.

Na qualidade de observador, o Brasil se fez representar na III Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC), realizada no Lesoto, em janeiro, e na Mesa-Redonda sobre Transportes e Comunicações da África, em Kinshasa, em junho, com o objetivo de estreitar a cooperação econômica brasileira com nossos parceiros africanos.

4.5. *África Setentrional e Oriente Próximo*

O ano de 1983 foi significativo para as relações do Brasil com os países do Oriente Próximo e do norte da África. Em novembro, pela primeira vez, um Presidente da República do Brasil visitou o continente africano e nessa viagem incluiu visita à Argélia, um dos nossos mais expressivos parceiros econômicos na região. Entraram em vigor três acordos celebrados com aquele país, nos campos comercial, de cooperação científica e tecnológica e um instrumento que dispõe sobre a criação de Comissão Mista bilateral.

As relações com o Iraque foram aprofundadas em decorrência da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Bagdá, em setembro, a qual permitiu o encaminhamento de questões financeiras ligadas à participação de empresas brasileiras em projetos de desenvolvimento naquele país. Entrou em vigor o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional celebrado com o Iraque.

O Brasil recebeu a visita do Ministro do Comércio, Indústria e Turismo do Marrocos, durante a qual foi celebrado Acordo Comercial.

O Secretário-Geral das Relações Exteriores da Tunísia manteve, em Brasília, úteis conversações tendentes ao aprimoramento das relações bilaterais.

Com o Irã, registraram-se as visitas ao Brasil do Ministro da Indústria e de autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Superadas as dificuldades decorrentes do pouso em território brasileiro de aeronaves libias, em desacordo com as convenções internacionais, as relações com a Líbia retomaram seu curso normal, registrando-se o intercâmbio de delegações técnicas e a visita, no final do ano, do Ministro do Petróleo daquele país.

Com o objetivo de estreitar suas relações, Brasil e Jordânia decidiram criar embaixadas em Amã e Brasília, retirando o caráter cumulativo de suas respectivas Missões diplomáticas.

Com o Egito trocaram-se importantes delegações empresariais, que abriram novas perspectivas ao intercâmbio de bens e serviços entre os dois países.

O Navio-Escola «Custódio de Mello», em viagem de instrução dos Guardas-Marinha, visitou os portos de Túnis e Alexandria.

O Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República viajou à Arábia Saudita, Bareine, Coveite e Emirados Árabes Unidos, havendo mantido conversações com as autoridades financeiras e dirigentes de bancos privados daqueles países, com vistas a obter maior participação das comunidades bancárias locais no levantamento de crédito para o Brasil.

Nos foros internacionais, continuou o Brasil a defender uma solução justa, abrangente e duradoura para os conflitos no Oriente Médio, mediante o acatamento dos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas.

4.6. *Ásia e Oceania*

Com o Japão, a densidade de nossas relações foi ilustrada pelo expressivo intercâmbio de visitas de autoridades e líderes empresariais. Em abril, viajou a Tóquio o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Em julho, ocorreram três outras visitas de relevo: a da missão empresarial do KEIDANREN, a do ex-chanceler e atual Conselheiro Especial do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão e a do ex-Ministro das Finanças e da Agricultura do Japão. Em agosto, o Congresso Nacional recebeu missão parlamentar japonesa e, em retribuição, delegação parlamentar brasileira viajou ao Japão em outubro. Ainda em outubro, o Ministro da Agricultura realizou visita oficial ao Japão. Em novembro, o Ministro do Trabalho avistou-se com seu homólogo japonês em Tóquio. Em dezembro, visitou o Brasil o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão e viajou ao Japão o líder do Partido Democrático Social na Câmara dos Deputados.

Com a República Popular da China, foi assinado, em agosto, por ocasião da visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca daquele país, Protocolo de Intenções sobre cooperação na

área da agricultura e da pecuária. Ainda em agosto, assinou-se, durante a visita do Vice-Ministro da Saúde Pública, outro Protocolo de Intenções relativo às possibilidades de cooperação entre os dois países. Uma terceira visita a destacar foi a da Ministra dos Recursos Hídricos e Energia Elétrica, em novembro, que resultou em convites a autoridades brasileiras para visitarem a China e conhecerem de perto o programa hidrelétrico chinês. Ao longo de todo o ano, quase duas dezenas de delegações comerciais chinesas vieram ao Brasil para negociações. Em maio, foi assinado contrato entre a BRASPETRO e a «China National Off-Shore Corporation» para a exploração e produção de petróleo na foz do Rio Pérola e no Sul do Mar Amarelo. Na área dos estudos econômico-financeiros, sobressaíram duas visitas: a da missão do Ministério das Finanças, em abril, e a da delegação do Ministério das Relações Econômicas e Comércio Exterior, em dezembro. Na área cultural, científica e tecnológica, assinala-se a visita chefiada pelo Presidente da «China Association for Science and Technology», em julho, e a da delegação da Secretaria do Ministério da Cultura chinês, em outubro. Da parte brasileira cumpre ressaltar as visitas, em janeiro, de missão chefiada pelo Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, em maio, de delegação do CNPq e, em novembro, a do Presidente da Petrobrás, esta última para a renovação dos contratos de fornecimento de petróleo chinês ao Brasil.

As relações entre o Brasil e a Índia continuaram seu processo de intensificação, tendo-se registrado a apresentação, pelo Governo indiano, em agosto, de proposta de Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia.

Com a República da Coreia, vale registrar a visita ao Brasil, em maio, da missão econômica do «Overseas Cooperation Council» daquele país, assim como a visita oficial, no mesmo mês, do Chefe do Estado-Maior do Exército coreano. Em julho e em setembro, o Brasil recebeu missões parlamentares coreanas.

No tocante aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático, registraram-se as visitas do Presidente da Petrobrás a Cingapura e à Malásia, ocasião em que se celebrou contrato de exportação de minério de ferro brasileiro, e a do Vice-Primeiro Ministro malásio ao Brasil, quando foi assinado Protocolo de Intenções registrando o desejo de ambos os Governos de intensificar relações comerciais. Com as Filipinas, foi assinada, em setembro, convenção para evitar a dupla tributação. Em outu-

bro, visitou o Brasil missão empresarial da Câmara de Comércio de Cingapura e, em novembro, o Brasil recebeu missão governamental do «Primary Production Department» daquele país.

Finalmente, no que concerne à Oceania, importante missão econômica do «Trade Development Council» da Austrália, visitou o Brasil em maio. No mês de agosto, foi recebido em visita oficial o Vice-Ministro da Agricultura da Nova Zelândia e, em novembro, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália.

4.7. *Europa Ocidental*

O intercâmbio de visitas em diversos níveis e setores permitiu ao Governo brasileiro aprofundar o diálogo político-diplomático e conduzir a cooperação bilateral com os países da Europa Ocidental a patamares ainda mais elevados.

A visita dos Reis da Espanha, em maio, foi testemunho expressivo da vontade política dos dois países de estreitarem suas tradicionais relações. Visitou ainda o Brasil, em outubro o Secretário-Geral da Secretaria de Comércio do Ministério da Economia, Fazenda e Comércio da Espanha.

No mês de maio, o Primeiro-Ministro dos Países Baixos visitou oficialmente o Brasil, em companhia do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em julho, o Brasil recebeu a visita do Ministro das Relações Exteriores da França e, em outubro, a Ministra da Educação e Cultura do Brasil fez viagem oficial àquele país.

Em janeiro, esteve em visita ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores da Finlândia.

No mês de dezembro, visitaram o Brasil o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia e uma delegação da Democracia Cristã italiana, chefiada por seu Presidente.

Integrantes do Grupo Parlamentar Teuto-Brasileiro mantiveram contatos na área do Legislativo e Executivo, em setembro. No mês seguinte, celebrou-se, em Bonn, a X Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

Realizou-se, também, em 1983, a V Reunião da Comissão Mista para o Comércio, Cooperação Econômica, Industrial e Técnica com a Noruega.

Com Portugal, mereceram destaque as visitas ao Brasil do Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em abril, e do Secretário de Estado do Emprego, em março.

Visitaram Londres, em janeiro, o Ministro da Indústria e do Comércio e, em outubro, o Ministro das Comunicações; autoridades brasileiras do setor econômico-financeiro estiveram igualmente no Reino Unido. O Chefe do Estado-Maior da Marinha do Reino Unido visitou oficialmente o Brasil, em novembro e, em março, aqui esteve o Vice-Ministro do Departamento da Indústria daquele país.

Com a Suécia, nosso relacionamento registrou, em abril, a visita do Ministro do Comércio Exterior e do Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros e, no mês seguinte, a do Comandante-em-Chefe da Marinha Real Sueca. Do lado brasileiro, visitou a Suécia o Ministro da Indústria e do Comércio.

4.8. *Europa Oriental*

Durante o ano de 1983, o Brasil continuou mantendo relações corretas com os países socialistas da Europa Oriental, com ênfase nos aspectos econômicos e comerciais.

A nível político, cabe ressaltar a visita do Ministro das Relações Exteriores à Iugoslávia.

Merecem ainda registro, pela importância que tiveram no relacionamento econômico e comercial, do lado brasileiro, as visitas do Secretário-Geral das Relações Exteriores à URSS, do Vice-Governador do Rio Grande do Sul à Hungria, do Diretor da CACEX e do Presidente do IBC à República Democrática Alemã (RDA), do Presidente da CVRD à RDA, Romênia e Tchecoslováquia. Do lado dos países da Europa Oriental, realizaram-se as visitas do Vice-Presidente do Conselho de Estado da Polônia, do Ministro da Indústria de Construção de Máquinas da Romênia, do Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior da Bulgária, além dos Vice-Ministros do Comércio Exterior da Polônia, RDA, Romênia, Tchecoslováquia e URSS. Em dezembro, uma missão parlamentar brasileira visitou a URSS e a RDA.

No tocante a Comissões Mistas, foram realizadas reuniões com a RDA, URSS, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária. De conformidade com o previsto no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a URSS, foi realizada a II Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia com aquele país; quanto à promoção comercial, o Brasil participou das feiras internacionais de Brno (agrícola, em fevereiro, e de maquinaria, em setembro), Leipzig, Plovdiv (bens de consumo, em maio, e infor-

mática, em setembro), Budapeste, e da mostra individual em Praga. A URSS, por sua vez, realizou, em maio/abril, uma Exposição Industrial e Comercial em São Paulo.

Continuaram os esforços do Governo brasileiro com vistas a encontrar fórmula negociada para a regularização da dívida da Polônia; não tendo sido possível alcançar acordo em nível bilateral, decidiu o Governo brasileiro multilateralizar a discussão do assunto, transferindo os entendimentos, a partir de setembro, para o contexto do Clube de Paris.

Foram modificados, de forma a atualizar seus termos, os Acordos de Comércio e Pagamentos com a Hungria e com a Romênia.

Vale notar ainda terem sido iniciados entendimentos para a assinatura de um Acordo de Cooperação Econômica e Técnica com a URSS. Prosseguiram também as negociações para a assinatura de acordo para evitar a bitributação entre o Brasil e a Tchecoslováquia, havendo sido iniciados entendimentos, nessa área, igualmente com a Hungria e a Romênia. Em agosto, entrou em vigor o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Romênia, assinado em maio de 1981.

4.9. *Organismos Internacionais*

Nações Unidas

O Brasil continuou a ter intensa participação no sistema da Organização das Nações Unidas e esteve presente em todas as principais reuniões da Organização. O Ministro das Relações Exteriores abriu, com seu pronunciamento, o Debate Geral da XXXVIII Assembléia Geral da ONU, oportunidade em que alertou para a extrema gravidade da atual crise política e econômica internacional e defendeu a adoção de soluções estruturais para os problemas existentes.

O Brasil participou substantivamente dos trabalhos sobre desarmamento, tendo contribuído para o debate da matéria tanto no Comitê de Desarmamento, sediado em Genebra, quanto na Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, cuja presidência lhe coube exercer.

Dentre as demais reuniões do sistema da ONU de que o Brasil participou, valeria destacar: as Sessões do Conselho Econômico e Social (ECOSOC): a XXX Sessão da Comissão de Entorpecentes; as VII e VIII Sessões do Grupo de Trabalho sobre

Práticas Internacionais de Contratos da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL); a 39ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos; as sessões da Comissão de Direito Internacional; e a XI Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O Brasil esteve ainda representado na Reunião Preparatória para a Conferência Mundial da Mulher, na Preparatória do VII Congresso da ONU de Prevenção contra o Crime, na Conferência Internacional sobre a Questão da Palestina e na Segunda Conferência para o combate ao Racismo e à Discriminação Racial.

O Brasil foi reeleito, entre outros órgãos, para o Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas e para Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO. No âmbito do ECOSOC, elegeu-se para a Comissão de Entorpecentes e reelegeu-se para a Comissão de Direitos Humanos, em ambas com mandatos de três anos.

Tratado da Antártida

Durante o ano de 1983, a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONATAR), criada pelo Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982, acompanhou as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e conduziu o processo de apresentação da postulação do Brasil à admissão no grupo de países partes do Tratado da Antártida. Com esse objetivo, foi realizado intenso trabalho diplomático junto às Partes Consultivas daquele instrumento internacional e na V Reunião Consultiva Especial do Tratado, realizada em Canberra, Austrália, em setembro, aqueles países aprovaram, por consenso, a ascensão do Brasil à categoria de Membro Consultivo do Tratado. O Brasil participou, nessa condição, da XII Reunião Consultiva do Tratado, realizada na mesma cidade, de 13 a 27 de setembro.

As atividades antárticas programadas pelo Brasil para o verão austral 1983/84 prevêem a instalação da estação «Comandante Ferraz».

Organismos Internacionais Especializados

No que se refere aos organismos internacionais especializados, o Brasil se fez representar na 36ª Assembléia Mundial da Saúde, na 69ª Conferência Internacional do Trabalho, na 22ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimenta-

ção e Agricultura (FAO), no 9º Congresso Meteorológico Mundial, na 5ª Assembléia Mundial do Turismo e nas reuniões dos Conselhos destas Organizações.

O Brasil compareceu à 7ª Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), às reuniões das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus órgãos subordinados, às sessões do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar do Programa Mundial de Alimentos, à 15ª Sessão da Comissão e às reuniões dos Comitês do Programa Conjunto FAO/OMS do *Codex Alimentarius*.

Participou, igualmente, da 35ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB) e da 9ª Sessão do Conselho Mundial de Alimentos (CMA).

O Brasil foi reeleito para os Conselhos da FAO, da Organização Meteorológica Mundial (OMM), da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e da Organização Marítima Internacional (IMO).

Organização dos Estados Americanos

Os principais problemas políticos do Continente em 1983 receberam por parte da OEA tratamento menos efetivo do que seria legítimo esperar. No tocante à questão das Ilhas Malvinas, a Organização aprovou, durante sua Assembléia Geral, realizada em Washington em novembro, resolução que exorta a retomada das negociações entre a Argentina e o Reino Unido. A mesma Assembléia, ao examinar a crise da América Central, preferiu apenas tomar nota do relatório apresentado pelo chamado Grupo de Contadora (Colômbia, México, Venezuela e Panamá) sobre a evolução das negociações patrocinadas por aquele Grupo. Em relação ao episódio de Granada, o Conselho Permanente da OEA ouviu manifestações de apoio ou condenação, porém não chegou a votar resolução sobre o assunto.

Dado positivo a registrar foi a resolução, aprovada por unanimidade, inclusive pelo Chile (país que até então negava competência à OEA para discutir a matéria), exortando a Bolívia e o próprio Chile a iniciarem processo de normalização de suas relações e a negociarem fórmula capaz de permitir à Bolívia saída soberana para o Pacífico.

Entre outras reuniões promovidas no âmbito da OEA, merece registro a realização em Caracas, em setembro, da Conferência Especializada Extraordinária sobre Financiamento Externo,

que buscou dar passo inicial, prudente e realista, para o estabelecimento de novo processo de negociação, num foro eminentemente político, de matérias de natureza financeira.

A XVIII Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), celebrada em Assunção, Paraguai, em outubro, aprovou a criação de uma Comissão Especial sobre Financiamento e Comércio. Seus debates, embora tenham mostrado as conhecidas divergências entre as posições dos Estados Unidos da América e dos Países latino-americanos e do Caribe, revelaram também nítido empenho por parte das Delegações em aproximar posições.

Candidatos brasileiros foram eleitos, por unanimidade, para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e, por aclamação, para o Tribunal Administrativo e para a junta de Auditores Externos.

Anunciada durante a Assembléia da OEA, em novembro, a intenção do atual Secretário-Geral da Organização, Senhor Alejandro Orfila de deixar o cargo em março de 1984, o Governo brasileiro decidiu apresentar candidatura àquele posto.

Sistema Econômico Latino-Americano

Em setembro, realizou-se, em Caracas, a IX Reunião Ordinária do Conselho Latino-americano do Sistema Econômico Latino-americano (SELA), ocasião em que foram aprovadas Resoluções sobre relações econômicas da América Latina com os Estados Unidos da América e com a Comunidade Econômica Européia, com ênfase, respectivamente, na necessidade de aprimoramento do Sistema Geral de Preferência e na reabertura do diálogo com a CEE, interrompido desde o episódio das Ilhas Malvinas. Na ocasião, o Doutor Sebastián Alegrett, de nacionalidade venezuelana, foi eleito Secretário Permanente do SELA, para um mandato de quatro anos. Por solicitação do Presidente Osvaldo Hurtado, do Equador, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e o Secretário Permanente do SELA elaboraram estudo sobre uma eventual ação latino-americana para enfrentar a crise econômica. A proposta foi discutida em São Domingos, em agosto, numa reunião de representantes pessoais dos Governos da América Latina e Caribe, com participação do Brasil, e deu origem a um documento, a ser apreciado em alto nível político, pela Conferência Econômica Latino-americana, convocada para janeiro de 1984 em Quito.

Em março, foi instalado em Buenos Aires, o Comitê de Ação sobre Segurança Alimentar Regional, ao qual o Brasil aderiu juntamente com nove outros países, e, em julho, foi aprovado o primeiro programa bienal de trabalho do Comitê, que consiste na formulação de uma estratégia alimentar latino-americana, em cooperação técnica e comercial, mecanismos de assistência alimentar de emergência e constituição de uma Rede Regional de Informação Alimentar.

Em outubro, Argentina, Brasil, México, Nicarágua e Venezuela assinaram, em Brasília, o Ato Constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), instrumento descentralizado de cooperação regional destinado a contribuir para o desenvolvimento tecnológico, através do intercâmbio da informação. A sede do núcleo central da rede será a cidade do Rio de Janeiro.

Foi assinado, em dezembro, na cidade do Panamá, o Ato Constitutivo do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central, aberto à participação de todos os Estados-membros do SELA.

Associação Latino-Americana de Integração

No âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), dentre as várias reuniões realizadas em 1983, vale destacar o V e VI Período de Sessões Extraordinárias da Conferência de Ministros. A V CAC, realizada em Montevidéu, em abril, encerrou o período de transição entre a extinta Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) e a ALADI, para o que muito contribuiu a posição assumida pelo Governo brasileiro, assessorado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura. Cumpre mencionar a firme determinação do Brasil de se afastar do chamado Acordo de Alcance Parcial plurilateral nº 26 (AAP nº 26), cuja renegociação chegara a um impasse, e recompor, segundo seu interesse e os de seus parceiros, listas de preferências através de acordos bilaterais.

Nesse contexto, foi convocado o VI Período de Sessões Extraordinárias da CAC, a fim de dar início à apreciação multilateral dos Acordos firmados por ocasião da V Conferência e à conseqüente aplicação de tratamentos diferenciais.

4.10. *Temas Econômicos*

No curso de 1983, persistiram fortes pressões protecionistas no mercado dos países industrializados, tendo pouco mais da

metade das exportações brasileiras de manufaturados ou semi-manufaturados sofrido algum tipo de restrição. Esse quadro obrigou o Brasil a redobrar esforços em defesa das suas exportações a nível de contatos bilaterais e nos foros multilaterais.

POLÍTICA COMERCIAL

Estados Unidos da América

Realizaram-se duas sessões do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil EUA e verificou-se, neste foro, tendência de serem abordados, de forma crescente, temas que não estão limitados ao campo estritamente comercial, como por exemplo, política de investimentos, política agrícola e situação econômica geral dos dois países. O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Econômica, criado por ocasião da visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, em 1982, reuniu-se, no correr de 1983, tanto a nível ministerial quanto a nível técnico, já tendo ultimado seus trabalhos e o documento final, que será encaminhado aos dois Presidentes.

Europa Ocidental e Comunidade Econômica Européia

Em abril de 1983, foi possível renegociar o arranjo que regulamenta as vendas brasileiras de ferro gusa para a CEE. A negociação equivalente para aço, entretanto, não chegou a bom termo, por terem sido consideradas insuficientes pelo Governo brasileiro as quantidades propostas pela Comunidade.

Prosseguiram as negociações com vistas à futura instalação do escritório da CEE em Brasília e à convocação da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil — CEE, no marco do Acordo Quadro de Cooperação, de setembro de 1980.

Organismos Internacionais

O Brasil teve participação ativa em todos os aspectos do trabalho da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), em cujo âmbito foram realizadas reuniões de consulta em importantes setores industriais, tais como implementos agrícolas, produtos de madeira e produtos farmacêuticos.

Em junho de 1983, em Belgrado, realizou-se a Sexta Conferência Geral das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na qual o Brasil esteve representado por seu Ministro das Relações Exteriores. Constituiu-se na mais importante reunião multilateral do ano a examinar os assuntos do

Diálogo Norte-Sul, mas suas resoluções, por falta de vontade política dos países industrializados, tiveram reduzido significado.

Na área de Cooperação Econômica entre os países em desenvolvimento, 1983 marcou a proximidade do final das reuniões previstas no Programa de Caracas. Em 1984, deverão ser discutidos meios e modos para implementar as recomendações até agora aprovadas, em especial as referentes ao Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC). O Brasil, em 1983, sediou a Reunião F-3, relativa a Concorrências Internacionais.

A participação do Brasil nas atividades do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) ao longo de 1983 caracterizou-se, fundamentalmente, pelo empenho no fortalecimento da instituição, especialmente tendo presente o agravamento do protecionismo comercial. Realizaram-se reuniões dos Comitês e Conselhos resultantes das Negociações Comerciais Multilaterais, além de consultas bilaterais no âmbito do Código de Subsídios e Medidas Compensatórias. No Comitê de Balanço de Pagamentos, reunido em dezembro, foi apresentada e justificada perante o GATT a política brasileira no setor de importações, à luz das necessidades de ajustamento das contas externas do País.

Os preços do café registraram, em 1983, comportamento favorável aos produtores. A partir de outubro, com a entrada em vigor do Convênio Internacional do Café de 1983, o mercado ganhou novo dinamismo e as cotações superaram o limite superior da faixa de preços estabelecida no referido Convênio. O Brasil empenhou-se, no âmbito da Organização Internacional do Café, em corrigir distorções que afetavam as exportações para países não-membros.

O mercado internacional do açúcar atingiu em 1983 seus níveis mais críticos, agravados ainda pelos resultados inconclusivos da Conferência das Nações Unidas que se reuniu em Genebra para renegociar um novo Acordo Internacional sobre o produto. Novas negociações estão previstas para 1984.

Na Organização Internacional do Cacau e na Aliança dos Produtores de Cacau, o Brasil buscou fortalecer as cotações do produto, cuja recuperação concretizou-se no correr do ano, acentuando-se no final do período.

O Conselho Internacional do Trigo realizou duas sessões regulamentares, mas, em razão das divergências entre exportadores, seus trabalhos tiveram valor meramente estatístico.

O Brasil manteve sua participação no Instituto Internacional do Algodão (que em 1983 aprovou alterações na base de cálculo das contribuições dos países-membros) e no Comitê Consultivo Internacional do Algodão.

Merece registro, ainda, a conclusão, em Genebra, do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, que poderá entrar em vigor em 1984.

POLÍTICA FINANCEIRA

A atividade diplomática brasileira, ao longo de 1983, apoiou, em sua área de atribuições, o setor econômico-financeiro do Governo, na busca de novos níveis de cooperação internacional, suscetíveis de assegurar trato mais eficaz aos problemas de desequilíbrio de balanços de pagamentos.

Mereceu atenção prioritária o processo de reestruturação da dívida externa brasileira, que exigiu entendimentos junto a Governos, entidades multilaterais de crédito e financiamento e ao setor bancário privado internacional.

Com o mesmo objetivo, realizaram-se gestões diplomáticas, no que cabia, no sentido de alcançar a ampliação de disponibilidade de recursos e o aperfeiçoamento operacional do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e do Grupo do Caribe para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (GCCDE).

No que se refere à cooperação bilateral, atuou a Chancelaria, em coordenação com setores interessados do Governo, visando a dinamizar o relacionamento com diversos países nas áreas de empréstimos, créditos e investimentos; à conclusão das Convenções, assinadas com o Equador e as Filipinas, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, bem como à aceleração dos entendimentos sobre a matéria com o Canadá, Hungria, e Nigéria; à celebração de Protocolos Financeiros com a República Federal da Alemanha e à ampliação da rede bancária brasileira no exterior.

ENERGIA

Energia Nuclear

O Brasil assinou acordos de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear com a Espanha e Venezuela, que permitirão o intercâmbio de técnicos e informações.

O Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre energia nuclear, constituído por ocasião da visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, reuniu-se duas vezes, em Brasília e em Washington, visando a identificar novas áreas para a cooperação bilateral e a encontrar soluções para problemas pendentes, tais como os relativos ao fornecimento de combustível para Angra I. Seu relatório deverá ser proximamente submetido à aprovação dos dois Governos.

O Brasil manteve participação ativa nos trabalhos da Agência Internacional de Energia Atômica e esteve presente na Quarta Sessão do Comitê preparatório para a Conferência da ONU sobre os usos pacíficos da energia nuclear.

Fontes Novas e Renováveis de Energia

O Brasil manteve em 1983 papel de destaque entre os países em desenvolvimento no campo das fontes novas e renováveis de energia. Missões de técnicos brasileiros especialistas em biomassa visitaram países africanos (Angola, Gabão, Costa do Marfim, Zâmbia, entre outros), onde participaram de seminários e simpósios a fim de relatar a experiência brasileira.

Nos foros internacionais ligados à utilização de fontes alternativas, o Brasil teve presença expressiva, particularmente na I Sessão do Comitê Intergovernamental para o Desenvolvimento e Utilização de Fontes Novas e Renováveis de Energia, criado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York e na reunião de peritos realizada em Santiago do Chile, em julho de 1983, no âmbito do Programa de Ação de Caracas, que promove a cooperação entre países em desenvolvimento.

Organização Latino-Americana de Energia

No âmbito da Organização Latino-Americana de Energia — OLADE, o Brasil participou da XIV Reunião Ministerial Ordinária, realizada em novembro na Guatemala, bem como das duas Reuniões do Comitê de Ministros, realizadas, respectivamente, no México e na Nicarágua. Nesses encontros, tratou-se sobretudo da implementação do Programa Latino-Americano de Coo-

peração Energética — PLACE, em cujo âmbito técnicos brasileiros realizaram em 1983 um inventário dos recursos carboníferos latino-americanos.

Petróleo

Além do envio regular de informações sobre a conjuntura petrolífera mundial aos órgãos brasileiros interessados, o MRE prestou o apoio necessário às delegações daqueles órgãos que viajaram ao exterior.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transporte Aéreo

Foram realizadas, em 1983, reuniões de consulta aeronáutica no âmbito dos acordos aéreos vigentes com os seguintes países: República Federal da Alemanha, Noruega-Dinamarca-Suécia, Itália, França, Paraguai, Japão e Portugal. Realizaram-se, igualmente, negociações aeronáuticas com autoridades da República Dominicana, dos Estados Unidos da América e do Panamá, para a formalização, por Acordos ou Memorandos, das relações aeronáuticas bilaterais.

No plano multilateral, o Brasil teve participação ativa nos trabalhos promovidos pela Comissão Latino-Americana de Aviação Civil e pela Organização de Aviação Civil Internacional. Por ocasião da XIX Assembléia da OACI, o Brasil foi reeleito para novo mandato trienal (1983/86) no Conselho da Organização, dentro do chamado Grupo I, integrado pelos países de maior importância no transporte aéreo internacional.

Por iniciativa do Itamaraty e do Ministério da Aeronáutica, foram iniciadas, em 1983, as ligações aéreas diretas entre o Brasil e a República Dominicana, Trinidad e Tobago e Barbados.

Transporte Marítimo e Fluvial

No ano de 1983, Brasil e Peru concluíram o Acordo de «Full Money Pool», previsto no art. VII do Acordo sobre Transporte Marítimo entre os dois países.

Registrou-se também a renovação, por dois anos, do Mecanismo de Entendimento sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, de 7 de março de 1970, e o mecanismo de igual acesso às cargas prescritas das duas partes.

Outrossim, foi aprovado o Regulamento previsto no art. XXVII do Convênio sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e o Chile.

Transporte Terrestre

Realizou-se reunião em Assunção, em novembro, entre autoridades brasileiras e paraguaias, ocasião em que foi assinada Ata destinada a disciplinar o escoamento de soja paraguaia pelo território brasileiro.

O Brasil fez-se representar em todas as 23 reuniões da Organização Marítima Internacional (IMO), realizadas na sede da Organização, em Londres, tendo sido reeleito membro do Conselho na Categoria B, para o biênio 1984-1985. No âmbito do Comitê de Cooperação Técnica da IMO, o Brasil ofereceu 50 bolsas de estudo para o ano letivo de 1984, para candidatos a oficiais de marinha mercante originários de países latino-americanos e africanos de expressão portuguesa.

Comunicações

O Brasil firmou compromissos de cooperação técnica e incremento do intercâmbio comercial com o Equador e aprovou um Programa de Cooperação Mista Brasil-Peru para o período de 1984.

Promoveu-se, em Manaus, encontro dos Ministros das Comunicações dos Países Amazônicos para troca de informações e experiências, visando à coordenação de esforços para o desenvolvimento das comunicações na região.

Durante o ano, destacaram-se ainda a revisão dos dispositivos do Regulamento Internacional de Telecomunicações relativos aos serviços móveis, inclusive por satélite, e a elaboração de plano de atribuição de frequências e posições orbitais para a Região das Américas, tarefas realizadas pela União Internacional de Telecomunicações em duas Conferências Administrativas.

4.11. *Promoção Comercial*

Com o objetivo de apoiar as iniciativas comerciais das empresas brasileiras, o Programa de Promoção Comercial no Exterior manteve sua estruturação em cinco áreas: Informação Comercial, Feiras e Turismo, Organização e Modernização, Operações Comerciais e Estudos e Pesquisas de Mercado.

Na área de Informação Comercial, aperfeiçoou-se o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (SPED), que permitiu a transmissão direta de boletins de oportunidades comerciais provenientes dos 75 postos ligados ao Sistema. Prioridade foi atribuída à exportação de serviços, através de acompanhamento

regular de pedidos de financiamentos para projetos em outros países em desenvolvimento apresentados a instituições financeiras internacionais. Foram, igualmente, realizados vários eventos internacionais ligados ao tema, notadamente a reunião do Grupo dos 77, no Rio de Janeiro, que procurou contribuir para maior participação dos países em desenvolvimento no mercado da exportação de serviços, atualmente dominado pelos países desenvolvidos. Efetivou-se, ainda, aproximação significativa com a Comissão Econômica para a África, que poderá proporcionar ao Brasil a execução de projetos naquele Continente.

O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty permitiu, em 1983, a presença de mais de mil empresas brasileiras em cinquenta e um eventos realizados nas Américas, Europa, África, Oriente Médio, Ásia e Austrália.

No campo da Organização e Modernização, o Ministério das Relações Exteriores somou esforços com o Banco do Brasil na canalização de recursos para a promoção comercial com base no «Convênio sobre Comércio, Desenvolvimento e Cooperação» assinado entre as duas instituições. Realizaram-se, entre outros eventos, no âmbito da cooperação técnica e formação de pessoal, o III Seminário sobre os Aspectos Jurídico-Legais das Operações de Comércio Exterior (Exportação de Serviços) e o I Seminário sobre Exportação de Serviços e Cooperação Internacional, este último com o apoio da FINEP e ampla participação de empresas ligadas ao setor. Realizou-se, igualmente, pela primeira vez no Brasil, o Programa Exterior da Academia de Direito Internacional de Haia, com o apoio da Universidade de Brasília e tendo, entre os seus temas, matérias relativas ao comércio internacional.

No tocante às Operações de Promoção Comercial, atribuiu-se ênfase ao desenvolvimento de cooperação econômica para apoiar os exportadores brasileiros na comercialização, no exterior, de bens e serviços. Os importadores estrangeiros, em contato com as repartições diplomáticas e consulares brasileiras, ou em visita ao Brasil, contaram igualmente com assistência para identificar fabricantes, exportadores e produtos. Em coordenação com entidades de classe e com governos estaduais, o Itamaraty participou da preparação de missões comerciais interessadas em explorar novas oportunidades comerciais no exterior.

No quadro dos Estudos e Pesquisas de Mercado, foi dada continuidade à publicação da série «Como Exportar», bem como à elaboração de diversos perfis econômico-comerciais, que

serviram de subsídio para visitas de missões oficiais brasileiras e reuniões de Comissões Mistas. Elaboraram-se também estudos conjunturais sobre problemas da política brasileira de comércio exterior. Por fim, o Itamaraty prosseguiu na execução do programa que vem mantendo com o apoio do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), e que visa a identificar, com base em levantamentos estatísticos, os mercados de maior potencial de crescimento para as exportações brasileiras.

4.12. *Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica*

No plano interno, o Itamaraty deu continuidade às negociações que vinha mantendo com instituições brasileiras, a fim de concitá-las a participar mais diretamente nos programas brasileiros de cooperação técnica. Nesse sentido, o convênio assinado entre o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo (FUNDAP) produziu valiosos resultados.

A cooperação técnica oferecida pelo Brasil a seus parceiros da América Latina e África voltou-se para dois tipos principais de projetos: projetos integrados, por meio dos quais buscou-se identificar a existência de oportunidades comerciais e econômicas em setores de interesse nacional; e projetos de apoio, visando a consolidar a competitividade da empresa brasileira nos mercados externos de bens e serviços. Ambos os tipos tiveram por objetivo, por um lado, viabilizar reais oportunidades para instituições e empresas brasileiras e, por outro, ao se concretizarem tais oportunidades, contribuir tão eficazmente quanto possível para o processo de desenvolvimento dos países parceiros; configura-se, assim, uma operação de duas vias, em que todos os participantes são beneficiados no decurso da execução de tais projetos.

A preferência por projetos-padrão (integrados e de apoio) não excluiu outras formas de cooperação e intercâmbio, tais como o fornecimento de material e equipamento avulsos, programação ocasional de cursos e estágios ou prestação de consultoria e assessoria tópicas, capazes de produzir, no momento oportuno, elaboração de programas e projetos específicos.

No tocante à cooperação técnica recebida, o Brasil buscou maximizar a utilização dos recursos financeiros disponíveis em nível mundial para esse tipo de atividade, canalizando-os para aqueles setores de maior impacto econômico e de maior rentabilidade em termos de custo-benefício.

No campo da cooperação científica e tecnológica, buscou-se aprimorar o Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SICTEX), cujos usuários (entidades técnico-científicas nacionais) muito se beneficiaram de informações científico-tecnológicas colhidas pelas Missões diplomáticas brasileiras no exterior.

Tiveram prosseguimento as negociações de Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica com o Canadá, Bélgica, Japão, Costa do Marfim, Estados Unidos da América, Nigéria, Quênia e Índia. Foi enviada pelo CNPq missão científica à República Popular da China e à União Soviética.

Merecem também registro a XII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica e os trabalhos da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Soviética. Outras reuniões bilaterais foram realizadas com o México, Peru, França e Argentina.

Quanto à atuação multilateral, vale ressaltar a participação brasileira nas seguintes reuniões: Seminário Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos; reuniões relacionadas com os programas científicos da UNESCO (Programa Hidrológico Internacional — PHI; Programa Internacional de Correlação Geológica — PICG; Programa Geral de Informação — PGI; o Homem e a Biosfera — MAB); Reuniões do Comitê Intergovernamental de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CICTD da Organização das Nações Unidas); reuniões referentes à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA); reuniões da Secretaria Permanente da Conferência de Autoridades Latino-americanas de Informática (SPACALAI); e, no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), na parte de ciência e tecnologia, a 1ª Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica e na 2ª Reunião de Chanceleres. Vale ressaltar, nas reuniões do TCA, a apresentação pelo Brasil de um «Plano de Ação em Ciência e Tecnologia para a Região Amazônica».

Na área da cooperação para a formação em recursos humanos, destacaram-se as seguintes atividades: continuação do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PECPG), executado pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Cultura e CNPq, e pelo qual foram concedidas 37 novas bolsas de estudo e 6 vagas a estudantes latino-americanos, totalizando 114 estudantes em cursos de pós-graduação no Brasil atualmente; continuação do Programa de

Bolsas de Manutenção, que contemplou 195 estudantes, provenientes principalmente de países africanos de expressão portuguesa, em cursos universitários; oferecimento de 17 cursos, seminários e estágios em instituições brasileiras, dos quais participaram 181 estudantes, provenientes de 36 países, notadamente da África e da América Latina; concessão, através do Programa de Formação Profissional, de 27 bolsas de estudo, principalmente a estudantes africanos, matriculados em cursos do SENAI e SENAC; continuação do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que recebeu 988 novos alunos, em nível de graduação, provenientes de 10 países africanos e de 15 latino-americanos, perfazendo cerca de 8.000 estudantes-convênio atualmente no Brasil.

4.13. *Cooperação Cultural*

Em 1983, prosseguiram os esforços de projetos e difusão da cultura brasileira no exterior.

Esse continuado trabalho para tornar mais conhecido o Brasil, suas realidades e as criações de sua inteligência teve como principais suportes a rede de 19 centros de Estudos Brasileiros, situados nas principais cidades latino-americanas, em Washington, Barcelona e Roma, o conjunto de 27 leitorados em importantes universidades americanas, européias e africanas, e a Casa do Brasil em Madri. Em 1983, essa cadeia de entidades dedicadas ao ensino do Português e da Civilização Brasileira freqüentada por cerca de 7 mil estudantes das mais diversas nacionalidades foi acrescida de mais uma unidade, o Centro de Estudos Brasileiros de Paramaribo, de um pequeno curso de língua portuguesa em Lagos, na Nigéria, e de dois leitorados, nas Universidades de Port-of-Spain e de Nova Delhi.

Das numerosas iniciativas culturais que o MRE promoveu ou apoiou, devem ser ressaltadas pelo êxito de público e impacto causado entre a crítica e os especialistas, as duas exposições de arte plumária dos índios brasileiros, no México e na Colômbia. No Centro Georges Pompidou, em Paris, recebeu grande atenção a mostra de fotografias intitulada «O Brasil pelos brasileiros». A música popular brasileira por sua vez, teve ampliada sua divulgação numa temporada de verão promovida em Roma.

Proseguiu também, sobretudo em Buenos Aires, Lima, Bonn e Londres, o programa de co-edições de autores brasileiros em idiomas estrangeiros. Essa atividade de divulgação de literatura brasileira foi apoiada pela revista *Brasil-Cultura*, em Bue-

nos Aires, pela publicação de artigos na imprensa especializada internacional e pela promoção de contatos de escritores brasileiros com seus colegas e com o público estrangeiro.

Ampliou-se, em 1983, a presença do cinema brasileiro no exterior, com participação em 50 festivais onde foram alcançados 10 prêmios oficiais. Organizaram-se, durante o ano, 22 semanas de filmes brasileiros e estabeleceram-se esquemas de cooperação cinematográfica com Angola e com a Colômbia.

O Brasil continuou a colaborar estreitamente com a UNESCO, havendo participado ativamente da XXII Sessão da Conferência Geral da Organização, da qual foi eleito um dos Vice-Presidentes. Na ocasião, foi também escolhido para Vice-Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, para o Programa Hidrológico Internacional, para o órgão diretor do Bureau Internacional da Educação e para o Comitê Intergovernamental interino para a Informática.

4.14. *Instituto Rio-Branco*

O Instituto Rio-Branco formou, em 1983, nova turma de 37 Terceiros-Secretários. Na mesma turma, formaram-se também 5 bolsistas estrangeiros, oriundos de Cabo Verde, Gabão, Guiné-Bissau (2) e Haiti. No Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, realizado simultaneamente em Brasília e em dez Estados da Federação, foram aprovados 34 candidatos dos 797 inscritos. O Curso que se inicia em 1984 será frequentado também por 8 bolsistas estrangeiros, oriundos da Bolívia, Cabo Verde (2), Costa Rica, Gabão, Gana, Guiana e Tanzânia.

No que se refere às suas atividades no campo do aperfeiçoamento de diplomatas, o IRBr concluiu em 1983, o VII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o VI e VII Cursos de Altos Estudos.

No campo da cooperação internacional, o IRBr organizou e realizou em Praia, Cabo Verde, em colaboração com o Governo daquele país e com o UNITAR, Curso de Aperfeiçoamento para funcionários diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e iniciou contatos preliminares no sentido de organizar cursos semelhantes no Gabão, Guiné-Bissau e em Angola, a pedido daqueles Governos.

4.15. *Administração e Pessoal*

O Ministério das Relações Exteriores deu prosseguimento a seus programas de modernização administrativa, tanto na área de pessoal (através de estágios profissionalizantes e programas de treinamentos), quanto nas áreas orçamentária e financeira.

5. POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA

5.1. JUSTIÇA E POLÍTICA INTERNA

5.1.1. *Aspectos Políticos*

No início de 1983 tomaram posse os senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores eleitos pelo voto direto e no quadro dos novos partidos resultantes de anterior reformulação partidária.

A imperiosa necessidade da convivência democrática exigiu do Governo Federal e, em particular, do Ministério da Justiça, freqüentes contatos com os governadores eleitos pelos partidos de oposição.

Registre-se a conclusão do projeto de lei que institui o Sistema Distrital Misto e o que dispõe sobre a eleição para prefeito e vice-prefeito em municípios descaracterizados como de interesse da segurança nacional, este último transformado na Lei nº 7.136, de 27 de outubro de 1983.

No campo da segurança pública e da segurança interna, o Ministério da Justiça, respeitada a autonomia dos Estados, procurou formular, em articulação com outros órgãos federais interessados, normas e diretrizes gerais que permitissem definir com grande precisão as competências das Polícias Estaduais (civis e militares) e do Departamento de Polícia Federal no combate aos distúrbios de rua (greves e depredações), com vistas à preservação da paz e da tranqüilidade social.

Ainda na mesma área, intensificaram-se esforços, em coordenação com os Governos Estaduais, para combater a violência e a criminalidade.

5.1.2. *Ordem Jurídica e Direitos Políticos*

O Ministério da Justiça concentrou-se no aperfeiçoamento da ordem jurídica, ultimando-se os trabalhos de elaboração da Reforma Penal, que compreende novo Código Penal (Parte Ge-

ral), novo Código de Processo Penal e uma Lei de Execução Penal, enviados ao Congresso Nacional com as Mensagens Presidenciais n.ºs 241, 240 e 242, respectivamente.

O projeto de Código Penal introduz nova Política Criminal orientada no sentido de proteger a sociedade, e por isso mesmo empenhada em restringir a pena privativa de liberdade aos casos de reconhecida necessidade, como meio eficaz de impedir a crescente ação criminógena do cárcere. Assim é que o referido projeto adota também, para hipóteses de menor periculosidade, penas restritivas de direito, como a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a limitação de fins de semana.

O projeto de Código de Processo Penal ajusta-se às exigências da Ciência Processual Penal e à realidade brasileira, incorporando inovações como a simplificação procedimental dos recursos e a instituição do processo sumaríssimo para as causas de menor relevância e para os delitos de trânsito; a utilização de gravação sonora ou meio equivalente na audiência de instrução e julgamento, e a criação de órgão colegiado de primeira instância para julgamento, em grau de recurso, das causas de rito sumaríssimo. Todas essas medidas servem para agilizar a ação do Poder Judiciário e para evitar a impunidade ou o arbítrio.

O Projeto de Lei de Execução Penal procura tornar efetivo o princípio da individualização da pena consagrado na Constituição, criando a Comissão Técnica de Classificação com atribuições específicas de acompanhar a execução das penas privativas de liberdade e de propor as progressões e as regressões dos regimes de cumprimento da pena. O projeto garante, ainda, a remuneração do trabalho prisional, assegura ao preso os benefícios da previdência social e institui deveres gerais que ele terá de observar.

No contexto amplo da Reforma penal, a Pasta da Justiça elaborou juntamente com o Conselho de Segurança Nacional a nova Lei de Segurança Nacional, que constitui importante passo no processo de abertura democrática do atual Governo. O projeto, já transformado em lei, tutela a integridade territorial e a soberania nacional, o regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito, e a pessoa dos chefes dos Poderes da União. Foram evitadas as definições genéricas da lei revogada, reduzindo-se de 40 para 22 o número de normas incriminadoras. Alguns crimes já previstos na Lei de Imprensa ou no Código Penal não foram contemplados na nova lei, manti-

dos apenas aqueles cuja punição mais severa ou mais rápida se reputou essencial para a segurança das instituições e do regime democrático.

É de assinalar, ainda, a expressiva atuação do Ministério da Justiça com referência à tramitação do projeto do novo Código Civil, que procura adequar nossa lei civil à realidade atual e às exigências da moderna tecnologia.

No tocante às atividades próprias do Ministério da Justiça nos termos da Lei nº 6.815/80 e respectivo Regulamento, houve exame e processamento das matérias relacionadas com nacionalidade, cidadania, direitos políticos, concessão de vistos permanentes, prorrogações e regime jurídico do estrangeiro.

Concederam-se 6.192 naturalizações, tendo-se decidido numerosos processos de verificação de nomes, de averbações de casamento, de reconhecimento de igualdade de direitos dos portugueses, de perda da nacionalidade brasileira e de prestação de serviços a governos estrangeiros.

Mencionem-se, por outro lado, os casos de permanência definitiva, prorrogação de vistos, asilo territorial e transferência de empresas, entre outros.

Ao todo, essas atividades corresponderam a 46.698 processos.

Através da Lei nº 7.180, de 20.12.83, o Governo possibilitou aos estrangeiros registrados provisoriamente na forma da Lei nº 6.964/81 a obtenção da permanência no país, regularizando em definitivo sua situação.

5.1.3. *Segurança Interna*

Na área de segurança interna e de segurança pública, o Ministério da Justiça procurou canalizar e repassar recursos que atendessem os Governos Estaduais na construção de delegacias, de complexos policiais regionais, de hospitais da Polícia Militar, de penitenciárias e presídios, e na aquisição de equipamentos para a segurança pública.

Houve também o propósito de estimular e valorizar a ação policial, mediante a elaboração de Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema Nacional de Segurança Pública, de um anteprojeto de Lei Orgânica da Polícia Civil e da revisão do Decreto-lei das Polícias Militares.

Mesmo enfrentando fatores adversos, sobretudo em virtude de evasões nos seus quadros, a atuação do Departamento de Polícia Federal foi altamente positiva no ano de 1983.

Desencadearam-se, no exercício, várias operações policiais de suma importância, cumprindo destacar as seguintes, de nítido interesse fazendário ou social:

I — *Operação Café*, movida contra o contrabando de café. Além dos efeitos preventivos, não quantificáveis, foram apreendidas 1.110 toneladas de café e produtos diversos, bem como 58 veículos, tudo avaliado em 1 bilhão e 213 milhões de cruzeiros;

II — *Operação Centro-Oeste/Sul*, lançada para reprimir o contrabando procedente do Paraguai. Dela resultou a apreensão de produtos diversos avaliados em 525 milhões de cruzeiros;

III — *Operação Soja*, contra o contrabando dessa leguminosa, tendo evitado a perda de 200.000 toneladas do grão. Com sua implantação, recuperou-se para a União a quantia de 5 bilhões e 635 milhões de cruzeiros;

IV — *Operação Açúcar*, de que resultou a apreensão de volume avaliado em 500 milhões de cruzeiros;

V — *Operação Ouro*, destinada a evitar o desvio de ouro para o comércio clandestino e a conseqüente sonegação de impostos. A ação do DPF assegurou à CEF a aquisição de quase 24 toneladas de ouro, no valor de cerca de 276 bilhões de cruzeiros;

VI — *Operação Vilhena*, executada em convênio com o Governo de Rondônia a fim de prevenir a saída ilegal de café daquele Estado;

VII — *Operação Tucuruí*, levada a cabo na cidade de Tucuruí (PA) com vistas à segurança da área quando do «Caso CAPEMI», evitando-se danos ao patrimônio de terceiros;

VIII — *Operação Pantanal*, coordenada pelo DPF com a participação da Marinha e da Aeronáutica, e de policiais civis e militares dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Visou a combater o contrabando e desbaratar quadrilhas, protegendo a flora e a fauna da região pantaneira. Além do seu efeito preventivo e da desarticulação de várias quadrilhas, levou a nação a despertar para o problema e a voltar-se para a preservação desse grande patrimônio nacional;

IX — *Operação Anticontrabando de Insumos e Componentes Industriais*, graças à qual foram desarticuladas as redes de contrabandistas nesse setor, apreendendo-se em São Paulo grande volume de mercadoria irregular destinada a empresas ligadas ao capital japonês, no valor de 1 bilhão e 140 milhões de cruzeiros, com aplicação de multas no montante de 19 bilhões e 625 milhões de cruzeiros;

X — *Operação contra Fraudes na Aquisição de Táxis a Alcool*, desencadeada em todo o território nacional, de que resultou a recuperação de impostos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros.

Foram ainda executadas em vários Estados operações policiais de combate ao tráfico de substâncias entorpecentes, com a apreensão de 870 quilos de cloridrato de cocaína, 931 toneladas de maconha, 111 quilos de semente de maconha, 276 doses de LSD, 4 quilos de haxixe, além da erradicação de 96 plantios de maconha e de coca. As apreensões de maconha e de cocaína renderiam no comércio clandestino um total de 148 bilhões de cruzeiros.

A atividade da Polícia Política praticamente se resumiu no acompanhamento sistemático da atuação das organizações subversivas, bastando dizer que de 8.417 inquéritos instaurados pelo DPF apenas 429 diziam respeito àquela atividade.

Foi ínfimo, também, o número de inquéritos instaurados por infração da Lei de Segurança Nacional (apenas 11, ou 2,36% do total).

Apesar do aumento da taxa para emissão de passaportes, não houve queda nos pedidos, que corresponderam aproximadamente ao total de 1982 (243.400).

À semelhança do que ocorreu em junho de 1982, realizou-se em setembro de 1983 novo Encontro Nacional sobre Segurança Pública, com a participação dos Secretários de Segurança, Chefes de Polícia Civil e Comandantes de Polícia Militar. Os temas discutidos foram o tráfico e o consumo de tóxicos, o exame da Lei nº 7.102/83 sobre vigilância bancária, a exposição de publicações pornográficas à vista de menores, a questão do menor infrator, a política penitenciária e sua aplicação, e o anteprojeto de lei da Polícia Civil.

No desempenho das tarefas que lhe foram cometidas pela Lei nº 4.137/62, voltadas para a apuração e repressão dos abusos do poder econômico, o Conselho Administrativo de Defesa

Econômica realizou 95 sessões ordinárias, de que resultou a emissão de 31 pareceres em processos comuns e 71 em processos administrativos, além da efetivação de 154 atos processuais, tudo com o objetivo de sanar irregularidades.

Nas seis reuniões que realizou em 1983, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana teve oportunidade de debater teses relacionadas com sua área de atividade e de relatar numerosos processos constituídos a partir de acusações e denúncias de atos e fatos caracterizados pelo desrespeito direto ou implícito aos direitos do homem. Atuando na defesa desses direitos junto às autoridades competentes do poder público, o referido Conselho contribuiu, em cada caso, para reparar abusos, corrigir falhas e defender a pessoa humana ameaçada de lesão em face dos princípios da justiça e da equidade.

Ao Conselho Superior de Censura coube pronunciar-se, em grau de recurso, sobre obras incluídas no rol dos espetáculos e diversões públicos, já objeto de julgamento restritivo por parte do órgão federal de censura. Esse julgamento se fez à luz da legislação específica e da sensibilidade social em constante evolução, valendo mencionar os esforços desenvolvidos, mediante reuniões com técnicos e especialistas, no sentido da formulação de adequados critérios censórios, isentos, na medida do possível, de qualquer subjetividade.

A composição do Conselho, representativa dos diversos segmentos da sociedade, contribuiu para o desempenho satisfatório de sua espinhosa missão nas 13 reuniões ordinárias e 20 extraordinárias que realizou em 1983.

O Departamento Nacional de Trânsito empenhou-se em dar prosseguimento a projetos anteriormente iniciados, de modo a atender às necessidades básicas dos Departamentos de Trânsito, inclusive nas áreas de engenharia de trânsito e legislação.

Entre os projetos concluídos, cabe destacar o de educação para o trânsito no ensino de 2.^o grau da rede oficial, para implantação em 1984; o de consolidação da legislação de trânsito, em dois volumes já distribuídos a todo o Brasil; o de identificação de locais de alto risco de acidentes, trabalho já editado e remetido a todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito; o de padronização dos sistemas de sinalização vertical e horizontal, e o de transporte rodoviário de bens e de cargas perigosas.

Outros projetos tiveram prosseguimento em 1983, como o do Registro Nacional das Carteiras de Habilitação, com o ca-

dastramento já realizado de 10 milhões de condutores; o do Registro Nacional de Veículos Automotores, visando a integrar os cadastros estaduais com o da Taxa Rodoviária Única; e o ligado ao roubo ou furto de veículos e de cargas, destinado a prevenir e reprimir esse tipo de delito de alta incidência e de índices crescentes.

No decorrer do exercício, o Conselho Nacional de Trânsito expediu 28 atos normativos com vistas à segurança do trânsito em geral, à diminuição dos acidentes automobilísticos e à economia de combustível.

Administração Penitenciária

Em 1983, o Departamento Penitenciário Federal deu prosseguimento à execução do programa plurianual de Reformulação e Sistematização Penitenciária, acelerando as obras em andamento e dando início a novas, ao mesmo tempo que realizou cursos de profissionalização do preso, formação contínua do pessoal penitenciário, implementação de projetos agrícolas e implantação de oficinas profissionalizantes e industriais. Aham-se em fase final as obras de construção da Penitenciária de Teófilo Otoni (MG) e de Vereda Grande (PI), de reforma do Núcleo de Custódia e da Penitenciária da Papuda (DF), do Manicômio Judiciário da ilha de Maracá (PE) e de Aracaju (SE), e de reforma e ampliação das Penitenciárias de Neves e Juiz de Fora (MG), tendo-se iniciado a execução do projeto do Manicômio Judiciário de Brasília. Dentro do mesmo programa, já foram concluídas e equipadas modernas penitenciárias em 18 unidades da Federação.

Por outro lado, o DEPEN desenvolveu o seu Plano de Trabalho de 1982, que aperfeiçoou a política penitenciária nacional e sistematizou as suas metas prioritárias, em obediência às Diretrizes Setoriais do Governo. Entre essas metas cumpre destacar as seguintes:

- I — orientação dos centros de observação ou institutos de triagem e classificação, já em funcionamento em duas unidades da Federação;
- II — assistência técnica quanto aos objetivos e funcionamento das comissões de classificação e tratamento;
- III — criação do órgão central da administração penitenciária nos Estados;

IV — administração de cursos por convênio ao pessoal de vigilância e aos diretores e funcionários de nível universitário, extensivos a todo o pessoal do sistema penal;

V — celebração de convênios para pesquisa científica junto à população prisional;

VI — conclusão de anteprojeto da Escola Penitenciária Nacional;

VII — elaboração de anteprojeto de instalação de biblioteca penitenciária (plano-piloto);

VIII — elaboração de anteprojeto do estatuto-padrão do pessoal penitenciário;

IX — elaboração de anteprojeto do regimento interno padronizado dos estabelecimentos prisionais;

X — assistência técnica e financeira para implementação de projetos agrícolas e industriais;

XI — reativação do projeto que regula a profissão de criminólogo;

XII — reforma de estabelecimentos penais quanto à modernização de celas, cozinha, refeitório e demais dependências.

O Conselho Nacional de Política Penitenciária realizou 10 reuniões em Brasília e uma em Recife. Entre as várias Resoluções que baixou, vale citar a de n.º 1/83, pautada em objetivos gerais e específicos, visando inicialmente à consecução das metas mais urgentes do sistema, segundo a filosofia do projeto de Lei de Execução Penal.

Registre-se, por fim, a realização, em setembro, do I Encontro Nacional sobre Sistema Penitenciário, com o objetivo de divulgar os princípios da política penitenciária social e promover troca de idéias e experiências entre dirigentes de serviços penitenciários e especialistas da área.

5.1.4. Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público Federal realizou 5 reuniões, em que foram julgados 10 processos administrativos, um deles referente à correição levada a efeito na Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

A fim de modernizar a organização do *parquet* da União, em face da experiência acumulada nos 32 anos de vigência da Lei n.º 1.341/51, foi elaborado anteprojeto de lei ora objeto de estudos na SEPLAN e no DASP.

Foi também submetido a exame da SEPLAN anteprojeto de novo Regimento Interno do Ministério Público Federal.

Para o preenchimento de 27 vagas de Procurador da República de 2.^a Categoria em 11 unidades da Federação, realizou-se concurso público (Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia), de que resultou a classificação de 24 candidatos em função das vagas existentes, já nomeados pelo Ministro da Justiça.

Quanto ao Distrito Federal e ao Estado do Rio de Janeiro, foi aberto concurso para preenchimento de 36 cargos vagos no primeiro e 13 no segundo, devendo as provas realizar-se no início de 1984.

Na área administrativa, foram admitidos 110 servidores concursados nas diversas categorias funcionais, não só na Procuradoria Geral da República como nas Procuradorias Regionais.

Vale registrar a inauguração da sede própria da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em prédio de 7 andares cedido pela Caixa Econômica Federal, bem como a instalação das Procuradorias Regionais nos Estados de São Paulo, Paraná e Rondônia, em imóveis cedidos pela Justiça Federal de 1.^a Instância.

Houve, também, melhoria das instalações das Procuradorias Regionais em Goiás, Pernambuco e Maranhão, achando-se em vias de ser solucionado o problema da situação precária da sede da Procuradoria da República na Bahia.

Durante o exercício findo, a Procuradoria Geral da República recebeu do Supremo Tribunal Federal 2.769 processos, dos quais 2.488 foram restituídos à Suprema Corte com manifestação do Ministério Público Federal.

No âmbito do Tribunal Superior Eleitoral foram exarados 537 pareceres sobre assuntos diversos nos 608 processos recebidos daquela Alta Corte, tendo havido 11.602 pronunciamentos nos processos provindos do Tribunal Federal de Recursos (11.602 em 1983 e 10.022 remanescentes de exercícios anteriores).

Perante a Justiça Federal de 1.^a Instância, as Procuradorias Regionais atuaram em 214.517 feitos, entre os quais os de cobrança da dívida ativa da União, de que resultou o ingresso de mais de 15 e meio bilhões de cruzeiros nos cofres públicos.

O Ministério Público do Trabalho registrou 9.262 pareceres emitidos na Procuradoria Geral e 72.344 nas Procuradorias Regionais.

Pelo Decreto nº 88.077, de 01.02.83, foram criados na sua estrutura o Conselho Superior, a Corregedoria Geral e o Colégio de Procuradores. E em função do concurso público realizado em 1982 houve a nomeação de 51 novos procuradores de 2ª categoria, o que contribuiu para melhorar o fluxo processual nas 12 Procuradorias Regionais, antes carentes de mão-de-obra especializada.

A criação, pelo Decreto nº 88.151, de 08.03.83, do Conselho Superior, da Corregedoria Geral e do Colégio de Procuradores do Ministério Público Militar veio preencher grande lacuna na organização das atividades específicas da instituição, contribuindo para dinamizar as ações judiciais sob sua responsabilidade. Houve no exercício 500 pareceres exarados em processos referentes a infração penal militar e 29 relativos a crimes contra a segurança nacional.

Por ato do Ministro da Justiça foi autorizada a realização de concurso público de títulos e provas para candidatos à carreira do Ministério Público Militar.

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios teve criados na sua estrutura (Decreto nº 88.687, de 06.09.83) o Conselho Superior e a Corregedoria Geral. Na Procuradoria Geral houve 715 pareceres, promoções e recursos, enquanto as Subprocuradorias registraram 3.350 promoções e pareceres.

Em concurso realizado para preenchimento de claros na carreira do Ministério Público dos Territórios foram aprovados 19 candidatos, 11 dos quais já nomeados.

Foi elaborado anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

5.1.5. *Outros Campos de Atividade*

Fundação Petrônio Portella

Dando cumprimento à sua programação em 1983, a Fundação Petrônio Portella editou e aplicou cursos de ensino à distância sobre Direito Agrário e o Poder Legislativo. Matricularam-se neles quase mil alunos em todo o país. Três outros cursos sobre Direito Urbanístico, Informática Jurídica e Teoria do Estado estão em fase final de preparo.

Foram organizados volumes de compilações referentes a Legislação Agrária, Estrangeiros, Defesa do Consumidor, Obras Intelectuais e Municípios, todos em fase final de impressão.

Em convênio com o CNPq, editaram-se 25 «Leituras Escolhidas em Direito Agrário», para respaldo do ensino da disciplina nos cursos ministrados em 40 Faculdades de Direito em todo o país.

Com vistas ao ensino jurídico, iniciou-se também a edição de Manuais específicos. Os dois primeiros tratam do IPTU, devendo os demais versar sobre Federalismo, Separação de Poderes e Sistemas Eleitorais.

Finalmente, em convênio com a Câmara dos Deputados, no quadro do Programa de Apoio à Pesquisa na Área de Ciências Políticas e Sociais, vem a Fundação organizando três pesquisas sobre Partidos, Sistemas Partidários e o Legislativo no Brasil — 1946/1983, Textos Parlamentares da Política Externa — 1826/1884 e Representação da Minoria no Império e na República.

Luta Antitóxica

No campo da prevenção, sob coordenação do Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), foi criada no Ministério da Educação e Cultura uma Comissão de Programas Educativos de Prevenção do Uso Indevido de Drogas, destinada a atuar no âmbito do ensino de 1º e 2º graus.

Ao mesmo tempo, buscou-se utilizar a rede de televisão educativa para atingir não só a mesma clientela como a população não abrangida pelo universo escolar, mediante projetos que serão implantados até 1985.

Desenvolve-se também projeto especial que incluirá ensinamentos científicos de natureza preventiva nas disciplinas dos Colégios Militares e nos Centros de Formação de Oficiais das Forças Armadas.

Finalmente, intensificou-se o controle dos meios de comunicação no que respeita à observância de regras mínimas quanto à divulgação de temas relacionados com o consumo e tráfico de drogas. Para maior efetividade desse controle, o CONFEN tem assento no Conselho Superior de Censura.

Com referência a tratamento e recuperação, empenhou-se o CONFEN em fiscalizar as experiências desenvolvidas por entidades particulares religiosas no sentido de evitar as distorções que

a terapêutica especial pode provocar, e em definir regras mínimas de tratamento médico a serem observadas pelos ambulatórios e hospitais públicos e privados.

No tocante à fiscalização de medicamentos, foi iniciado processo de revisão das Portarias de controle e fiscalização de substâncias, envolvendo a Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde e o CONFEN.

Tem sido intensificada a ação fiscalizadora nos postos de fronteira, portos e aeroportos, com a finalidade de evitar a entrada de entorpecentes no país, inclusive mediante amplo programa de capacitação de fiscais aduaneiros.

Deu-se prosseguimento, por outro lado, à criação de juizados especiais para agilizar a punição do traficante e possibilitar a formação de jurisprudência uniforme sobre a matéria.

Em dezembro, realizou-se Encontro Nacional sobre Entorpecentes, de que participaram os membros do CONFEN, os presidentes dos Conselhos e Comissões Estaduais de Entorpecentes, delegados especializados, magistrados e estudiosos do assunto, bem como dirigentes de entidades privadas atuantes na área.

Área Social

Por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Social — CDS, de que é integrante, o Ministério da Justiça obteve do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS expressivos financiamentos para aplicação na Segurança Pública, setor incluído na área social. Destinados a projetos de melhoria dos serviços de segurança pública e do sistema penitenciário em todo o país, esses financiamentos permitiram a programação de 24 operações já contratadas, no valor de 25 bilhões e 145 milhões de cruzeiros (exercícios de 1981 a 1983), e de 50 propostas a contratar, no montante de 73 e meio bilhões de cruzeiros. Pendem de decisão do CDS duas outras propostas orçadas em 48 e meio bilhões de cruzeiros.

Por outro lado, realizou-se em abril Reunião de Trabalho sobre «Sociedade e Menor Infrator». Promovida pelo Ministério da Justiça em colaboração com os Ministérios da área social, contou com a participação de Juizes, Curadores, Secretários de Ação ou Promoção Social, Dirigentes de Órgãos Oficiais de Execução da Política de Bem-Estar do Menor e particulares interessados no problema. Houve intensa troca de experiências e informações, pondo em relevo as tendências da sociedade e do governo diante da questão do menor infrator.

Arquivo, documentação e publicação de atos oficiais

O Arquivo Nacional recebeu os imóveis antes ocupados pela Casa da Moeda do Brasil, no Rio de Janeiro, onde terá condições de armazenar com segurança o precioso acervo sob sua responsabilidade.

Pelo Decreto nº 88.771, de 27.09.83, foi estendido ao Arquivo Nacional o regime de autonomia limitada, dando-lhe competência para contratar especialistas de nível superior e médio. O mesmo decreto instituiu o Fundo do Arquivo Nacional, destinado a centralizar recursos e financiar atividades do órgão, que passará a cobrar por serviços antes prestados gratuitamente.

Com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, houve o preparo de projetos com vistas à formulação e implementação de uma política nacional de arquivos. Foi, assim, dada forma final a anteprojeto de lei que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, com incorporação dos diversos órgãos da administração pública e privada ligados à área de arquivos e documentação.

Realizou-se em Brasília o I Seminário de Gestão de Documentos, sob a responsabilidade da SEMOR/SEPLAN, DASP e Arquivo Nacional com o objetivo de implantar política voltada para a administração dos arquivos produzidos pela administração pública federal, futuro acervo permanente a ser custodiado pelo Arquivo Nacional.

No exercício de 1983 continuou em pleno funcionamento o Laboratório de Conservação e Restauração de Livros e Documentos, idealizado durante o Ano Internacional do Deficiente Físico e implantado a partir de janeiro de 1982 em convênio com o Ministério da Saúde e a Fundação das Pioneiras Sociais.

Por intermédio da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, o Ministério da Justiça aproveita a mão-de-obra de 26 deficientes devidamente treinados para a execução das tarefas do laboratório.

Até o final de 1983 foram higienizados 11.328 volumes, restaurados 38 livros, 1 manuscrito, 1 gravura e 1 mapa, e realizadas 633 encadernações, além de outros trabalhos no âmbito da Biblioteca.

O Laboratório vem estendendo seu atendimento a outras instituições e órgãos públicos, mediante convênios de prestação de serviços. Estagiaram nele, em 1983, funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Ministério da Agricultura,

do Supremo Tribunal Militar, do Instituto Nacional de Criminalística do DPF, e da Fundação Nacional Pró-Memória.

Registre-se, por fim, o projeto, em andamento, de instalação de oficina para fabricação de papel artesanal destinado a substituir o de importação utilizado pelo Laboratório e outros centros de restauração do país, bem como pelas Universidades, para a confecção de diplomas. Também nesse setor será empregada mão-de-obra de deficientes físicos.

O Departamento de Imprensa Nacional dedicou-se, em 1983, a dois objetivos básicos: modernizar o parque gráfico e valorizar o servidor, o que se tornou possível em face da consecução do equilíbrio financeiro e orçamentário do órgão no exercício anterior.

No reequipamento dos meios de produção foi aplicada verba preliminar de 80 milhões de cruzeiros, enquanto as providências ligadas ao segundo objetivo incluíram a ampliação da creche, a construção de um centro de lazer e o lançamento do Programa de Valorização do Servidor, entre outras medidas.

Foi realizada a Semana Brasil-Portugal, comemorativa dos 175 anos de criação da Imprensa no Brasil.

Expediu-se portaria sobre normas técnicas para a publicação de atos no *Diário Oficial*, de que resultou Instrução Normativa do DASP disciplinadora da matéria.

A Empresa Brasileira de Notícias (vinculada ao Ministério da Justiça) distribuiu matéria a mais de 600 jornais e emissoras de rádio e televisão, forneceu noticiário para a «Voz do Brasil» e editou o programa «Brasil-Hoje», destinado a 341 emissoras de rádio do país.

A Editoria Internacional da EBN forneceu diariamente matéria aos correspondentes estrangeiros e deu cobertura às viagens do Presidente da República e de outras autoridades ao exterior.

Foram distribuídos cerca de 75.000 Sinopses da imprensa diária e 72.000 exemplares da Resenha Semanal.

Nas áreas administrativa e financeira, a EBN objetivou imprimir maior agilidade, eficiência e economia aos seus serviços.

5.2. FORÇAS ARMADAS

5.2.1. Estado-Maior das Forças Armadas

Em 1983, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) deu continuidade aos estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina militares, bem como elaborou e coordenou planos e programas relacionados com atividades comuns às Forças Armadas.

Pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior (CONCEM) foram tratados assuntos de alta relevância, ligados a planejamento militar combinado, mobilização, pesquisa, tecnologia e legislação comum às Forças Armadas.

Entre as atividades e os trabalhos mais importantes realizados, destacam-se:

- prosseguimento da revisão do «Manual de Planejamento»;
- atualização do «Glossário Contendo Vocábulos e Expressões para uso das Forças Armadas»;
- atualização do «Manual de Abreviaturas e Símbolos das Forças Armadas»;
- conclusão dos estudos básicos para o estabelecimento de uma Doutrina de Defesa Territorial;
- consolidação do «Manual de Comando Combinado e Conjunto» e sua adequação à Estrutura Militar de Guerra;
- prosseguimento dos trabalhos de elaboração do «Manual de Doutrina Militar Brasileira»;
- elaboração de pareceres sobre projetos de leis, versando matérias de interesse das Forças Armadas;
- elaboração da proposta de «Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura do EMFA para a Guerra», em fase de apreciação pelas Forças Singulares;

- formulação, em fase final, do Conceito Estratégico Militar, essencial para o posicionamento da Expressão Militar do Poder Nacional;
- execução do «Exercício EMFA/83», importante trabalho de alto nível de planejamento interforças e realização anual de complexidade crescente, que contou com a participação dos Estados-Maiores das Forças Singulares e de Comandos e estados-maiores ativados especialmente, sob coordenação e direção geral do EMFA;
- elaboração de proposta de «Diretriz Estratégica de Mobilização Militar»;
- prosseguimento dos estudos para o Apoio Logístico Militar, naquilo que transcende às responsabilidades específicas das Forças Singulares;
- prosseguimento dos estudos para o levantamento de material estratégico;
- prosseguimento do levantamento das indústrias em condições de fornecer material de emprego militar;
- levantamento geral dos recursos viários do País, já concluídas as Regiões Norte e Nordeste;
- estudos para atualização de uma «Doutrina de Mobilização Militar», ajustada às respectivas «Bases» e ao «Plano Nacional de Mobilização» (documentos recentemente baixados pela Presidência da República);
- prosseguimento dos estudos para a utilização, pelas Forças Armadas, do segmento espacial do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite, e estudo de um Sistema de Comunicações Militares capaz de atender às necessidades da Estrutura Militar de Guerra;
- estudos e elaboração de proposta de uma Política de Ciência e Tecnologia para as Forças Armadas;
- coordenação do Programa de Desenvolvimento de Mísseis Táticos, para emprego pelas Forças Armadas;
- apreciação do novo «Plano de Informações Estratégicas Militares»;
- através da indústria nacional, elaboração de protótipo de Rações Militares e fabricação de rações do «Tipo Glacial», para emprego nas expedições científicas à Antártica;
- coleta, análise e divulgação de informações financeiras sobre despesas militares.

A Comissão do Serviço Militar (COSEMI) promoveu diversas campanhas de divulgação, visando à conscientização dos jovens para o cumprimento das obrigações previstas na Legislação do Serviço Militar. Foi agilizada concomitantemente, a entrega dos Certificados, através da utilização dos sistemas de processamento automático de dados das três Forças Armadas.

A Comissão Permanente de Catalogação de Material (CPCM) concluiu os estudos sobre padronização dos Titulos das Classes de Material do «Sistema Militar de Catalogação», estabelecendo assim um linguajar comum às Forças Armadas. Concluiu também as diretrizes e normas de funcionamento dos dois primeiros módulos: o «Sistema Militar de Catalogação de Empresas» e o «Sistema de Catalogação de Terminologias e Abreviaturas» (a serem desenvolvidos posteriormente).

A Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), na busca permanente do aprimoramento físico da comunidade militar e visando à difusão dos esportes no meio militar, organizou e dirigiu competições entre as Forças Singulares, em diversas localidades do País, coordenando também a participação em campeonatos mundiais, no âmbito do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM) e da União Desportiva Militar Sul-Americana (UDMSA). Nossas Forças Armadas sagraram-se campeãs sul-americanas de Tiro, no campeonato realizado em Santiago — Chile, conquistando todos os primeiros lugares, individualmente e por equipe, e alcançando vários recordes. A Comissão organizou e dirigiu, com sucesso, o XVII Campeonato Mundial Militar de Orientação do CISM, em Curitiba-PR.

O Hospital das Forças Armadas (HFA), diretamente subordinado ao EMFA, emprestou efetiva colaboração ao desenvolvimento social, através de intenso atendimento médico-hospitalar aos militares e seus dependentes, bem como a instituições civis, mediante convênio. Ofereceu valioso apoio a organizações do setor de saúde, sediadas na Capital Federal, especificamente no campo da medicina especializada.

A Escola Superior de Guerra (ESG), instituto de altos estudos, diretamente subordinada ao EMFA, no desempenho da meritória tarefa de ampliar e consolidar conhecimentos relativos às políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento e de segurança, congregando civis e militares, capacitou-os para o exercício de funções de assessoramento, direção e planejamento de alto nível, nesses campos. Ministrou os cursos Superior de Guerra, de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas e de

Atualização; e promoveu Ciclos de Extensão, referentes a questões palpitantes da conjuntura nacional e internacional. Através do seu apoio à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), possibilitou a difusão, a setores dirigentes do País, de conhecimentos atualizados, mediante Ciclos de Estudos, em Brasília e em diversos Estados.

5.2.2. *Ministério do Exército*

Com o objetivo de aperfeiçoar o nível de operacionalidade de suas Unidades, o Exército, em 1983, desenvolveu suas programações e, por meio de um criterioso emprego dos recursos disponíveis, procurou atender às necessidades básicas com um mínimo de prejuízo para o preparo profissional.

a) Organização Operacional

Neste setor, merecem destaque:

- A implantação:
 - da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados;
 - do Parque Regional de Manutenção da 10ª Região Militar;
- A criação:
 - da Diretoria de Informática;
 - dos Centros de Informática do Exército;
 - do 1º Batalhão de Forças Especiais;
- A transferência:
 - do 33º BI Mtz de Jaguarão—RS para Cascavel—PR.

O Plano Diretor do Exército (PDE) foi definitivamente institucionalizado, concretizando-se assim, pela primeira vez, o ciclo completo de planejamento e programação do Exército, visando, principalmente a:

- racionalizar e tornar mais eficaz a administração do Ministério do Exército;
- proporcionar continuidade administrativa.

b) Aparelhamento

Em 1983 tiveram continuidade os programas de reaparelhamento do Exército, visando principalmente à modernização de seu equipamento e à manutenção dos níveis de armamento e munição.

Deve ser assinalada a orientação desses programas, no sentido de dotar a Força, sempre que possível, de materiais de fabricação nacional, propiciando economia de divisas, o fortalecimento da indústria nacional, o incentivo à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico de empresas voltadas para produção de equipamentos bélicos sofisticados.

Neste campo, cumpre ressaltar:

- prosseguimento da repotencialização de diversos materiais, como carros de combate, viaturas operacionais e armamento;

- modernização do equipamento para manutenção de 3º escalão, de dotação dos Batalhões Logísticos;

- aquisição de armamento leve e equipamentos de direção e controle de tiro;

- desenvolvimento de projetos para fabricação de ambulâncias e equipamentos para hospitais de campanha.

c) Instrução e Adestramento

É por intermédio da instrução e do adestramento que o Exército atinge o grau de operacionalidade desejado para estar em condições de bem cumprir suas missões.

O programa de instrução de 1983 foi integralmente realizado, atingindo-se alto padrão na formação dos conscritos pela aplicação de métodos e processos de instrução modernos e objetivos.

Recursos para a realização de exercícios e melhoria das instalações destinadas à instrução foram distribuídos a diversas Organizações Militares, com prioridade para pistas de treinamento, estandes de tiro e quadras de esporte.

O acompanhamento da instrução e o sistema de avaliação permitiram verificar o excelente desempenho da tropa nos exercícios e manobras, atestando o alto nível de operacionalidade atingido pela Força.

Teve prosseguimento em 1983 a elaboração e distribuição de manuais técnicos e de campanha, bem como de meios auxiliares de instrução.

d) Desenvolvimento Científico e Tecnológico

As atividades relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico ganharam no ano de 1983, devido à análise dos

recentes confrontos bélicos, impulso maior do que vinham recebendo nos anos anteriores.

A necessidade de exportar e a conscientização, por parte das indústrias nacionais, de que a fabricação de itens de emprego militar proporciona fatia nova de grande valor no mercado exportador, fizeram com que inúmeras delas procurassem o Exército com o intuito de fabricar material de emprego militar.

O Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército prevê cerca de 50 projetos de desenvolvimento experimental, com predomínio nas áreas de blindados, mísseis e foguetes.

Neste particular, o Exército tem procurado dar a seus Quadros o maior suporte técnico possível e, a exemplo disto, organizou um simpósio sobre Sistema de Armas com a participação da indústria, de Centros de Pesquisas e de consultores que, durante 3 dias, trocaram conhecimentos com especialistas estrangeiros.

O Centro Tecnológico do Exército começa a tomar nova dimensão com a dinamização do Instituto de Fomento Industrial e com a ocupação das novas instalações do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento no Complexo de Guaratiba — Marabá.

Prosseguem os trabalhos sobre Comunicações Militares via Satélite, com o objetivo de definir o modelo e a quantidade das estações terrenas, e elaborar o plano para aquisição desses equipamentos.

Cumpra assinalar o intercâmbio com o INPE para elaboração de Cartas Imagens Landsat em áreas de interesse do Exército, bem como pesquisas sobre a geração de Modelos Digitais do Terreno, com apresentação tridimensional das curvas de nível, Cartas do Relevo Sombreado, que destacam a altimetria, Cartas Negras que permitem consulta à noite com iluminação infravermelha, e aplicação de Fotogrametria Terrestre para determinação precisa de alvos.

No campo da Informática, foi expedida diretriz para sistema gerencial de banco de dados, visando integrar as diversas áreas administrativas e introduzindo uma cultura voltada para microcomputadores.

e) Pesquisa da Doutrina e do Pessoal

Nas atividades ligadas ao campo da pesquisa da Doutrina tiveram destaque os estudos sobre o apoio ao combate e o

apoio administrativo, que estão a exigir modificações, particularmente este último.

As pesquisas na área de pessoal estão em desenvolvimento, merecendo destaque aquelas relacionadas com a seleção e recrutamento, o sistema de orientação vocacional e a educação preventiva dos conscritos para combater o uso de drogas.

f) Cooperação com o Desenvolvimento Econômico do País

As várias atividades desempenhadas pelo Exército ao longo de 1983, permitem afirmar a efetiva contribuição que presta a diversos setores da economia nacional. São inúmeras as indústrias em todo território que mantêm contratos de fornecimento de produtos para o Exército. Com isto, contribui a Força para a manutenção do nível de empregos e atividades econômicas diversificadas, como nos setores de material bélico, alimentação, indústria do calçado, vestuário e equipamentos leves.

Merecem relevo os trabalhos dos Batalhões de Engenharia na construção de ferrovias e rodovias, na perfuração de poços de água, nos trabalhos de açudagem, construção de escolas e residências e pavimentação de vias públicas, mediante convênios com órgãos federais, estaduais e municipais.

Dos principais trabalhos em execução destacam-se a construção e melhorias dos seguintes trechos:

No setor ferroviário:

— Construção:

Gen Luz/RS — Roça Sales/RS;

Jaboticabal/RS — São João/RS;

Lages/SC — São Felipe/SC;

Cel Buarque/SC — Arigolândia/SC;

Eng Bley/PR — Machado da Costa/PR;

— Melhoria e conservação:

EF—290 Canoas/RS — Santa Maria/RS;

EF—277 Guarapuava/PR — Cascavel/PR.

No setor rodoviário:

— Construção:

BR-364 Porto Velho/RO — Ariquemes/RO;

BR-307 São Gabriel da Cachoeira/AM — Cucui/AM;

Vicinais da Região do Alto Turi e Barra do Corda/MA;

Vicinas dos diversos projetos de assentamento de colonos.

— Melhoria e conservação:

BR-364 Porto Velho/RO — Cruzeiro do Sul/AC;

BR-163 Santarém até a divisa Pará-Mato Grosso;

BR-174 Manaus/AM — Boa Vista/RR;

BR-401 Boa Vista/RR — Fronteira do Brasil com a Guiana.

Cumpra salientar ainda o trabalho realizado pelo 1º Batalhão Ferroviário para o pronto restabelecimento da ligação ferroviária do Tronco Sul, interrompida pelas enchentes que atingiram os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

g) Cooperação com o Desenvolvimento Social do País

Na área social, o Exército mantém tradição muito antiga de cooperação e auxílio à população brasileira. É nas regiões mais carentes que esse trabalho avulta e aparece.

No ano de 1983, em que o Sul do país foi assolado por enchentes e o Nordeste amargou o rigor do quinto ano de seca, o Exército se fez presente, procurando minorar as dificuldades daquelas populações.

Em convênio com a SUDENE, o 1º Grupamento de Engenharia de Construção participa do Plano de Obras Públicas, assistindo, atualmente, a 217 Municípios, executando 2.643 obras e empregando 445.000 nordestinos flagelados pela seca. Colabora com o Programa de Ampliação de Recursos Hídricos, com o projeto e a construção de açudes médios e de grande porte.

Através de convênios com o FUNRURAL e INAMPS, os Batalhões de Engenharia prestam assistência médica e odontológica às populações carentes, nas suas áreas de atuação, além de construir diversas escolas e colocá-las em funcionamento.

Em convênio com a FUNAI, CODEVASF e GETAT, o Exército realizou trabalhos de demarcação e regularização fundiária de áreas críticas, contribuindo para soluções de problemas de terra. Paralelamente a esses trabalhos específicos, prestou assistência médica e social às populações envolvidas, trazendo alívio e diminuição das tensões sociais.

O contingente anual de conscritos chamados à prestação do serviço militar é instruído no sentido da obtenção de hábitos sa-

dios e de consciência de cidadãos, com direitos e obrigações para com a pátria e a sociedade. Grande parte desses conscritos adquire especialização profissional, tanto no interior dos quartéis como em convênios com o Ministério do Trabalho, que lhes garantirão empregos após a conclusão do tempo de serviço.

No setor de educação, o Exército participa na alfabetização dos conscritos, particularmente nas áreas de fronteira. Proporciona a filhos de civis e militares, através de nove Colégios Militares, o ensino de 1º e 2º graus. Cabe ao Instituto Militar de Engenharia oferecer cursos de nível superior do mais alto gabarito.

A Escola de Comunicações vem realizando, desde 1974, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, um Curso Profissionalizante de Eletricidade e Eletrônica para o 2º Grau, formando anualmente, de 50 a 60 alunos, que obtêm excelentes colôcações no mercado de trabalho do setor.

h) Conclusão

Cumpriu o Exército, no ano de 1983, as diretrizes e programas traçados por sua alta administração, buscando atingir os objetivos de sua destinação. Superando dificuldades, em sintonia com a orientação governamental, buscou soluções consentâneas e racionais para o atendimento de suas necessidades básicas.

Buscando atingir um objetivo maior, cooperou de forma inequívoca para o bem-estar social do país, colocando-se ao lado das populações atingidas por calamidades.

Com perseverança, tenacidade e confiança no futuro do país, manteve-se o Exército unido e coeso, voltado para as suas atividades-fins, aprimorando e adestrando seus quadros, no sentido único de manter em elevado grau a profissionalização.

Consciente da grave situação econômica por que atravessou o país durante o ano de 1983, os esforços foram direcionados no sentido da superação das restrições financeiras, por uma ação criativa e inteligente para minimizar os obstáculos, com soluções adequadas e coerentes com a situação.

Manutenção da ordem, paz social, busca do desenvolvimento econômico, incentivo à pesquisa, confiança no futuro, amor à pátria, fidelidade aos princípios constitucionais que re-

gem a destinação da Força, foram objetivos, que em suas atividades durante o ano de 1983, o Exército perseguiu e atingiu, para o bem geral de nossa Nação.

5.2.3. *Ministério da Marinha*

As restrições econômico-financeiras refletidas sobre todo o País, como decorrência de diversos fatores conjunturais de âmbito interno e externo, realçaram na Marinha a vontade de vencer uma realidade difícil e complexa. De fato, contornados os principais obstáculos interpostos, as realizações programadas tiveram continuidade e apresentaram resultados positivos, embora nem sempre na dimensão por todos desejada.

A responsabilidade constitucional atribuída à Marinha exigiu que as prioridades estabelecidas para a execução dos diversos planos e programas contemplassem principalmente as atividades oceânicas, quer no sentido do aprimoramento operativo, quer na permanente vigilância e preservação do patrimônio marítimo.

A admissão do Brasil como membro-consultivo do Tratado da Antártida reforçou, em motivações e esforço profissional, a combinação harmônica que autoridades e instituições navais desenvolveram para que se realizasse a II Expedição Brasileira à Antártida e se instalasse, durante o verão 83/84, nossa primeira estação naquele continente.

Aprimorar o nível de adestramento nas diversas ações de guerra e obter a máxima prontidão operativa foram propósitos fixados pela Marinha e que conduziram à realização de uma série de operações e exercícios das Forças, em âmbitos regionais, nacional e internacional. Cumpre destacar, em 1983, as seguintes operações:

— DRAGÃO XIX — grande operação anfíbia nacional realizada na costa brasileira;

— FRATERO V — exercícios diversos com a participação da Marinha Argentina;

— UNITAS XXIV — operação de grande porte, em águas brasileiras, envolvendo as Marinhas Brasileira e Norte-Americana, além de unidades da Força Aérea Brasileira;

— ATLANTIS — exercícios diversos, conduzidos por unidades das Marinhas do Brasil e do Uruguai, em águas uruguaias;

— BRASIL/VENEZUELA — exercícios realizados em águas da Venezuela envolvendo navios brasileiros e daquele país;

— COAMAS 83 — exercícios voltados para o controle naval de tráfego marítimo; contou com a participação da Argentina, Estados Unidos da América, Paraguai e Uruguai;

— REGIOTRAM — exercício de âmbito nacional, relativo a controle naval de tráfego marítimo; realizado em coordenação com a Direção Civil do Transporte Marítimo;

— EXPORT GOLD — exercício interamericano de controle naval de tráfego marítimo;

— IAWG 83 — operação desenvolvida com a participação dos estados-maiores das marinhas americanas;

— INTERFORÇAS 83 — participação efetiva de estados-maiores diversos da Marinha, Exército e Aeronáutica;

— OPERATLAN 83 — restritas aos estados-maiores navais brasileiros e da II Força Aerotática (FAB);

— ÁFRICA 83 — presença de navios brasileiros em áreas da costa ocidental africana;

— RIBEIREX PANTANAL — operação ribeirinha que contou com a participação de unidades do 6º Distrito Naval, da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra;

— EXAV; INOPINEX; OCEANEX e TROPICALEX — exercícios diversos realizados pelos navios da Esquadra em águas brasileiras.

Ressalte-se ainda a realização de duas grandes operações que repercutiram pelo seu significado em âmbito nacional:

— PANTANAL — operação de âmbito regional, que contou com a participação integrada de expressivas unidades das mais diversas origens, com o propósito de preservar o patrimônio do pantanal mato-grossense.

— SISPRON — exercício-teste do Sistema de Proteção Nuclear, levado a efeito em operação simultânea com a Coordenadoria de Defesa Civil da Região Sudeste.

A Marinha contribuiu de forma marcante para renovar laços de amizade internacional e fixar a presença honrosa da Bandeira Brasileira em diversos pontos de vários continentes. Essa ação foi conduzida durante as viagens operativas a portos americanos, europeus e africanos, visitados por navios das Forças Navais e particularmente, pelo NE «Custódio de Mello» e pelo Veleiro Oceânico de Instrução «Cisne Branco».

A) Modernização e Reparlamento

O resguardo da soberania e dos interesses brasileiros e a segurança da Nação acarretam a necessidade de um Poder Naval compatível com a grandeza e a importância de nosso País.

A Marinha, empenhando-se em criar condições para que se atinja tal desiderato, procurou harmonizar suas necessidades com os imperativos técnicos e econômicos que conduzem à nacionalização do material. Assim foi que, subordinando-se a uma diretriz básica que determina a construção de meios com projetos brasileiros, ainda que com alguns decréscimos aceitáveis na capacidade operativa, foi dada continuidade ao Programa de Reparlamento da Marinha, notadamente à construção naval militar.

Merecem destaque as incorporações do Aviso de Apoio Costeiro «ALMIRANTE HESS» e do Navio Balizador «TENENTE CASTELO»; as aquisições de carros-lagarta anfíbios, para operações de fuzileiros navais e de três lanchas de instrução, para o Colégio Naval; as desincorporações de um submarino, de uma corveta e de dois helicópteros, por terem atingido o limite de vida operativa; os lançamentos ao mar do Navio-Escola «BRASIL» e do Navio de Assistência Hospitalar «OSWALDO CRUZ»; o batimento da quilha de uma corveta, primeira de série a ser construída no Brasil obedecendo a projeto totalmente nacional; e a assinatura dos contratos para construção de dois novos submarinos, um em estaleiro da República Federal da Alemanha e outro no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ainda dependendo de aprovação do respectivo financiamento.

O processo de modernização também se refletiu na estrutura organizacional do Ministério da Marinha e, como resultado, registraram-se ocorrências notáveis, tais como a instalação do Comando do Quinto Distrito Naval, em Rio Grande; a criação do Grupamento de Fuzileiros Navais de Rio Grande; as criações e ativações do Centro de Armas Almirante Octacílio Cunha e do Grupamento de Embarcações de Desembarque; as transferências do Grupamento Naval do Sul, do Rio de Janeiro para Rio Grande e do Grupamento Naval do Leste, de Salvador para o Rio de Janeiro, a serem executadas no corrente ano; a criação da Estação Rádio do Terceiro Distrito Naval, em Guarapes — Natal; a extinção e redistribuição de atribuições do Laboratório de Pesquisas Químicas da Marinha e a importante apresentação da proposta para a criação da Guarda Costeira.

Revestem-se de significativo relevo as alterações ocorridas no sistema das Capitânicas dos Portos, que permitiram dinamizar o atendimento de crescentes necessidades identificadas junto aos armadores, marítimos, fluviais e pescadores. Desse modo, cabe destacar:

- a inauguração da Escola de Fluviais de Foz do Iguaçu;
- a criação das Agências de Capitânicas dos Portos, em Estrela-RS, em São João da Barra-RJ e em Iguape-SP;
- a extinção da Agência da Capitania dos Portos, em Cananéia-SP; e
- a reclassificação, como Delegacias de Capitânicas dos Portos, dos estabelecimentos sediados em Macaé-RJ, em Guaira-PR e Foz do Iguaçu-PR.

A Marinha procurou melhorar a funcionalidade das instalações onde estão alojados importantes órgãos e estabelecimentos. Em consonância com essa diretriz, o Serviço de Sinalização Náutica do Leste foi transferido para nova edificação, situada na Base Naval de Aratu, e o Instituto de Processamento de Dados e Informática da Marinha foi alojado em nova sede, no Rio de Janeiro.

Uma série de outros eventos complementou a etapa anual de um processo contínuo de expansão gradual e de modernização das organizações militares da Marinha. Face à grande repercussão social e operativa gerada por alguns desses eventos, justifica-se que sejam citados:

- inaugurações da nova Odontoclínica Central da Marinha e do Ambulatório Periférico de Campo Grande-RJ;
- ampliação e modernização do Presídio da Marinha;
- início de implantação de uma unidade ambulatorial em Florianópolis, uma em São Gonçalo-RJ e outra em Nova Iguaçu-RJ;
- construção do Ambulatório Periférico da Ilha do Governador-RJ e do Ambulatório Naval de Rio Grande-RS;
- inauguração do Hotel de Trânsito, em Brasília;
- prontificação do Hotel de trânsito, em Manaus; e
- prontificação dos projetos para modernização do Colégio Naval, da Estação Rádio da Marinha em Brasília e para construção do Ambulatório Naval de Salvador.

B) Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha consolida inúmeros projetos de pesquisas e de atividades, em áreas de real significado para a ampliação da cultura científica nacional e de interesse militar-naval.

A execução sistemática desses projetos, embora limitada pelas restrições orçamentárias, contribuiu para que novos conhecimentos fossem absorvidos e novas tecnologias fossem desenvolvidas, dominadas e disseminadas, em benefício de processos industriais nacionalizados e de economia de divisas. Os trabalhos realizados abrangeram as áreas de construção naval, oceanografia, eletrônica, acústica submarina, engenharia mecânica, bioquímica, magnetismo, telecomunicações, biologia marinha, atividades espaciais, análise de sistemas, energia e tecnologia de alimentos do mar.

Processando amplo intercâmbio de informações com congêneres nacionais e internacionais, o Instituto de Pesquisas da Marinha promoveu a continuidade de significativos projetos, tais como: Projeto Cabo Frio, que visa estimular a produção natural e promover a produção artificial de peixes, crustáceos, moluscos, sempre que possível com o aproveitamento da água da ressurgência; desenvolvimento de simuladores tácticos para treinamento; ampliação e modernização da capacidade de memória de computadores navais; desenvolvimento de equipamentos de guerra eletrônica e de telecomunicações, entre os quais ressaltam o sistema integrado de comunicação automática de mensagens e a unidade manipuladora automática, destinada a converter sinais telex para morse e vice-versa; e os desenvolvimentos de bóia sensora de temperatura, de um batitermógrafo de queda livre, de foguetes anti-submarino, de pirotécnicos e de propelentes sólidos para foguetes.

Merece especial citação o esforço que foi orientado por esse Instituto no sentido de fixar processos de obtenção de alimentos e medicamentos a partir de recursos do mar. Os resultados desse trabalho surgiram na forma de produtos, como:

- a *Cloroquina*, para utilização no combate à malária;
- a *Furazolidona*, que terá aplicação no tratamento de infecções bacterianas;
- o *Megazol*, destinado aos que sofrem a Doença de Chagas; e

— o *Hipnean*, produto gelificante derivado de algas e utilizado em microbiologia, na indústria alimentícia.

A Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha manteve a programação básica que visa o desenvolvimento de equipamentos essenciais, tais como o receptor de navegação por satélite, os simuladores táticos, os equipamentos de guerra eletrônica, os transmissores e receptores de telecomunicações, além da fabricação de munição.

As atividades na Diretoria de Engenharia Naval e no Escritório Técnico de Construção Naval em São Paulo foram direcionadas no sentido de se aprimorarem as técnicas estruturais de submersíveis e de se dominar a tecnologia de projeto de construção e operação de veículos oceânicos.

O Centro de Análise de Sistemas Navais marcou sua contribuição para o desenvolvimento científico ao apresentar importante trabalho destinado às táticas de guerra de minas, elaborado segundo metodologia e modelos ali aperfeiçoados.

Seguindo uma tradição e um conceito, já de renome internacional, a Diretoria de Hidrografia e Navegação mobilizou seus navios e recursos humanos para dar continuidade aos programas de pesquisas nos campos da oceanografia física e química, da geologia e da geofísica. O aprimoramento e atualização de cartas náuticas; as medições, análises e avaliações das marés; e as contínuas observações e disseminações de informações meteorológicas constituíram o complemento do esforço participativo dessa instituição que também contribuiu para a realização da II Expedição Brasileira à Antártida.

Ao Instituto de Processamento de Dados e Informática da Marinha cabe creditar o desenvolvimento de um sistema de informações para controle hospitalar, o que certamente trará agilidade administrativa ao setor de saúde da Marinha e se refletirá na modernização de organizações similares. É também digna de registro a implantação do Sistema de Microfilmagem da Marinha, conduzida por esse Instituto.

C) Contribuição para o Desenvolvimento Econômico do País

Entendeu a Marinha que, ao estimular o desenvolvimento tecnológico de equipamentos e sistemas e ao possibilitar a manutenção ativa de força de trabalho em diversas indústrias, estaria contribuindo para o desempenho econômico e estabilidade social do País. Como decorrência dessa política, estaleiros civis

responderam às encomendas feitas pela Marinha para a construção de navios balizadores, de lanchas de instrução e de um avião de apoio. Um contrato para fornecimento, modernização e reciclagem de helicópteros, estabelecido com firma nacional, expressou, mais uma vez, a vontade da Marinha em participar desse esforço engrandecedor.

O parque industrial brasileiro recebeu pedidos de fornecimento de uma infinidade de itens de uso naval, tais como: munição, motores, material elétrico e eletrônico, máquinas e instrumentos de precisão e diversos outros produtos de consumo. Merece especial realce o estímulo dado às empresas brasileiras, ao se efetuarem contratos de prestação de serviços especializados. Cabe, assim, que seja citado o início de construção dos novos molhes de atracação na Estação Naval do Rio de Janeiro, o que veio a gerar mais de mil empregos diretos.

Foi revigorante o impulso dado às atividades do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. A continuidade de um programa de construções que envolve um navio-escola, corvetas, um navio-patrolha fluvial e submarinos, além de outras pequenas embarcações, produziu benefícios imediatos. O imperativo de se necessitar mão-de-obra nacional contratada, a exigência de aperfeiçoá-la e os investimentos feitos para adequar ou expandir certos setores e oficinas representaram, assim, inestimável contribuição para o crescimento econômico.

Uma série de ações diversas, representada pelas instalações de sinais náuticos, a contínua divulgação de avisos aos navegantes e de boletins meteorológicos, a permanente atualização de cartas náuticas, os serviços de busca e salvamento e os reparos e docagens de navios e embarcações, demonstraram o empenho que a Marinha dedicou ao apoio e à segurança da navegação, oferecidos à Marinha Mercante, aos pescadores e ao setor marítimo da Petrobrás e de outras grandes empresas, beneficiários diretos de poupanças decorrentes e que contribuíram para a economia nacional. Nesse particular, é justo realçar a realização de 32 missões de socorro e salvamento marítimo e 161 atendimentos de pedido de busca e salvaguarda de vidas humanas no mar.

É digna de destaque a colaboração emprestada ao Ministério do Trabalho durante a revisão e atualização das Normas sobre Atividades de Mergulho.

A presença constante de navios da Marinha, assim como a ação pronta e eficaz nas águas limites brasileiras, inibiram os

barcos de pesca estrangeiros de agirem ilegalmente em nosso mar, praticando ações lesivas aos interesses nacionais; esse aspecto positivo foi resultado da realização de mais de 85 missões de patrulha. Ações de combate à poluição, ao contrabando e ao descaminho foram efetivadas durante a realização de 34 missões de Polícia Naval e, também, como tarefas complementares durante a consecução de 36 missões de patrulha fluvial.

Cabe salientar, por fim, a significativa participação da Marinha no esforço nacional para redução de consumo de combustíveis derivados de petróleo, representada que foi pela implantação crescente de sistemas e máquinas que operam com fontes alternativas de energia.

D) Colaboração ao Desenvolvimento Social do País

Aqueles que vivem em lugares distantes na bacia amazônica, em locais de difícil acesso ao longo do Rio Paraguai ou em pontos isolados do litoral, já contemplam como rotina as visitas de esperança que lhes fazem os navios da Marinha. A realização de 34 missões assistenciais às populações ribeirinhas permitiu que mais de 36.000 pessoas carentes recebessem tratamento médico-odontológico, orientação jurídica, formação e estímulos cívico-sociais. Transmitiu-se, assim, um verdadeiro espírito de integração e nacionalidade, tarefa que será aprimorada e ampliada com a incorporação dos novos navios de assistência hospitalar.

Já constitui diretriz prioritária na Marinha a valorização do homem através da instrução e da formação técnico-profissional. De ano para ano, aumenta a quantidade de militares e civis, portuários, engenheiros, marítimos, analistas, biólogos, pescadores, auditores, médicos, fluviais e de diversos outros profissionais que recebem, na Marinha, apoio educacional proporcionado através de cursos, estágios e participação em expedições e pesquisas. A execução dessa tarefa não foi exceção em 1983 e a responsabilidade pelo seu cumprimento recaiu sobre o Instituto de Pesquisas da Marinha, o Centro de Análise de Sistemas Navais, a Diretoria de Hidrografia e Navegação, os Centros de Instrução «Almirante Graça Aranha» e «Almirante Braz de Aguiar», a Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, os Cursos de Aperfeiçoamento para Oficiais e diversos outros estabelecimentos de ensino.

A criação da Fimoteca Central da Marinha e do Centro de TV-Educativa da Marinha foram ocorrências dignas de registro

na área de ensino naval e que certamente trarão reflexos positivos para todo o sistema educacional brasileiro.

Uma quantidade apreciável de realizações nos campos assistencial, médico, previdenciário e administrativo-naval demonstrou o atendimento à diretriz governamental que determina o aprimoramento de um padrão social justo, estimulante e de oportunidades equitativas. Assim, registraram-se eventos que trouxeram reais benefícios a militares e civis, tais como a constituição da Comissão de Promoção de Praças; a regulamentação da carreira do pessoal da Marinha Mercante; a aprovação do novo Regulamento Disciplinar para a Marinha; a implementação do Quadro de Sinalização Náutica; a assinatura de convênio Marinha-Furnas para atendimento específico de acidentados com radiações ionizantes; a assinatura de convênio Marinha-INPS para atendimento direto pela Marinha dos pleitos relativos a auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-natalidade para funcionários civis; e as assinaturas de diversos convênios regionais Marinha-INAMPS.

A assistência médico-odontológica oferecida a uma diversificada e numerosa população constituída de militares da ativa, inativos, pensionistas, civis e dependentes gerou cifra superior a 1.700.000 atendimentos.

A Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, cumprindo um amplo programa de construções e funcionando como agente financeiro do BNH, entregou a servidores civis e militares um total de 2.326 unidades residenciais e 3 escolas integradas a núcleos habitacionais.

Através de Núcleos Distritais de Assistência Social, a Marinha empreendeu valiosa campanha de amparo social ao pessoal civil e militar, e seus dependentes. Um programa modesto, mas efetivo, que ofereceu doações, empréstimos, bolsas de estudo, assistência jurídica e previdenciária, e fomentou atividades esportivas, religiosas e recreativas, foi cumprido com louvável repercussão. Sob esse prisma, revestiu-se de significativa importância social o funcionamento contínuo da «Casa do Velho Marinheiro», em Nova Friburgo e da «Casa do Marinheiro», em várias sedes distritais.

A participação da Marinha no esforço nacional para auxiliar as vítimas das enchentes que assolaram o sul do País em meados de 1983, bem como no apoio prestado aos governos regionais, está bem representada pelos dados que constituem o seguinte quadro-síntese:

- mobilizados seis helicópteros, dois navios e um hospital, além dos efetivos de inúmeras organizações militares;
- 248.310 kg de carga transportada por helicópteros, caminhões, navios e lanchas;
- 8.239 pessoas transportadas por helicópteros, ônibus e lanchas;
- efetuadas 144 evacuações médicas e atendimentos de emergência;
- doados alimentos diversos e mais de 1.000 kg de medicamentos;
- atendidos 47 municípios em serviços diversos de reconhecimento de área, transporte e distribuição de víveres e medicamentos, atendimento médico de urgência, busca e resgate de pessoal, movimentação de carga, inspeção de redes elétricas e restauração de vias de acesso; e
- feita a doação de um dia de soldo ou equivalente por cada funcionário civil ou militar do Ministério, de que resultou a construção de cerca de 150 casas populares para entrega às vítimas das enchentes.

É importante ressaltar que uma campanha humanitária de grande significado, e idêntico valor, foi efetuada pela Marinha no sentido de contribuir para a diminuição das agruras sofridas por nossos irmãos nordestinos durante a grave seca de 1983.

O desenvolvimento sócio-cultural do País também mereceu as atenções da alta administração naval e isso foi representado pelo contínuo enriquecimento do acervo do Serviço de Documentação Geral da Marinha, do Museu Naval, do Museu de Hidrografia e pela realização das obras de restauração arquitetônica do histórico prédio gótico, de reminiscências imperiais, situado na Ilha Fiscal, Rio de Janeiro.

Os expressivos trabalhos realizados pela Comissão Intermistrial para os Recursos do Mar, no planejamento da II Expedição Brasileira à Antártida e na supervisão do I Plano Setorial para os Recursos do Mar, bem como aqueles conduzidos pela Comissão Marítima Nacional, no sentido de propor as diretrizes para o estabelecimento da Política Marítima Nacional, complementaram o quadro de profícua atuação do Ministério da Marinha em 1983.

5.2.4. *Ministério da Aeronáutica*

No atendimento de sua destinação constitucional, o Ministério da Aeronáutica durante o ano de 1983, continuou perseguindo os seguintes objetivos:

- atualização da organização, do aparelhamento e do adestramento da Força Aérea Brasileira;
- desenvolvimento e controle da aviação civil e a coordenação de sua atividade, de modo a satisfazer as necessidades econômicas, sociais e políticas nacionais, assegurando a sua eventual mobilização;
- desenvolvimento da infra-estrutura aeronáutica;
- nacionalização da produção dos meios, incentivando a Indústria, particularmente do armamento aéreo e seus componentes;
- difusão da mentalidade aeroespacial;
- contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país;
- operação do Correio Aéreo Nacional, prioritariamente nas áreas geoeconômicas menos favorecidas e regiões de fronteiras; e
- estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse das atividades aeroespaciais.

Estes objetivos, de uma maneira ou de outra, foram alcançados ou impulsionados dentro do espírito de que a meta é o fortalecimento do Poder Nacional e o caminho a seguir é a integração do pensamento militar.

No enfoque de cada componente do poder aeroespacial — aviação militar, aviação civil, indústria aeroespacial, infra-estrutura aeroespacial e pesquisa e desenvolvimento — as realizações dizem muito do esforço dispendido pelo Ministério da Aeronáutica, em 1983, para a consecução dos seus objetivos.

A) Aviação Militar

No campo da aviação militar, as maiores preocupações foram concentradas na profissionalização dos recursos humanos.

O aperfeiçoamento da formação operacional dos jovens oficiais aviadores, através de cuidadosa orientação profissional, do aumento da atividade aérea e de maior assimilação do emprego da aeronave como plataforma de armas, continuou a ser perseguido em 1983.

O programa de treinamento objetivando a atualização de conhecimentos e o aperfeiçoamento das equipagens operacionais teve a participação de todas as unidades de emprego.

Foram testadas a capacidade da Força em aplicar suas características vitais — flexibilidade e mobilidade. No que concerne ao teste de mobilidade, todas as Unidades Aéreas de Combate realizaram, em 1983, exercícios fora de suas sedes, operando isoladamente ou em conjunto, a fim de permitir avaliações da capacidade de pronta resposta.

Experimentou-se ainda a aptidão da Força Aérea em produzir missões independentes, no caso da defesa aérea contra ataques realizados por unidades táticas.

O conhecimento mútuo entre as Forças Armadas e o aprimoramento da Doutrina Militar foram atendidos através da realização de exercícios combinados ou conjuntos com as demais Forças Singulares.

Dessa forma, o emprego da Força se fez sentir em cerca de 50 operações militares, conjuntas e combinadas.

Foram realizados exercícios com todos os Comandos Operacionais, do Exército e da Marinha e em todas as regiões. Pôde-se testar a coordenação das ações militares interforças, necessárias ao apoio em um conflito, e a utilização dos meios aéreos em desdobramento.

Assim, dentro da ótica do treinamento para a segurança, como principais operações militares podemos citar:

— na região central, abrangendo aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, a operação TRICÓRDIO, realizada em conjunto com o Exército Brasileiro;

— a vigésima quarta UNITAS: manobras no Teatro de Operações Marítimo, em conjunto com a Marinha Brasileira e outras forças navais do continente Norte e Sul Americano; e

— no sul do País, a operação Rio Pardo, exercício conjunto com o Exército Brasileiro.

Assim, os exercícios, além de estabelecerem as diretrizes para o pronto operacional da Força, identificaram, como um todo, a capacidade do pessoal e o aprestamento dos meios aéreos que atualmente a nação coloca à disposição da Força Aérea Brasileira.

Não foi menos significativa a participação do Ministério da Aeronáutica na área do desenvolvimento, onde a FAB se fez pre-

sente em diversos convênios com órgãos da estrutura do governo, quer a nível federal, quer a nível estadual.

A maioria dos convênios refere-se a serviços de aerofotogrametria, modificação artificial do clima, transporte, assistência técnica e apoio de infra-estrutura na construção de aeroportos. Entre outros, podemos citar os seguintes convênios:

— com o Ministério das Minas e Energia o projeto RADAM BRASIL;

— com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Ministério do Exército, o projeto de Dinamização da Cartografia — DINCART;

— com o Ministério do Interior, através da SUDENE, o projeto de Modificação Artificial do Clima — MODART, atingindo toda a região nordeste;

— com o Ministério da Educação e Cultura, o projeto RONDON, que visa ao transporte de estudantes universitários de suas origens para os campus avançados, especialmente, na região amazônica.

Ainda considerando os levantamentos aerofotogramétricos, realizaram-se operações nas regiões do Rio de Janeiro e Serra Pelada/Itaituba, respectivamente em apoio ao Conselho de Segurança Nacional e à Caixa Econômica Federal. Recentes convênios foram firmados com os governos do Ceará e Paraíba para reconhecimento aerofotogramétrico de áreas naqueles estados.

Dessa maneira, consciente da missão de preparar e empregar a Aviação Militar com adequação, presteza e eficiência, pode o Ministério da Aeronáutica progredir na dimensão de tornar o setor bélico do Poder Aeroespacial uma realidade e paralelamente contribuir para a política do desenvolvimento nacional.

B) Aviação Civil

No ano de 1983 a aviação civil brasileira, em particular a aviação comercial, foi duramente atingida pela maxidesvalorização da moeda nacional, desde o crescimento do endividamento das empresas até o suprimento e manutenção extremamente dependentes de importações.

Assim, o Ministério da Aeronáutica, mesmo reconhecendo que a aviação civil deve ser dada atenção global, teve que con-

centrar excepcional esforço na aviação comercial, por considerar a hipótese de ocorrer perigoso desequilíbrio no transporte aéreo civil brasileiro.

Tal situação, entretanto, não impediu que:

— na aviação aerodesportiva, fosse buscado o progresso no que há de representar a encomenda de 100 unidades de MOTOPLANADOR FOURNIER, a ser construído com total absorção de tecnologia.

Tal aeronave representa, por suas características, esperança ímpar na formação inicial do piloto civil e no emprego desportivo da aviação.

— O táxi aéreo, excedendo a expectativa, reagiu em demanda sem precedente, a partir do 2º trimestre, e manteve-se como atividade lucrativa de reconhecida expressão, em particular o equipamento JATO PURO.

Como acontecimentos de destaque no ano de 1983, merecem ainda registros especiais:

— na área técnica, a elaboração da nova regulamentação da profissão de Aeronauta, projeto já enviado pelo governo ao Congresso, e a criação da Comissão de Coordenação da Instrução Profissional para Aviação Civil;

— na área de Operações, dirigiu-se expressivo esforço para a supervisão do emprego do helicóptero. Como resultado, o índice de acidentes foi reduzido de forma significativa pela ação mediadora do Departamento de Aviação Civil, entre as empresas contratantes e contratadas;

— nas áreas da Navegação Aérea Internacional e do Planejamento, destacou-se a extensão de autorização às empresas VASP e TRANSBRASIL para realizarem vôos internacionais de transporte de passageiros, desde que não regulares, mantendo-se os vôos regulares para a VARIG e CRUZEIRO.

Deve ser assinalado o funcionamento equilibrado do sistema regional, 3º nível, embora ainda dependente de subvenção nas linhas operadas por aviões BANDEIRANTE.

Em relação a 1982, verificou-se, no ano de 1983, um decréscimo de passageiros transportados da ordem de 5%, enquanto o ponto de equilíbrio, face às elevações de custos, subiu cerca de 5%.

C) Indústria Aeroespacial

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER) é uma indústria que já apresenta um nítido perfil consolidado, em um setor particularmente difícil, dentro do aspecto produtivo nacional.

Ao completar seu 14º aniversário em 1983, a EMBRAER apresentou uma série de conquistas importantes, que ratificaram sua posição de maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e uma das dez maiores no contexto mundial.

Avançados recursos tais como desenho e fabricação auxiliados por computador, máquinas de controle numérico, usinagem química, colagem metal-metal, estruturas em materiais compostos, e outros continuam sendo amplamente explorados e aperfeiçoados pela EMBRAER para acelerar o desenvolvimento e produção dos programas em andamento e os previstos para o futuro.

Atualmente com seus quase sete mil empregados opera em linha de produção de onze aviões e dois em desenvolvimento e, embora tenha atravessado também períodos difíceis de retração de mercado, nos últimos quatro anos, tanto no âmbito nacional como internacional, conseguiu superar suas dificuldades através de uma agressiva política de vendas aliada a uma rigorosa política de contenção de custos que possibilitarão faturamento global da ordem de Cr\$ 103 bilhões, com a venda de 168 aeronaves, das quais 45 para o mercado externo; com total de exportações de US\$ 82,5 milhões, incluindo peças de reposição e serviços.

Alguns fatos marcantes ocorridos em 1983 dizem bem do êxito alcançado pela empresa, apesar das dificuldades por que atravessa a economia nacional.

O turboélice EMB-110 Bandeirante completou, no dia 09 de fevereiro de 1983, o décimo aniversário de operação na Força Aérea Brasileira. Atualmente mais de 120 aviões Bandeirante equipam os esquadrões da FAB distribuídos por todo o território brasileiro, numa importante tarefa de integração nacional.

Também em fevereiro, a empresa de aviação aérea regional Dolphin Airways (Flórida-USA) tornou-se o maior operador civil do mundo do EMB-110, com uma frota de treze aeronaves brasileiras.

O dia 25 de fevereiro de 1983 também constitui-se em data histórica para a EMBRAER e para a FAB. Neste dia, foi efetivada a entrega para a FAB, do último EMB-326 GB Xavante.

Em março, do mesmo ano, a centésima fuselagem do EMB-121 Xingú, foi concluída na linha de montagem. O Xingú passou assim a ser o segundo turboélice brasileiro a atingir a marca das 100 unidades. Da mesma forma que o Bandeirante, o Xingú tem a metade de sua produção exportada e é a aeronave que possibilitou o maior contrato já negociado pela EMBRAER no exterior: a venda de 41 aeronaves ao Ministério da Defesa da França.

No período de 1º de março a 20 de maio o protótipo de demonstração do EMB-312 Tucano cumpriu importante missão operacional, na qual voou 32 mil milhas náuticas, o que significa uma volta ao mundo. Nesta missão visitou 22 países e 3 continentes (América, Europa e África).

Atendendo ao seu plano de expansão, em solenidade presidida pelo Ministro da Aeronáutica e pelo Ministro da Defesa da França, a EMBRAER inaugurou no dia 27 de maio a sua nova filial — a Embraer Aviation International — no Aeroporto de Le Bourget, em Paris (França).

Em 29 de julho foi apresentado oficialmente o EMB-120 Brasília, em solenidade presidida pelo Presidente da República, em exercício. Operadores de aviões da EMBRAER de todo o mundo participaram da solenidade.

O EMB-120 ganhou nada menos do que 16 capas de revistas aeronáuticas em todo o mundo.

O protótipo do primeiro simulador de vôo brasileiro — do avião de treinamento militar TUCANO — estará pronto ainda este ano, e está sendo desenvolvido no Centro Técnico Aeroespacial, com a participação da EMBRAER. O Brasil é o quinto País do mundo produtor desse tipo de equipamento, cujo custo unitário é da ordem de 1 milhão de dólares.

Atendendo ao programa conjunto BRASIL-ITÁLIA para a construção do caça-tático AMX, a EMBRAER despachou para a Itália os componentes, de sua responsabilidade, do primeiro protótipo, cumprindo suas metas no cronograma de fabricação.

Na área da aviação civil foram iniciados os fechamentos de contratos de opções do EMB-120 BRASÍLIA de uma lista de 107 optantes para o novo turboélice pressurizado.

D) Infra-Estrutura Aeroespacial

Consciente dos benefícios auferidos pelo país na implantação do Sistema DACTA I, decidiu o Ministro da Aeronáutica de-

envolver programa que, seguindo a mesma tônica relativa à integração das atividades de defesa aérea e controle de tráfego aéreo, tivesse também a capacidade de exercer função aerotática e propiciasse a outras regiões do País o mesmo nível de proteção às atividades aéreas, civis e militares na área abrangida pelo CINDACTA I.

Com esse objetivo, foi criada a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), cujo programa de trabalho prevê a implantação do projeto até 1988, e atende as seguintes prioridades, estabelecidas em Diretrizes Ministeriais:

- revitalização e complementação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo I (SISDACTA I);
- implantação da rede de comando e controle;
- melhoria das áreas terminais de maior intensidade de tráfego aéreo;
- instalações de radares na região sul;
- complementação do projeto SISCEA, até o nível do atual DACTA I;
- equipar os Esquadrões de Controle e Alarme (ECA), a fim de que sejam transformados em Sistema de Controle Aerotático.

Tendo em vista as fases por que passam os vários projetos, o ano de 1983 mostrou-se não só de realizações, mas também voltado para a concepção dos vários subsistemas. Assim, foi feito profundo detalhamento das especificações sobre requisitos técnicos e operacionais, tratou-se do acompanhamento dos vários contratos em curso, bem como estabeleceram-se novos contratos de notória importância no projeto como um todo.

No que diz respeito à revitalização do DACTA I, encontra-se em fase final de teste o novo Centro de Comutação de Mensagem que utiliza «software» e «hardware» nacionais. Foi aperfeiçoado o sistema de radares, com a substituição dos existentes por outros tridimensionais de outra geração. Paralelamente, foram executadas diversas obras necessárias ao bom funcionamento do sistema.

A Rede de Comando foi concebida de forma a prever comunicações por telefonia, fac-símile e criptografia entre os diversos comandos e órgãos do Ministério da Aeronáutica. As comunicações em telefonia já foram implantadas, tendo sido du-

rante o ano de 1983 incorporados à rede cerca de 60 novos assinantes. Os equipamentos, materiais e serviços de implantação da rede de comando e controle são nacionais.

Como melhoria das áreas terminais de maior intensidade de tráfego aéreo, o Ministério da Aeronáutica, através da CISCEA, formou convênios com a PETROBRÁS e a ARSA, objetivando dotar o terminal de MACAÉ de todos os meios necessários à segurança das operações aéreas, mediante a ativação de Torre de Controle e de um Controle de Aproximação operado por radar. Em Brasília, foi procedida à substituição do radar existente por novo equipamento de última geração.

Para atender aeródromos da região sul foram adquiridos sistemas de radares objetivando melhor capacidade operacional. Obras de infra-estrutura estão sendo realizadas para abrigar os órgãos a serem ativados.

A complementação do projeto SISCEA prevê a extensão da cobertura radar para o sul, ficando as áreas dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade do CINDACTA II. Os CINDACTA I e II serão interligados entre si e com o Centro de Operações de Defesa Aérea, a que fornecerão, automaticamente, todos os dados necessários para a defesa aérea. Já foram concluídas as obras de construção de estrutura do CINDACTA II, que permitirá, à semelhança ao CINDACTA I, um Centro de Comutação Automática de Mensagens (CCAM), que estará operando a partir de janeiro de 1985.

No que concerne à montagem do Sistema de Controle Aerotáctico, foram concluídos os estudos de viabilidade técnico-operacional, visando à instalação de equipamentos transportáveis. Encontra-se em fase de construção o acesso à infra-estrutura para o 1.º Esquadrão de Controle e Alarme, que receberá em julho de 1985 o seu radar tridimensional.

A concepção do SISCEA foi elaborada por especialistas brasileiros e consolida todos os estudos já realizados sobre defesa aérea e proteção ao vôo na região sul do país.

O sistema está sendo implantado com recursos oriundos de créditos externos, sendo que alguns dos contratos firmados condicionam transferência de tecnologia e cooperação entre fornecedores estrangeiros e empresas nacionais.

Na abordagem da Infra-Estrutura Aeroespacial, cumpre ressaltar as atividades das seguintes empresas vinculadas ao Ministério da Aeronáutica:

INFRAERO — Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.

Criada com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar comercial e industrialmente a infra-estrutura aeroportuária, vem procurando exercer sua missão aplicando métodos e técnicas de gestão empresarial de cunho moderno e atualizado, através dos quais a economia e a eficiência ressaltam como pontos de convergência e de diuturna ação.

Integrando o Sistema de Aviação Civil, tem logrado manter o equilíbrio do sistema aeroportuário que administra, atualmente composto de 54 aeroportos, dos quais, somente 9 são superavitários. Daí poder-se ressaltar o fato de que a empresa tem-se mantido, desde 1976, auto-suficiente no atendimento de todas as despesas de seu custeio, ou seja, de sua operacionalidade.

Quanto às despesas de investimentos em obras na infraestrutura aeroportuária, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 12.651.100.000,00, dos quais 88% próprios da INFRAERO e os 12% restantes do Ministério da Aeronáutica. Estes investimentos vieram beneficiar, com ampliação e reformas, diversos aeroportos, sendo que cuidados especiais foram tidos com o sistema Informativo de vôo.

Trata-se de sistema desenvolvido por firma brasileira, sob contrato com a INFRAERO, que dotará os aeroportos de informações ao público usuário, por monitores de vídeo adaptados de forma modular às reais necessidades operacionais de cada aeroporto.

Em 1983, foram implantados mais 3 seções de Contra-Incêndio, perfazendo, assim, 37 aeroportos que dispõem de seção de Contra-Incêndio.

Em termos de arrecadação, a receita continuou crescendo em 1983.

A INFRAERO, de forma dinâmica, procura fazer frente aos ritmos de expansão da aviação comercial, doméstica e internacional, custeando a sua manutenção com os recursos provenientes de sua própria atividade. Seus resultados têm sido sobejamente demonstrados como positivos, quer como empresa, quer como parte integrante do Poder Aeroespacial.

ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S/A.

A ARSA completou em fevereiro de 1983 o seu primeiro décênio de existência. A evolução da empresa como prestadora de serviços na área do Rio de Janeiro, constituiu ao longo desse

período uma das experiências mais bem sucedidas do Ministério da Aeronáutica, pois consolidou a propriedade da criação do aeroporto-empresa.

A ARSA vem-se projetando no cenário nacional e internacional como empresa possuidora de experiência comprovada, participando ativamente da conquista de novos mercados no exterior.

Variadas obras realizou a ARSA nos aeroportos sob sua responsabilidade.

No Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (AIRJ), mesmo com recursos escassos, prosseguiram as obras de construção do pátio de estacionamento de aeronaves do Terminal de Passageiros nº 2, o que virá proporcionar novas posições de estacionamento de aeronaves e, conseqüentemente, desafogar o Terminal nº 1.

O Terminal de Carga Aérea do AIRJ teve instalados os equipamentos de computação destinados à implementação do Sistema de Processamento de Dados para maior agilização dos seus serviços.

No Aeroporto Santos Dumont, após violenta ressaca, foram realizadas obras de estabilização da cabeceira da pista.

O Aeroporto de Jacarepaguá foi brindado com nova torre de controle e com a construção de nova entrada do seu eixo viário.

Em Macaé, para atendimento à Petrobrás e com recursos da mesma, iniciou-se a construção de uma nova pista de concreto asfáltico, de 1.200 metros de extensão. O pátio de estacionamento foi duplicado, tendo sido construído mais um heliporto.

O Aeroporto de Campos foi promovido para segunda categoria face às melhorias que vêm sendo introduzidas pela ARSA.

Como empresa vinculada ao Ministério da Aeronáutica, a ARSA tem prestado diversas formas de apoio a esse Ministério. Pode-se citar como exemplo o desenvolvimento e implantação, em estreita colaboração com o Departamento de Aviação Civil, do Sistema Integrado de Controle e Fiscalização da Aviação Civil e do Sistema Unificado de Cobrança de Tarifas Aeroportuárias e de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota.

CELMA — Companhia Eletromecânica

A CELMA, dedicada à revisão de motores e acessórios de aviões, realizou em 1983, além das atividades de rotina, também

incorporações de modificações técnicas dos fabricantes com o objetivo de melhorar o desempenho e principalmente de diminuir o consumo de combustível.

Está em execução a incorporação aos motores dos Boeing 727 e 737 da VARIG de modificações que resultarão em economia de combustível de 5% em 48 motores daquela empresa.

Encontra-se em final de execução o plano de expansão para apoio de avião e reparo de alta tecnologia aos motores da General Electric que equipam os Jumbos, DC-10, Boeing 767 e Air Bus.

Prosseguem as negociações entre a CELMA, a FIAT, a ALFA ROMEO e a PIÁGIO para se chegar a um acordo sobre a industrialização no Brasil de 23% de partes e componentes do motor SPEY MK 807.

Por determinação ministerial, a CELMA coordenará o programa de industrialização no Brasil e participará da fabricação de peças e componentes do motor que equipará o avião AM-X. Esse programa propiciará à CELMA o ingresso no campo da fabricação.

TASA — Telecomunicações Aeronáuticas S/A

Empresa que presta serviços à Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (DEPV) no ramo das telecomunicações.

O ano de 1983 caracterizou-se por intensa atividade da Empresa face ao prosseguimento das novas e diversas atribuições recebidas por orientação do Ministério da Aeronáutica.

Foi iniciada a construção de novos órgãos em Vilhena, Conceição do Araguaia e Marabá, e a instalação de energia elétrica comercial em Amapá, Porto de Moz e Itaituba. A instalação de energia elétrica comercial representa investimento com retorno em 2 anos face à economia de combustível.

Em 1983, a empresa adotou, com sucesso, a política de recrutamento de pessoal na própria localidade, habilitando-o através de cursos e estágio prático.

Com vistas ao recebimento pela TASA, em futuro próximo, de encargos em órgãos dispendo de operação radar, um programa de preparação de recursos humanos já vem sendo adotado.

Com a expansão da empresa, foram oferecidos mais 226 empregos diretos.

Com o prosseguimento do Projeto Absorção de Estações oriundas do Departamento de Eletrônica e Proteção ao Voo, foram recebidas, em 1983, 18 estações, perfazendo total de 66 estações operadas atualmente pela TASA.

Refletindo o crescimento da Empresa, a receita para 1983 atinge a Cr\$ 13.590.000.000,00.

Finalmente, no que concerne ainda à Infra-Estrutura Aeroespacial, cabe citar o prosseguimento das obras de construção do Aeroporto de Guarulhos, que será o grande terminal metropolitano de São Paulo, e do Aeroporto de Belo Horizonte, já visado como alternativa do Aeroporto de Pampulha.

E) Pesquisa e Desenvolvimento

A ação do Ministério da Aeronáutica quanto à ciência e tecnologia caracteriza-se pelo esforço em consolidar as bases tecnológicas de interesse da Aeronáutica e, na parte que lhe compete, no Programa Espacial Brasileiro.

A política de nacionalização e conseqüente substituição de importações no reequipamento da Aeronáutica Brasileira, pela independência causada, viabilizam o setor bélico e aeroespacial de interesse do Ministério da Aeronáutica.

O desenvolvimento de material bélico, espacial e aeronáutico, não só traz independência e segurança, como também produz tecnologias de ponta que se espalham pelas indústrias, melhorando outros produtos, reduzindo importações e incrementando exportações.

Em 1983, podemos citar as seguintes atividades desenvolvidas neste campo:

- prosseguimento do desenvolvimento do foguete SONDA IV, a partir do qual será formado o Veículo Lançador de Satélite (VLS), que colocará em órbita o primeiro satélite brasileiro;

- projeto visando ao desenvolvimento de um giroscópio a fibra ótica e «laser» semiconductor, para aplicação em foguetes e aviões;

- produção de fibra de carbono em escala laboratório (material estratégico de largo emprego aeronáutico);

- continuação de obras da construção do destacamento precursor do Centro Espacial de Alcântara, Maranhão, e de um modelo das agrovilas que serão entregues às populações a serem

remanejadas; merece destaque, também, o franco progresso no cadastramento físico-jurídico da área a ser ocupada pelo Centro;

— projeto de desenvolvimento do simulador do avião T-27, primeiro simulador de vôo brasileiro;

— prosseguimento das pesquisas para otimizar o processo de fabricação semi-industrial contínuo de fibras de carbono, visando a sua aplicação em estruturas de aeronaves, tendo em vista que a utilização desses materiais representa um dos últimos avanços tecnológicos do setor, possibilitando diminuição no peso das aeronaves, o que resulta em aumento de carga paga, para o mesmo consumo de energia;

— pesquisas visando à utilização de óleos vegetais em motores diesel;

— estímulo artificial de chuvas para completar os níveis de água dos mananciais que abastecem as cidades de Recife e Salvador; e

— operação de quatro aviões nucleadores, nas áreas de Petrolina, Crateús, Juazeiro do Norte, Campina Grande, Paulo Afonso e Bom Jesus da Lapa.

No campo da pesquisa e desenvolvimento, os destaques no ano ficaram na programação do Campo de Lançamento da Barreira do Inferno que realizou as seguintes atividades:

— lançamento e rastreio de 18 foguetes SBAT-70 de fabricação nacional;

— lançamento e rastreio de 01 foguete SONDA III;

— lançamento e rastreio de 30 foguetes SBAT-37 e 20 SBAT-70.

A Barreira do Inferno prepara-se para a campanha do SONDA IV. Obras de infra-estrutura estão em andamento, como as fundações da plataforma de lançamento.

Em convênio com a NASA, a Barreira do Inferno está realizando planejamento e estudos preliminares para lançamento de um foguete CASTOR-LANCE em 1985.

Dessa maneira, sem sombras de dúvidas, podemos afirmar que o setor de pesquisa e desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica manteve-se como um dos mais atuantes e avançados do País.

F) Plano Social

Em 1983, o Ministério da Aeronáutica prosseguiu em sua política social baseada em que o homem é a razão de tudo, dele dependendo, basicamente, o sucesso ou o fracasso de qualquer empreendimento.

No contexto do Plano Habitacional, relativo à construção de próprios nacionais, foram entregues residências em diversas localidades, o que proporcionou maior segurança e tranqüilidade aos militares por ocasião de suas movimentações.

A Caixa de Financiamento Imobiliário (CFIAe) tem por finalidade produzir unidades habitacionais para venda aos servidores civis e militares do Ministério da Aeronáutica, inclusive inativos e pensionistas. Em 1983, a CFIAe teve as seguintes realizações:

- em Marechal Hermes, Rio de Janeiro, foram entregues ao pessoal militar graduado e funcionários civis 736 (setecentos e trinta e seis) apartamentos;

- em Fortaleza, Ceará, construíram-se 142 casas tipo duplex, também destinadas ao pessoal militar graduado e funcionários civis;

- com recursos da ARSA, TASA e CFIAe, foram construídas 108 casas para atender ao pessoal de baixa renda residente na área de expansão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, solucionando, assim, antigo problema da Prefeitura de Aeronáutica do Galeão;

- no Recife, Pernambuco, foram adquiridos, através de captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal, 51 apartamentos prontos;

- em Jacarepaguá e Olaria, Rio de Janeiro, adquiriram-se do Banco do Estado do Rio de Janeiro, dois edifícios em fase final de acabamento, totalizando 77 apartamentos;

- em Realengo, Rio de Janeiro, estão sendo produzidos 192 apartamentos destinados prioritariamente a uma faixa de beneficiários com renda insuficiente.

Além da produção e da aquisição de unidades habitacionais, a CFIAe criou programas destinados a propiciar o atendimento imediato de maior número de beneficiários, destacando-se:

- o Programa Condomínio, recentemente criado, já tem a adesão de vários grupos, que se reuniram para adquirir o ter-

reno, desenvolver o projeto e executar as obras sob sua responsabilidade direta;

— o Programa TPB, em que a Caixa faz o empréstimo de 300 UPC aos beneficiários de renda até 5 salários mínimos e aos Cabos e Taifeiros, para construção em terreno de propriedade dos mesmos. Foram atendidos por este Programa 70 beneficiários;

— o AMPRE, que é um programa destinado a prover recursos até 500 UPC, a serem empregados em ampliação ou reforma da única unidade habitacional do beneficiário. Foram concedidos 249 financiamentos.

A CFIAe, com sua estrutura administrativa e operacional totalmente implantada, está agora ultimando Plano Habitacional prevendo a produção de 15.000 unidades em 5 anos, a partir de 1984, numa média de 3.000 unidades por ano. Pretende, assim, atender a todos os beneficiários inscritos.

No campo da Saúde, a racionalização da aplicação dos recursos a cargo da Secretaria de Aplicação dos Recursos para Assistência Médico-Hospitalar (SARAM) vem permitindo a ampliação dos benefícios prestados pelo Fundo de Saúde da Aeronáutica.

A rede de atendimento médico-hospitalar foi ampliada e aprimorada.

No setor de medicina preventiva, foi cumprida a programação de vacinas, bem como o endoutramento sanitário, ação conjunta com Assistentes Sociais.

Foram realizadas as seguintes atividades comunitárias:

— Cone Sul 15 a 30 jul 83 — H Camp em Florianópolis e Três Barras — Estado de calamidade pública oriundo das enchentes que assolaram o sul do País. Atendidas 5.823 pessoas e realizadas 117 missões avançadas.

— Polígono das Secas — 05 a 10 set 83 — H Camp em Januária. Total de atendimentos 8.363. Predominância de verminoses, esquistossomose e desnutrição.

— Polígono das Secas — 22 a 30 set 83 — H Camp em Iguatú. Comunidade extremamente deficitária e carente.

G) Conclusão

O Ministério da Aeronáutica, sensível ao momento econômico que vive a Nação, procurou, para garantir a consecução dos seus objetivos, otimizar os resultados através de uma eficiente racionalização no emprego dos recursos disponíveis.

Esta otimização foi perseguida através de planejamento realista, onde despontaram o apoio e aprimoramento dos recursos humanos, mola propulsora de todo empreendimento, e a integração harmônica dos diversos componentes do Poder Aeroespacial.

6. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) deu, em 1983, continuidade ao seu programa de trabalho, pautado pelas diretrizes presidenciais concernentes à dignificação e valorização da função pública e do servidor.

Medidas vinculadas ao pessoal

Entre as medidas baixadas pelos poderes executivo e legislativo no decorrer do ano de 1983, vale mencionar os atos legais que reajustam os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do poder executivo bem como os vencimentos da magistratura federal e dos territórios e do Tribunal de Contas da União; disciplinam o recrutamento e a seleção de servidores pelos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil; alteram a estrutura das categorias funcionais de técnico de censura do grupo Polícia Federal, de motorista oficial, de agente de portaria e de engenheiro florestal; criam a categoria funcional de engenheiro de pesca; fixam a idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos do Serviço Público Federal; dispõem sobre a descentralização e a simplificação dos processos de aposentadoria dos funcionários civis da União; e dispõem sobre a progressão funcional do servidor público.

Recursos Humanos

O DASP, através da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP) em 1983, atuou decisivamente com o objetivo de promover, elaborar e executar os programas de formação, treinamento, aperfeiçoamento e profissionalização do servidor público. Realizaram-se cursos nas áreas de recursos humanos e técnico-administrativa, nos quais participaram 2.351 servidores. Vale mencionar também o Programa de Desenvolvimento de Administradores Públicos (PRODAP), que objetiva a formação de administradores de nível superior e gerencial. Ademais, vem-se dando continuidade ao Cadastro Nacional do Servidor, que tem como finalidade manter registros atualizados dos aproximadamente 500 mil servidores da administração direta e

autárquica, constituindo um sistema gerencial de informações básicas sobre a força de trabalho do serviço público. Paralelamente ao cadastro, foi iniciado o Censo Médico, que indicará o estado de higidez dos servidores, permitindo o conhecimento do seu perfil de saúde e a fixação de parâmetros para uma política de saúde para a classe. Outras atividades de cunho cultural foram a continuidade da publicação da Revista do Serviço Público, com periodicidade trimestral e tiragem de 3 mil exemplares, a publicação de 4 volumes de um total programado para 40, da História Administrativa do Brasil, em convênio com a Universidade de Brasília, a publicação de 4 volumes do Manual de Legislação do Pessoal Civil da União e a reedição de publicações que tratam da legislação sobre classificação de cargos na área federal. Entre os estudos que a FUNCEP atualmente desenvolve, destacam-se os referentes à criação de um programa de alimentação para os servidores públicos e os relativos a intercâmbio de conhecimentos técnicos com a concessão de bolsas de estudo para aperfeiçoamento de servidores no exterior.

Serviços Gerais

O DASP procedeu, em 1983, na área de serviços gerais, à implantação da sistemática de numeração única de processo, que tem como objetivo reduzir custos e tempo na tramitação de documentos entre as diversas repartições públicas, com melhoria no atendimento dos usuários do serviço público. Merecem destaque também nessa área, os diversos atos normativos de orientação sobre alienação de material no Serviço Público Federal e os de orientação às autarquias federais no que se refere ao estabelecimento de normas para locação ou ocupação, por seus servidores, de imóveis fora do Distrito Federal.

Construção e Administração de Imóveis

Sempre tendo em vista a necessidade de redução dos seus custos administrativos e operacionais, o DASP desenvolveu atividades de construção e administração de obras públicas e habitacionais, alcançando resultados significativos, entre os quais ressaltam: a administração de 11.556 unidades habitacionais no Distrito Federal e atividades de recuperação e reparos em 4.791 unidades; recuperação do edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral; reforma do edifício-sede do DASP. Entre as obras em andamento, destacam-se: a construção de vários anexos dos ministérios, as reformas do Palácio do Planalto, do edifício do SNI e de várias residências funcionais e a construção das escadas de emergência dos Ministérios da Agricultura, Transportes, Saúde e Trabalho.

7. APÊNDICE ESTATÍSTICO

I. CONTAS NACIONAIS

QUADRO 1.1

Brasil — Produto Interno Bruto

1970—1983

Valor Total						
Anos	Bilhões de Cruzeiros		Índices do Produto Real		População Residente (Milhões)	
	Preços Correntes	Preços de 1970	Base 1970	Variação Anual(%)		
1970	210,1	210,1	100,0	8,3	93,1	
1971	279,5	235,3	112,0	12,0	95,5	
1972	368,4	261,6	124,5	11,1	97,8	
1973	508,7	298,2	141,9	14,0	100,3	
1974	740,5	326,5	155,4	9,5	102,8	
1975	1.052,1	344,8	164,1	5,6	105,3	
1976	1.680,2	378,2	180,0	9,7	107,9	
1977	2.523,1	398,8	189,8	5,4	110,6	
1978	3.729,8	417,9	198,9	4,8	113,4	
1979	6.239,4	445,9	212,2	6,8	116,2	
1980	13.104,3	481,0	228,9	7,9	119,1	
1981*	26.832,9	471,8	224,6	-1,9	122,1	
1982*	53.150,7	478,3	227,7	1,4	125,1	
1983**	130.013,6	459,6	218,8	-3,9	128,2	

Valor Per Capita						
Anos	Milhares de Cruzeiros		Índices do Produto Real		Deflator Implícito	
	Preços Correntes	Preços de 1970	Base 1970	Variação Anual(%)	Índice Base 1970	Variação Anual(%)
1970	2,3	2,3	100,0	5,7	100,0	18,2
1971	2,9	2,5	109,3	9,3	118,8	18,8
1972	3,8	2,7	118,5	8,5	140,8	18,5
1973	5,1	3,0	131,8	11,2	170,6	21,2
1974	7,2	3,2	140,8	6,8	226,8	32,9
1975	10,0	3,3	145,1	3,0	305,1	34,5
1976	15,6	3,5	155,3	7,0	444,3	45,6
1977	22,8	3,6	159,8	2,9	632,7	42,4
1978	32,9	3,7	163,4	2,2	892,5	41,1
1979	53,7	3,8	170,1	4,1	1.399,4	56,8
1980	110,0	4,0	179,0	5,2	2.724,6	94,7
1981*	219,9	3,9	171,3	-4,3	5.686,2	108,7
1982*	425,0	3,8	169,4	-1,1	11.113,2	95,4
1983**	1.014,3	3,6	158,9	-6,2	28.287,5	154,5

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Dados preliminares.

** Estimativas.

Índices do Produto Real do Brasil — Segundo Ramos de Atividade

Índice: 1970 = 100

1970—1983

Anos	Agricultura	Indústria	Comércio	Transportes e Comunicações	Total Produto Real
1970	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1971	111,3	111,8	113,1	111,6	112,0
1972	115,9	126,0	126,4	125,1	124,5
1973	120,0	146,2	143,2	151,4	141,9
1974	129,9	159,6	157,3	171,9	155,4
1975	136,7	168,5	161,0	200,7	164,1
1976	140,6	189,6	174,9	216,7	180,0
1977	157,2	197,0	183,0	229,1	189,8
1978	153,1	211,5	190,1	239,8	198,9
1979	160,8	225,5	202,8	265,2	212,2
1980	170,9	243,4	218,9	293,9	228,9
1981*	182,5	230,3	210,8	292,4	224,6
1982*	178,0	233,0	210,8	304,1	227,7
1983**	181,7	214,6	201,5	302,9	218,8

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Dados Preliminares.

** Estimativas.

Índices do Produto Real do Brasil — Por Classe de Indústria

Índice: 1970 = 100

1970—1983

Anos	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Total
1970	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1971	103,6	111,9	112,5	112,4	111,8
1972	105,9	127,5	122,2	125,8	126,0
1973	116,3	148,6	140,6	144,0	146,2
1974	143,3	160,2	157,6	161,5	159,6
1975	147,6	166,3	178,5	178,7	168,5
1976	149,1	187,8	197,8	203,3	189,6
1977	141,8	193,3	210,9	227,9	197,0
1978	151,2	207,1	225,7	254,7	211,5
1979	166,3	220,9	233,6	285,4	225,5
1980	187,3	237,7	251,9	316,3	243,4
1981*	187,7	222,5	241,3	327,1	230,3
1982*	203,3	224,7	240,3	348,0	233,0
1983**	228,9	207,2	207,6	375,5	214,6

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Dados Preliminares.

** Estimativas.

Produto Real Segundo Ramos de Atividade

Taxas de Crescimento Anuais (%)

1970—1983

Anos	Agropecuária	Indústria				Total	Comércio	Transportes e Comunicação	Produto Real
		Extra-tiva Mineral	Transformação	Construção Civil	Serv. Ind. de Util. Pública				
1970	1,5	17,0	11,9	3,1	11,0	10,5	8,3	6,4	8,3
1971	11,3	3,6	11,9	12,5	12,4	11,8	13,1	11,6	12,0
1972	4,1	2,2	13,9	8,6	11,9	12,7	11,7	12,2	11,1
1973	3,6	9,8	16,5	15,1	14,5	16,0	13,3	21,0	14,0
1974	8,2	23,2	7,8	12,1	12,2	9,1	9,9	13,5	9,5
1975	5,2	3,0	3,8	13,3	10,7	5,6	2,4	16,8	5,6
1976	2,9	1,0	12,9	10,8	13,8	12,5	8,6	8,0	9,7
1977	11,8	-4,9	2,9	6,6	12,1	3,9	4,6	5,8	5,4
1978	-2,6	6,6	7,1	7,0	11,8	7,4	3,9	4,6	4,8
1979	5,0	10,0	6,7	3,5	12,1	6,6	6,7	10,6	6,8
1980	6,3	12,6	7,6	7,8	10,8	7,9	8,0	10,8	7,9
1981*	6,8	0,2	-6,4	-4,2	3,4	-5,4	-3,7	-0,5	-1,9
1982*	-2,5	8,3	1,0	-0,4	6,4	1,2	0,0	4,0	1,4
1983**	2,1	12,6	-7,8	-13,6	7,9	-7,9	-4,4	-0,4	-3,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Dados preliminares.

** Estimativas.

2. ÍNDICES DE PREÇOS

QUADRO 2.1

Variação dos Principais Índices de Preços

1983

Em %

Índices	Períodos		
	1º Semestre	2º Semestre	Total do Ano
Índice Geral de Preços (DI)	67,3	85,9	211,0
Índice de Preços por Atacado (DI)	71,7	94,5	234,0
Índice de Custo de Vida (RJ)	63,2	70,3	177,9
Índice de Custo da Construção Civil (RJ)	48,5	67,7	148,9
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	55,6	75,3	172,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Fundação IBGE.

Índice Geral de Preços — IGP

Índice — Base: média 1977 = 100 e variação anual (%)

1970—1983

Anos	Oferta Global		Disponibilidade Interna	
	Índice em Dezembro	Varição Anual	Índice em Dezembro	Varição Anual
1970	19,63	19,3	20,09	19,2
1971	23,30	19,5	24,01	19,8
1972	27,21	17,1	27,78	15,5
1973	31,63	16,0	32,10	15,7
1974	42,31	33,8	43,19	34,5
1975	55,04	30,1	55,86	29,4
1976	81,55	48,2	81,70	46,3
1977	113,0	38,6	113,4	38,8
1978	158,8	40,5	159,7	40,8
1979	280,7	76,8	283,0	77,2
1980	585,4	108,6	595,0	110,2
1981	1.128,5	92,8	1.161,3	95,2
1982	2.248,2	99,2	2.319,4	99,7
1983	7.035,2	212,9	7.213,2	211,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 2.3

Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC
 Variações Semestrais Utilizadas nos Reajustes Salariais (%)
 Nov/79 a Fev/84

Meses	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	—	33,2	43,0	36,8	37,6	74,8
Fevereiro	—	38,7	45,3	37,6	36,3	75,3
Março	—	40,9	46,1	39,8	41,8	—
Abril	—	39,9	47,1	39,3	42,6	—
Maio	—	37,7	46,2	39,1	47,5	—
Junho	—	37,0	44,2	40,2	52,9	—
Julho	—	36,8	42,7	41,3	55,0	—
Agosto	—	34,4	38,9	45,2	55,6	—
Setembro	—	33,5	38,1	43,8	58,1	—
Outubro	—	34,4	40,4	43,2	62,4	—
Novembro	26,6	35,9	40,9	41,8	64,2	—
Dezembro	28,2	39,4	39,0	40,5	72,2	—

Fonte: Fundação IBGE.

Índice de Preços por Atacado — Oferta Global
 Índice — Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)
 1970—1983

Anos	Geral		Produtos Agrícolas		Produtos Industriais	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	19,32	19,3	15,73	20,3	21,57	18,9
1971	23,19	20,2	19,62	24,7	25,27	16,7
1972	27,31	17,5	23,97	22,3	29,09	15,4
1973	31,86	16,9	27,96	16,7	33,93	16,4
1974	42,72	34,1	36,70	31,2	46,02	35,6
1975	55,78	30,6	49,06	33,7	59,18	29,2
1976	82,62	48,1	81,92	67,0	83,04	40,3
1977	111,8	35,3	109,9	34,2	112,6	35,5
1978	159,2	42,3	162,3	47,6	157,5	39,9
1979	285,7	79,5	292,9	80,5	281,7	78,8
1980	624,6	118,6	697,6	138,2	592,3	110,3
1981	1.189,9	90,5	1.190,9	70,7	1.182,5	99,6
1982	2.342,2	96,8	2.256,3	89,5	2.363,0	99,8
1983	7.923,5	238,3	9.832,6	335,8	7.101,1	200,5

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 2.5

Índice de Preços por Atacado — Disponibilidade Interna

Índice—Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)

1970—1983

Anos	Geral		Produtos Alimentares		Matérias-Primas Não Alimentares		Materiais de Construção	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	20,09	18,7	17,58	18,6	22,08	22,0	19,55	14,7
1971	24,40	21,3	22,89	30,1	24,91	12,4	23,08	18,3
1972	28,29	16,1	26,58	16,0	28,54	14,9	27,85	20,4
1973	32,68	15,6	29,89	12,5	34,36	20,3	35,14	26,2
1974	44,26	35,4	41,08	37,4	49,55	44,2	46,73	33,0
1975	57,24	29,3	54,63	33,0	62,15	25,4	56,61	21,2
1976	82,95	44,9	81,99	50,1	85,76	38,0	85,11	50,3
1977	112,4	35,5	112,7	37,5	110,1	28,4	111,4	31,0
1978	160,7	43,0	171,3	51,9	148,8	35,2	167,2	50,0
1979	289,4	80,1	316,5	84,8	262,5	76,3	306,8	83,5
1980	640,6	121,3	730,5	130,8	553,1	110,7	742,9	142,2
1981	1.244,6	94,3	1.358,2	85,9	1.029,4	86,1	1.264,4	70,2
1982	2.460,8	97,7	2.701,0	98,9	1.868,4	81,5	2.577,8	103,9
1983	8.220,1	234,0	10.790,3	299,5	5.875,0	214,4	7.726,2	199,7

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Preços ao Consumidor

Índice-Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)

1970—1983

Anos	Rio de Janeiro		São Paulo	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	20,61	20,9	21,05	17,4
1971	24,34	18,1	25,41	20,7
1972	27,75	14,0	29,85	17,5
1973	31,55	13,7	34,05	14,0
1974	42,23	33,8	45,31	33,1
1975	55,40	31,2	58,63	29,3
1976	80,24	44,8	80,92	38,1
1977	114,8	43,1	114,2	41,1
1978	158,6	38,1	159,8	39,9
1979	279,1	76,0	267,1	67,2
1980	520,1	86,3	493,5	84,7
1981	1.043,3	100,6	941,9	90,9
1982	2.105,5	101,8	1.833,2	94,6
1983	5.850,7	177,9	4.840,8	164,1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo.

QUADRO 2.7

Índice de Custo da Construção — Rio de Janeiro
 Índice-Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)
 1970—1983

Anos	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	18,71	18,7
1971	21,05	12,6
1972	25,23	19,8
1973	30,55	21,0
1974	40,26	31,8
1975	49,97	24,1
1976	79,24	58,6
1977	114,7	44,7
1978	157,1	37,0
1979	256,2	63,1
1980	545,7	113,0
1981	1.015,7	86,1
1982	2.112,6	108,0
1983	5.259,4	148,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

3. AGRICULTURA

QUADRO 3.1

Evolução da Área Colhida dos Principais Produtos Agrícolas

1972—1983

Em Milhares de Hectares

Produto	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Algodão	4.644	4.379	3.825	3.876	3.409	4.097
Amendoim	759	506	374	345	371	229
Arroz	4.821	4.795	4.665	5.306	6.656	5.992
Batata-inglesa	202	189	192	191	200	196
Cacau	430	416	515	451	407	413
Café	2.266	2.080	2.155	2.217	1.121	1.941
Cana-de-açúcar	1.803	1.959	2.057	1.969	2.093	2.270
Feijão	3.941	3.815	4.289	4.146	4.059	4.551
Fumo	251	234	241	254	280	311
Laranja	237	449	350	403	414	422
Mamona	377	496	641	399	267	254
Mandioca	2.053	2.104	2.006	2.041	2.094	2.176
Milho	10.539	9.908	10.672	10.855	11.118	11.797
Soja	2.191	3.615	5.143	5.824	6.417	7.070
Tomate	47	43	53	47	47	52
Trigo	2.320	1.839	2.471	2.932	3.540	3.153

(continua)

(conclusão)

Produtos	1978	1979	1980	1981	1982	1983*
Algodão	3.951	3.646	3.699	3.511	3.644	2.955
Amendoim	254	289	313	245	237	212
Arroz	5.624	5.452	6.243	6.102	6.016	5.112
Batata-inglesa	211	204	181	171	182	168
Cacau	444	454	483	505	517	544
Café	2.184	2.406	2.434	2.618	1.857	2.440
Cana-de-açúcar	2.391	2.537	2.608	2.826	3.086	3.370
Feijão	4.617	4.212	4.643	5.027	5.929	4.077
Fumo	328	326	316	298	319	324
Laranja	455	475	575	575	590	623
Mamona	350	375	441	447	463	271
Mandioca	2.149	2.111	2.015	2.067	2.133	2.041
Milho	11.125	11.319	11.451	11.520	12.601	10.750
Soja	7.782	8.256	8.774	8.501	8.202	8.136
Tomate	56	57	50	49	55	49
Trigo	2.811	3.831	3.122	1.920	2.829	1.922

Fonte: Fundação IBGE

* Estimativas

QUADRO 3.2

Evolução da Produção dos Principais Produtos Agrícolas
1972—1983

Em 1.000 t

Produtos	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Algodão	2.511	2.256	1.917	1.748	1.262	1.900
Amendoim	956	590	453	442	510	321
Arroz	7.825	7.167	6.764	7.782	9.757	8.994
Batata-inglesa	1.589	1.337	1.672	1.655	1.898	1.896
Cacau	221	196	165	282	232	250
Café (em coco)	2.991	1.746	3.231	2.545	752	1.951
Cana-de-açúcar	85.106	91.877	95.624	91.525	103.173	120.082
Feijão	2.676	2.229	2.238	2.282	1.840	2.290
Fumo	263	234	296	286	299	357
Laranja*	18.946	24.646	29.595	31.566	35.841	35.823
Mamona	385	449	573	354	217	224
Mandioca	29.829	26.559	24.798	26.118	25.443	25.929
Milho	14.891	14.109	16.273	16.839	17.751	19.256
Soja	3.223	5.012	7.877	9.893	11.227	12.513
Tomate	892	809	1.144	1.050	1.167	1.298
Trigo	983	2.031	2.859	1.788	3.216	2.066

(continua)

(conclusão)

Produtos	1978	1979	1980	1981	1982	1983**
Algodão	1.570	1.636	1.676	1.732	1.935	1.622
Amendoim	325	462	483	355	317	288
Arroz	7.296	7.595	9.776	8.228	9.716	7.760
Batata-inglesa	2.014	2.154	1.940	1.912	2.148	1.819
Cacau	284	336	319	336	364	346
Café (em coco)	2.535	2.666	2.122	4.064	1.854	3.362
Cana-de-açúcar	129.145	138.899	148.651	155.924	186.392	208.256
Feijão	2.194	2.186	1.968	2.341	2.906	1.592
Fumo	405	422	405	366	422	400
Laranja*	39.132	42.226	54.459	56.967	57.939	58.375
Mamona	317	325	281	292	192	172
Mandioca	25.459	24.962	23.466	24.516	24.009	22.096
Milho	13.569	16.306	20.372	21.117	21.865	18.756
Soja	9.541	10.240	15.156	15.007	12.835	14.582
Tomate	1.465	1.501	1.535	1.452	1.737	1.590
Trigo	2.691	2.927	2.702	2.210	1.849	2.273

Fonte: Fundação IBGE.

* Em milhões de frutos.

** Estimativas.

Produção dos Principais Produtos da Pecuária — Carne

1975—1983

Em 1.000 t

Anos	Bovina	Suína	Aves	Outras	Total
1975	1.790,3	495,6	372,8	20,4	2.679,1
1976	2.175,8	541,5	413,2	18,1	3.148,6
1977	2.445,5	509,8	496,6	14,9	3.466,8
1978	2.319,9	566,3	587,4	14,2	3.487,8
1979	2.114,2	610,7	713,1	14,7	3.452,7
1980	2.083,8	699,4	914,4	49,4**	3.747,0
1981	2.115,1	709,1	1.048,8	45,3**	3.918,4
1982	2.392,6	625,9	1.191,5	40,7**	4.250,7
1983*	2.028,2	542,9	1.011,9	26,0**	3.609,0

Fonte: Fundação IBGE.

* Dados preliminares referentes ao período janeiro/outubro.

** Inclui equídeos, ovinos, caprinos e coelhos.

QUADRO 3.4

Exportações dos Principais Produtos Agropecuários
1972—1983

Produtos	1.000 US\$ FOB					
	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Açúcar	403.548	558.687	1.321.932	1.099.773	306.538	462.705
Algodão	202.262	234.094	101.526	100.155	7.799	44.853
Amendoim	55.639	53.464	68.860	67.962	83.688	67.359
Arroz	152	4.233	18.122	1.237	11.956	82.832
Babaçu	678	920	36.757	681	221	2.972
Banana	9.583	14.870	22.641	30.659	18.084	119.051
Cacau	98.731	142.910	321.563	292.523	309.447	601.047
Café	1.057.164	1.344.238	980.358	934.303	2.398.228	2.624.964
Carne de aves	—	—	5	3.406	19.565	31.573
Carne de bovinos	219.712	218.316	110.511	79.078	129.631	158.387
Carne de suíno	605	3.851	2.675	8.143	16.229	21.264
Castanha do Brasil	20.229	22.763	20.222	24.735	21.968	32.082
Castanha de caju	8.853	9.855	15.023	18.351	17.489	23.752
Cera de carnaúba	11.220	13.311	25.203	14.968	17.509	15.208
Chá	3.324	4.270	4.631	4.950	5.508	8.734
Erva-Mate	3.235	3.475	7.522	9.955	12.025	13.370
Fumo em folhas	46.674	58.458	98.989	141.950	161.197	186.296
Lã	15.924	44.025	43.707	46.177	44.224	53.277
Laranja	46.240	67.700	64.979	93.980	115.223	182.362
Mamona	53.818	122.807	128.425	51.872	76.625	87.497
Milho	13.025	7.704	144.366	157.474	174.233	149.586
Pimenta	12.708	16.955	26.125	29.195	32.939	38.592
Sisal	22.497	59.445	114.130	30.054	35.967	45.664
Soja	294.971	949.349	891.214	1.304.262	1.779.965	2.142.674
A) Total princ. prod. agropecuários	2.600.792	3.955.700	4.569.486	4.572.843	5.796.248	7.096.101
B) Total produtos agropecuários	2.888.218	4.373.017	5.065.930	5.018.697	6.237.429	7.720.371
C) Total exportações	3.991.219	6.199.200	7.950.996	8.669.944	10.128.303	12.120.175
A/C (%)	65,16	63,81	57,47	52,74	57,23	58,55
B/C (%)	72,36	70,54	63,71	57,89	61,58	63,70

(continua)

(conclusão)	1.000 US\$ FOB					
Produtos	1978	1979	1980	1981	1982	1983*
Açúcar	350.071	363.808	1.288.254	1.061.733	580.007	404.914
Algodão	56.605	5.200	54.470	109.980	119.503	253.981
Amendoim	76.496	103.003	124.195	88.198	62.867	39.061
Arroz	38.392	145	463	19.838	3.835	...
Babaçu	6.483	17.631	4.202	1.720	701	6.775
Banana	23.249	24.464	11.164	12.741	10.520	9.558
Cacau	536.840	876.892	741.135	594.363	416.007	480.339
Café	2.288.039	2.326.176	2.772.919	1.760.610	2.113.143	2.066.543
Carne de aves	47.037	81.148	206.790	354.291	285.564	229.513
Carne de bovinos	114.620	134.901	253.963	417.293	438.781	487.038
Carne de suíno	8.218	1.032	1.019	2.383	5.238	...
Castanha do Brasil	32.712	43.037	26.820	24.733	32.240	34.874
Castanha de caju	33.711	38.303	69.123	78.495	67.221	63.248
Cera de carnaúba	18.081	19.617	16.983	17.786	14.537	12.194
Chá	10.812	10.065	11.631	11.336	542	130
Erva-Mate	14.810	17.470	37.384	28.277	15.041	15.964
Fumo em folhas	238.933	284.329	284.264	356.486	462.777	438.001
Lã	59.506	59.169	67.002	82.099	42.947	45.072
Laranja	339.597	281.452	353.545	673.534	591.989	583.569
Mamona	110.024	106.600	109.689	87.807	45.255	34.680
Milho	20.609	30.573	15.770	2.651	57.240	75.108
Pimenta	59.771	47.519	54.722	58.507	50.416	32.833
Sisal	39.720	46.436	58.810	35.112	16.418	30.913
Soja	1.513.706	1.650.348	2.264.193	3.190.844	2.121.638	2.399.458
A) Total princ. prod. agropecuários	6.033.042	6.569.318	8.828.530	9.070.817	7.554.427	7.743.766
B) Total produtos agropecuários	6.827.943	8.396.443	9.772.861	9.975.559	8.404.591	8.558.542
C) Total exportações	12.658.944	15.244.377	20.132.401	23.293.035	20.175.071	19.961.086
A/C (%)	47,66	43,09	43,85	38,94	37,44	38,79
B/C (%)	53,94	55,08	48,54	42,83	41,66	42,87

Fonte: CACEX, Banco do Brasil.

* Dados referentes ao período jan/nov.

4. ENERGIA E MINERAÇÃO

QUADRO 4.1

Produção Nacional de Petróleo, LGN e Gás Natural

1970—1983

Em 1.000 m³

Anos	Petróleo		
	Terra	Mar	Total
1970	9.061,3	472,6	9.533,9
1971	9.268,9	627,1	9.896,0
1972	9.160,7	551,0	9.711,7
1973	9.086,7	789,5	9.876,2
1974	8.873,2	1.421,6	10.294,8
1975	8.378,2	1.600,7	9.978,9
1976	7.810,2	1.892,1	9.702,3
1977	7.103,2	2.227,5	9.330,7
1978	6.790,5	2.514,3	9.304,8
1979	6.306,7	3.301,1	9.607,8
1980	6.216,3	4.346,1	10.562,4
1981	6.572,9	5.811,5	12.384,4
1982	7.287,0	8.160,0	15.447,0
1983*	7.717,3	11.433,2	19.140,6

(continua)

(conclusão)

Anos	LGN	Gás Natural		
		Terra	Mar	Total
1970	151,7	1.239.015	24.500	1.263.605
1971	218,3	1.152.723	24.075	1.176.798
1972	238,4	1.220.603	20.971	1.241.574
1973	226,3	1.135.276	44.630	1.179.915
1974	270,2	1.319.034	168.761	1.487.795
1975	306,7	1.389.357	235.232	1.624.589
1976	303,1	1.280.717	361.324	1.642.041
1977	326,2	1.209.926	598.860	1.808.786
1978	332,4	1.218.441	714.789	1.933.230
1979	320,0	1.155.358	743.156	1.898.514
1980	327,8	1.218.481	986.788	2.205.269
1981	385,7	1.274.000	1.211.000	2.485.000
1982	...	1.583.000	1.478.000	3.061.000
1983**	530,9	2.014.162	1.929.295	4.013.457

Fonte: PETROBRÁS.

* Inclusive LGN.

** Até novembro.

Consumo Nacional de Derivados de Petróleo
1970—1983

Em 1.000 m³

Anos	Quantidade*
1970	29.687
1971	33.189
1972	37.218
1973	44.605
1974	47.957
1975	50.538
1976	55.015
1977	56.271
1978	61.869
1979	65.745
1980	64.639
1981	61.483
1982	62.916
1983	60.914

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

* Inclusive Álcool Carburante.

QUADRO 4.3

Consumo Aparente de Derivados de Petróleo
e Álcool Carburante

1981—1983

Em 1.000 m³

Especificação	1981	1982	1983	Variação (%) 83/82
Óleo Diesel	18.281,7	18.710,5	18.455,2	-1,4
Óleo Combustível	14.546,1	13.185,6	11.026,7	-16,4
Gasolina	10.663,4	10.440,5	8.299,0	-20,5
GLP	5.151,1	5.675,8	6.035,6	6,3
Subtotal	48.642,3	48.012,4	43.816,5	-8,7
Outros Derivados do Petróleo	10.306,5	11.218,2	11.978,4	6,8
Total Derivados do Petróleo	58.948,8	59.230,6	55.794,9	-5,8
Álcool Hidratado	1.387,9	1.677,2	2.942,4	75,4
Álcool Anidro	1.146,1	2.008,0	2.176,3	8,4
Total Álcool Carburante	2.534,0	3.685,2	5.118,7	38,9
Total Derivados do Petróleo e Álcool Carburante	61.482,8	62.915,8	60.913,6	-3,2

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

Carga Processada pelas Refinarias da PETROBRÁS

1970—1983

Anos	Quantidade (1.000 m ³)		
	Petróleo Nacional*	Petróleo Importado	Total
1970	9.680,9	16.960,3	26.641,2
1971	9.125,9	19.209,0	28.334,9
1972	8.941,6	26.139,3	35.080,9
1973	9.000,2	35.188,7	44.188,9
1974	9.796,6	36.889,9	46.686,5
1975	9.003,6	41.342,4	50.346,0
1976	9.456,2	44.134,3	53.590,5
1977	9.553,5	45.465,3	55.018,9
1978	9.627,9	51.702,4	61.330,3
1979	9.440,0	54.433,6	63.873,6
1980	10.542,6	51.824,7	62.367,3
1981	11.215,7	48.921,3	60.137,0
1982	13.469,6	46.130,4	59.600,0
1983	18.590,8	39.539,9	58.130,8

Fonte: PETROBRÁS.

* Inclusive Líquido de Gás Natural.

QUADRO 4.5

Investimento da PETROBRÁS em Exploração e Produção
1971—1983

Anos	Taxa de Variação Real dos Investimentos (%)		Participação dos Investimentos em Exploração e Produção no Total (%)
	Em Exploração e Produção	Total	
1971	-12,5	43,0	24,2
1972	18,6	-4,2	29,9
1973	13,5	15,3	29,5
1974	24,7	36,7	26,9
1975	32,6	28,0	27,9
1976	28,2	-1,7	36,3
1977	15,1	4,5	40,0
1978	17,0	-0,2	46,9
1979	19,7	2,5	54,8
1980	20,6	-6,3	70,5
1981	50,9	22,5	86,9
1982	59,0	54,0	88,5
1983	79,8

Fonte: PETROBRÁS e Ministério das Minas e Energia.

Produção de Veículos a Alcool no País

Em Unidades

Anos	Passageiros e Uso Misto	Comerciais Leves	Caminhões e Ônibus	Total
1979	4.465	149	10	4.624
1980	240.728	13.274	14	254.016
1981	122.757	4.945	1.133	128.835
1982	222.965	13.713	907	237.585
1983*	561.660	28.078	2.067	591.805

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

* Estimativas.

QUADRO 4.7

Evolução da Produção Nacional de Carvão Bruto

1970—1983

Em 1.000 t

Anos	Estados Produtores			Brasil
	Paraná	Santa Catarina	R. G. do Sul	
1970	361,9	3.844,8	965,0	5.171,7
1971	345,8	4.363,9	956,1	5.665,9
1972	343,4	4.536,4	978,1	5.857,8
1973	321,0	4.314,1	931,1	5.566,3
1974	309,2	4.166,6	1.016,2	5.492,0
1975	268,3	5.131,7	908,9	6.308,0
1976	285,4	6.635,2	955,5	7.876,1
1977	286,3	8.430,0	1.329,0	10.045,3
1978	317,9	9.591,2	1.907,1	11.816,3
1979	327,5	11.637,6	1.977,8	13.942,9
1980	309,3	13.167,9	2.529,0	16.006,2
1981	296,8	14.240,9	2.871,1	17.408,9
1982	313,4	15.601,4	3.235,3	19.150,1
1983	347,9	16.260,7	4.516,8	21.125,4

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

Evolução da Produção Nacional de Carvão Energético

1970—1983

Em 1.000 t

Anos	Estados Produtores			Brasil
	Paraná	Santa Catarina	R. G. do Sul	
1970	192,3	526,8	857,0	1.576,1
1971	197,8	615,6	865,0	1.678,5
1972	200,1	612,4	875,9	1.688,3
1973	190,2	636,8	637,5	1.464,5
1974	189,9	970,4	914,4	2.074,8
1975	165,8	877,7	784,9	1.828,4
1976	182,2	1.305,2	901,3	2.388,7
1977	192,9	1.388,1	1.229,0	2.809,9
1978	215,2	1.412,5	1.638,0	3.265,8
1979	222,1	1.769,1	1.599,4	3.590,7
1980	202,9	1.839,8	1.654,6	3.697,4
1981	203,5	2.451,4	1.907,9	4.562,7
1982	197,1	3.013,3	1.951,9	5.202,4
1983*	198,2	2.976,5	2.270,4	5.445,1

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

* Estimativas.

**Evolução da Capacidade Instalada de Geração
de Energia Elétrica**

1970—1983

Ano	Hidrelétrica		Termelétrica		Total	
	MW	Participação no total (%)	MW	Participação no total (%)	MW	Varição Anual (%)
1970	8.828	78,6	2.405	21,4	11.233	9,5
1971	10.244	80,9	2.426	19,1	12.670	12,8
1972	10.756	81,4	2.450	18,6	13.206	4,2
1973	12.500	81,0	2.936	19,0	15.436	16,9
1974	13.757	81,3	3.162	18,7	16.919	9,6
1975	16.184	82,7	3.385	17,3	19.569	15,7
1976	17.675	83,9	3.385	16,1	21.060	7,6
1977	19.038	84,1	3.599	15,9	22.637	7,5
1978	21.575	85,5	3.654	14,5	25.229	11,5
1979	24.137	85,0	4.249	15,0	28.386	12,5
1980	27.522	82,7	5.771	17,3	33.293	17,3
1981	31.037	84,0	5.910	16,0	36.947	11,0
1982	32.892	84,5	6.012	15,5	38.904	5,3
1983*	34.395	85,0	6.084	15,0	40.479	4,0

Fonte: ELETROBRÁS.

* Estimativas

Produção Bruta de Energia Elétrica
1970—1983

Anos	Hidro		Termo		Total	
	GWh	Participação no Total (%)	GWh	Participação no Total (%)	GWh	Variação Anual (%)
1970	39.801	87,9	5.491	12,1	45.292	8,8
1971	43.281	85,6	7.295	14,4	50.576	11,7
1972	50.656	89,5	5.961	10,5	56.617	11,9
1973	57.890	89,4	6.837	10,6	64.727	14,3
1974	65.679	91,6	6.019	8,4	71.698	10,8
1975	72.287	91,6	6.649	8,4	78.936	10,1
1976	82.913	92,1	7.119	7,9	90.032	14,1
1977	93.480	92,7	7.342	7,3	100.822	12,0
1978	102.746	91,3	9.829	8,7	112.575	11,7
1979	115.111	92,3	9.562	7,7	124.673	10,8
1980	128.907	92,4	10.578	7,6	139.485	11,9
1981	130.765	92,0	11.443	8,8	142.198	1,9
1982	141.224	92,9	10.865	7,1	152.089	7,0
1983*	152.417	93,7	10.220	6,3	162.637	6,9

Fonte: ELETROBRÁS.

* Estimativas

5. POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

QUADRO 5.1

Execução Orçamentária do Tesouro Nacional

1970—1983

Cr\$ milhões			
Anos	Receita	Despesa	Resultado de Caixa
1970	19.194	19.932	-738
1971	26.980	27.652	-672
1972	37.738	38.254	-516
1973	52.863	52.568	295
1974	76.810	72.928	3.882
1975	95.446	95.373	73
1976	166.220	165.797	423
1977	242.893	241.850	1.043
1978	349.218	344.346	4.872
1979	509.843	507.547	2.296
1980	1.219.418	1.217.383	2.035
1981	2.261.969	2.258.929	3.040
1982	4.617.847	4.611.245	6.602
1983*	11.335.500	11.321.209	14.291

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

Receita do Tesouro Nacional

1970—1983

Cr\$ milhões

Anos	Imposto de Renda	Imposto sobre Prod. Industrializados	Imposto sobre Operações Financeiras	Imposto de Importação	Outros Impostos e Taxas	Outras Receitas
1970	4.628	8.144	—	1.372	3.246	1.804
1971	6.461	10.950	—	1.861	4.487	3.221
1972	9.680	14.626	1.328	2.779	5.951	3.374
1973	12.397	19.116	2.019	3.727	7.394	8.210
1974	19.051	27.875	2.784	6.790	9.445	10.865
1975	24.366	34.433	3.947	9.512	11.992	11.196
1976	37.943	49.613	6.899	14.871	29.628	27.266
1977	60.481	67.639	8.797	17.061	39.617	49.298
1978	95.463	97.469	13.580	23.922	54.250	64.534
1979	150.295	127.647	23.864	34.135	93.914	79.988
1980	306.981	263.182	118.607	87.723	172.719	270.206
1981	640.432	500.897	282.906	138.283	256.328	443.123
1982	1.354.539	989.809	556.747	229.797	473.543	1.013.412
1983*	3.494.203	1.896.635	787.397	477.843	1.131.913	3.547.509

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

QUADRO 5.3

Despesa Efetiva do Tesouro Nacional
1972—1983

Cr\$ milhões				
Anos	Cotas de Despesa	Distribuição da Receita Vinculada	Fundos de Participação	Diversos
1972	22.027	10.044	2.881	3.302
1973	30.955	14.300	3.777	3.536
1974	42.439	19.951	5.631	4.907
1975	62.554	26.559	7.057	—797
1976	85.332	56.706	12.258	11.501
1977	125.780	88.519	20.297	7.253
1978	171.363	128.440	34.473	10.070
1979	282.684	146.806	50.508	27.549
1980	715.911	288.710	97.685	115.077
1981	1.508.781	390.769	222.654	136.725
1982	3.401.401	487.057	463.480	259.307
1983*	7.917.194	900.848	1.113.279	1.389.888

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

Principais Indicadores Monetários

1970—1983

Saldo em Cr\$ Milhões

Ano	Meios de Pagamento (M ₁)		Base Monetária	
	Valor	Varição Percentual Anual	Valor	Varição Percentual Anual
1970	33.638	25,8	17.161	16,9
1971	44.514	32,3	23.392	36,3
1972	61.550	38,3	27.724	18,5
1973	90.490	47,0	40.776	47,1
1974	120.788	33,5	54.202	32,9
1975	172.433	42,8	73.934	36,4
1976	236.506	37,2	110.752	49,8
1977	325.243	37,5	166.863	50,7
1978	462.655	42,2	241.823	44,9
1979	803.113	73,6	445.853	84,4
1980	1.367.017	70,2	699.475	56,9
1981	2.388.285	74,7	1.188.137	69,9
1982	4.053.201	69,7	2.219.311	86,8
1983*	7.782.800	92,0	4.197.300	89,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

QUADRO 5.5

**Empréstimos do Sistema Financeiro
ao Setor Privado Não-Financeiro**

1970—1983

Saldos em 31/12 em Cr\$ Milhões

Anos	Sistema Monetário		Sistema Não-Monetário		Total	
	Valor	Variação Anual (%)	Valor	Variação Anual (%)	Valor	Variação Anual (%)
1970	38.565	36,3	27.828	72,5	66.835	49,3
1971	57.603	47,7	43.033	54,6	100.637	50,6
1972	81.560	41,6	71.778	66,8	153.338	52,4
1973	119.324	46,3	119.138	66,0	238.462	55,5
1974	189.663	58,9	181.146	52,0	370.809	55,5
1975	297.278	56,7	282.302	55,8	579.579	56,3
1976	461.347	55,2	453.952	60,8	915.299	57,9
1977	695.113	50,7	693.663	52,8	1.388.776	51,2
1978	1.029.411	48,1	1.031.261	48,7	2.060.672	48,4
1979	1.730.392	68,1	1.669.452	61,9	3.399.844	65,0
1980	2.947.545	70,3	2.942.233	76,2	5.889.778	73,2
1981	5.598.433	89,9	6.608.112	124,6	12.206.545	107,2
1982	10.542.630	88,3	15.163.994	129,2	25.706.624	110,5
1983	26.392.016	150,3	39.962.338	163,5	66.354.354	158,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

Empréstimos do Sistema Monetário ao Setor
Privado e ao Setor Rural

1970—1983

Saldos em 31.12 em Cr\$ Milhões

Anos	Setor Privado			Setor Rural
	Bancos Comerciais	Banco do Brasil	Total	
1970	24.287	14.278	38.565	—
1971	35.134	22.469	57.603	17.556
1972	51.283	30.277	81.560	24.438
1973	73.902	45.422	119.324	36.682
1974	109.020	80.643	189.663	62.918
1975	164.550	132.728	297.278	105.088
1976	247.232	214.115	461.347	159.011
1977	376.667	318.446	695.113	227.286
1978	591.515	437.896	1.029.411	270.009
1979	1.009.666	720.726	1.730.392	461.313
1980	1.736.365	1.211.180	2.947.545	791.822
1981	3.573.144	2.025.289	5.598.433	1.447.146
1982	7.090.516	3.452.114	10.542.630	2.679.652
1983	19.663.230	6.728.786	26.392.016	4.562.624*

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Estimativa até novembro.

6. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

QUADRO 6.1

Exportações Brasileiras, por Grandes Grupos

1970—1983

US\$ Milhões — FOB

Anos	Produtos Básicos	Produtos Industrializados			Total Geral
		Semimanufaturados	Manufaturados	Total	
1970	2.049,2	249,0	416,0	665,0	2.738,9
1971	1.988,4	240,6	531,3	821,9	2.903,9
1972	2.724,6	310,0	911,7	1.221,7	3.991,2
1973	4.096,5	476,2	1.465,3	1.941,5	6.199,2
1974	4.576,7	917,0	2.262,7	3.179,7	7.951,0
1975	5.027,4	849,5	2.584,5	3.434,0	8.669,9
1976	6.129,2	841,9	2.776,1	3.618,1	10.128,3
1977	6.958,6	1.044,1	3.839,6	4.883,6	12.120,2
1978	5.977,6	1.421,2	5.082,8	6.504,0	12.658,9
1979	6.552,6	1.887,2	6.645,1	8.532,2	15.244,4
1980	8.487,7	2.348,7	9.027,6	11.376,3	20.132,4
1981	8.919,6	2.115,8	11.883,8	13.999,6	23.293,0
1982	8.237,8	1.433,2	10.252,8	11.686,0	20.175,1
1983*	8.628,2	1.751,9	11.102,8	12.854,7	21.899,0

Fonte: Banco do Brasil.

* Dados Preliminares.

Participação Relativa dos Grandes Grupos
nas Exportações

1970—1983

Em %

Anos	Produtos Básicos	Produtos Industrializados			Operações Especiais*	Total Geral
		Semimanufaturados	Manufaturados	Total		
1970	74,8	9,1	15,2	24,3	0,9	100,0
1971	68,5	8,3	20,0	28,3	3,2	100,0
1972	68,3	7,8	22,8	30,6	1,1	100,0
1973	66,1	7,8	23,6	31,4	2,5	100,0
1974	57,6	11,5	28,5	40,0	2,4	100,0
1975	58,0	9,8	29,8	39,6	2,4	100,0
1976	60,5	8,3	27,4	35,7	3,8	100,0
1977	57,4	8,6	31,7	40,3	2,3	100,0
1978	47,2	11,2	40,2	51,4	1,4	100,0
1979	43,0	12,4	43,6	56,0	1,0	100,0
1980	42,2	11,7	44,8	56,5	1,3	100,0
1981	38,3	9,1	51,0	60,1	1,6	100,0
1982	40,8	7,1	50,8	57,9	1,3	100,0
1983**	39,4	8,0	50,7	58,7	1,9	100,0

Fonte: Banco do Brasil.

* Consumo de Bordo, reexportação e transações especiais.

** Dados preliminares.

QUADRO 6.3

Importação por Principais Produtos
1970—1983

Anos	Ferro Fundido e Aço		Trigo		Papel e Celulose		Fertilizantes	
	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)						
1973	493,4	93,8	335,6	175,3	112,1	30,8	138,5	6,6
1974	1.534,9	211,1	468,0	39,5	294,0	162,3	402,9	190,7
1975	1.263,1	-17,7	326,0	-30,4	199,0	-32,3	303,9	-24,6
1976	610,4	-51,7	504,0	54,6	197,1	-1,0	201,6	-33,7
1977	584,3	-4,3	260,0	-48,4	193,0	-2,5	303,3	50,4
1978	476,0	-19,3	541,2	108,1	203,2	5,7	308,9	2,1
1979	482,5	1,4	546,7	1,0	247,3	21,7	422,1	36,6
1980	591,4	22,6	889,8	62,8	246,5	-0,3	619,9	46,9
1981	734,8	24,2	831,9	-6,5	214,2	-13,1	353,3	-43,0
1982	430,9	-41,4	762,0	-8,4	197,7	-7,9	238,9	-32,4
1983*	133,2	-66,8	575,4	-10,4	110,7	-13,4	100,5	-51,5

(continua)

(conclusão)

Anos	Combustíveis (Pe- tróleo e outros)		Máquinas e Equipamentos		Alumínio		Total das Importa- ções Brasileiras	
	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)
1973	769,4	63,9	1.708,9	22,8	50,9	52,9	6.192,0	46,3
1974	2.894,8	276,2	2.472,6	44,8	130,8	157,0	12.641,0	104,1
1975	3.073,5	6,2	3.238,1	31,0	100,6	-23,1	12.169,0	-3,4
1976	3.826,9	24,5	2.911,1	-10,1	100,1	-0,5	12.383,0	1,4
1977	4.068,8	6,3	2.537,0	-12,9	142,1	42,0	12.023,0	-2,9
1978	4.482,6	10,2	2.892,8	13,2	120,9	-14,5	13.683,1	13,4
1979	6.773,0	51,1	3.310,5	14,4	163,2	35,0	18.083,9	32,2
1980	10.199,7	50,6	3.538,8	6,9	160,2	-1,8	22.955,2	26,9
1981	11.339,9	11,2	3.442,2	-2,7	87,1	-45,6	22.090,6	-3,8
1982	10.457,4	-7,8	2.826,2	-17,9	33,6	-61,4	19.395,0	-12,2
1983*	7.305,7	-16,9	1.908,4	-29,2	18,7	-29,7	12.633,5	-22,5

Fonte: Ministério da Fazenda.

* Dados preliminares até outubro de 1983.

Balança Comercial Brasileira
1970—1983

US\$ Milhões — FOB

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.247	-344
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	7
1974	7.951	12.641	-4.690
1975	8.670	12.210	-3.540
1976	10.128	12.383	-2.255
1977	12.120	12.023	97
1978	12.659	13.683	-1.024
1979	15.244	18.084	-2.840
1980	20.132	22.955	-2.823
1981	23.293	22.091	1.202
1982	20.175	19.395	780
1983*	21.899	15.408	6.491

Fontes: Ministério da Fazenda e Banco do Brasil.

* Dados Preliminares.

QUADRO 6.5

Índices Anuais Médios de Comércio Exterior
e de Relações de Troca

1970—1983

Base: 1970 = 100

Anos	Exportação		Importação				Relações de Troca	
	Preços	Quantum	Global		Petróleo Bruto		Total	Exclusivo Petróleo
			Preços	Quantum	Preços	Quantum		
1970	100	100	100	100	100	100	100	100
1971	95	107	105	121	125	117	91	96
1972	108	136	112	146	138	145	97	106
1973	147	157	140	177	175	202	106	121
1974	187	159	217	240	581	207	87	115
1975	187	175	224		588	217	84	112
1976	216	177	229	225	600	240	94	125
1977	263	179	238	208	625	238	111	147
1978	242	202	255	219	631	264	96	124
1979	266	221	305	238	844	295	88	119
1980	282	271	390	240	1.413	255	72	115
1981	266	327	433	206	1.688	248	61	104
1982	250	298	419	190	1.625	233	60	...
1983*	237	384	371	183	1.413	257	63	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Dados preliminares até Agosto de 1983.

Balança de Pagamentos

1970—1982

Discriminação	US\$ Bilhões						
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Balança Comercial	0,2	-0,3	-0,2	0,0	-4,7	-3,5	-2,3
Serviços (Líquido)	0,8	-1,0	-1,3	-1,7	-2,4	-3,2	-3,8
Rendas de Capitais	-0,2	-0,3	-0,4	-0,5	-0,7	-1,5	-1,8
Transações Correntes	-0,6	-1,3	-1,5	-1,7	-7,1	-6,7	-6,0
Movimento Líquido de Capitais	1,0	1,8	3,5	3,5	6,3	6,2	6,6
Investimentos	—	0,2	0,3	0,9	0,9	0,9	1,0
Empréstimos e Financiamentos a Médio e Longo Prazos	1,4	2,0	4,3	4,5	6,9	5,9	7,8
Amortizações	-0,7	-0,9	-1,2	-1,7	-1,9	-2,2	-3,0
Outros	0,3	0,5	—	-0,3	0,4	1,5	0,9
Saldo do Balança de pagamentos (Superávit/Déficit)	0,5	0,5	2,4	2,2	-0,9	-1,0	1,2

(continua)

Discriminação	US\$ Bilhões						
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983*
Balança Comercial	0,1	-1,0	-2,8	-2,8	-1,2	0,8	2,9
Serviços (Líquido)	-4,1	-6,0	-7,9	-10,2	-13,1	-17,1	-7,0
Rendas de Capitais	-2,1	-2,7	-4,2	-7,0	-10,3	-13,5	-5,5
Transações Correntes	-4,0	-7,0	-10,7	-12,8	-11,7	-16,3	-4,1
Movimento Líquido de Capitais	5,3	11,9	7,7	9,7	12,7	7,9	-0,6
Investimentos	0,8	1,1	1,5	1,1	1,6	1,0	0,8
Empréstimos e Financiamentos a Médio e Longo Prazos	8,4	13,8	11,1	10,6	15,5	12,5	4,5
Amortizações	-4,1	-5,3	-6,4	-5,0	-6,2	-6,9	-4,4
Outros	0,1	2,5	1,3	3,0	1,8	1,3	-0,3
Saldo do Balança de pagamentos (Superávit/Déficit)	0,6	4,3	-3,2	-3,5	0,6	-8,8	-4,4

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares até junho de 1983.

QUADRO 6.7

Dívida Externa Brasileira*

Saldo em 31 de Dezembro

1970—1983

Discriminação	US\$ milhões			
	1970	1971	1972	1973
Total	5.295,2	6.621,6	9.521,0	12.571,5
Empréstimos Compensatórios	381,5	300,6	240,9	203,3
USAID — Empréstimos Programa	603,6	622,8	617,8	614,5
Bônus	—	—	60,0	142,2
Financiamento de Importações	1.709,3	2.201,5	2.783,8	3.486,8
— Entidades Internacionais	456,0	576,2	762,1	971,8
— BIRD	258,2	347,5	483,9	646,9
— BID**	181,4	206,1	243,7	277,1
— CFI	16,4	22,6	34,5	47,8
— FIDA	—	—	—	—
— Agências Governamentais	642,5	780,2	886,0	1.072,8
— USAID — Empréstimos Projeto	266,3	307,7	341,9	393,1
— USAID — Lei n° 480 (VI, VII, VIII)	103,2	115,0	108,4	102,7
— Trigo — Outros Financiamentos	4,4	—	—	—
— Trigo Canadense	20,5	47,2	68,4	105,2
— Eximbank — EUA	190,4	239,3	277,6	319,6
— Eximbank — Japão	—	—	—	1,1
— KFW	55,5	68,8	87,7	140,3
— Banco Nacional da Dinamarca	2,2	2,2	2,0	2,3
— OPIC	—	—	—	8,5
— Outras Agências***	—	—	—	—
— Outros Créditos de Fornecedores	610,8	845,1	1.135,7	1.442,2
— Dívida Pública Consolidada	15,0	13,9	12,2	10,4
— Empréstimos em Moeda	2.284,6	3.193,0	5.528,3	7.848,5
— Resolução n° 63, de 21-8-67	653,2	983,3	2.018,4	2.398,1
— Instrução n° 289, de 14-1-65	381,2	294,8	207,4	71,1
— Lei n° 4.131, de 3-9-62	1.250,2	1.914,9	3.302,5	5.379,3
Empréstimos Diversos	301,2	289,8	278,0	265,8

(continua)

(continuação) US\$ milhões

Discriminação	1974	1975	1976	1977	1978
Total	17.165,7	21.171,4	25.985,4	32.037,2	43.510,7
Empréstimos Compensatórios	168,6	137,4	106,2	75,0	43,8
USAID — Empréstimos Programa	610,4	600,5	585,8	569,8	551,4
Bônus	172,1	160,8	288,7	1.222,4	2.380,3
Financiamento de Importações	4.741,3	5.464,0	6.577,6	8.422,3	10.829,8
— Entidades Internacionais	1.388,4	1.654,8	1.993,3	2.355,2	2.885,3
— BIRD	978,1	1.094,0	1.287,0	1.540,4	1.974,0
— BID**	311,7	416,3	545,9	624,0	731,2
— CFI	98,5	144,5	160,4	190,8	180,1
— FIDA	—	—	—	—	—
— Agências Governamentais	1.541,0	1.829,5	2.170,4	2.294,3	2.601,7
— USAID — Empréstimos Projeto	444,4	491,0	534,7	547,3	548,2
— USAID — Lei nº 480 (VI, VII, VIII)	97,1	92,4	86,8	81,1	75,5
— Trigo — Outros Financiamentos	—	—	—	—	—
— Trigo Canadense	228,4	221,9	274,0	222,7	255,0
— Eximbank — EUA	542,7	685,0	817,1	885,6	928,5
— Eximbank — Japão	39,3	130,7	148,5	180,4	344,1
— KFW	178,6	199,4	301,2	370,5	444,5
— Banco Nacional da Dinamarca	2,0	1,6	1,4	1,1	1,0
— OPIC	8,5	7,5	6,7	5,6	4,9
— Outras Agências***	—	—	—	—	—
— Outros Créditos de Fornecedores	1.812,0	1.979,7	2.413,9	3.772,8	5.342,8
Divida Pública Consolidada	9,4	7,3	5,4	4,7	4,7
Empréstimos em Moeda	11.210,7	14.561,1	18.194,0	21.528,4	29.499,7
— Resolução nº 63, de 21-8-67	3.319,1	3.734,0	4.715,4	5.239,8	7.272,4
— Instrução nº 289, de 14-1-65	68,9	46,1	40,9	26,8	27,0
— Lei nº 4.131, de 3-9-62	7.822,7	10.781,0	13.437,7	16.261,8	22.200,3
Empréstimos Diversos	253,2	240,3	227,7	214,6	201,0

(continua)

(conclusão)	US\$ milhões				
Discriminação	1979	1980	1981	1982	1983****
Total	49.904,2	53.847,5	61.410,8	69.653,5	76.378,6
Empréstimos Compensatórios	18,8	—	—	—	1.431,8
USAID — Empréstimos Programa	531,0	511,8	490,1	469,7	459,5
Bônus	2.965,9	3.235,7	2.985,7	2.609,7	2.447,9
Financiamento de Importações	11.571,7	12.108,2	12.880,5	13.519,7	14.457,2
— Entidades Internacionais	3.210,9	3.484,9	3.582,9	3.847,1	4.010,6
— BIRD	2.181,3	2.245,9	2.263,5	2.341,3	2.335,5
— BID**	872,8	1.047,0	1.071,1	1.202,3	1.297,9
— CFI	156,8	192,0	248,3	301,0	307,3
— FIDA	—	—	—	2,5	69,9
— Agências Governamentais	2.688,2	2.972,7	3.403,9	3.689,8	3.958,5
— USAID — Empréstimos Projeto	545,9	537,8	528,9	519,0	511,2
— USAID — Lei n° 480 (VI, VII, VIII)	69,8	763,9	57,2	50,5	50,3
— Trigo — Outros Financiamentos	229,7	449,9	510,5	838,5	899,6
— Trigo Canadense	—	—	—	—	—
— Eximbank — EUA	929,1	931,0	954,7	934,0	927,5
— Eximbank — Japão	398,6	488,8	508,2	476,8	470,9
— KFW	510,8	498,1	623,5	613,2	695,3
— Banco Nacional da Dinamarca	0,6	0,2	—	—	—
— OPIC	3,7	3,0	2,3	2,0	1,5
— Outras Agências***	—	—	218,6	255,8	402,2
— Outros Créditos de Fornecedores	5.672,6	5.650,6	5.893,6	5.982,8	6.488,1
Dívida Pública Consolidada	4,5	4,2	3,2	2,3	2,2
Empréstimos em Moeda	34.625,4	37.819,5	44.984,1	52.915,7	57.422,0
— Resolução n° 63, de 21-8-67	7.723,5	9.924,0	13.456,2	16.145,4	15.627,8
— Instrução n° 289, de 14-1-65	19,3	9,0	7,6	7,3	7,2
— Lei n° 4.131, de 3-9-62	—	—	—	—	—
Empréstimos Diversos	26.882,6	27.886,5	31.520,4	36.763,0	41.787,0
	186,9	168,1	157,1	136,4	131,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

* As posições acima referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no Balanço de Pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

** Inclusive financiamento de serviços e custos locais.

*** Até 1980 a rubrica «outras agências» estava incluída na rubrica «outros créditos de fornecedores».

**** Dados preliminares até junho de 1983.

Reservas Internacionais

1970—1983

US\$ Milhões	
Data	Conceito FMI
1970	1.186,7
1971	1.722,9
1972	4.183,2
1973	6.415,8
1974	5.269,1
1975	4.040,5
1976	6.543,9
1977	7.256,1
1978	11.895,1
1979	9.688,7
1980	6.912,6
1981	7.506,8
1982	3.994,4
1983*	—

Banco Central do Brasil.

* Dado não disponível.

Taxa Cambial

Cotações do Cruzeiro em Relação ao Dólar Americano*

1970—1983

Em Cr\$		
Período	Taxa de Compra	Taxa de Venda
1970	4,920	4,950
1971	5,600	5,635
1972	6,180	6,215
1973	6,180	6,220
1974	7,395	7,435
1975	9,020	9,070
1976	12,275	12,345
1977	15,950	16,050
1978	20,780	20,920
1979	42,330	42,530
1980	65,170	65,500
1981	127,160	127,800
1982	251,410	252,670
1983	966,000	971,000

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Cotações vigentes no final do período.

7. INDÚSTRIA

QUADRO 7.1

Indicadores da Produção Industrial*

Base: Média de 1975 = 100

Discriminação	1975	1976	1977	1978	1979
Indicador Geral	100,00	112,61	115,66	128,78	132,77
Extrativa Mineral	100,00	101,00	96,06	102,44	112,04
Ind. Transformação	100,00	112,95	116,26	124,42	133,39
Bens de Capital	100,00	118,87	113,55	120,00	126,73
Bens Intermediários	100,00	112,65	121,11	128,99	140,77
Bens de Consumo	100,00	111,34	111,63	120,46	126,35
— Durável	100,00	112,82	111,68	131,85	142,05
— Não-Durável	100,00	111,08	111,44	118,48	123,69

(continua)

(conclusão)

Discriminação	1980	1981	1982	1983**
Indicador Geral	142,39	128,91	129,83	121,50
Extrativa Mineral	126,85	129,63	140,60	154,48
Ind. Transformação	142,80	128,80	129,42	120,57
Bens de Capital	134,93	109,95	98,13	75,72
Bens Intermediários	151,71	135,95	136,67	135,09
Bens de Consumo	133,97	126,07	129,47	123,58
— Durável	157,23	114,59	123,77	120,77
— Não-Durável	130,13	127,31	129,55	123,12

Fonte: Fundação IBGE.

* Média Aritmética Anual.

** Índice Médio Janeiro/Novembro/83.

Produção Brasileira da Indústria Automotiva

1979—1983

Anos	Autoveículos ¹		Veículos à Álcool		Participação de Veículos à Álcool na Produção (%)
	Unidades	Variação* Anual (%)	Unidades	Variação* Anual (%)	
1979	1.128.347	11,5	4.932	—	0,4
1980	1.165.171	3,3	254.018	*	21,8
1981	780.808	-33,0	131.590	-48,2	16,9
1982	859.295	10,1	237.585	80,6	27,7
1983	896.282	4,3	591.805	149,1	66,0

Fonte: ANFAVEA — ABIFER.

1 Inclui a produção de CKD.

* Acima de 1.000%.

Produção Brasileira da Indústria Automotiva
1970—1983

Em unidades

Anos	Produção de Automóveis*									
	Automóveis	Varição Anual (%)	Camionetas e Utilitários	Varição Anual (%)	Camionhões	Varição Anual (%)	Ônibus	Varição Anual (%)	Total	Varição Anual (%)
1970	249.913	5,1	123.681	77,4	38.388	-5,4	4.053	-28,6	416.035	17,6
1971	342.214	36,9	130.592	5,6	38.868	1,3	4.393	8,4	516.067	24,0
1972	415.164	21,3	148.220	13,5	53.557	37,8	5.230	19,1	622.171	20,6
1973	467.575	12,6	207.237	39,8	69.202	29,2	6.362	21,6	750.376	20,6
1974	549.035	17,4	312.812	50,9	83.654	20,9	8.262	29,9	953.763	27,1
1975	547.123	-0,4	338.555	8,2	82.534	-1,3	10.126	22,6	978.338	2,6
1976	550.428	0,6	398.434	17,7	86.897	5,3	12.059	19,1	1.047.818	7,1
1977	492.429	-10,5	352.080	-11,6	103.219	18,9	14.068	16,7	961.796	-8,2
1978	569.073	15,6	443.662	26,0	88.889	-13,9	14.640	4,1	1.116.264	16,1
1979	547.805	-3,7	474.251	6,9	93.169	4,8	13.122	-10,4	1.128.347	1,1
1980	600.703	9,6	447.986	-5,5	102.017	9,5	14.465	10,2	1.165.171	3,3
1981	406.016	-32,4	285.049	-36,6	76.350	-25,2	13.393	-7,4	780.808	-33,1
1982	475.112	17,0	327.665	15,0	46.698	-38,8	9.820	-26,7	859.295	10,1
1983	576.356	21,3	278.225	-15,1	35.503	-24,0	6.198	-36,9	896.282	4,3

Fonte: ANFAVEA — ABIFER.

* Inclui produção de CKD.

QUADRO 7.4

Produção Brasileira da Indústria Automotiva
1970—1983

Em unidades

Produção da Indústria Ferroviária								
Anos	Vagões*	Vari- ção Anual (%)	Vagões Incom- pletos	Vari- ção Anual (%)	Carros de Passa- geiro	Vari- ção Anual (%)	Locomo- tivas	Vari- ção Anual (%)
1970	1.808	—	—	—	12	—	11	—
1971	1.935	7,0	—	—	26	116,7	60	445,4
1972	1.496	-22,7	—	—	2	-92,3	36	-40,0
1973	3.406	127,7	—	—	4	100,0	56	55,6
1974	3.576	5,0	—	—	78	**	77	37,5
1975	5.025	40,5	—	—	100	28,2	107	39,0
1976	4.479	-10,9	—	—	87	-13,0	106	-0,9
1977	2.538	-43,3	—	—	103	18,4	110	3,8
1978	3.053	20,3	—	—	164	59,2	42	-61,8
1979	2.513	-17,7	—	—	337	105,5	47	11,9
1980	1.480	-41,1	125	—	263	-22,0	59	25,5
1981	766	-48,2	300	140,0	274	4,2	56	-5,1
1982	1.551	102,5	—	—	213	-22,3	95	69,6
1983	1.441	-9,0	—	—	194	-8,9	24	-74,7

Fonte: ANFAVEA e ABIFER.

* Exceto CVRD.

** Acima de 1.000%.

**Produção Siderúrgica Brasileira
1972—1983**

Discriminação	Em 1.000 t							
	1972		1973		1974		1975	
	Quantidade	Variação (%)						
Laminados*	5.333,6	—	5.987,8	12,3	6.072,0	1,6	6.721,5	10,7
Ferro-Esponja	—	—	7,7	—	142,8	***	212,1	48,5
Ferro-Ligas	139,8	—	169,3	21,1	218,2	28,9	255,8	17,2
Ferro-Gusa	5.299,7	—	5.532,0	4,4	5.846,6	5,7	7.052,7	20,6
Aço Bruto	6.518,3	—	7.149,1	9,7	7.507,2	5,0	8.308,0	10,7
Grupo Siderbrás	3.640,1	—	3.810,6	4,7	3.757,0	-1,4	4.510,4	20,1
Outras Empresas**	2.878,2	—	3.338,5	16,0	3.750,2	12,3	3.797,6	1,5
	(continua)							
(continuação)	Em 1.000 t							
	1976		1977		1978		1979	
	Quantidade	Variação (%)						
Laminados*	7.525,2	12,0	8.822,4	17,2	10.172,8	15,3	11.706,3	12,5
Ferro-Esponja	263,0	23,5	358,1	36,7	288,4	-19,5	324,1	12,4
Ferro-Ligas	311,9	21,9	371,3	19,0	409,3	10,3	484,2	18,2
Ferro-Gusa	8.170,2	15,8	9.380,4	14,8	10.043,0	7,1	11.713,4	16,6
Aço Bruto	9.168,9	10,4	11.163,7	21,8	12.106,9	3,4	13.891,1	14,7
Grupo Siderbrás	4.989,5	10,6	6.763,7	35,6	7.480,2	10,6	8.724,0	16,6
Outras Empresas**	4.179,4	10,1	4.400,0	5,3	4.626,7	5,2	5.167,1	11,7
	(continua)							
(conclusão)	Em 1.000 t							
	1980		1981		1982		1983	
	Quantidade	Variação (%)						
Laminados*	13.307,4	13,7	11.088,9	-16,7	11.252,9	1,5	12.253,6	8,9
Ferro-Esponja	274,8	-15,2	226,0	-17,8	226,5	0,2	254,6	12,4
Ferro-Ligas	552,7	14,2	571,6	3,4	553,7	-3,1	572,1	3,3
Ferro-Gusa	12.685,3	8,3	10.795,5	-14,9	10.827,3	0,3	12.945,0	19,6
Aço Bruto	15.338,9	-10,4	13.230,5	-13,7	12.996,4	-1,8	14.675,0	12,9
Grupo Siderbrás	9.411,1	7,9	7.726,9	-17,9	7.674,5	-0,7	9.063,1	18,1
Outras Empresas**	5.927,8	-14,7	5.503,6	-7,2	5.321,9	-3,3	5.612,7	5,5

Fonte: IBS e CONSIDER.

* Total de Laminados Planos e Não-Planos.

** Inclui Acesita.

*** Acima de 1.000%.

QUADRO 7.6

Produção Mundial de Aço Bruto — Países Seleccionados

1970—1983

Em milhões de t

Ano	Estados Unidos		Japão		Alemanha Ocidental		Itália	
	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)
1970	119,3	- 6,9	93,3	13,5	45,0	- 0,7	17,3	5,5
1971	109,3	- 8,4	88,6	- 5,0	40,3	-10,4	17,5	1,1
1972	120,9	10,6	96,9	9,4	43,7	8,4	19,8	13,1
1973	136,8	13,1	119,3	23,1	49,5	13,3	21,0	6,1
1974	132,2	- 3,4	117,1	- 1,8	53,2	7,5	23,8	13,3
1975	105,8	- 2,0	102,3	-12,6	40,4	-24,1	21,9	-8,0
1976	116,1	9,7	107,4	5,0	42,4	5,0	23,5	7,3
1977	113,7	- 2,1	102,4	- 4,7	39,0	- 8,0	23,3	-0,9
1978	124,3	9,3	102,1	- 0,3	41,3	5,9	24,3	4,3
1979	123,3	- 0,8	111,7	9,4	46,0	11,4	24,3	0,0
1980	101,7	-17,5	111,4	- 0,3	43,8	- 4,8	26,5	9,1
1981	108,5	6,7	101,7	- 8,7	41,9	- 4,3	24,5	- 7,5
1982	66,4	-38,8	99,5	- 2,2	35,9	-14,3	24,0	- 2,0
1983*	74,7	12,5	98,5	- 1,0	35,8	- 0,3	21,5	-10,4

(continua)

(conclusão)

Em milhões de t

Ano	França		Canadá		Reino Unido		Brasil	
	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)
1970	23,8	5,8	11,2	19,2	27,8	3,4	5,4	10,2
1971	22,5	- 5,5	11,0	- 1,8	24,2	-13,0	6,0	11,1
1972	24,1	7,1	11,9	8,2	25,4	5,0	6,5	8,3
1973	25,3	5,0	13,4	12,6	26,7	5,1	7,1	9,2
1974	27,0	6,7	13,6	1,5	22,4	-16,1	7,5	15,6
1975	21,5	-20,4	13,0	- 4,4	19,8	-11,6	8,3	10,7
1976	23,2	7,9	13,3	2,3	22,3	12,6	9,2	10,8
1977	22,1	- 4,7	13,6	2,3	20,5	- 8,1	11,1	20,7
1978	22,8	3,2	14,9	9,6	20,4	- 0,5	12,1	9,0
1979	23,4	2,6	16,1	8,1	21,5	5,4	13,9	14,9
1980	23,2	- 0,9	15,9	- 1,2	11,3	-47,4	15,3	10,1
1981	21,0	- 9,5	14,8	- 6,9	15,7	38,9	13,2	-13,7
1982	18,4	-12,4	11,9	-19,6	13,8	-12,1	13,0	-1,5
1983*	17,3	- 6,0	12,7	6,7	15,1	9,4	14,6	12,3

Fonte: IBS e CONSIDER.

* Previsão.

Produção Brasileira dos Principais Minérios Não-Ferrosos Comuns
1970—1983

Ano	Alumínio Primário		Chumbo Primário		Estanho Primário		Níquel Primário		Zinco Primário	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	57.199	33,3	19.450	5,7	3.578	62,6	2.502	92,5	12.500	166,0
1971	80.647	41,0	25.738	32,3	3.043	-14,9	2.587	3,4	16.266	30,1
1972	100.000	24,0	25.033	2,7	4.200	38,0	2.702	4,4	15.557	-4,4
1973	111.600	11,6	34.799	39,0	4.454	6,0	2.700	0,1	22.300	43,3
1974	113.602	2,0	41.686	19,8	6.156	38,2	2.393	-11,4	30.519	36,9
1975	121.400	6,9	37.540	-9,9	6.638	7,8	2.279	-4,8	31.432	3,0
1976	139.175	14,6	43.672	16,3	6.423	-3,2	2.149	-5,7	43.154	-37,3
1977	167.110	20,1	48.247	10,5	7.686	19,7	2.530	17,7	47.113	9,2
1978	186.365	11,5	47.236	-2,1	9.309	21,1	2.288	-9,6	56.097	19,1
1979	238.310	27,9	55.084	16,6	10.132	8,8	2.463	7,6	63.494	13,2
1980	260.611	9,4	44.519	-19,2	8.796	-13,2	2.504	1,7	78.359	23,4
1981	256.418	-1,6	34.657	-22,2	7.789	-11,5	2.334	-6,8	91.830	17,2
1982	299.054	16,6	21.943	-36,7	9.298	-19,4	4.813	106,2	96.037	4,6
1983*	400.889	34,1	20.572	-6,2	12.658	36,1	10.741	123,2	99.760	3,9

Fonte: CONSIDER.

* Estimativa.

Produção Brasileira de Alcool

1970—1983

Em m³

Ano	Anidro	Variação %	Hidratado	Variação %	Total	Variação %
1970	233.038	—	392.311	—	625.349	—
1971	394.479	69,3	230.267	-41,3	624.746	-0,1
1972	399.324	1,2	284.649	23,6	683.973	9,5
1973	319.705	-19,9	333.107	17,0	652.812	-4,6
1974	215.130	-32,7	399.808	20,0	614.938	-5,8
1975	220.340	2,4	359.790	-10,0	580.130	-5,7
1976	272.352	23,6	369.803	2,8	642.155	10,7
1977	1.087.924	299,5	299.731	-18,9	1.387.655	116,1
1978	1.959.861	80,1	399.214	33,2	2.359.075	70,0
1979	2.830.044	44,4	618.240	59,9	3.448.284	46,2
1980	2.171.462	-23,3	1.504.672	143,4	3.676.134	6,6
1981	1.347.649	-37,9	2.859.066	90,0	4.206.715	14,4
1982	3.527.450	161,8	2.090.740	-26,9	5.618.190	33,6
1983	2.549.996	-27,7	5.399.911	158,3	7.949.907	41,5

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

Produção e Despacho de Cimento

1970—1983

Em 1.000 t

Ano	Produção		Despacho	
	Quantidade	Varição (%)	Quantidade	Varição (%)
1970	9.002	15,1
1971	9.803	8,9
1972	11.381	16,1
1973	13.398	17,7
1974	14.920	11,4	14.973	...
1975	16.737	12,2	16.694	11,5
1976	19.147	14,4	19.100	14,4
1977	21.123	10,3	20.938	9,6
1978	23.203	9,8	23.153	10,6
1979	24.873	7,2	24.956	7,8
1980	27.193	9,3	27.089	8,6
1981	26.050	-4,2	26.114	-3,6
1982	25.657	-1,5	25.249	-3,3
1983*	20.880	-18,6	20.990	-16,9

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

* Previsão.

QUADRO 7.10

Balança Comercial de Não-Ferrosos — Por Produto

1974—1983

US\$ 1.000 FOB

Ano	Alumínio		Chumbo		Cobre		Estanho	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1974	3.832	130.792	5	12.962	3.323	329.294	21.602	119
1975	4.894	100.624	10	6.806	2.679	182.145	24.214	295
1976	5.203	99.818	15	3.729	2.103	221.456	13.848	214
1977	8.158	140.649	11	7.601	4.945	262.709	26.821	119
1978	11.928	120.881	4	468	8.035	217.491	53.347	213
1979	22.800	163.151	406	1.805	15.527	368.661	70.220	234
1980	40.171	160.237	677	948	13.786	489.038	63.750	675
1981	67.398	87.145	235	1.189	26.088	305.904	67.350	225
1982	56.984	33.602	51	435	23.152	330.348	57.168	261
1983*	253.000	23.743	93	1.248	32.000	98.000	105.207	147

(continua)

(conclusão)

US\$ 1.000 FOB

Ano	Níquel		Zinco		Total		Saldo
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	
1974	52	21.388	26	76.049	28.840	570.603	-541.763
1975	217	14.244	81	43.768	32.095	347.882	-315.787
1976	150	18.079	68	39.251	21.386	382.548	-361.161
1977	477	21.028	131	38.403	40.542	470.509	-429.967
1978	353	23.564	114	36.272	74.780	398.888	-324.108
1979	513	34.582	220	41.963	109.686	610.396	-500.710
1980	458	61.878	526	43.469	119.368	756.245	-636.877
1981	2.614	51.810	11.864	20.982	175.549	467.255	-291.706
1982	2.529	18.417	2.316	6.301	142.200	389.364	-247.164
1983	725	4.500	375	2.813	391.400	130.451	260.949

Fonte: CONSIDER

* Estimativa.

Produção da Borracha
1970—1983

Em 1.000t

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	Quantidade	Variação Anual (%)	Quantidade	Variação Anual (%)	Quantidade	Variação Anual (%)
1970	25,0	4,6	75,5	22,4	100,5	17,4
1971	24,2	— 3,2	78,2	3,6	102,4	1,9
1972	25,8	6,6	94,6	21,0	120,4	17,6
1973	23,4	— 9,3	125,6	32,8	149,0	23,8
1974	18,6	—20,5	155,2	23,6	173,8	16,6
1975	19,3	3,8	128,8	—17,0	148,1	—14,8
1976	20,3	5,2	164,4	27,6	184,7	24,7
1977	22,6	11,3	188,1	14,4	210,7	14,1
1978	23,7	4,9	206,1	9,6	229,8	9,1
1979	25,0	5,5	223,8	8,6	248,8	8,3
1980	27,8	11,2	249,0	11,3	276,8	11,3
1981	30,3	9,0	222,8	—10,5	253,1	— 8,6
1982	32,8	8,2	228,1	2,4	260,9	3,1
1983*	35,0	6,7	222,1	— 2,6	257,1	— 1,5

Fonte: Superintendência da Borracha.

* Estimativa.

QUADRO 7.12

Importação de Borracha

1974—1983

Em 1.000 t

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	Quantidade	Variação Anual (%)	Quantidade	Variação Anual (%)	Quantidade	Variação Anual (%)
1974	36,5	-0,3	40,3	-21,4	76,8	+12,6
1975	42,2	15,6	26,9	-33,2	69,1	+10,0
1976	50,5	19,7	22,6	-16,0	73,1	5,8
1977	57,5	13,9	25,3	11,9	82,8	13,3
1978	56,2	-2,3	31,7	25,3	87,9	6,2
1979	51,7	-8,0	34,1	7,6	85,8	2,4
1980	56,2	8,7	46,1	35,2	102,3	19,2
1981	44,5	-20,8	24,8	-46,2	69,3	+32,3
1982	36,2	-18,7	34,8	40,3	71,0	2,4
1983*	30,4	-16,0	35,6	2,3	66,0	-7,0

Fonte: Superintendência da Borracha.

* Estimativa.

Consumo de Borracha

1974—1983

Em 1.000 t

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	Quantidade	Varição Anual (%)	Quantidade	Varição Anual (%)	Quantidade	Varição Anual (%)
1974	57,9	13,1	166,2	11,9	224,1	12,2
1975	58,7	1,4	176,3	6,1	235,0	4,9
1976	66,1	12,6	201,6	14,3	267,7	13,9
1977	71,4	8,0	204,7	1,5	276,1	3,1
1978	72,5	1,5	222,0	8,5	294,5	6,7
1979	75,9	4,7	225,5	1,6	301,4	2,3
1980	81,0	6,7	243,8	8,1	324,8	7,8
1981	74,4	-8,1	201,3	-17,4	275,7	-15,1
1982	67,7	-9,0	194,7	-3,3	262,4	-4,8
1983*	69,1	2,1	190,1	-2,4	259,2	-1,2

Fonte: Superintendência da Borracha.

* Estimativa.

8. TRANSPORTES

QUADRO 8.1

Investimentos Segundo as Modalidades de Transportes

1973—1983

Cr\$ Milhões			
Anos	Ferrovário	Hidroviário	Rodoviário
1973	2.935	1.851	3.978
1974	3.790	2.834	5.792
1975	8.934	5.123	6.305
1976	13.623	5.975	8.402
1977	16.980	7.443	9.206
1978	19.534	11.986	11.672
1979	29.059	19.340	16.116
1980	43.780	41.258	28.065
1981	89.074	78.155	41.324
1982	217.069	158.484	119.695
1983*	488.882	276.118	302.657

(continua)

Cr\$ Milhões de 1983			
Anos	Ferrovário	Hidroviário	Rodoviário
1973	432.221	163.790	585.518
1974	434.469	188.127	663.968
1975	801.084	273.813	565.350
1976	864.399	232.762	533.120
1977	755.007	223.038	409.340
1978	626.442	263.518	374.313
1979	604.999	289.054	335.529
1980	455.741	409.184	292.152
1981	442.082	396.479	213.154
1982	697.318	406.670	304.646
1983*	488.882	276.118	302.657

Fonte: RFFSA, FEPASA, CVRD, PORTOBRÁS, SUNAMAM, DNER.

* Estimativas.

Rede Ferroviária Brasileira
Extensão das Linhas por Empresa

1977—1983

Empresa	Em km						
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983*
Rede Ferroviária Federal							
— RFFSA	23.649	23.809	23.897	23.591	23.171	23.087	23.102
Ferrovias Paulista S/A							
— FEPASA	5.331	5.163	5.110	5.054	5.052	5.063	5.063
E.F. Vitória-Minas							
— EFVM	782	773	773	773	773	773	773
E.F. Amapá	194	194	194	194	194	194	194
E.F. Campos do Jordão	50	47	47	47	47	47	47
E.F. Pirapora	33	33	33	33	33	33	33
E.F. Votorantim	15	15	15	15	15	15	15
E.F. Mineração Rio do Norte							
—	—	—	—	35	35	35	35
E. F. Jari	—	—	36	36	36	36	36
E. F. Carajás	—	—	—	—	—	—	213
Total	30.054	30.034	30.140	29.778	29.386	29.313	29.511

Fonte: Ministério dos Transportes.

* Estimativas.

QUADRO 8.3

Rede Rodoviária Brasileira
Extensão por Tipo de Pavimento*

1978—1983

Em Km						
Anos	Federal			Estadual		
	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total
1978	45.488	39.321	84.809	29.152	84.008	113.160
1979	46.227	38.704	84.931	31.722	86.724	118.446
1980	47.489	38.604	86.093	33.821	86.631	120.452
1981	49.176	34.584	83.760	36.707	85.064	120.771
1982	52.117	33.651	85.768	41.543	83.826	125.369
1983**	52.923	34.564	87.487

(continua)

Em Km						
Anos	Municipal			Total		
	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total
1978	3.678	1.112.739	1.116.417	78.318	1.236.068	1.314.389
1979	4.476	1.176.642	1.181.118	82.425	1.302.070	1.384.495
1980	5.906	1.174.467	1.180.373	87.216	1.299.702	1.386.918
1981	4.567	1.173.793	1.178.360	89.450	1.293.441	1.382.891
1982	4.487	1.178.541	1.183.028	98.147	1.296.018	1.394.165
1983**

Fonte: Ministério dos Transportes.

* A partir de 1980 foram retirados os trechos comuns.

** Estimativas.

Frota Mercante Nacional

1973—1983

Anos	Embarcações Existentes * (Unidades)	Capacidade (1.000 TPB)
1973	565	2.980,4
1974	665	4.109,8
1975	748	4.604,0
1976	801	5.097,6
1977	875	5.612,7
1978	1.013	6.175,9
1979	1.076	7.200,8
1980	1.165	8.069,3
1981	1.258	8.928,3
1982	1.375	9.384,7
1983	1.440	9.229,8**

Fonte: SUNAMAM.

* Embarcações com 100 TPB e mais, existentes em 31 de dezembro.

** Estimativas.

QUADRO 8.5

Carga Transportada, Segundo os Modos
de Transporte

1977—1983

Em milhões de toneladas/quilômetros úteis

Anos	Aéreo (Doméstico)	Dutoviário	Ferrovário	Hidroviário*	Rodoviário	Total
1977	686	8.489	60.603	37.283	168.200	275.261
1978	792	11.095	63.989	41.414	181.500	298.791
1979	923	11.322	73.752	46.544	193.700	326.240
1980	1.020	11.929	86.302	47.701	208.500	355.452
1981	1.050	11.079	79.413	46.276	204.700	342.518
1982	1.206	11.208	78.022	50.229	212.500	353.165
1983**	703	11.209	75.194	54.518	220.575	362.198

Fontes: DAC, PETROBRÁS, RFFSA, FEPASA, CVRD, SUNAMAM, GEIPOT e outros.

* Interior e Cabotagem.

** Estimativas.

Passageiros-Quilômetros Transportados,
Segundo os Modos de Transporte

1977—1983

Em Milhões de Passageiros-Quilômetros

Anos	Aéreo (Doméstico)	Ferroviário (Int. e Sub.)	Hidroviário (Cabotagem)	Rodoviário	Metroviário	Total
1977	6.591	11.700	—	275.454	—	293.745
1978	7.635	11.908	—	314.596	1.332	335.471
1979	8.795	11.404	—	359.300	1.380	380.879
1980	9.559	12.376	—	410.357	1.519	433.811
1981	9.973	13.135	215	426.771	1.785	451.879
1982	10.789	13.265	268	443.800	2.084	470.205
1983*	9.997	13.774	332	461.552	3.939	489.594

Fontes: DAC, RFFSA, FEPASA, EFCJ, CVRD, ICOMI, SUNAMAM, GEIPOT, Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro e Cia. do Metropolitano de São Paulo.

* Estimativas.

QUADRO 8.7

Consumo de Energia, segundo os Modos de Transportes*

1976—1983

Modos de Transportes	Em Milhares de TEP							
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983**
Rodoviário	18.488	18.464	20.164	21.049	20.842	19.971	20.872	20.212
Ferroviário	753	730	734	796	846	836	889	909
Aéreo	1.365	1.418	1.465	1.718	1.680	1.877	1.881	1.896
Hidroviário	1.847	1.438	1.730	2.014	1.483	1.844	1.878	1.793
Total	22.453	22.250	24.093	25.577	24.851	24.518	25.520	24.810

Fonte: Balanço Energético Nacional — 1983 — MME.

* Inclui energia elétrica, carvão-vapor e lenha.

** Estimativas.

Consumo de Combustíveis nos Transportes

1978—1983

Combustível	1978		1979		1980	
	Quant. (1000 TEP)	% Sobre o total	Quant. (1000 TEP)	% Sobre o total	Quant. (1000 TEP)	% Sobre o total
Gasolina	10.272	42,6	10.042	39,2	8.685	34,9
Óleo Diesel	9.943	41,3	10.671	41,7	11.353	45,7
Óleo Combustível	1.171	4,9	1.355	5,3	987	4,0
Querosene	1.376	5,7	1.625	6,4	1.608	6,5
Alcool	1.116	4,6	1.653	6,5	1.955	7,8
Outros**	215	0,9	231	0,9	263	1,1
Totais	24.093	100,0	25.577	100,0	24.851	100,0

(continua)

(conclusão)

Combustível	1981		1982		1983*	
	Quant. (1000 TEP)	% Sobre o total	Quant. (1000 TEP)	% Sobre o total	Quant. (1000 TEP)	% Sobre o total
Gasolina	8.265	33,7	7.911	31,0	6.460	26,0
Óleo Diesel	11.086	45,3	11.529	45,2	11.460	46,2
Óleo Combustível	1.354	5,5	1.388	5,4	1.300	5,2
Querosene	1.809	7,4	1.811	7,1	1.826	7,4
Alcool	1.728	7,0	2.563	10,0	3.416	13,8
Outros**	276	1,1	318	1,3	348	1,4
Totais	24.518	100,0	25.520	100,0	24.810	100,0

Fonte: Balanço Energético Nacional — 1983.

* Estimativas.

** Inclui carvão, energia elétrica e lenha.

9. COMUNICAÇÕES

QUADRO 9.1

Evolução das Telecomunicações e dos Serviços Postais

1970—1983

Anos	Telefones Instalados (mil unidades)	Terminais Tclex Instalados	Localidades Atendidas por DDD	Unidades de Atendimento Postal	Vales Postais Emitidos (mil unidades)	Objetos Postados (milhões de unidades)
1970	1.980	2.901	15	3.854	649	...
1971	2.145	3.057	36	4.864	606	586
1972	2.380	3.201	80	5.463	824	639
1973	2.415	4.060	138	6.026	1.209	728
1974	2.917	10.980	172	6.370	1.726	928
1975	3.371	11.850	244	6.570	1.819	1.246
1976	4.036	16.730	292	6.669	2.621	1.692
1977	4.836	19.050	499	6.817	3.142	2.117
1978	5.522	24.020	769	6.986	3.059	2.668
1979	6.437	38.320	939	7.021	3.137	3.106
1980	7.496	44.091	1.096	7.083	3.337	3.524
1981	8.395	50.130	1.267	7.140	3.511	3.708
1982	9.309	64.700	1.694	7.211	3.473	3.856
1983*	10.156	65.735	2.597	7.236	3.600	4.048

Fonte: Ministério das Comunicações.

* Estimativas.

10. SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS

QUADRO 10.1

Taxa de Desemprego*

1982—1983

							Em %
Período	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte	Porto Alegre	Salvador	Recife	Média das 6 Regiões Metropolitanas
1982							
Jan.	9,97	8,96	9,50	6,25	9,29	9,46	9,18
Fev.	9,11	7,90	8,29	6,57	8,32	8,81	8,12
Mar.	8,91	8,07	9,01	6,22	7,54	9,06	8,19
Abr.	6,93	6,45	7,21	5,95	6,86	8,29	6,69
Mai.	6,97	5,40	6,87	5,22	5,75	7,99	6,18
Jun.	6,40	5,25	6,41	4,79	5,32	7,45	5,81
Jul.	6,05	5,43	6,59	5,09	5,99	7,93	5,89
Ago.	5,59	5,71	6,38	5,55	5,79	6,99	5,80
Set.	5,06	5,57	5,76	5,01	5,69	6,82	5,47
Out.	5,02	4,90	6,20	4,64	5,38	6,36	5,15
Nov.	4,51	4,50	5,79	4,18	4,86	6,17	4,71
Dez.	3,94	3,61	5,71	3,57	4,46	4,65	4,00
1983							
Jan.	5,83	6,53	7,58	5,45	5,61	6,96	6,30
Fev.	5,41	6,48	7,13	5,83	5,20	7,14	6,14
Mar.	6,71	7,03	7,97	6,99	5,58	8,37	7,02
Abr.	6,59	7,30	8,13	7,08	5,77	8,92	7,17
Mai.	6,27	7,24	7,84	7,38	5,59	8,81	7,03
Jun.	6,54	7,05	7,71	6,85	5,47	7,74	6,90
Jul.	6,16	7,00	7,57	7,17	5,04	8,59	6,82
Ago.	6,55	6,94	7,69	7,79	5,93	8,43	7,00
Set.	6,66	7,22	8,09	7,32	5,55	8,40	7,12
Out.	6,20	6,71	8,13	7,14	5,73	8,09	6,75
Nov.	6,16	6,45	7,83	6,22	5,49	7,85	6,51
Dez.	5,02	5,53	7,54	5,52	5,89	6,44	5,63

Fonte: Fundação IBGE.

- * Obtida da relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de propostas para ingresso no trabalho à época da pesquisa e o número de pessoas economicamente ativas (PEA), com idade igual ou superior a 15 anos.

Brasil: Nível de Emprego por Atividade Econômica
Variação em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior (%)

Período de referência: outubro/83

Discriminação	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Total
Regiões Metropolitanas					
Belém/PA	- 1,96	- 0,46	-4,73	-0,11	-1,61
Fortaleza/CE	- 7,44	-21,76	-9,62	0,31	- 6,20
Salvador/BA	- 7,09	-29,35	1,11	1,31	- 5,65
Recife/PE	-11,17	-35,35	0,98	-0,98	- 7,59
Belo Horizonte/MG	- 9,23	-28,43	-3,23	-1,38	- 7,23
Rio de Janeiro/RJ	-10,89	-17,62	4,44	-2,88	- 5,84
São Paulo/SP	-10,12	-23,56	-1,59	0,17	- 6,86
Curitiba/PR	- 7,23	-32,59	-3,48	-1,93	- 8,32
Porto Alegre/RS	- 4,44	-24,07	5,26	-0,55	3,04
Brasília/DF	2,68	-32,87	1,70	3,44	1,55
Estados					
Acre	-19,37	-29,34	8,06	2,66	- 0,27
Amazonas	- 5,07	-22,91	-5,87	0,55	- 5,09
Maranhão	-11,78	-52,15	-5,19	1,86	- 2,24
Piauí	3,50	-79,40	-1,67	1,65	-15,34
Rio Grande do Norte	- 7,62	-49,76	-5,00	-3,06	-12,65
Paraíba	-14,50	-20,00	-9,91	-0,72	- 6,83
Alagoas	-11,77	-45,97	2,60	3,97	-4,28
Sergipe	4,01	-31,00	4,94	3,09	- 4,44
Espirito Santo	- 4,08	-41,30	-2,16	1,20	- 6,36
Santa Catarina	- 5,40	-18,94	2,96	-3,53	- 4,27
Mato Grosso do Sul	-16,02	-54,66	-2,63	-1,55	-24,91
Mato Grosso	3,85	-47,31	6,29	10,24	- 1,46
Goiás	- 4,05	-36,85	-4,26	-0,22	- 7,45
Interior					
Ceará	-16,49	-22,80	-8,14	-13,03	-14,63
Paraná	- 7,34	-43,32	-0,34	1,36	-11,38
Rio Grande do Sul	- 9,90	-45,85	-7,11	2,57	- 7,82
São Paulo	- 3,36	-26,85	3,02	-2,66	- 4,51

Fonte: Ministério do Trabalho (amostra da Lei 4.923). Compreende 6.970 estabelecimentos com 3.138.000 empregados.

Taxas de Reajustes Salariais em Comparação com as Taxas
de Variação dos Índices de Custo de Vida

1982—1983

Em %

Mês de Reajuste	Variação Semestral do INPC SP (FIPE)	Taxa Anual de Reajuste Salarial*				Variação Anual dos Índ. de Custo de Vida	
		Salários até 3 SM	Salário = a 6 SM	Salário = a 10 SM	Salário = a 20 SM	RJ (FGV)	SP (FIPE)
1982							
Jan.	36,8	106,5	100,8	98,5	77,9	98,3	89,1
Fev.	37,6	101,8	96,4	94,3	74,6	97,4	84,7
Mar.	39,8	104,1	98,5	96,3	76,1	96,8	85,6
Abr.	39,3	106,9	101,2	98,9	78,2	94,8	85,5
Mai.	39,1	107,4	101,7	99,3	78,4	99,7	85,0
Jun.	40,2	106,1	100,5	98,3	77,6	101,9	92,4
Jul.	41,3	104,3	98,7	96,6	76,3	101,2	95,4
Ago.	45,2	111,7	105,6	103,3	81,6	96,5	91,3
Set.	43,8	113,0	107,0	104,6	82,5	94,8	90,0
Out.	43,2	111,3	105,3	103,0	81,3	96,1	88,1
Nov.	41,8	108,7	103,0	100,7	79,5	96,4	89,0
Dez.	40,5	108,4	102,7	100,4	79,3	101,8	94,6
1983							
Jan.	37,6	105,5	100,0	97,8	77,3	105,2	100,7
Fev.	36,3	104,1	99,6	95,5	77,3	105,5	104,9
Mar.	41,8	110,1	105,5	100,9	81,7	112,6	112,7
Abr.	42,6	110,4	105,7	101,2	81,8	118,3	114,9
Mai.	47,5	115,3	110,5	105,5	85,5	116,2	112,9
Jun.	52,9	121,0	117,9	112,2	90,4	125,6	119,4
Jul.	55,0	119,1	116,2	110,5	89,1	136,9	131,4
Ago.	55,6	96,9	95,6	92,7	85,7	143,8	133,7
Set.	58,1	107,7	106,2	102,8	94,5	156,9	151,3
Out.	62,4	113,8	112,2	108,7	100,1	170,2	165,7
Nov.	64,2	142,2	130,9	117,5	96,8	175,2	163,3
Dez.	72,2	163,3	152,3	136,2	111,3	177,9	164,1

Fonte: Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo. Elaboração IPEA.

* Sem considerar eventuais ganhos por conta da taxa de produtividade.

Salário Mínimo

Taxas de Reajustes em Comparação com as Variações Semestrais do INPC e Relação entre o Maior e o Menor Nível

1980—1983

Período	Taxa de Reajuste do Salário Mínimo (%)		Variação Semestral do INPC (%)	Relação entre o Maior e o Menor Salário Mínimo
	Maior Nível	Menor Nível		
1980 — Mai.	41,5	46,9	37,7	1,301
— Nov.	39,5	39,5	35,9	1,301
1981 — Mai.	46,2	50,9	46,2	1,261
— Nov.	40,9	45,0	40,9	1,226
1982 — Mai.	39,2	43,0	39,1	1,193
— Nov.	41,9	46,0	41,8	1,159
1983 — Mai.	47,6	50,5	47,5	1,136
— Nov.	64,2	64,2	64,2	1,137

Fonte: Ministério do Trabalho e IPEA/IPLAN.

11. PREVIDÊNCIA SOCIAL

QUADRO 11.1

Número de Consultas Médicas, Odontológicas e Internações Prestadas pelo INAMPS

1972—1983

Em milhares

Anos	Urbana			Rural		
	Consultas		Inter- nações	Consultas		Inter- nações
	Médicas	Odonto- lógicas		Médicas	Odonto- lógicas	
1972	47.795	3.435	3.406	4.891	3.673	1.043
1973	48.634	3.625	3.708	5.266	4.390	1.011
1974	52.143	3.242	4.083	7.475	5.804	1.112
1975	82.369	6.135	5.387	9.964	7.692	1.262
1976	105.478	8.590	6.745	13.170	9.570	1.611
1977	118.860	15.557	6.894	13.643	7.926	1.724
1978	130.012	20.632	7.781	15.399	8.378	1.877
1979	137.136	22.333	8.535	17.404	9.301	2.036
1980	160.208	24.999	9.562	19.543	9.161	2.191
1981	182.010	27.643	10.778	20.579	10.325	2.415
1982	185.002	28.403	10.509	21.247	10.654	2.562
1983*	195.993	27.204	9.638	20.678	10.892	2.367

Fonte: INAMPS.

* Dados estimados.

QUADRO 11.2

Despesas Globais do Sistema Previdenciário, por Entidade

1972—1983

						Cr\$ Milhões
Anos	INPS	INAMPS	IAPAS	LBA	FUNABEM	Total
1972	11.438	4.436	808	97	44	16.823
1973	15.743	6.230	1.077	118	55	23.214
1974	22.990	8.943	1.583	147	68	33.731
1975	34.290	15.377	2.659	225	98	52.649
1976	56.625	28.657	4.959	303	179	90.723
1977	89.459	42.115	5.045	866	324	137.809
1978	140.149	63.422	6.894	1.683	614	212.762
1979	229.088	91.791	7.305	3.639	991	332.814
1980	457.136	186.773	20.236	8.738	2.652	675.535
1981	1.015.381	362.112	84.344	19.280	6.467	1.487.584
1982	2.240.086	722.678	92.853	35.815	11.550	3.102.982
1983*	4.970.995	1.482.714	181.426	71.194	23.284	6.729.613

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

* Dados estimados.

12. SAÚDE

QUADRO 12.1

Evolução das Principais Doenças Transmissíveis

Número de Casos Notificados

1970—1982

Doenças	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Febre Amarela	2	11	9	70	13	1	1
Peste	101	146	169	152	290	496	97
Hanseníase	5.470	5.950	6.411	6.831	8.199	9.300	9.647
Tuberculose	36.510	35.871	36.312	45.665	46.987	53.419	51.301
Malária	52.469	76.752	82.421	76.112	64.320	88.630	86.437
Difteria	6.215	4.872	5.002	5.380	3.636	4.004	4.887
Febre Tifóide	3.722	3.672	4.292	3.895	3.395	3.385	3.797
Sarampo	35.512	46.600	39.476	51.339	20.061	19.764	73.631
Poliomielite	2.391	2.400	1.565	1.620	1.191	3.596	2.455
Tétano	2.501	1.962	2.051	2.524	1.819	1.957	3.006
Raiva Humana	121	112	105	107	129	120	99
Variola	1.771	19	—	—	—	—	—
Coqueluche	18.772	28.607
Doença Meningocócica	208	629	1.702	5.067	31.486	9.632	2.768

(continua)

(conclusão)

Doenças	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Febre Amarela	9	21	12	27	22	24
Peste	1	11	—	107	59	151
Hanseníase	9.539	11.993	14.375	14.515	17.133	16.994
Tuberculose	54.552	57.821	65.062	70.596	86.411	87.824
Malária	101.081	117.267	144.215	169.871	197.149	221.939
Difteria	5.685	5.021	4.546	4.646	3.646	3.297
Febre Tifóide	5.147	3.016	3.967	4.691	3.967	3.825
Sarampo	54.410	51.345	65.552	99.263	61.281	39.370
Poliomielite	2.370	1.709	2.564	1.290	122	69
Tétano	3.273	3.218	2.917	3.098	2.940	2.810
Raiva Humana	141	141	150	168	139	125
Variola	—	—	—	—	—	—
Coqueluche	33.104	34.203	33.123	45.752	42.247	54.766
Doença Meningocócica	2.299	2.665	2.139	1.568	1.229	1.192

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde e Ministério da Saúde.

Casos Notificados de Sarampo
Comparação entre a Média Anual do Período
1976—1982 com o ano de 1983, por Regiões do Brasil

Regiões	Média de Casos no Período 1976-82	Casos Notificados em 1983*	Variação (%)
Norte	3.468	1.021	-70,6
Nordeste	15.103	7.131	-52,8
Sudeste	19.519	8.652	-55,7
Sul	20.397	5.557	-72,9
Centro-Oeste	5.064	6.350	+25,4
Brasil	63.551	28.711	-54,8

Fonte: Ministério da Saúde.

* Nas primeiras 34 semanas do ano.

Ação de Controle da Poliomielite
Resultados das Campanhas a Nível Nacional
1980—1983

Anos	População Alvo (milhares) (1)	População Vacinada (milhares) (2)	Cobertura (%) (2)/(1)
1980			
1ª Etapa	18.061	18.123	100,0
2ª Etapa	18.061	18.998	100,0
1981			
1ª Etapa	18.525	18.561	100,0
2ª Etapa	18.525	18.195	98,2
1982			
1ª Etapa	19.005	17.148	90,2
2ª Etapa	19.005	18.031	94,9
1983			
1ª Etapa	18.830	18.042	95,8
2ª Etapa	18.830	18.714	99,4

Fonte: Ministério da Saúde.

Municípios Atendidos por Serviços de
Saúde Públicos e Privados

1980—1982

Anos	Total de Municípios	Municípios atendidos por Serviços de Saúde	% sobre Total	Municípios atendidos por Serviços de Saúde Públicos	População do País (1.000 Hab.)	% da População dos Municípios atendidos sobre o Total da População
1980	3.991	3.600	90,2	3.407	119.099	...
1981	3.991	3.783	94,8	3.690	124.016	98,5
1982	3.991	3.860	96,7	3.768	126.806	99,3

Fonte: Ministério da Saúde.

Evolução da Taxa de Mortalidade
nos Municípios das Capitais Brasileiras

1970—1980

Anos	MG*	MI**	MP***
1970	9,3	92,0	27,0
1971	9,7	98,5	27,7
1972	9,5	91,0	26,3
1973	10,2	103,5	28,0
1974	9,7	93,5	28,8
1975	9,7	102,4	31,4
1976	9,7	99,9	30,3
1977	9,1	85,2	28,3
1978	10,8	81,5	22,7
1979	7,2	64,5	24,8
1980	8,9	64,1	22,0

Fonte: Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde.

* Taxa de Mortalidade Geral por 1000 habitantes.

** Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 menores de 1 ano.

*** Taxa de Mortalidade Proporcional em menores de 1 ano.

13. EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO 13.1

Evolução da Taxa de Analfabetismo da População Brasileira
Faixa Etária de 15 Anos e Mais*

Anos	População de 15 Anos e mais (em milhares)		Taxa de Analfabetismo (%)
	Total	Não Alfabetizados	
1960	40.224	15.965	39,69
1970	54.339	17.937	33,01
1980	74.600	19.330	25,91
1981	74.676	16.991	22,75
1982	76.537	17.686	23,11
1983**	78.829	17.899	22,71

Fonte: Fundação IBGE.

* Exclui-se a população rural da região norte e população de idade ignorada.

** Dados estimados

Evolução da Taxa de Escolarização da População Brasileira

Faixa Etária de 7 a 14 Anos

1980—1983

Anos	Faixa Etária de 7 a 14 Anos (em milhares)		Taxa de Escolarização (%)
	População	Matriculas	
1980	21.934	14.842	67,67
1981	23.017	19.547	84,92
1982	23.142	20.381	88,07
1983*	23.332	21.030	90,13

Fonte: Fundação IBGE e Ministério da Educação e Cultura.

* Dados estimados.

QUADRO 13.3

Matricula Inicial no Segundo Grau,
segundo a Dependência Administrativa

1974—1983

Em milhares

Anos	Total	Dependência Administrativa	
		Pública	Particular
1974	1.682	945	737
1975	1.936	1.059	877
1976	2.213	1.203	1.010
1977	2.438	1.310	1.127
1978	2.538	1.364	1.174
1979	2.658	1.419	1.239
1980	2.819	1.508	1.311
1981*	2.807	1.536	1.271
1982*	2.841	1.608	1.233
1983**	2.985	1.668	1.317

Fonte: Ministério da Educação e Cultura.

* Dados preliminares.

** Dados estimados.

Matrícula Inicial no Terceiro Grau,
segundo a Dependência Administrativa

1974—1983

Em milhares

Anos	Total	Dependência Administrativa	
		Pública	Particular
1974	938	341	597
1975	1.072	410	662
1976	1.097	405	692
1977	1.159	410	750
1978	1.226	452	773
1979	1.312	462	849
1980	1.377	492	885
1981*	1.392	518	874
1982*	1.336	479	857
1983**	1.445	526	919

Fonte: Ministério da Educação e Cultura.

* Dados preliminares.

** Dados estimados.